



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE TRÊS LAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**A ESPACIALIZAÇÃO DA CRIMINALIDADE E AS MULHERES
ENCARCERADAS NA CIDADE DE TRÊS LAGOAS**

DAYSE MARIA LEONEL RUÍŠ

**Três Lagoas-MS
2012**

DAYSE MARIA LEONEL RUÍS

**A ESPACIALIZAÇÃO DA CRIMINALIDADE E AS MULHERES
ENCARCERADAS NA CIDADE DE TRÊS LAGOAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação – Mestrado em Geografia/CPTL/UFMS – Área de Concentração Análise Geoambiental e Produção do Território, como exigência final para obtenção do Título de Mestre em Geografia, sob orientação do Prof. Dr. André Luiz Pinto.

**Três Lagoas-MS
2012**

DAYSE MARIA LEONEL RUÍS

**A ESPACIALIZAÇÃO DA CRIMINALIDADE E AS MULHERES
ENCARCERADAS NA CIDADE DE TRÊS LAGOAS**

Dissertação de mestrado apresentada à banca examinadora em:
23 de agosto de 2012 e foi considerada aprovada.

COMISSÃO JULGADORA

Prof. Dr. André Luiz Pinto (PPGGEO – UFMS/CPTL)
Orientador

Prof. Dr. Edgar Aparecido da Costa (UFMS/ Campus de Corumbá)
Membro

Prof. Dr. Francisco José Avelino Junior (PPGGEO – UFMS/CPTL)
Membro

Tempo virá. Uma vacina preventiva de erros e violência se fará. As prisões se transformarão em escolas e oficinas. E os homens imunizados contra o crime, cidadãos de um novo mundo, contarão às crianças do futuro estórias absurdas de prisões, celas, altos muros de um tempo superado. (Cora Coralina)

A meus pais, Ismael e Antonia, com amor.
A minha irmã, Thaís, com carinho.
A todos que acreditam e constroem um mundo melhor.

AGRADECIMENTOS

Essa dissertação é resultado de horas de leitura, reflexão, trabalho e principalmente aprendizado. É especialmente a adição de presenças primordiais na obtenção deste resultado.

Agradeço a Deus, pela fé que me move.

Ao meu orientador, Prof. Dr. André Luiz Pinto, exemplo de seriedade, vivência e profissionalismo, seus ensinamentos foram fundamentais na elaboração deste trabalho construído com sugestões e esclarecimentos imprescindíveis e pela compreensão e motivação nos momentos mais difíceis.

Agradeço aos professores que contribuíram sensivelmente para o amadurecimento e enriquecimento deste estudo: Edma Aranha Silva e Francisco José Avelino Júnior pelas sábias palavras na qualificação.

Aos professores que através da transmissão de conhecimentos, conselhos e reflexões enriqueceram minha formação profissional e como ser humano.

Aos meus pais Ismael e Antonia merecedores do meu eterno reconhecimento pelo carinho, dedicação e apoio depositado em mim e por acreditarem nos meus sonhos.

A minha amada irmã Thaís por alegrar minha vida.

A meu namorado André pelo apoio e paciência com que me acompanhou nesta empreitada.

Aqueles que contribuíram para a elaboração deste trabalho em especial: Viviane Cássia Dias, Marcelo Góes e Maria Rosângela Bedun que compartilharam para a concretização deste sonho.

Aos amigos presentes em memoráveis momentos nestes dois anos de caminhada.

As mulheres encarceradas que participaram desta pesquisa por compartilharem suas vivências.

As diretoras Marcela Dias Maio e Leonice Miranda Rocha Guarini por autorizarem a coleta de dados e a psicóloga Juliana Muniz de Freitas pela transmissão de informações.

Ao juiz de direito Eduardo Floriano Almeida, promotor de justiça José Luiz Rodrigues, delegados da polícia civil e polícia federal, a delegada da delegacia de

atendimento à mulher, e ao 2º Batalhão da polícia militar pela colaboração nas diferentes etapas deste trabalho.

Enfim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a elaboração desta dissertação.

RESUMO

Esta pesquisa aborda a temática da violência e tem como objetivo analisar geograficamente a dinâmica da violência criminal no espaço urbano da cidade de Três Lagoas – MS e sua relação com as mulheres que cumprem pena restritiva de liberdade no sistema penitenciário feminino. Assim, busca-se compreender a organização sócio espacial da cidade por meio da espacialização dos dados criminais. Desse modo, constata-se que na cidade de Três Lagoas a organização do espaço urbano é segregada e pode exercer influência no processo de criminalidade. No contexto desta pesquisa observou-se que a violência visível é mais evidente sobre as pessoas desprovidas de poder aquisitivo, negra ou parda e menos evidente entre a população mais abastada, no entanto, é patente que a prática de crimes relaciona-se a qualquer classe social. Estas contradições se materializam e desdobram dentro dos estabelecimentos penitenciários, especialmente as unidades penitenciárias femininas localizadas na cidade de Três Lagoas. Para alcançar o objetivo e impedir uma análise tendenciosa dos dados e informações obtidos, empenhou-se em manter o distanciamento essencial entre o pesquisador e o servidor, devido ao contato direto com o ambiente e situação analisada. Conclui-se que o tráfico de drogas é a principal causa da detenção e que o número de detentas vem crescendo, em proporção aos homens. Que em Três Lagoas o bairro Paranapungá é onde saíram a grande maioria das mulheres, que praticaram crimes que as levaram ao cárcere, que o Centro é o bairro de maior número de roubos e furtos, e as avenidas Ranulfo Marques Leal e Filinto Müller, são os principais pontos de comercialização de drogas e de prisão, por tráfico. A reinserção social das mulheres que cumprem pena restritiva de liberdade nos estabelecimentos penitenciários femininos da cidade de Três Lagoas é efetivamente possível, no entanto, enfrenta imensos desafios dentro do sistema atual.

Palavras-chave: Violência; Criminalidade; Organização do espaço urbano; Sistema Penitenciário.

ABSTRACT

This research addresses the issue of violence and aims to analyze geographically the dynamics of criminal violence in urban areas of the city of Três Lagoas - MS and their relationship with women who were convicted restrictive of freedom in the prison system for women. Thus, we seek to understand the socio-spatial organization of the city through the spatial distribution of crime data. Thus, it appears that the city of Três Lagoas organization of urban space is segregated and can influence the process of crime. In the context of this research noted that violence is most evident visible on people without purchasing power, black or brown and less evident among the more affluent population, however, it is clear that crimes related to any social class. These contradictions materialize and unfold within the prisons, especially the female prison units located in the city of Três Lagoas. To achieve the objectives and prevent a biased analysis of the data and information obtained, strove to keep the distance between the researcher and the key server, because direct contact with the environment and situation analysis. We conclude that drug trafficking is the main cause of the arrest and that the number of inmates has grown in proportion to men. That in Três Lagoas Paranapungá the neighborhood is where they left the vast majority of women who committed crimes that led to prison, the Centre is the neighborhood of a greater number of robberies and thefts, and avenues Ranulfo Marques Leal and Fillinto Müller are the main points of sale of drugs and in prison for trafficking. The social reintegration of women who were convicted restrictive of freedom of women in the prison city of Três Lagoas is indeed possible, however, faces huge challenges within the current system.

Keywords: Violence; Criminality; Urban space organization; Prison system.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização geográfica do município de Três Lagoas.....	63
Figura 2: Índice populacional de 1991 a 2011.....	64
Figura 3: Localização dos conjuntos habitacionais e condomínios fechados na cidade de Três lagoas/MS, em 2011.....	67
Figura 4: Evolução das taxas de homicídios femininos (em 100 mil mulheres) no Brasil.....	71
Figura 5: Evolução das taxas de ocorrências de violência doméstica em Três Lagoas de acordo com os meses do ano de 2011.	72
Figura 6: Quantitativo dos registros de ocorrências de violência contra a mulher de acordo com o tipo de local no ano de 2011.....	73
Figura 7: Quantitativo dos registros de ocorrências de violência contra a mulher de acordo com o bairro na cidade de Três Lagoas, no ano de 2011.....	73
Figura 8: Espacialização do crime de violência doméstica no espaço urbano três-lagoense, em 2011.....	74
Figura 9: Comparativo do crime de tráfico de drogas entre os anos 2010, 2011 e 2012, na cidade de Três Lagoas/MS.....	77
Figura 10: Quantitativo dos registros de ocorrências de tráfico de drogas de acordo com o bairro na cidade de Três Lagoas, no ano de 2011.....	78
Figura 11: Espacialização do crime de tráfico de drogas no espaço urbano três-lagoense, em 2011.....	79
Figura 12: Comparativo dos índices de homicídios dolosos registrados nas cidades de Araçatuba/SP, Corumbá/MS e Três Lagoas/MS, no ano de 2011.....	85
Figura 13: Quantitativo dos registros de ocorrências de homicídios dolosos de acordo com o bairro da cidade de Três Lagoas/MS, no ano de 2011.....	86
Figura 14: Espacialização do crime de homicídio doloso no espaço urbano três-lagoense, em 2011.....	87
Figura 15: Comparativo dos índices de roubos registrados nas cidades de Araçatuba/SP, Corumbá/MS e Três Lagoas/MS, no ano de 2011.....	89
Figura 16: Quantitativo dos registros de ocorrências de roubos na cidade de Três Lagoas, no período de janeiro a junho de 2011 e 2012.....	90
Figura 17: Comparativo dos registros de ocorrências de roubo entre janeiro de 2010 a junho de 2012, na cidade de Três Lagoas/MS.....	90
Figura 18: Quantitativo dos registros de ocorrências de roubos na cidade de Três Lagoas/MS, de acordo com o bairro no ano de 2011.....	91
Figura 19: Espacialização do crime de roubo no espaço urbano três-lagoense, em 2011.....	92
Figura 20: Comparativo dos índices de furtos registrados nas cidades de Araçatuba/SP, Corumbá/MS e Três Lagoas/MS, no ano de 2011.....	93
Figura 21: Quantitativo dos registros de ocorrências de furtos no período de janeiro a junho de 2011 e 2012, na cidade de Três Lagoas/MS.....	94
Figura 22: Comparativo dos registros de ocorrências de furtos entre os anos 2010, 2011 e 2012, na cidade de Três Lagoas/MS.....	95
Figura 23: Quantitativo dos registros de ocorrências de furtos na cidade de Três Lagoas/MS, de acordo com bairro, no ano de 2011.....	95

Figura 24: Espacialização do crime de furto no espaço urbano três-lagoense, em 2011.....	96
Figura 25: Evolução da população carcerária brasileira no período de 2008 a 2011.....	100
Figura 26: Estado civil das mulheres encarceradas no sistema penitenciário de Três Lagoas/MS, em 2011.....	108
Figura 27: Crimes praticados pelas mulheres encarceradas no sistema penitenciário de Três Lagoas/MS, em 2011.....	109
Figura 28: Razões motivadoras para a prática de crimes cometidos pelas mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas/MS, em 2011.....	110
Figura 29: Uso de drogas pelas mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas/MS, anterior à prisão, em 2011.....	111
Figura 30: Reincidência das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas/MS, em 2011.....	112
Figura 31: Motivo da prisão das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas/MS, em 2011.....	112
Figura 32: Faixa etária das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas/MS, em 2011.....	113
Figura 33: Escolaridade das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas/MS, em 2011.....	114
Figura 34: Cor da pele das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas/MS, em 2011.....	115
Figura 35: Trabalho das mulheres encarceradas anterior à prisão nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas/MS, em 2011.....	116
Figura 36: Faixa salarial das atividades laborativas exercidas pelas mulheres anteriores à prisão nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas/MS, em 2011.....	117
Figura 37: Existência de filhos das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas/MS, em 2011.....	118
Figura 38: Quantidade de filhos das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas/MS, em 2011.....	119
Figura 39: Corredor que dá acesso às alas do Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas.....	121
Figura 40: Instalações das celas das detentas no Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas.....	122
Figura 41 a e b: Pátios das alas destinados à convivência e banho de sol.....	122
Figura 42: Sala de aula do Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas.....	123
Figura 43: Palestra motivacional ministrada por alunos do curso de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Centro Espírita José Xavier.....	125
Figura 44: Instalações da cozinha industrial no Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas.....	126
Figura 45 a e b: Enfermaria destinada ao atendimento médico das presas do Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas.....	129
Figura 46: Procedências das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas/MS, em 2011.....	132
Figura 47: Região leste do Estado de Mato Grosso do Sul.....	133

Figura 48: Espacialização das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas, que residiam no espaço urbano três-lagoense antes da prisão, de acordo com o bairro.....	135
Figura 49: Evolução da população carcerária no Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas/MS, no período de 2005 a 2008.....	139
Figura 50: Evolução da população carcerária no Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas/MS, no período de 2010 a 2012.....	140
Figura 51: Local da prisão das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas/MS, em 2011.....	141
Figura 52: Espacialização das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas, que residiam no espaço urbano três-lagoense antes da prisão, de acordo com o estado civil.....	143
Figura 53: Espacialização das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas, que residiam no espaço urbano três-lagoense antes da prisão, de acordo com a escolaridade.....	145
Figura 54: Espacialização das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas, que residiam no espaço urbano três-lagoense antes da prisão, de acordo com a dependência de drogas.....	147
Figura 55: Espacialização das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas, que residiam no espaço urbano três-lagoense antes da prisão, de acordo com a faixa etária.....	149
Figura 56: Espacialização das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas, que residiam no espaço urbano três-lagoense antes da prisão, de acordo com a cor da pele.....	151
Figura 57: Espacialização das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas, que residiam no espaço urbano três-lagoense antes da prisão, de acordo com os filhos.....	153
Figura 58: Espacialização das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas, que residiam no espaço urbano três-lagoense antes da prisão, de acordo com o trabalho.....	155
Figura 59: Espacialização das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas, que residiam no espaço urbano três-lagoense antes da prisão, de acordo com a reincidência.....	157
Figura 60: Espacialização das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas, que residiam no espaço urbano três-lagoense antes da prisão, de acordo com a faixa salarial.....	159
Figura 61: Crimes praticados no bairro onde moravam pelas mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas, que residiam no espaço urbano três-lagoense, antes da prisão, em 2011.....	164
Figura 62: Estado civil das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas provenientes de outras cidades, em 2011.....	165
Figura 63: Realização de contrato para transporte de drogas pelas mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas, em 2011.....	166

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Três Lagoas: evolução do PIB – 2002 a 2009.....	64
Tabela 2: Evolução da população carcerária de Três Lagoas, no período de 2004 a 2009.....	102
Tabela 3: Atividades laborais exercidas anterior à prisão pelas mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas/MS, em 2011.....	116
Tabela 4: Número de mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciário de Três Lagoas/MS, por cidade de Mato Grosso do Sul, em 2011.....	132
Tabela 5: Quantitativo de mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas/MS, que residiam no espaço urbano três-lagoense, por bairro, em 2011.....	134
Tabela 6: Estado civil das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas/MS, que residiam no espaço urbano três-lagoense, antes da sua prisão, em 2011.....	142
Tabela 7: Escolaridade das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas/MS, que residiam no espaço urbano três-lagoense, antes da sua prisão, em 2011.....	144
Tabela 8: Dependência de drogas das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas, que residiam no espaço urbano três-lagoense, antes da sua prisão, em 2011.....	146
Tabela 9: Faixa etária das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas, que residiam no espaço urbano três-lagoense, antes da sua prisão, em 2011.....	148
Tabela 10: Cor da pele das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas, que residiam no espaço urbano três-lagoense, antes da sua prisão, em 2011.....	150
Tabela 11: Mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas que possuem filhos e residiam no espaço urbano três-lagoense, antes da sua prisão, em 2011.....	152
Tabela 12: Trabalho das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas, que residiam no espaço urbano três-lagoense, antes da sua prisão, em 2011.....	154
Tabela 13: Reincidência das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas, que residiam no espaço urbano três-lagoense, antes da sua prisão, em 2011.....	156
Tabela 14: Faixa salarial das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas, que residiam no espaço urbano três-lagoense, antes da sua prisão, em 2011.....	158

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

2º BPM – 2º Batalhão da Polícia Militar

AGEPEN/MS – Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul

CIIP – Centro Internacional de Investigação de Informação para a Paz

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional

DSP – Departamento do Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul

EPFRSAAATL – Estabelecimento Penal Feminino de Regimes Semiaberto, Aberto e Assistência à Albergada

EPFTL – Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

InfoPen – Sistema Integrado de Informações Penitenciárias

MJ – Ministério da Justiça

MS – Mato Grosso do Sul

OEA – Organização dos Estados Americanos

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PCMS – Primeiro Comando de Mato Grosso do Sul

PIB – Produto Interno Bruto

Senai - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SIGO – Sistema Integrado de Gestão Operacional

SIM/DATASUS - Sistema de Informações sobre Mortalidade e Banco de Dados do Sistema Único de Saúde do Ministério da Saúde

SP – São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. METODOLOGIA	23
1.1 Considerações Metodológicas.....	23
1.2 Recorte espaço temporal da pesquisa.....	25
1.3 Fontes de informação.....	25
1.3.1 Fontes primárias.....	25
1.3.2 Fontes secundárias.....	29
2 VIOLÊNCIA, CRIMINALIDADE E SISTEMA PENITENCIÁRIO	31
2.1 Violência e Criminalidade.....	31
2.2 Cidadania e Direitos Humanos.....	36
2.3 Sistema penitenciário: história e contextos.....	39
2.4 Estrutura do sistema penitenciário brasileiro.....	42
2.4.1 Ministério da Justiça.....	42
2.4.2 Departamento Penitenciário Nacional.....	44
2.4.3 O Sistema Integrado de Informações Penitenciárias – InfoPen.....	45
2.5 O Sistema Penitenciário do Estado de Mato Grosso do Sul.....	47
3 ESPACIALIZAÇÃO DO CRIME NA CIDADE DE TRÊS LAGOAS	51
3.1 A visão geográfica da violência.....	51
3.2 Do espaço ao território usado.....	52
3.3 A produção do espaço da violência: Território da Violência.....	54
3.4 A formação do espaço urbano de Três Lagoas.....	62
3.5 Análise da violência criminal no espaço urbano de Três Lagoas.....	68
3.5.1 Análise da Violência Doméstica.....	70
3.5.2 Análise do Tráfico de Drogas.....	76
3.5.3 Análise do Homicídio.....	83

3.5.4 Análise do Roubo e Furto.....	88
4 ESTABELECIMENTOS PENITENCIÁRIOS FEMININOS DE TRÊS LAGOAS	99
4.1. Mulheres encarceradas no Brasil.....	99
4.2 Perfil da mulher encarcerada nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas.....	106
4.3 Condições carcerárias.....	120
4.3.1 Condições degradantes.....	120
4.3.2 Violência, maus tratos e agressões.....	127
4.3.3 Acesso a produtos de higiene	128
4.3.4 Saúde da mulher encarcerada.....	128
4.4 Espacialização da origem das mulheres encarceradas.....	130
5 A ESPACIALIZAÇÃO DA CRIMINALIDADE E AS MULHERES ENCARCERADAS NA CIDADE DE TRÊS LAGOAS.....	137
CONSIDERAÇÕES.....	171
REFERÊNCIAS.....	178
APÊNDICE.....	188
1 Modelo de entrevista realizada com as mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas.....	188
ANEXO A: ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS DELEGADOS.....	193
1 Juvenal Laurentino Martins, Delegado de Polícia Civil da Primeira Delegacia de Polícia de Três Lagoas.....	193
2 Pierre Bernard Vicent, Delegado da Polícia Federal.....	195
3 Letícia Mobis Alves, Delegada de Polícia Civil da Delegacia de Atendimento à Mulher de Três Lagoas.....	197
ANEXO B: ENTREVISTAS REALIZADAS COM AS DIRETORAS DOS ESTABELECIMENTOS PENITENCIÁRIOS FEMININOS DE TRÊS LAGOAS	199
1 Leonice Miranda Rocha Guarini, Diretora do Estabelecimento Penal Feminino de Regimes Semiaberto, Aberto e Assistência à Albergada de Três Lagoas.....	199
2 Marcela Dias Maio, Diretora do Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas.....	201

ANEXO C: ENTREVISTA REALIZADA COM O JUIZ DE DIREITO.....	204
1 Eduardo Floriano Almeida, Juiz de Direito da Segunda Vara Criminal de Três Lagoas.....	204
ANEXO D: ENTREVISTA REALIZADA COM A PSICÓLOGA.....	206
1 Juliana Muniz de Freitas, Psicóloga do Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas.....	206
ANEXO E: ENTREVISTA REALIZADA COM O PROMOTOR DE JUSTIÇA.....	209
1 José Luiz Rodrigues, Promotor de Justiça da Terceira Promotoria de Justiça de Três Lagoas.....	209
ANEXO F: ENTREVISTA REALIZADA COM AS MULHERES ENCARCERADAS.....	211
Presa 1	211
Presa 2	215
Presa 3	219
Presa 4	223
Presa 5	227
Presa 6	231
Presa 7	235
Presa 8	239
Presa 9	243
Presa 10	247
Presa 11.....	251
Presa 12	255

INTRODUÇÃO

Violência é um fenômeno que se dissemina pela sociedade numa escala global. Na atualidade a violência distancia-se de atos isolados de pessoas mentalmente doentes e transtornadas e é cada vez mais determinante a influência pelo contexto da sociedade capitalista desigual.

Sutherland (1965) famoso autor da Escola de Chicago (COULON, 1995), defende que a principal origem da violência é determinada pela influência da organização social e da herança cultural sobre os indivíduos e não está em questões de ordem psicológica ou patológica, apesar de reconhecer um componente individual na criminalidade.

Diante de um conceito extremamente amplo, já que, a violência pode abranger desde atitudes de superioridade até as manifestações extremas como homicídios. Razão pela qual se torna um tanto difícil abordar o tema da violência, visto que a sua realidade percorre desde as violências vermelhas (sangrentas) até as violências brancas (como o empregado de linha de montagem que, nas grandes indústrias, é na verdade o prisioneiro de um campo de concentração habilmente disfarçado) (MORAIS, 1981, p. 16).

O fenômeno violência adquire novos contornos. Tradicionalmente a violência constituía atos descritos na legislação criminal, como furtos, roubos e homicídios. Hodiernamente somam-se aos atos que violam os direitos humanos, como os abusos sexuais e discriminação racial e de gênero, englobando a agressão física e psicológica, como desrespeito, ameaças, humilhação, exclusão (WAISELFSZ, 2011).

Esse estudo propõe-se abordar a violência com enfoque à violência criminal no espaço urbano de Três Lagoas. O termo criminal deriva da palavra crime, assim, nesta pesquisa trabalha-se com os crimes previstos no Código Penal Brasileiro, visto que os tipos penais constituem uma modalidade de violência.

As metrópoles do Brasil sofrem com essa temática e observa-se a busca incessante de práticas de enfrentamento, entretanto as cidades médias também vêm apresentando significativos níveis de criminalidade.

A violência nas cidades não se resume a uma questão quantitativa pelo número de pessoas atingidas, constitui um fenômeno complexo, uma nova face da

criminalidade ligada ao crime organizado, poder paralelo ao do Estado, interfere na formação do território e amedronta os cidadãos.

De acordo com Lederman & Loayza (1999) há uma crescente preocupação mundial com a elevada incidência criminal e comportamentos violentos que está crescendo em muitos locais do mundo, com destaque para a América Latina, o Caribe e a África Subsariana. A desenfreada ocorrência de crimes e violências tem efeitos prejudiciais nas atividades econômicas e, principalmente, sobre a qualidade de vida dos cidadãos. Desta forma, a violência criminal é prioridade nas políticas nacionais e nas discussões do mundo todo.

A dinâmica da violência criminal nas cidades brasileiras tendem a ser um fator determinante e causador de profundas alterações no espaço urbano. As classes da sociedade que possuem maior poder econômico, na ânsia de segurança e conforto, buscam moradias mais seguras, localizadas principalmente em condomínio fechados. Pois os condomínios fechados são uma forma de desenvolvimento imobiliário em que o acesso de pessoas e veículos é restrito. São normalmente caracterizados por muros altos e guardados por forte esquema de segurança mantido por firmas particulares de segurança.

Assim, a disseminação da violência é um argumento utilizado como fundamento para justificar a edificação de elevados muros para proteger as pessoas pertencentes às classes mais abastadas das patologias sociais.

Diante deste panorama a Ciência Geográfica visa contribuir para a análise e compreensão da violência criminal na organização espacial da cidade de Três Lagoas.

Visto que a influência exercida pela violência na reestruturação do espaço urbano estimula a problemática da segregação sócio espacial, concentra as famílias pobres e de minorias em áreas afastadas da área central da cidade nas quais frequentemente faltam os serviços básicos. Dornelles (1998) afirma que nas cidades ocorre uma forma de segregação comparada a um sistema de *apartheid* não assumido, populações de altas rendas vivendo em condomínios fechados.

Como nova questão social a violência provoca modificações na organização do Estado, ou seja, formas contemporâneas de controle social, como segurança privada, e crise evidente das funções sociais do Estado, como saúde, educação, segurança.

Surge, portanto, exclusão social, disseminação das violências e ruptura de laços sociais resultando no encarceramento dos excluídos da vida econômica e social, além de alimentar e consolidar a indústria carcerária, onde se verifica o constante crescimento de advogados, fornecedores de equipamentos carcerários.

É recorrente notícias na mídia de prisões consideradas como verdadeiros depósitos de pessoas que não comportam a totalização dos apenados dentro das celas em condições de habitabilidade absolutamente precárias, assim, nota-se a má qualidade de vida existente nos presídios: precarização de assistência médica, de condições de higiene, perigo de doenças infectocontagiosas.

Um país extenso como o Brasil as circunstâncias concretas dos estabelecimentos penais não são iguais em todo o seu território, mas é notório unidades prisionais que exercem negações dos direitos sociais e ferem veementemente os direitos dos apenados, o que prejudica o convívio social e altera a conduta do preso ao retornar a liberdade. Caracteriza o descaso com a população carcerária no Brasil a morosidade do processo judiciário, e é comum não se ter informações sobre o andamento dos processos.

A prisão deveria ser a última medida a ser utilizada, a esperança das estruturas formais do Estado no combate do processo de criminalidade brasileiro. Enfim, ela constitui a sustentação do sistema penal clássico, além de ser também a base dos programas destinados à prevenção e repressão dos atentados mais graves aos bens e interesses da humanidade e do Estado.

O sistema penal encontra-se em débito, a mercê da criminalidade e distante de liquidar seus objetivos essenciais. Atrelado ao desinteresse em tratar com o necessário rigor o fenômeno criminal em toda a sua amplitude.

Por meio da análise das especificidades pretende-se tornar público as características das mulheres atrás dos muros e das grades de uma penitenciária, suas dificuldades, negações, afirmações, contradições, complicações, possibilidades e limitações. Através destas informações busca-se desmistificar os conceitos preexistentes de que penitenciárias são lugares onde há apenas repressão e assim, subsidiar discussões que contribuam o desenvolvimento e compreensão das mulheres reclusas nas unidades prisionais.

Esta análise pauta-se pela pesquisa quantitativa e qualitativa devido o contato direto com o ambiente investigado e pela pretensão de compreender como o objeto

de estudo teoricamente analisado se revela nas atividades, procedimentos e interações cotidianas (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Contudo, executa-se um trabalho com cuidado minucioso na manutenção do distanciamento necessário entre o pesquisador e o servidor, evitando uma análise parcial, mas conserva-se a proposta de trazer à tona considerações e perspectivas acerca da experiência vivenciada.

Assim, no processo de apreensão da realidade o pesquisador desenvolve um olhar clínico embasado na postura de atenção em relação à natureza do objeto de estudo, e, amparado no percurso empírico e teórico, coleta de informações para atingir os objetivos propostos na pesquisa.

Este estudo apresenta alguns pressupostos teóricos iniciais, porém procura-se em manter atenção aos elementos referente o contexto específico analisado para interpretá-los não somente como servidor da carreira, mas essencialmente como pesquisador.

Busca-se, ainda, demonstrar como uma multiplicidade de fatores inerentes à condição humana tem se demonstrado na prática dentro do sistema penitenciário. O caso analisado está delimitado aos estabelecimentos penais femininos de Três Lagoas - MS. Entretanto, vale ressaltar que o mesmo fenômeno pode se apresentar de forma similar em outras Unidades Penais do Estado de Mato Grosso do Sul, ou do Brasil, e ao mesmo tempo distinto, próprio e singular.

Para a realização desta pesquisa definiu como área de estudo o espaço urbano de Três Lagoas - MS e como objetivo geral, espacializar e analisar geograficamente a dinâmica da violência criminal, fundamentalmente dos tipos penais de violência doméstica, tráfico de drogas, homicídio, roubo e furto no espaço urbano da cidade de Três Lagoas – MS e sua relação com as mulheres que cumprem pena restritiva de liberdade no sistema penitenciário feminino.

Os objetivos específicos constituem:

- Espacializar os dados criminais dos tipos penais violência doméstica, tráfico de drogas, homicídio, roubo e furto no espaço urbano da cidade de Três Lagoas – MS.
- Caracterizar as mulheres encarceradas que cumprem pena restritiva de liberdade nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas.
- Espacializar as mulheres encarceradas que cumprem pena restritiva de liberdade nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas e residiam na cidade.

- Analisar a dinâmica da criminalidade na cidade.
- Analisar a inserção das mulheres reclusas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas na dinâmica da criminalidade na cidade.

Vale ressaltar que abordou-se os crimes violência doméstica, tráfico de drogas, homicídio, roubo e furto em virtude da influência e incidência destes tipos penais no universo da criminalidade feminina.

A estrutura desta dissertação organiza-se em cinco capítulos. O primeiro deles, Metodologia, apresenta a postura metodológica que tangencia o objeto de pesquisa, com discussões sobre os pressupostos da reflexão dialética no âmbito da Geografia.

Já no segundo capítulo, Violência, Criminalidade e Sistema Prisional, traz uma reflexão sobre a temática da violência sobre o prisma teórico, elucidando questões de definição dos termos violência e criminalidade e sobre a tipologia criminal. Nesta perspectiva, o estudo aborda a cidadania e direitos humanos e suas constantes violações no ambiente prisional. Analisa-se a história e contexto do sistema penitenciário brasileiro e, por fim, o foco é direcionado para os Estabelecimentos Prisionais do Estado de Mato Grosso do Sul. Apresentam-se os dados sobre o sistema penitenciário nacional e do Estado de Mato Grosso do Sul, explicitando as atuações dos órgãos responsáveis.

No terceiro capítulo, Espacialização do crime na cidade de Três Lagoas, busca a tentativa de estudar a violência a partir do território, no entanto, abordou-se a espacialização, visto que para atingir a territorialização seria necessário uma diversidade maior de dados que estabelecessem as relações de poder e delineassem identidades. Nestes termos, trabalham-se conceitos basilares como espaço geográfico e território usado. Aborda-se a influência da violência no espaço urbano. Reflete-se sobre a problemática do medo e a sensação de insegurança que modificam os hábitos das pessoas e a organização do espaço urbano. Especifica a questão da violência e da criminalidade na cidade de Três Lagoas, abordada a partir de dados dos boletins de ocorrência registrados no 2º Batalhão da Polícia Militar, além de informações obtidas a partir de entrevistas com os delegados da polícia civil, polícia federal, juiz de direito estadual e promotor de justiça estadual contribuíram apresentando posicionamentos e sugestões relacionados à melhoria da qualidade de vida da população.

O quarto capítulo é dedicado ao estudo espacialização dos crimes praticados pelas mulheres que cumprem pena restritiva de liberdade nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas, busca-se, ainda, traçar um perfil destas mulheres encarceradas através da coleta de dados que possibilitam a visualização das condições carcerárias em que encontram as mulheres presas nos estabelecimentos penitenciários localizados na cidade de Três Lagoas.

No quinto capítulo é analisada a espacialização das mulheres que cumprem pena restritiva de liberdade nas instituições penitenciárias femininas de Três Lagoas e provenientes da cidade de Três Lagoas. Os dados foram mapeados levando em consideração a divisão de bairros da cidade.

Nas Considerações sintetizam as análises realizadas durante a pesquisa sobre a dinâmica da violência criminal no espaço urbano de Três Lagoas. Além disso, é avaliada a situação dos estabelecimentos penais femininos presentes na cidade de Três Lagoas.

Por fim, embasado no vasto material bibliográfico sobre a referida temática, este estudo visa contribuir para o debate sobre a violência, alicerçado nas teorias e elaborando análises que possam ampliar e enriquecer a discussão, e gerar subsídios para ações e/ou novos estudos que visem aperfeiçoar o sistema. Visto que, o sistema possui falhas, principalmente de seus espaços construídos que são deficientes, desumanos e excludentes.

1 METODOLOGIA

Em virtude da volumosa discussão teórica nos capítulos 2 e 3 sobre temas relevantes como criminalidade, violência, entre outros, optou-se por não trabalhá-los na metodologia, que se restringiu a descrever os procedimentos metodológicos para a operacionalização da pesquisa.

1.1 Procedimentos Metodológicos

Diante da convicção de ordenar e sistematizar a atividade de coleta de dados, primeiramente destaca-se a trilha metodológica que instruiu esta pesquisa, propiciando, assim, maior segurança e veracidade aos resultados obtidos.

Para a realização das pesquisas para este trabalho orientou-se nos ensinamentos de Gomes (2005), que afirma que a metodologia, o enquadramento teórico e a habilidade do investigador na construção do trabalho científico compõem o tripé de sustentação da investigação científica.

Em consonância Bruyne (1977, p. 26):

A metodologia deve ajudar a explicar não apenas os produtos da investigação científica, mas principalmente seu próprio processo, pois suas exigências não são de submissão estrita a procedimentos rígidos, mas antes de fecundidade na produção dos resultados.

A metodologia deve explicar principalmente o processo da investigação científica e não apenas os produtos deste, demonstrando claramente o intuito de manter a flexibilidade do esquema de trabalho, utilizando-a para progressão e ampliação da teorização e não tão somente como desculpa para justificar a falta de um método teórico definido (ANDRÉ, 1991, p. 39).

A análise dos dados está embasada em evidências fatuais presente no conhecimento prévio referente à temática, em consonância com as afirmações de Bruyne (1977), as teorias científicas fornecem “um quadro coerente dos fatos

conhecidos, indicam como são organizados e estruturados, explicam-nos, prevê e fornecem, assim, pontos de referência para a observação dos fatos novos”.

Diante deste panorama, e condizente com a natureza do questionamento, desenvolveu-se um estudo quantitativo e qualitativo dos tipos penais violência doméstica, tráfico de drogas, homicídio, roubo e furto no espaço urbano da cidade de Três Lagoas – MS e das mulheres que cumprem pena restritiva de liberdade no sistema penitenciário feminino.

O crescente número de mulheres encarceradas na cidade de Três Lagoas, especialmente em função do tráfico de drogas, incomoda essa pesquisadora profundamente, que se institui insistentemente nos questionamentos sobre o ambiente carcerário, resultando no tema central da pesquisa.

Sabe-se, contudo, que essa temática abarca uma complexidade que não se esgota em uma pesquisa de mestrado. Assim, esta pesquisa não tem por objetivo produzir uma análise qualitativa ou quantitativa exaustiva que chegue ao atendimento das novas territorialidades e identidades das mulheres que cumprem pena restritiva de liberdade nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas, mas traçar um perfil e efetuar uma espacialização dessas características, por fim, analisar a inserção das mulheres reclusas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas na dinâmica da criminalidade na cidade.

É de salutar importância evidenciar que seguindo os pressupostos da análise decompôs-se o fenômeno em partes, de tal modo que essas partes se organizem em sua recíproca dependência, procurando ordenar as relações que se estabelecem entre elas (FERRARI, 1982, p. 241).

Sob este prisma e visando compreender como se dão as contradições evidenciadas pelas instituições penitenciárias femininas e pela dinâmica da violência criminal diagnosticada na cidade de Três Lagoas, bem como seu processo, a metodologia deve abordar as ciências sob o ângulo não tão somente do seu produto, deve empenhar-se em entender como a gênese das contradições constatadas e a forma como se manifestam nas entranhas de um sistema objetivamente identificado como um modelo de reinserção e ressocialização determinado a suprir as necessidades das presas do sistema penitenciário, e, especialmente, do cidadão.

1.2 Recorte espaço temporal da pesquisa

A pesquisa foi conduzida de janeiro de 2010 a junho de 2012 e foi necessário balizar o enfoque da pesquisa às seguintes questões de territorialidade da cidade de Três Lagoas: o processo de urbanização e a produção do espaço da violência, exclusão social, pobreza, periferização e segregação sócio espacial.

Tocante a territorialização e espacialização das mulheres encarceradas esta pesquisa considerou todas as mulheres presas, ou seja, aquelas em instalações do sistema penitenciário localizado na cidade de Três Lagoas sob a responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública e da Agência de Administração Penitenciária do Estado de Mato Grosso do Sul.

1.3 Fontes de informação

As informações sobre cada área foram coletadas das seguintes fontes:

1.3.1 Fontes primárias

As realizações das pesquisas, para o desenvolvimento deste trabalho foram feitas no período compreendido de janeiro de 2010 a junho de 2012 efetuou-se contatos com autoridades locais pertinentes visando explicar os objetivos do trabalho e buscando apoio logístico durante os dias de pesquisa, que envolveu entrevistas, observações, registros fotográficos e atualização de mapas, pois houve modificações expressivas no espaço compreendido pela cidade de Três Lagoas.

As entrevistas realizadas para a pesquisa consistiu fundamentalmente em:

- a) entrevistas com o juiz de direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Três Lagoas e o promotor de justiça da 3ª Promotoria de Justiça de Três Lagoas.
- b) entrevistas realizadas com 43 (quarenta e três) mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários femininos localizados na cidade de Três Lagoas.

Para essas entrevistas desenvolveu-se um questionário com perguntas abertas e fechadas (Apêndice 1). Efetuou-se um teste preliminar desse formulário com algumas mulheres que cumprem pena no Estabelecimento Penal Feminino de Regimes Semiaberto, Aberto e Assistência a Albergada de Três Lagoas a partir do qual foram realizadas algumas adaptações e alterações necessárias. Os dados foram tabulados e analisados com o auxílio de planilhas e de mapas temáticos.

c) entrevistas com a psicóloga e as diretoras das penitenciárias femininas localizadas na cidade de Três Lagoas durante as visitas aos estabelecimentos penitenciários.

d) entrevistas com os delegados responsáveis pelas Delegacias de Polícia Civil e Federal fixadas na cidade de Três Lagoas.

A essência desta pesquisa: entrevistas com mulheres encarceradas, juiz, promotor, delegados da polícia civil e federal, psicóloga e diretoras das penitenciárias; ocorreram entre abril e junho de 2011.

Totalizou-se 53 (cinquenta e três) pessoas entrevistadas em penitenciárias femininas, delegacias, fórum, promotoria da cidade de Três Lagoas, sendo 43 (quarenta e três) presas, 02 (duas) diretoras e 01 (uma) psicóloga dos estabelecimentos penitenciários femininos localizados na cidade de Três Lagoas, 01 (um) juiz de direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Três Lagoas, 01 (um) promotor de justiça da 3ª Promotoria de Justiça de Três Lagoas, 04 (quatro) delegados da polícia civil e 01 (um) delegado da polícia federal foram entrevistados.

As entrevistas das mulheres encarceradas, diretoras e psicóloga foram efetuadas nas penitenciárias femininas localizadas na cidade de Três Lagoas, que constituem um número de duas unidades.

As diretoras estavam dispostas a serem entrevistadas sobre o tratamento das mulheres presas e os agentes penitenciários efetuaram o devido acompanhamento numa inspeção das instalações.

As condições de trabalho de campo realizadas no interior de um presídio são difíceis e complexas. Em relação à infraestrutura apresentou algumas deficiências, como pouca ventilação, iluminação precária, mas, fundamentalmente, quanto ao clima de desconfiança que impera entre as presas, uma vez que nova presença passa por um período de suspeita que somente foi superada com o passar dos dias.

No decorrer do período de três meses necessário para organizar entrevistas com as mulheres encarceradas nas unidades penais localizadas na cidade Três Lagoas verificaram-se rotatividade constante do contingente carcerário.

Foi concedido o acesso ao Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas (EPFTL) e ao Estabelecimento Penal Feminino de Regimes Semiaberto, Aberto e Assistência à Albergada de Três Lagoas (EPFRSAAATL) escolhidos para estudo desta pesquisa, assim, durante as entrevistas realizadas nos referidos estabelecimentos foi concedida liberdade de acesso e privacidade na condução da pesquisa.

As entrevistas foram efetuadas dentro do estabelecimento penitenciário feminino em sala reservada no setor administrativo e sem supervisão direta das autoridades penitenciárias. No entanto, no Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas não foi permitido à realização da entrevista das mulheres que encontravam nas celas de castigo.

No Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas onde as mulheres cumprem pena em regime fechado foi permitido ficar aproximadamente duas horas, no período vespertino, em dias úteis, além de limitações referentes o andamento rotineiro do trabalho dos agentes penitenciários, pois acaso houvesse suspeita de motins, rebeliões ou alguma perturbação da ordem à visita era suspensa para manutenção da segurança do estabelecimento penitenciário e da própria entrevistadora.

No Estabelecimento Penal Feminino de Regimes Semiaberto, Aberto e Assistência à Albergada de Três Lagoas verificou-se a ocorrência das limitações supracitada, adicionada a necessidade de realizar as entrevistas no período noturno, por cerca de duas horas, em dias úteis, em decorrência das peculiaridades do cumprimento da pena em regimes semiaberto e aberto, ou seja, as mulheres que cumprem pena neste estabelecimento são liberadas às 06 (seis) horas e retornam à unidade às 19 (dezenove) horas para o repouso noturno.

Portanto, houve uma variação no número de mulheres entrevistadas nas unidades penais, em conformidade com o tempo e período disponibilizado para a visita em cada penitenciária.

No decurso das entrevistas utilizou-se um roteiro/questionário-padrão detalhado. As entrevistas ocorreram individualmente e às presas foi concedido a liberdade e iniciativa para prestar as informações e depoimentos pessoais.

Preliminarmente, efetuou uma explicação cautelosa dos objetivos da pesquisa, realçando a importância de participarem, e o comprometimento de não revelar a identidade delas, solicitou-se a leitura pormenorizada da Declaração de Consentimento Livre e, em caso afirmativo de participação, que a assinassem. Após efetivar os devidos esclarecimentos e informações deu-se início a entrevista.

Os princípios éticos defendidos por este estudo orientaram a aplicação das entrevistas, nas quais se observou, preliminarmente, as informantes, protegendo seus direitos e sua privacidade. Afinal, a preservação do anonimato é fator primordial para conquista da confiança e efetiva participação das mulheres reclusas.

Evidenciou-se benéfica a opção pela dispensa de gravadores, visto que evitou a inibição das entrevistadas. Assim, além das informações fundamentais ao desenvolvimento desta pesquisa e no intuito de atingir seus objetivos, se obteve, de forma espontânea, depoimentos e respostas expandidas que contribuíram para o enriquecimento deste trabalho.

Entretanto, vale ressaltar, que o estudo deparou com limitações no decurso das entrevistas das mulheres encarceradas que merecem ser destacadas. O primeiro reporta-se ao tema de segurança e criminalidade, que em muitas vezes deixa as pessoas pouco à vontade para falar a respeito; assim, as entrevistas não foram gravadas e foram garantidas as presas entrevistadas o sigilo nominal. Ademais, resguardando a segurança da pesquisadora, foi respeitado o silêncio e disponibilidade de prestar as informações.

Deste modo, foram resguardados todos os preceitos éticos em todas as etapas desta pesquisa, visto que abordou uma população vulnerável: as mulheres encarceradas. Estas mulheres temem a exposição de seus pensamentos de um modo mais transparente, e que futuramente, estes possam acarretar de alguma forma complicações nos processos judiciais ou em alguma represália. Assim, confere-se o total anonimato nas falas.

Adotou-se em substituição ao nome, a denominação de Presa acrescida de um número ordinal.

Diante destas considerações, essa pesquisa respeita os valores éticos, culturais, sociais e, inclusive, os hábitos, costumes e “ética” prisional permeados pela população carcerária.

Enfim, confia-se veementemente que os levantamentos, considerados na sua totalidade, sejam suficientes e satisfatórios para a investigação pretendida, de modo que os depoimentos das mulheres encarceradas são extremamente reveladores.

Como o grande volume de informações geradas pela aplicação dos questionários iria deixar a dissertação com um número excessivo de anexos, optou-se em anexar apenas os questionários mais relevantes, que sintetizavam a ideia dessa parcela da sociedade. Os demais, das autoridades entrevistadas foram reproduzidos nos anexos, em sua íntegra.

1.3.2 Fontes secundárias

Este estudo utilizou os dados relacionados à criminalidade do banco sobre os tipos penais do Sistema Integrado de Gestão Operacional (SIGO) fornecido pelo 2º Batalhão da Polícia Militar de Três Lagoas (2º BPM) no período de janeiro de 2010 a junho de 2012 e as informações censitárias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ano de 2011.

As informações do sistema SIGO da polícia militar referem-se às ocorrências registradas nos boletins de ocorrência. Tais dados permitiram a análise em grande escala cartográfica (bairros), das modalidades dos crimes homicídio, roubo, furto, tráfico de drogas e violência contra a mulher, vinculados às ocorrências criminais e à incidência feminina como autoras destes tipos penais que cumprem pena restritiva de liberdades nos estabelecimentos penitenciários femininos de Três Lagoas.

Esses dados apresentaram certas deficiências. Coletados por bairros, eles são passíveis de sofrerem distorções na origem, ou seja, os boletins de ocorrência sobre os quais eles se baseiam podem ter sido preenchidos, em algumas ocasiões, de maneira equivocada. O registro incompleto foi um dos problemas enfrentados constantemente por esta pesquisa. No banco do sistema SIGO da polícia militar, período de janeiro de 2010 a junho de 2012, várias ocorrências não apresentavam informações dos bairros, entretanto, este fato não desqualificou os dados.

Ponderando tal constatação, avaliando a série histórica (janeiro de 2010 – junho de 2012), que atualmente é complementada e organizada sistematicamente pelo sistema SIGO (janeiro de 2010 – junho de 2012) e levando em conta que a

polícia militar é a única fonte que disponibiliza as informações referentes à violência no nível de detalhamento de bairros, optou-se pela utilização destes dados para a estruturação de indicadores e índices estatísticos.

Constitui, também, ampla fonte secundária, a diversidade de material sobre mulheres encarceradas, que inclui desde relatórios arquivados pelos estabelecimentos penitenciários femininos localizados na cidade de Três Lagoas, estatísticas oficiais publicadas pela Secretaria da Segurança Pública e pela Agência de Administração Penitenciária do Estado de Mato Grosso do Sul, inclusive o relatório estatístico analítico do sistema prisional disponível no Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN).

2 VIOLÊNCIA, CRIMINALIDADE E SISTEMA PENITENCIÁRIO

2.1 Violência e criminalidade

Na busca de um conceito de violência em si, deparou-se com inúmeras tipologias e formas de abordagem desse fenômeno complexo e multifacetado em sua totalidade.

Assim, a dificuldade na definição do que é violência nos remete a análise da classificação da violência pela Organização Mundial de Saúde – OMS (2002) e das obras *Sobre a violência*, da filósofa política Hannah Arendt (1994) e *O estado da paz e a evolução da violência*, do Centro Internacional de Investigação e Informação para a Paz – CIIP (2002).

A definição dada pela OMS associa intencionalidade com a realização do “ato”, assim são excluídos os incidentes não intencionais, tais como ferimentos decorrentes de acidentes.

A Organização Mundial de Saúde (2002) considera violência como,

[...] todo uso intencional de força física ou poder, de fato ou em ameaça, contra si mesmo, contra outra pessoa, grupo ou comunidade, que resulta ou tem alta possibilidade de resultar em ferimentos, morte danos psicológicos, má formação ou privação (*apud KERBAUY et. al., 2006*).

E diferencia a tipologia da violência de acordo com as formas, circunstâncias e os elos que conectam o ato violento em três amplas categorias: violência auto-infligida ou autodirigida, violência interpessoal e violência coletiva.

A violência auto-infligida constitui a violência que uma pessoa inflige a si mesma e subdivide-se em comportamento suicida, que inclui os suicídios nas formas tentada e consumada, e agressão auto-infligida, como a mutilação.

A violência interpessoal é aquela infligida por outro indivíduo ou por um pequeno grupo de indivíduos, divide-se em duas subcategorias: violência de família e de parceiros íntimos, isto é, violência principalmente entre membros da família ou entre parceiros íntimos, e violência na comunidade, ou seja, a violência entre

indivíduos sem relação pessoal, que podem ou não se conhecerem. Exemplifica o primeiro grupo o abuso infantil, maus-tratos de idosos, violência entre parceiros íntimos, já no segundo grupo inclui estupro ou ataque sexual por desconhecidos, violência em instituições, como escolas, asilos, prisões.

Por fim, a categoria violência coletiva é aquela perpetrada por grupos maiores como estados, grupos políticos organizados, grupos de milícia e organizações terroristas, e é subdividida em violência social, política e econômica. Exemplificam, respectivamente, atos terroristas, a guerra e ataques de grandes grupos motivados pelo lucro econômico.

No entanto, a CIIP (2002) adota uma tipologia da violência de acordo com o grau de visibilidade: violências visíveis, invisíveis e parcialmente visíveis.

A violência visível pode ser do tipo coletivo e institucional. A violência coletiva se constituiu quando um grande grupo ou a sociedade participa diretamente, ativa e declaradamente da prática violenta; é o caso da guerra. A violência institucional ou estatal é aquela praticada nas instituições prestadoras de serviços públicos como delegacias, escolas, hospitais.

Violência invisível encontra-se nos tipos estrutural e cultural. A estrutural refere-se às condições extremamente adversas e injustas da sociedade. Ela se expressa na má distribuição de renda, miséria, exploração dos trabalhadores, crianças nas ruas, falta de condições mínimas para a vida digna, falta de assistência em educação e saúde.

Segundo Minayo (1994) a violência estrutural:

[...] caracteriza-se pelo destaque na atuação das classes, grupos ou nações econômica ou politicamente dominantes, que se utiliza de leis e instituições para manter sua situação privilegiada, como se isso fosse um direito natural.

Esta modalidade é tão abrangente e eficaz em sua atuação que é a principal arma utilizada pelo processo capitalista de domínio e controle da sociedade, afinal o espaço tem predominância política. Ela se expressa pela falta de condições de um piso vital mínimo e violação constante dos direitos humanos.

Afirma Felix (2002) que a violência tem sua maior amplitude nos centros urbanos, advindos do fenômeno de metropolização, que “escancarou as desigualdades sociais responsáveis por profundas frustrações humanas”.

Já a violência cultural é o tipo que ocorre mediante mecanismos de discriminação e preconceito contra indivíduos ou grupos e incluem as violências originadas nas diferenças de gênero e na discriminação de grupos étnicos.

Gênero se refere às relações e diferenças sociais entre homens e mulheres que são aprendidas, variam amplamente nas sociedades e diferentes culturas, e mudam com o passar do tempo. O termo gênero não substitui o termo sexo, que se refere exclusivamente às diferenças biológicas entre homens e mulheres. Por exemplo, dados estatísticos são apresentados por sexo. O termo gênero é usado para analisar as funções, responsabilidades, obrigações e necessidades de homens e mulheres nas diferentes áreas e contextos sociais (UNESCO, 2002. p. 71).

A violência parcialmente visível inclui a violência social que se manifesta de modo interpessoal e inclui fenômenos de violência não organizada e organizada, é exemplificada pelo narcotráfico.

Morais (1981, p. 25) define:

Violência está em tudo que é capaz de imprimir sofrimento ou destruição ao corpo do homem, bem o que pode degradar ou causar transtornos à sua integridade psíquica. Resumindo-se: violentar o homem é arrancá-lo da sua dignidade física e mental.

Foucault (1979) salienta que a desigualdade sócio econômica não constitui o único fator causador da violência, mas um conjunto de fatores, que se correlacionam, os causam e os fomentam. Assim afirma Foucault (1979, p. 135), em sua obra *Microfísica do Poder*, que:

Ele rouba porque é pobre, mas sabe-se muito bem que nem todos os pobres roubam. Assim, para que ele roube é preciso que haja nele algo que não ande muito bem. Este algo é seu caráter, seu psiquismo, sua educação, seu inconsciente, seu desejo. Assim o delinquente é submetido a uma tecnologia penal, a da prisão, e a uma tecnologia médica, que se não é a do asilo, é ao menos o da assistência pelas pessoas responsáveis.

Portanto a violência é fruto não apenas das desigualdades econômicas, como também das desigualdades de escolaridade, religiosas, raciais, de sexo, entre outras, que acabam influenciando na formação de grupos com identidades diferenciadas dos lugares onde residem e/ou circulam.

O crime por sua vez, configura-se como modalidade da violência, de caráter mais restrito e mais grave, que vai de encontro com os valores morais e sociais da comunidade, prescritos em lei. Esta distinção é primordial para este estudo, visto que, como define Capez (2007) “crime é todo fato típico e ilícito”, sendo necessária a descrição legislativa da infração penal. Portanto, considerar a violência como sinônimo de crime é reduzir a discussão aos atos previstos em lei, que muito lentamente retrata os anseios comportamentais morais e sociais de um povo.

Existe uma pluralidade de tipos de normas sociais, que é maior do que o pluralismo de tipos previstos no ordenamento jurídico brasileiro, assim, visualiza-se no caso concreto, na realidade vivenciada padrões de orientação de conduta muitas vezes divergentes e incompatíveis, como a violência figurando como linguagem e norma social para algumas categorias sociais, em contraponto às denominadas normas civilizadas, marcadas pelo autocontrole e pelo controle social institucionalizado (ELIAS, 1990; 1993).

Neste sentido, Bauman (1998, p.26) afirma:

A busca da pureza moderna expressou-se diariamente com a ação punitiva contra as classes perigosas; a busca da pureza pós-moderna expressa-se diariamente com a ação punitiva contra os moradores das ruas pobres e das áreas urbanas proibidas, os vagabundos e os indolentes.

Segundo Felix (2002) uma das primeiras definições de crime pertence ao filósofo inglês Thomaz Hobbes, quem afirma que “[...] crime é um pecado que comete aquele que, por atos ou palavras, faz o que a lei proíbe ou se abstém de fazer o que ela ordena”.

Na atualidade com a expansão dos meios de comunicação, inúmeros crimes são vinculados à agressão verbal, que atinge a honra, a moral e o emocional dos indivíduos.

Ainda, de acordo com Capez (2007), o crime é considerado como um fato humano que cometido, propositadamente ou descuidadamente, lesa ou expõe a perigo bens jurídicos considerados fundamentais para a existência da coletividade e da paz social.

O crime é considerado por Durkheim (1978) uma ruptura com a consciência coletiva, razão pela qual sofre punição pela lei penal.

O conjunto de delitos determinados na esfera jurídica e na legislação penal vigente caracteriza a violência criminalizada. E, de acordo com Dornelles (1998) a violência criminal é apenas uma das formas de expressão da violência nas grandes cidades.

Boris Fausto (2001, p. 19) diferencia, também, crime de criminalidade:

Criminalidade se refere ao fenômeno social na sua dimensão mais ampla, permitindo o estabelecimento de padrões através da constatação de regularidade e cortes, crime diz respeito ao fenômeno na sua singularidade.

Neste sentido, o sociólogo e criminalista italiano, Ferri (1931) sustenta que a criminalidade é um fenômeno natural da vida em sociedade e, que cada sociedade tem a criminalidade que comporta, em razão das condições por ela criadas e mantidas. E aí se depara com a segunda distinção entre crime e criminalidade: o crime é um fenômeno anormal e individual que contraria as condições de sobrevivência da sociedade; a criminalidade, um fenômeno normal e social que resulta de fatos que contrariam gravemente as condições existenciais da vida social, num determinado tempo e num determinado lugar.

Na cidade, a criminalidade está intimamente ligada à desigualdade existente entre as classes mais ricas e as populações desprivilegiadas. A maneira contraditória e desigual pela qual ocorre a construção e reprodução do espaço urbano torna a cidade palco para os conflitos e desentendimentos interpessoais. Porém, como anteriormente enfatiza Foucault (1979) além da questão econômica, outros fatores contribuem para a violência e a criminalidade, e que se espacializam pelas cidades, gerando novas identidades e territorialidades.

Para se proteger da violência e dos crimes, a população pressiona a elaboração de leis, que tipificam e qualificam esses atos, estabelecendo penas e sentenças, forçando o Estado a elaborar sistemas prisionais a nível estadual e federal. E que segundo, Arendt (1989) os lugares e os territórios expressam os atos de poder das classes hegemônicas nacionais e internacionais sobre a população. Que se desenvolvem e se reproduzem, obedecendo a esses preceitos comportamentais, vinculados ao interesse do capital.

A multiplicidade das formas de violência presentes nas sociedades contemporâneas – violência ecológica, exclusão social, violência entre os gêneros,

racismos – configuram-se como um acelerado processo de dilaceramento da cidadania.

2.2 Cidadania e Direitos Humanos

Todo ser humano nasce titular do direito à vida, à liberdade e à dignidade. Tais direitos independem da existência do Estado, não necessitando de outorga legal para a sua proteção. Todavia, o Estado Democrático de Direito tende a dar a mais ampla proteção aos direitos dos cidadãos.

No século XVIII, Immanuel Kant (2004) ensinava que, independentemente das crenças religiosas, é uma exigência da racionalidade reconhecer que o ser humano não tem preço, tem dignidade, que não é possível fazer dele meio para a consecução do que quer que seja. É a supremacia do ser sobre o ter. Lição cravada no artigo 1º, III da Constituição Federal de 1988.

O sobreprincípio da dignidade da pessoa humana constitui o fundamento basilar da República Federativa do Brasil e reafirma que todos, inclusive as pessoas privadas de liberdade devem ser punidas somente com a privação da liberdade, e conservada sua cidadania e os direitos humanos.

Herkenhoff (1994) assim conceitua direitos humanos ou direitos do homem:

[...] são, modernamente, entendidos aqueles direitos fundamentais que o homem possui pelo fato de ser homem, por sua própria natureza humana, pela dignidade que a ela é inerente. São direitos que não resultam de uma concessão da sociedade política. Pelo contrário, são direitos que a sociedade política tem o dever de consagrar e garantir.

No entanto, a cada ano a lotação dos presídios cresce exponencialmente, e a adoção pelos poderes executivo, legislativo e judiciário de uma política de encarceramento em massa acompanhada da ausência de condições necessárias para atender a essa demanda proporcionaram condições precárias e desumanas do sistema prisional brasileiro e a violação sistemática dos direitos fundamentais de milhares de pessoas.

São constantes as denúncias de agressões, torturas, espancamentos e todo tipo de violência contra os presos, além das condições sub-humanas em que essa população consegue sobreviver dentro de celas.

A violação dos direitos humanos nos estabelecimentos prisionais são embebecidas de crueldade, violência, carência de assistência médica e do acesso à justiça, humilhação, desrespeito e covardia que recai sobre o preso e seus familiares.

É recorrente a mídia noticiar pessoas que cumprem penas privativas de liberdade serem atingidas por vários tipos de violência, como maus tratos, desrespeito, humilhação, agressão física, tortura, espancamento, abuso sexual, superlotação, violação de direitos, usurpação de seus objetos e pertences, entre outros, praticados por policiais e agentes penitenciários extirpados de ética e moral.

Fragoso (2003) afirmou:

A prisão necessariamente deforma a personalidade, ajustando-se à subcultura prisional. A reunião coercitiva de pessoas do mesmo sexo num ambiente fechado, autoritário, opressivo e violento corrompe e avilta.

Os presídios se tornaram em um local onde o preso é levado para cumprir além da sua pena restritiva de liberdade e passa ser um ambiente desprovido de sua finalidade primordial: a ressocialização de presos.

O delegado da polícia civil lotado na Primeira Delegacia de Polícia de Três Lagoas, Juvenal Laurentino Martins, 51 anos, em relato sobre a situação deficiente do Sistema Prisional Feminino empreendeu a seguinte análise:

Infelizmente o Sistema Prisional Brasileiro de uma maneira geral é caótico, não atingindo a sua função social de ressocialização do encarcerado, e por conseguinte, abrange também o Feminino, muito embora o percentual de mulheres reclusas no Brasil gira em torno de 5 a 6% em relação ao masculino. Diante desse panorama, podemos apontar a negligência do Estado quando constatamos nos presídios que há a precariedade das condições de acomodações, tímida assistência jurídica e material, ausência de manutenção da estrutura física, poucas atividades educacionais, laborativas e de cursos profissionalizantes. (Entrevista realizada em 02 de maio de 2011, Anexo A1).

As violações de direitos humanos comuns aos presos que cumprem pena ou aguardam julgamento judicial englobam desde inadequação dos alojamentos, condições insalubres, superlotação onde detentos tem que dormir amontoados no chão.

Nas unidades prisionais femininas no Brasil essas violações tendem a se agravarem, pois além do desamparo experimentado pelos homens presos, verifica-se a recorrência de condições inadequadas de salubridade, recorrência de maus tratos, tortura, todas essas graves violação adicionadas à violência baseada no gênero praticada contra as mulheres.

A violência baseada no gênero:

[...] aquela praticada pelo homem contra a mulher que revele uma concepção masculina de dominação social (patriarcado), propiciada por relações culturalmente desiguais entre os sexos, nas quais o masculino define sua identidade social como superior à feminina, estabelecendo uma relação de poder e submissão que chega mesmo ao domínio do corpo da mulher. (SILVA JUNIOR, *on-line*, 2006).

Além da privação do direito à liberdade observa-se a violação dos direitos à intimidade, à privacidade, à saúde, inclusive sexual e reprodutiva, à segurança pessoal entre inúmeros outros direitos que as mulheres presas cotidianamente têm violados, se destacam especialmente, os direitos de viver livre de discriminação e de violência no universo feminino do cárcere.

O Estado não disponibiliza para a maioria das mulheres encarceradas produtos essenciais de higiene pessoal, como papel higiênico, pasta e escova de dente, sabonete, absorventes íntimos, entre outros. A aquisição desses produtos é restringida à capacidade da família em comprar e entregar esses produtos nos dias de visita.

Essas graves violações são intensas colocando em risco e violando a integridade física, psíquica e emocional das mulheres que cumprem penas ou aguardam julgamento nos estabelecimentos prisionais oferecidos pelo Estado.

E ao tratar do encarceramento feminino faz-se evidente a ponderação de fatores como gravidez, maternidade, amamentação e permanência da mulher presa com seus filhos nascidos dentro dos estabelecimentos prisionais.

A mulher, durante a gestação e amamentação deve receber condições especiais de tratamento, conforme estabelecem normas nacionais e internacionais.

Essa atenção diferenciada as mulheres nessas situações específicas deve ser observada em todos os espaços (público e privado), inclusive e principalmente nos estabelecimentos prisionais.

Essas especificidades de gênero devem ser observadas nas políticas públicas voltada para a população feminina encarcerada, que se configura inexistente no Estado brasileiro.

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a mulher, conhecida como Convenção de Belém do Pará, estabeleceu a necessidade de que os Estados, na adoção de suas políticas, leve em conta a situação de maior vulnerabilidade à discriminação e violência em que se encontram as mulheres grávidas e em privação de liberdade. Expressamente estabelece seu art. 9º:

Para a adoção das medidas a que se refere este capítulo os Estados membros terão especialmente em conta a situação de vulnerabilidade à violência que a mulher possa sofrer em consequência, entre outras, de sua raça ou de sua condição étnica, de migrante, refugiada ou desterrada. No mesmo sentido se considerará a mulher submetida à violência quando estiver grávida, for excepcional, menor de idade, anciã ou estiver em situação sócioeconômica desfavorável ou afetada por situações de conflitos armados ou de privação de sua liberdade.

A Convenção de Belém do Pará constitui um instrumento internacional específico de proteção das mulheres é severamente violada. A mulher presa no sistema prisional brasileiro, conforme descrito, sofre violência física, sexual e sofrimento psicológico decorrentes das características inerentes à qualidade de pessoa do sexo feminino.

Salutar reconhecer que há muitos estabelecimentos prisionais onde não existem tortura, e diretores que não toleram qualquer tipo de abuso contra as presas sob a tutela do Estado brasileiro.

2.3. Sistema penitenciário: história e contextos

O Sistema Penitenciário, a primeira vista, traz ao imaginário, lembranças de muralhas escuras intransponíveis, cercas elétricas, cadeados, guardas brutais,

cachorros e de presos mal-encarados à espreita entre as grades. E temor crescente, pois ali ficam aprisionados elementos nocivos à vida e a segurança da sociedade.

Assim em análise a história e especificidades do sistema penitenciário são bem retratadas por Foucault em sua obra *Microfísica do Poder* (1979, p. 131):

[...] a prisão esteve, desde sua origem, ligada a um projeto de transformação dos indivíduos. Habitualmente se acredita que a prisão era uma espécie de depósito de criminosos, depósito cujos inconvenientes se teriam constatado por seu funcionamento, de tal forma que se teria dito ser necessário reformar as prisões, fazer delas um instrumento de transformação dos indivíduos.

Em sua obra "Vigiar e punir", Foucault (2005) analisa o nascimento da prisão no século XIX, como uma instituição de fato que surge como peça necessária na construção da rede do poder para controlar todas as formas de ilegalidade.

Durante o estudo sobre a prisão, Foucault (2005) descreve sobre os motivos aparentemente circunstanciais do surgimento da prisão e acentua que desde o início ela deveria ser um instrumento de transformação dos criminosos, como a escola, o exército ou o hospital, em gente honesta e não apenas fabricar novos criminosos ou afundá-los ainda mais na criminalidade.

Foucault (2005, p. 195) denomina as prisões de *instituições de sequestro*, em razão de que a reclusão submetida, não pretende propriamente "excluir" o indivíduo recluso, mas, sobretudo, "incluir-lo" num sistema normalizador.

A forma geral de uma aparelhagem para tornar os indivíduos dóceis e úteis, através de um trabalho precioso sobre o seu corpo, criou a instituição - prisão, antes que a lei a definisse como a pena por excelência.

No entanto, as prisões modernas se caracterizam pela privação da liberdade e quantificação temporal da pena. De acordo com Alencar (2002) esta instituição surge sem dar significância à discussão sobre que local de cumprimento de pena e suas implicações impostas na forma de vida das pessoas que transgrediram a lei, a importância foi dada em relação ao tempo.

Fragoso (2003, p. 357) salienta que:

A prisão constitui realidade violenta, expressão de um sistema de justiça desigual e opressivo, que funciona como realimentador. Serve apenas para reforçar valores negativos, proporcionando proteção ilusória. Quanto mais graves são as penas e as medidas impostas aos delinquentes, maior é a probabilidade de reincidência. O sistema será, portanto, mais eficiente, se evitar, tanto quanto possível, mandar os condenados para a prisão, nos crimes poucos graves, e se, nos crimes graves, evitar o encarceramento demasiadamente longo. A consequência natural da falência da prisão é o entendimento de que ela deve ser usada o menos possível, como último recurso, no caso de delinquentes perigosos, para os quais não haja outra solução. Formula-se assim o princípio da *ultima ratio*.

Como menciona Foucault (2005) nas prisões objetivava-se uma mecânica de observação individual, classificatória e modificadora do comportamento, uma arquitetura formulada para o espaço da prisão.

A forma como se exercem esses mecanismos de vigilância, controle e correção sobre o indivíduo, pode ser percebida, por exemplo, no interior da prisão, quando o preso está submetido a um saber clínico, de observação, através das complexas técnicas de exame da psicologia, psiquiatria, psicopatologia, criminologia, antropologia e sociologia.

Cada vez mais cresce a mentalidade de não reabilitação e sim, de se evitar que os criminosos, reincidentes tornassem cada vez mais perigosos, como enfatiza Foucault (1979, p. 10) em sua obra segurança, território e população.

No fundo, quando se procura corrigir um detento, um condenado, procura-se corrigi-lo em função dos riscos da recidiva, da reincidência que ele apresenta, isto é, em função do que se chamará, bem cedo, da periculosidade.

A primeira prisão construída no Brasil foi à Casa da Correção do Rio de Janeiro em 1769. Porém, só com a Constituição de 1824 disseminou as ideias de separação dos presos por tipificação penal e a possibilidade de trabalho.

No início do século XIX registrou-se a primeira superlotação na Cadeia da Relação, no Rio de Janeiro, problema perturbador que vem se avolumando e assumindo proporções alarmantes.

Em 1935, com o Código Penitenciário da República, surge o ideário do ato ressocializador para os presos que cumpriam pena nas unidades prisionais, e a progressão de regime somente foi considerada alternativa com a entrada em vigor do Código Penal Brasileiro (Decreto-lei nº 2.848) em 1940 que legisla que após o

cumprimento de requisitos objetivos, que compreende um determinado *quantum* da pena, e subjetivos, que se refere ao comportamento do sentenciado, este passará a ter o direito de cumprir o restante da pena em regime mais brando.

A execução da pena foi regulamentada pela Lei n. 7.209, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal e é composta de três objetivos primordiais: garantia de bem-estar do condenado, necessidade de classificação do indivíduo e individualização da pena e assistência necessária dentro do cárcere; e os deveres de disciplina enquanto estiver cumprindo a pena.

É uma lei completa e bem elaborada, porém, infelizmente, não é executada de acordo com os parâmetros delineados pela norma, assim as vagas continuam sendo insuficientes e os presos cada vez mais ociosos.

A casa de Detenção de São Paulo, conhecida como “Carandiru”, foi inaugurada 1956 como o maior presídio da América Latina e tornou-se o um grande depósito de presos do Brasil, atingindo a lotação de 8.200 (oito mil e duzentos) presos quando sua capacidade era 6.000 (seis mil). Após várias fugas, muitas tentativas, e dezenas de rebeliões, em 02 de outubro de 1992, iniciou-se a maior rebelião já conhecida, ocasião que morreram 111 (cento e onze) presos no confronto com a Polícia de Choque. Foi implodida em 08 de dezembro de 2002.

Denúncias de superlotação, de agressões e torturas pelos agentes do Estado, presos acorrentados, menores (inclusive de sexo oposto) encarcerados em celas com adultos são notícias rotineiramente veiculadas nos meios de comunicação e evidenciam a situação precária do sistema penitenciário brasileiro.

2.4 Estrutura do sistema penitenciário brasileiro

2.4.1 Ministério da Justiça

O Ministério da Justiça constitui o órgão superior responsável pelo aprimoramento das instituições jurídicas, promovendo melhorias nos serviços judiciários e harmonia entre os poderes.

A longa história deste Ministério iniciou-se em 03 de julho de 1822 pelo Príncipe-Regente D. Pedro de Bragança, criando, a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. Em 30 de outubro de 1822 a Lei nº 23 mudou a denominação para Ministério da Justiça e Negócios Interiores. E em 25 de fevereiro de 1967, o Decreto-Lei nº 200 instituiu o Ministério da Justiça.

O art. 1º do Decreto nº 6.061 de 15 de março de 2007 explicitou as atribuições do Ministério da Justiça Brasileiro:

Defesa da ordem jurídica, dos direitos políticos e das garantias constitucionais;

Política judiciária;

Direitos dos índios;

Entorpecentes, Segurança Pública, Polícias Federal, Rodoviária Federal e Ferroviária Federal e do Distrito Federal;

Defesa da ordem econômica nacional e dos direitos do consumidor;

Planejamento, coordenação e administração da política penitenciária nacional;

Nacionalidade, imigração e estrangeiros;

Ouvidoria-geral dos índios e do consumidor;

Ouvidoria das polícias federais;

Assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita, aos necessitados, assim considerados em lei;

Defesa dos bens e dos próprios da União e das entidades integrantes da administração pública federal indireta;

Articulação, integração e proposição das ações do Governo nos aspectos relacionados com as atividades de repressão ao uso indevido,

do tráfico ilícito e da produção não autorizada de substâncias entorpecentes e drogas que causem dependência física ou psíquica;

Coordenação e implementação dos trabalhos de consolidação dos atos normativos no âmbito do Poder Executivo; e

Prevenção e repressão à lavagem de dinheiro e cooperação jurídica internacional. (BRASIL, 2007)

O Ministério da Justiça possui órgãos específicos que integram sua estrutura de funcionamento (BRASIL, 2007):

a Secretaria Nacional de Justiça,

a Secretaria Nacional de Segurança Pública,

a Secretaria de Direito Econômico,

a Secretaria de Assuntos Legislativos,
a Secretaria da Reforma do Judiciário,
o Departamento Penitenciário Nacional,
o Departamento de Polícia Federal,
o Departamento de Polícia Rodoviária Federal,
a Defensoria Pública da União,
o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária,
o Conselho Nacional de Segurança Pública,
o Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos,
o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), e
a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Nesta estrutura visualiza-se que o Ministério da Justiça tem a responsabilidade de planejar, coordenar e administrar a política penitenciária nacional através do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN).

2.4.2 Departamento Penitenciário Nacional

O Departamento Penitenciário Nacional é o órgão executivo subordinado ao Ministério da Justiça e responsável pela Política Penitenciária Nacional e manutenção administrativa e financeira do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. (BRASIL, 1984, p. 16). Suas atribuições são estabelecidas no Art. 72 da Lei nº 7210 (BRASIL, 1984), entre elas:

- I - acompanhar a fiel aplicação das normas de execução penal em todo o Território Nacional;
- II - inspecionar e fiscalizar periodicamente os estabelecimentos e serviços penais;
- III - assistir tecnicamente as Unidades Federativas na implementação dos princípios e regras estabelecidos nesta Lei;
- IV - colaborar com as Unidades Federativas mediante convênios, na implantação de estabelecimentos e serviços penais;
- V - colaborar com as Unidades Federativas para a realização de cursos de formação de pessoal penitenciário e de ensino profissionalizante do condenado e do internado.

VI – estabelecer, mediante convênios com as unidades federativas, o cadastro nacional das vagas existentes em estabelecimentos locais destinadas ao cumprimento de penas privativas de liberdade aplicadas pela justiça de outra unidade federativa, em especial para presos sujeitos a regime disciplinar. (Incluído pela Lei nº 10.792, de 1º.12.2003)

Parágrafo único. Incumbem também ao Departamento a coordenação e supervisão dos estabelecimentos penais e de internamento federais.

Em 15 de março de 2007, com a promulgação do Decreto nº 6.061, Art. 25, acrescentou-se as seguintes atribuições ao DEPEN:

I - planejar, coordenar, dirigir, controlar e avaliar as atividades relativas à implantação de serviços penais;

II - promover a construção de estabelecimentos penais nas unidades federativas;

III - elaborar propostas de inserção da população presa, internada e egressa em políticas públicas de saúde, educação, assistência, desenvolvimento e trabalho;

IV - promover articulação com os órgãos e as instituições da execução penal;

V - realizar estudos e pesquisas voltados à reforma da legislação penal;

VI - apoiar ações destinadas à formação e à capacitação dos operadores da execução penal;

VII - consolidar em banco de dados informações sobre os Sistemas Penitenciários Federal e das Unidades Federativas; e

VIII - realizar inspeções periódicas nas unidades federativas para verificar a utilização de recursos repassados pelo Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN. (BRASIL, 2007).

Hodiernamente uma das principais atividades desenvolvidas pelo DEPEN é a coleta de informações confiáveis com a finalidade de subsidiar a administração do Sistema Penitenciário Nacional para o direcionamento de políticas públicas.

2.4.3 O Sistema Integrado de Informações Penitenciárias – InfoPen

O projeto iniciou-se em 16 de setembro de 2004 com o objetivo de aglutinar em um único banco de dados com informações estratégicas sobre os

estabelecimentos penais e sobre a população carcerária de todos os Estados, os quais teriam a responsabilidade de alimentar o programa via internet.

Efetivado com Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (InfoPen) que constitui um programa de computador de coleta de dados do Sistema Penitenciário no Brasil que possibilita a integração dos órgãos de administração penitenciária, determinante na escolha das atividades de segurança e ressocialização do sistema prisional nacional e estadual.

Nesse sentido, são seus objetivos:

- 1) Planejar, dirigir e executar as atividades de inteligência penitenciária no âmbito do Departamento Penitenciário Nacional;
- 2) Produzir conhecimentos necessários à decisão, ao planejamento e à execução da política penitenciária nacional;
- 3) Manter o Diretor do DEPEN e Coordenadores Gerais informados sobre possíveis ações adversas que tiver conhecimento;
- 4) Manter-se permanentemente integrado aos demais órgãos de inteligência dos Estados e Governamentais;
- 5) Executar outras atividades determinadas pela Coordenação-Geral de Assuntos Penitenciários.

A atividade de Inteligência Penitenciária é o exercício permanente e sistemático de ações especializadas para a identificação, acompanhamento e avaliação de ameaças reais ou potenciais na esfera do Sistema Penitenciário e orientadas basicamente para a produção e salvaguardada de conhecimentos necessários à decisão, ao planejamento e à execução de uma política de administração penitenciária e de segurança pública e das ações para neutralizar, coibir e reprimir atos criminosos de qualquer natureza.

Criou-se um mecanismo de comunicação entre os órgãos de administração penitenciária, polícias civil, militar e federal, Poder Judiciário e Ministério Público e interligou todos os estabelecimentos prisionais (estaduais e federais) com o Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça para obter informações estratégicas que nortearão a adoção de posturas públicas dentro do panorama penitenciário nacional.

Além de proporcionar a integração dos órgãos de administração penitenciária nacional, o InfoPen busca maior eficiência e visibilidade no acompanhamento das

penas, dos presos e o desenvolvimento do processo de reinserção social, educacional, higiene e saúde dos presos.

Com esse levantamento foi possível criar um quadro evolutivo da população carcerária brasileira e apresentar um prognóstico de crescimento e, assim, destacar as causas da evolução e adoção de posturas públicas dentro do contexto penitenciário nacional.

As informações coletas nortearam a elaboração do Plano Diretor do Sistema Penitenciário, dando o devido cumprimento dos dispositivos elencados na Lei nº 7.210/84 – Lei de Execução Penal.

Em dezembro de 2011 segundo os dados estatísticos disponibilizados pelo Brasil (2011) a Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul (AGEPEN/MS) é responsável pela custódia e tratamento de 11.425 (onze mil quatrocentos e vinte e cinco) presos em todo o Estado, distribuídos em 53 (cinquenta e três) unidades penais de atendimento ao preso em Mato Grosso do Sul.

2.5 O sistema penitenciário do Estado de Mato Grosso do Sul

No Estado de Mato Grosso do Sul o sistema penitenciário teve início em junho de 1979, quando inaugurou o denominado Presídio Central ou Cadeia Pública em Campo Grande, local onde atualmente funciona o Fórum da capital do Estado.

O Decreto nº 26, de 01 de janeiro de 1979 estabeleceu a competência e aprovou a estrutura básica do Departamento do Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul (DSP), uma entidade autárquica vinculada à Secretaria de Justiça.

A finalidade principal do DSP era custodiar os presos provisórios, executar as penas de prisão e as medidas de segurança detentivas, amparar os egressos, além de observar cautelarmente os beneficiários da suspensão e livramentos condicionais.

Sua estrutura básica era composta por Órgãos de Direção, Assessoramento, Operacionais, Assistência Penitenciária, Administrativo, Financeiro e Locais.

Os Órgãos Locais eram os executores do Sistema Penitenciário e subdividido em Estabelecimentos Presidiários, Penitenciários, Médico-Penais e Assistenciais.

Durante a administração dos governadores do Estado de Mato Grosso do Sul a nomenclatura do órgão designado para administrar os presídios foi alterada por diversas vezes, até chegar a AGEPEN – Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul.

A AGEPEN/MS constitui uma autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul, juntamente com o DETRAN, a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros.

A AGEPEN/MS possui como função principal administrar o sistema penitenciário estadual, assegurar a custódia de presos provisórios e presos, bem como a execução das penas de prisão, além de buscar promover a ressocialização e reintegração do preso quando de seu regresso à sociedade. (AGEPEN, 2011).

O Sistema Prisional de Mato Grosso do Sul segundo o InfoPen (2012) em dezembro de 2011 apresentou uma capacidade para 6.628 (seis mil e seiscentos e vinte e oito) presos e trabalha, portanto, com um déficit de 4.797 (quatro mil setecentos e noventa e sete) vagas. Problemática esta, que se verifica na maioria dos estabelecimentos prisionais brasileiros.

No Mato Grosso do Sul além da superlotação, ocorre o reduzido número de servidores no sistema penitenciário, visto que, segundo a Diretoria de Operações da AGEPEN/MS, em dezembro de 2011, contava apenas com 1.358 (mil trezentos e cinquenta e oito) técnicos penitenciários na área de segurança e custódia, enquanto que o ideal seria de pelos menos 2.598 (dois mil quinhentos e noventa e oito), conforme preconiza a Lei nº 2.518/2002 que institui a Carreira de Segurança Penitenciária.

Nesta situação, o trabalho executado é inferior ao necessário para garantir os objetivos pretendidos para a devida execução da pena, que é a reabilitação dos detentos para novamente se reenquadrarem como cidadãos de bem.

A cidade de Três Lagoas possui 05 (cinco) instalações prisionais que integram o sistema penitenciário estadual, sendo 02 (dois) estabelecimentos prisionais masculinos, 02 (dois) femininos e 01 (uma) unidade assistencial.

O Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas (EPFTL) tem como atribuições efetivar as disposições da sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social da condenada e da internada no decorrer da execução penal. Idealizado para o cárcere de presos condenados do sexo feminino que cumprem pena no regime fechado e foi inaugurado em 03 de

dezembro de 2004. Contudo em função da deficiência do sistema, presas há espera de julgamento são encarceradas conjuntamente com criminosas que cumprem penas, distorcendo os princípios básicos que norteiam o sistema que é da reabilitação.

Inicialmente funcionava em uma residência locada pela AGEPEN/MS, adaptada para as instalações da unidade penal, localizava-se na Rua Sabino José da Costa, nº 2541, Bairro Mirassol, Três Lagoas/MS e comportava apenas 30 (trinta) detentas.

Em outubro de 2005 a instalação do referido estabelecimento foi transferida para Avenida Antonio Trajano dos Santos, nº 2181, Bairro Santo André, Três Lagoas, onde se localizava o antigo Estabelecimento Penal de Três Lagoas que abrigava presos masculinos, estes transferidos para a Penitenciária de Segurança Média de Três Lagoas que após longos anos findou-se o término da construção e foi inaugurada.

O EPFTL já em suas novas instalações abrigava presas que cumpriam pena no regime fechado e semiaberto. No final do ano de 2005 a Unidade Penal recebeu aproximadamente 30 (trinta) presas oriundas do Estabelecimento Prisional Feminino de Campo Grande. Essa transferência objetivava diminuir a superlotação da unidade penal feminina da capital.

Durante as visitas e fiscalizações periódicas do Juiz de Direito e Promotor de Justiça no decorrer do ano de 2008 foram verificadas irregularidades referente estrutura precária do prédio do EPFTL e assim instaurou-se o processo de interdição autorizada pela Corregedoria Geral de Justiça, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, e foi decretada por meio de portarias (nº 06 e 07/08, de 4 de setembro de 2008), assinadas pelo juiz até então titular da 1ª Vara Criminal e Execução Penal de Três Lagoas, Renato Antonio de Liberalli.

A custódia e o tratamento das 81 (oitenta e uma) presas que cumpriam pena no EPFTL, sendo 57 (cinquenta e sete) no regime fechado e 24 (vinte e quatro) no regime semiaberto perdurou até o mês de novembro de 2008, as quais foram transferidas para outras unidades prisionais femininas que disponibilizavam de vagas no Estado de Mato Grosso do Sul e a proximidade com os familiares.

Em 14 de novembro de 2008 foi inaugurado o Estabelecimento Penal Feminino de Regimes Semiaberto, Aberto e Assistência a Albergada de Três Lagoas (EPFRSAAATL) localizado na Rua Sabino José da Costa, nº 2541, Bairro Mirassol,

Três Lagoas/MS visando atender as 24 (vinte e quatro) presas que cumpriam pena no regime semiaberto.

O EPFTL foi reinaugurado em 03 de outubro de 2009 e o prédio foi totalmente reestruturado, abrangendo desde a parte física, elétrica, hidráulica e esgoto, com um investimento de R\$ 680.404,74 (seiscentos e oitenta mil, quatrocentos e quatro reais e setenta e quatro centavos) do governo do Estado, além da troca da mobília. Foi realizada a substituição de toda a cobertura, além da reforma e ampliação dos sanitários, substituição do piso e pintura geral do prédio.

Entretanto, a reativação somente ocorreu em 21 de janeiro de 2010, devido o atraso na entrega da mobília.

É rara a prática de construção de unidades penitenciárias específicas para mulheres que vislumbre o respeito às especificidades femininas e aos direitos humanos. Verifica-se que, geralmente, as penitenciárias femininas existentes estão instaladas em prédios adaptados e/ou reformados, pois eram penitenciárias masculinas, cadeias públicas, prédios públicos em condições de desativação, ou prédios alugados e adaptados.

Essa realidade compromete as condições de habitabilidade e salubridade das prisões, sejam penitenciárias ou cadeias públicas.

Nos estabelecimentos penitenciários femininos localizados na cidade de Três Lagoas são notórias as situações descritas. O EPFTL exemplifica a adaptação para abrigar mulheres, no entanto, mantém as mesmas instalações e estruturas arquitetônicas da época de sua construção, contando hoje com quatro alas, onde as presas sentenciadas e as provisórias cumprem pena em conjunto, violação ao preceito descrito na Lei de Execução Penal.

3 ESPACIALIZAÇÃO DO CRIME NA CIDADE DE TRÊS LAGOAS

3.1 A visão espacial da violência

A visão espacial no tocante a temática violência preocupa-se com a espacialização do fenômeno, isto é, localizar as ocorrências criminosas no espaço urbano e correlacioná-las às condições onde acontecem. Às vezes essas condições que favorecem as ocorrências criminosas se confundem com a própria causa das mesmas.

A espacialização geográfica é usada por inúmeros ramos do conhecimento. Constitui uma primeira apreensão do fenômeno estudado na busca de atingir uma explicação pelas especialidades. A espacialização das ocorrências criminais permite aos órgãos de segurança pública realizar atividades preventivas e repressivas¹, mas não é suficiente no combate da violência criminal que arrasa as cidades por não atingir suas verdadeiras origens oriundas das desigualdades.

Há vários trabalhos em consonância com a temática, portanto busca-se apoio na literatura brasileira e em suas pesquisas teóricas e empíricas dos ilustres Cerqueira e Lobão (2003), Abranches (1994) e Zaluar (1994). Autores que constataram uma correlação entre os aspectos espaciais e sociais da urbanização brasileira.

Através da análise da territorialização da violência no espaço urbano pretende-se contribuir para acrescentar algo mais ao conhecimento do tema e, assim, apresentar a contribuição da Geografia ao problema.

Esclarecer e distinguir as diferenças entre espaço e território é primordial para o desenvolvimento e abordagens dos termos subsequentes.

¹A atividade de *policia*r consiste resumidamente em fiscalizar comportamentos e atividades, regular, ou manter a ordem pública, reprimindo crimes, contravenções, infrações de trânsito etc., zelando pelo respeito à legislação pelos indivíduos. A Lei Complementar nº 053, de 30 de agosto de 1990 dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares de Mato Grosso do Sul, e estabelece que o serviço policial-militar consiste no exercício de atividade relacionadas com a Manutenção da Ordem Pública e à Segurança Interna no Estado de Mato Grosso do Sul.

3.2 Do espaço ao território usado

Haesbaert (2001) através da análise etimológica afirma que o território possui dois sentidos: material e simbólico, pois apresenta proximidade de “*terra-territorium* quanto de *terreo-territor* (terror, aterrorizar)”. Nestes termos território relaciona-se “com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “*territorium*” são impedidos de entrar”.

Raffestin (1993, p. 143) afirma que os termos “espaço e território não são equivalentes” e o espaço antecede o território:

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta e abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço.

Para os marxistas o espaço não tem valor de troca, mas apenas valor de uso. O espaço é nestes termos preexistente a qualquer ação. O espaço é como se fosse uma matéria-prima, o diamante bruto à espera de lapidação.

Lefebvre (1999, p. 159) contribui afirmando que:

A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, auto-estradas e rotas aéreas etc.

Nesse sentido, para Lefebvre o território é um espaço onde houve a incidência de trabalho, energia e informação, e conseqüentemente revela relações marcadas pelo poder. Poder no sentido concreto: a dominação, concretizada na propriedade, ou no sentido simbólico, de apropriação, demonstrada no valor de uso ligado ao valor de troca.

Raffestin (1993, p. 144) enfatiza que “o espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si”.

O referido autor evidencia que o território relaciona-se diretamente com o poder e tem como base o espaço, a produção é efetuada a partir do espaço. Assim,

espaço é um lugar onde a ocupação produz identidade, isto é, a identidade sociocultural das pessoas está indissoluvelmente difundida com as qualidades do espaço concreto. Deste modo, um grupo de pessoas só é entendido juntamente com seu território.

A formação da cidade por diferentes territórios e identidades urbanas ocorre de forma dinâmica para a construção de identidades, como a riqueza, pobreza, e inclusive a violência.

Souza (1995, p.84) depreende-se por território:

[...] o espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos) que é apropriado, ocupado por um grupo social. A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade. Um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sociocultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, paisagem).

A produção do espaço urbano pelos homens, como os bairros, as cidades, expressam as relações sociais conforme a época em que ocorreram, há uma variação de acordo com o contexto geográfico e histórico.

Sob essa ótica, Haesbaert (2001) descreve:

[...] quatro grandes 'fins' ou objetivos da territorialização, acumulados e distintamente valorizados ao longo do tempo:

- abrigo físico, fonte de recursos materiais ou meio de produção;
- identificação ou simbolização de grupos através de referentes espaciais (a começar pela própria fronteira).
- disciplinarização ou controle através do espaço (fortalecimento da ideia de indivíduo através de espaços também individualizados);
- construção e controle de conexões e redes (fluxos, principalmente fluxos de pessoas, mercadorias e informações).

Essa multiplicidade territorial e dinâmica do espaço urbano é evidenciado nas cidades brasileiras, que constitui um tecido urbano fragmentado e articulado, campo de lutas sociais entre os incluídos na sociedade de consumo e os que buscam esta inserção.

As desigualdades se concretizam em lugares, paisagens, territórios, logo o conceito de território usado evidencia as ideias fundamentais para entender a dialética espacial e propor intervenções.

A primeira ideia afirma que o território usado configura processo, um espaço em constante mutação, não espaço estagnado. Seu conceito contempla a ideia de contradição e envolve a multiplicidade: abrange os pobres, ricos, empresários, vendedores ambulantes, policiais e narcotraficantes, etc. Segundo Santos (2000) o território usado é “tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas”.

A segunda vislumbra o princípio de totalidade: “O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes” (SANTOS et al., 2000, p. 3).

Essa urbanização sociopática onde a população desfavorecida pelo meio social e econômico concentra-se em bairros periféricos carentes. Esta segregação imposta não deixa de ser um ato de violência contra a sociedade, que não consegue reagir, ou simplesmente não quer pensar nos problemas sociais. (BOISTEAU, 2005).

3.3 A produção do espaço da violência

O desenvolvimento das cidades ocorre em consonância com a lógica capitalista e o espaço urbano é produto da ação excludente e ao mesmo tempo articulada, desigual, injusta e com distintas especificidades nas diferentes sociedades.

Transformadas em objetos de consumo, as cidades agregam os espaços elitizados das classes dominantes e abastadas que são qualificados pelo consumo de bens e de infra estruturas com alto padrão de qualidade, custeados pelos governos. Nos espaços periféricos prepondera a pobreza e comportamentos para reduzir os efeitos devastadores na busca pela satisfação de necessidades básicas e imediatas, como habitacionais e alimentares. Nesta cultura da subsistência predomina a informalidade (principalmente por intermédio do comércio informal) e a autoconstrução, que não atende às exigências mínimas de uma habitação digna.

Nesta perspectiva Carlos (1994, p. 84) afirma que as cidades são “produto, meio e condição” dos conflitos sociais e espaciais que se desdobram durante o percurso da humanidade. Portanto, visualiza-se a dualidade no espaço urbano, de um lado, os espaços elitizados das classes abastadas, dominantes; de outro, os

espaços periféricos das classes populares, dos desprovidos de recursos financeiros e materiais, dos excluídos. No intermédio edifica-se o espaço da classe média. Esse processo resulta em um tecido urbano segmentado e contraditório, no entanto, visivelmente articulado.

É clássico relacionar a violência à pobreza, exclusão social, ausência de serviços públicos e negligência e omissão do Estado, dentre outros fatores considerados resultados e impulsos do crescimento da violência nas cidades. A junção destes aspectos do processo social manifestam, contradizem e se complementam no território, assim há a territorialização da violência.

Na busca de compreender a urbanização brasileira, Milton Santos (1993) enfatiza o caráter excludente da urbanização que produz a cidade, especialmente as de maior porte, como polo de pobreza.

A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico de que é o suporte como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial (SANTOS, 1993, p. 10).

A produção de espaços desvalorizados dentro do tecido urbano onde prevalece a ausência das instituições públicas e principalmente do Estado são locais que abrigam a população excluída social e espacialmente, vislumbram as formas de violência, que incluem desde a discriminação, homicídios e até a violação dos direitos do cidadão.

São nos espaços rejeitados e desvalorizados pelo mercado imobiliário privado e nas áreas públicas situadas em regiões desvalorizadas que não despertam o interesse dos agenciadores imobiliários que a população pobre vai se instalar, locais sujeitos a vários tipos de riscos, como áreas alagadas ou sujeitas à enchentes, encostas dos morros, regiões poluídas.

A ocupação e produção do território urbano ressalta a distância social entre as pessoas a uma pequena distância territorial. Diante da proximidade física no território há o confronto evidenciado das diferenças sociais, especialmente dos direitos do indivíduo à vida digna, à moradia, à saúde, ao trabalho, ao lazer, entre outros. Os territórios dos excluídos que, encontram-se espacialmente próximos das condições da vida moderna urbana, e, no entanto, socialmente tão longe dela é

produto da periferização ou do inaccessível que distanciam, ainda mais, da mobilidade social.

A exclusão social atinge as pessoas e territórios de forma que, em alguns casos, países, regiões, cidades e bairros inteiros são excluídos e assolados por problemas sociais, tais como a violência, a exclusão, as discriminações por gênero, os vários racismos, a pobreza, os problemas de meio ambiente e a questão da fome. Estes aspectos do sistema capitalista se expressam nas cidades, pois a cidade converte-se em mercadoria e, ao mesmo tempo, torna precária, sob a égide de um sistema de inclusão e exclusão da sociedade e do espaço.

Há, portanto, a emergência de diferentes formas de desigualdade e de subordinação, presentes nos trabalhos temporários, no surgimento dos “novos pobres” ou pela vivência da “miséria do mundo” (Taylor, 1999, p.12; Bourdieu, 1993).

Rompe-se processos de exclusão social, os denominados “sem teto”, “sem terra”, aqueles que passam fome ou os “sem trabalho”.

Essa temática exclusão social é qualificada por aspectos como a pobreza, desemprego, informalidade, a ilegalidade, a baixa escolaridade, a raça, e, principalmente, a decadência da cidadania que, caminha a passos largos para a degeneração da dignidade da pessoa humana. Castells (1996, p. 98-99) destaca que a exclusão social é um processo, não uma condição.

Com o enclausuramento do pobre cria-se uma barreira espacial que produz e reproduz a pobreza, e essa pobreza segregada fica cada vez mais pobre e abandonada socialmente e pelo Estado, dificultando o acesso as condições mínimas de uma vida com dignidade e a mobilidade social, e com isso, abandonada à própria sorte, torna-se vulnerável às ações criminosas.

Em sábias palavras Haesbaert (2001) afirma: “Ao se territorializar, a violência fixa no espaço aquelas condições inerentes aos processos que lhe deram origem e, assim, os realimenta”. Esta ordem espacial, resultado da cidade excludente, é continuamente recriada, reproduzida, realimentando a violência e a criminalidade, pela territorialização das mesmas.

Os espaços de exclusão do ordenamento jurídico e social e abrigo da população segregada e da violência nas suas diversas formas são apropriados pelas organizações criminosas que os transformam em seus espaços de poder.

É a articulação da violência estrutural desses territórios com a violência organizada do crime. Estabelece-se o território da violência, ou seja, da parcela do

espaço urbano dominada pelas organizações criminosas que exercem seu poder sobre ele transformando-o em abrigo de poder do crime organizado que rege sua atuação na cidade, maneja a população excluída que habita esses locais formando um exército e enfrenta o Estado.

A omissão das obrigações elementares devido o colapso do Estado “entrega as ruas e as favelas ao império da violência e da lei do mais forte” (ABRANCHES, 1994, p. 128). Os grupos criminosos dominam facilmente as comunidades mais pobres e nelas se estabelecem, pois “elas são mais vulneráveis e não têm qualquer capacidade de resistência. Não conseguem segurança pública suficiente para torná-las infensas à ação do banditismo” (ABRANCHES, 1994, p. 128), e através da exploração devido à privação social e material da comunidade, exercem seu poder de dominação, substancialmente pela força armada.

Os espaços transformados em territórios da violência constituem parte extremamente ativa na propagação do poder instituído pelo crime organizado e seguida pela violência que a ele se une. Torna-se, deste modo, um ciclo vicioso, que nutre ainda mais os processos sociais que tornam ainda maior a projeção da violência urbana.

A desigualdade social é a gênese da extrema violência que aflige a população excluída e espacialmente periferizada. Em resposta à violência imposta pelo sistema legal e na busca de libertar-se essa população adere ao crime organizado e sucumbe a violência aplicada pelo sistema ilegal.

É evidente que a violência é um dos aspectos mais presente nas cidades, lugar das desigualdades sociais profundas e desintegração das normas que regem as condutas das pessoas e asseguram a ordem social. Esses elementos são ressaltados na relação entre sociedade e o espaço.

A violência urbana, segundo Abranches (1994, p. 125) “surge e se avoluma à medida que as cidades crescem e se tornam mais complexas, mais dominadas pela multidão e pela anomia”.

Esta contínua urbanização excludente produz espaços, onde predomina:

[...] o mandonismo característico das quadrilhas que tiranizam as periferias urbanas e as favelas, exercido fundamentalmente pela violência armada e pela intimidação física, sem qualquer resquício de legitimidade – é intrinsecamente criminoso (Abranches 1994, p. 127).

Ao observar a luta pelo uso do espaço da cidade vê-se elevar o questionamento quanto à violência e a criminalidade analisada como um problema coletivo, que deve, efetivamente, ser regulada e controlada. Nasce a urgência de pensar almejando obter uma solução integrada, com a articulação e junção dos diversos segmentos públicos, privados e sociais.

Nesta perspectiva, Haesbaert (2001) expõe que:

As sociedades, como produto de mudanças políticas e econômicas, tornam-se mais maleáveis às transformações de ordem global do que os territórios construídos e suas infraestruturas. Estes não são tão facilmente reestruturados, modificados e moldáveis com a mesma rapidez dos processos sociais: são mais permanentes pela própria inércia. E por essa inércia, interferem nos processos sociais realimentando aqueles que lhes deram origem.

A territorialização da violência envolve a constante alimentação da violência por meio da inércia espacial e pela função que o espaço desempenha no processo social. Nas palavras do sábio Yves Lacoste (1973, p. 234), “o espaço não é neutro nem inocente”, assim, a neutralidade do espaço decai devido sua interferência no processo social e não pode ser considerado inocente por constituir-se estratégico.

Então, é ineficaz retirar desmontar um território ou retirar uma favela de um local desde que os processos que constituem sua gênese persistam, pois a forma espacial irá eclodir em outro lugar. Como exemplifica a retirada dos moradores de ruas da região Cracolândia (derivação de crack) denominação popular para a região no centro da cidade de São Paulo onde se desenvolveu intenso tráfico de drogas e meretrício.

Portanto, se prosseguir os processos sociais atuais é provável que persista a territorialização da violência no processo de formação do espaço urbano.

A visão territorial é essencial nos estudos da violência urbana e nas medidas de combate, analisando suas especificidades e as territorialidades. Afinal, é no território que a exclusão social, a pobreza, a violência e a omissão do Estado tornam-se notórias.

A cidade é o reflexo da sociedade. Nestes termos Francisco Filho (2003, p. 48) salienta bem essa questão quando “(...) falar em violência, e estabelecer sua geografia, é entender como o crime adquire uma organização, uma estrutura própria que faz seu reflexo no espaço urbano se sentir presente”.

Verifica-se que as cidades brasileiras refletem as consequências da urbanização desordenada dos últimos 30 (trinta) anos. Inúmeros projetos urbano-industriais foram desenvolvidos e tiveram seus contingentes populacionais acrescidos abruptamente, devido, sobretudo, a procura de emprego. Porém, a grande maioria desqualificada, acaba tendo emprego na construção das fábricas e logo após ficam desempregada. Tal transformação ocorre em um espaço marcado pela ausência e/ou ineficiência de políticas sociais básicas e de planejamento urbano, que denotam na insuficiência da infraestrutura de saneamento, médico hospitalar e de segurança.

E essa triste realidade acaba gerando segregação a esses indivíduos que se encontram a margem do sistema produtivo e conseqüentemente, a violência e o crime. Nota-se, portanto que quanto maior o crescimento populacional maior proporcionalmente é a violência.

A cidade de Três Lagoas é marcada pela forte segregação socioespacial desde a sua fundação e observa-se uma reestruturação do espaço urbano baseada na intensificação da segregação socioespacial e na constante preocupação com a segurança.

Surgiram condomínios fechados nas áreas localizadas nos arredores da cidade, disseminação de muros, grades, dispositivos de segurança e vigilância privada, implantação e construção de estruturas destinadas a consumo, abandono dos serviços públicos, como saúde, educação e transporte, pelos que podem pagar pelos serviços privados, todos esses elementos representam o novo cotidiano da cidade.

Esse novo estilo de vida e a modificação da paisagem urbana é produzida pelo medo, pela busca da exclusividade social e pela disseminação do transporte individual.

Nas palavras de Santos (*apud* PALLAMIN, 2002, p. 116):

[...] a cidade deixou de ser porque o espírito da cidade não habita mais os seus moradores. O espírito não está mais lá, esgarçou-se até romper-se sob forças concomitantes e complementares da riqueza e da miséria, que, desenfreadas, tomaram conta do espaço e do tempo, violentando os lugares e as pessoas. (...) Os privilegiados, sentindo na pele os efeitos da desagregação, desertaram, refugiando-se nos bunkers em que se transformaram as casas, os edifícios, os shoppings.

Assim, o ideal da cidade como local de confraternização dos cidadãos, espaço público de convivência e coexistência das diferenças foi substituído pelo processo de segregação vivenciado pela cidade de Três Lagoas, que inclui, simultaneamente, dois padrões: o centro-periferia e os enclaves fortificados.

Essa dinâmica, observada em relação ao ano de 2006 e que se aprofundou nos anos posteriores, é mostrada no estudo de Batista (2009, p. 104) sobre a espacialização da criminalidade na cidade de Três Lagoas: “a cidade teve sua malha urbana estruturada de forma seletista e totalmente segregadora, onde o oportunismo imobiliário foi grande contribuidor para a atual conjuntura espacial”.

Segundo Caldeira (1997, p. 155):

Enclaves fortificados são espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. Esses espaços encontram no medo da violência uma de suas principais justificativas e vem atraindo cada vez mais aqueles que preferem abandonar a tradicional esfera pública das ruas para os pobres, os ‘marginais’ e os sem-teto. Enclaves fortificados geram cidades fragmentadas em que é difícil manter os princípios básicos de livre circulação e abertura dos espaços públicos que serviram de fundamento para a estruturação das cidades modernas.

Os enclaves fortificados predominantemente se constituem de ambientes socialmente homogêneos, na maioria das vezes, formados por classes médias e altas, há, portanto, um processo de exclusão da população mais pobre.

Segundo Kuster (2007, p. 4):

Há várias formas de realizar este descarte, mas o certo é que, das mais claras às mais veladas, todas as formas de comportamento e construção de discursos que não falam mais em nome da cidadania e sim da segregação, contribuindo para o apartheid nas cidades, servem ao engendramento crescente de uma tensão urbana, resultante da fricção entre os diversos grupos que ali se embatem diariamente.

Os enclaves fortificados representam uma alternativa para a vida urbana das classes médias e altas, e segundo Caldeira (1997, p. 159):

São codificados como algo que confere alto *status*. A construção de símbolos de *status* é um processo que elabora distâncias sociais e cria meios para a afirmação de diferenças e desigualdades sociais.

Esse processo de elitização do espaço é visível no caso da cidade de Três Lagoas ao analisar anúncios imobiliários. Os anúncios publicitários evidenciam a segregação social e expressam nitidamente a separação e a segurança como questões de *status*.

Vislumbrando este cenário Kuster (2007, p. 7) afirma que:

Constrói-se, na verdade a anti-cidade, já que, ao contrário dos espaços interrelacionais da cidade tradicional, estes espaços que compõe o panorama da cidade contemporânea, não possuem relação entre si, comportando-se no mapa urbano de forma pontual. O receio da violência transformado em receio do outro, do contato, ainda que visual, cria estas situações inusitadas, nas quais o território da cidade vai sendo situado, dividido em regiões, e o acesso à sua totalidade é vetado a alguns.

A súbita transformação das bases econômicas da cidade de Três Lagoas, de agrária para industrial e de serviços, intensificou o fluxo migratório destinado ao seu centro urbano, incrementando abruptamente o número de trabalhadores que se fixaram em busca de novas oportunidades de emprego.

De 2007 para 2011 a cidade teve um crescimento populacional de 17.622 (dezessete mil seiscentos e vinte e dois) habitantes, que representa um aumento de 17,02% em quatro anos, ou de 4,25% ao ano, enquanto que o crescimento médio brasileiro de 2000 a 2011 ficou em torno de apenas 1,27% (IBGE, Censo Demográfico, 2000 e 2011).

A contribuição da indústria na economia do município cresceu em apenas um ano de 2007 para 2008 de R\$ 397.543 (trezentos e noventa e sete mil, quinhentos e quarenta e três reais) para R\$ 491.973.00 (quatrocentos e noventa e um mil, novecentos e setenta e três reais), registrando um aumento de 23,7%. Enquanto a agropecuária cresceu nesse ano de R\$ 91.163 (noventa e um mil, cento e sessenta e três reais) para R\$ 114.171 (cento e quatorze mil, cento e setenta um reais), representando 20,1%, contudo boa parte desse crescimento deu-se em virtude da expansão das florestas de eucalipto para a fábrica de papel e celulose da Fibria, resultado da incorporação da Aracruz pela VCP.

No entanto, as transformações no mercado de trabalho através das mudanças tecnológicas, com novas possibilidades de emprego em determinados setores vêm acompanhadas pela precarização do trabalho, pelo desemprego e pelo processo de seleção/exclusão social (LARANGEIRA, 1999, p. 14-19).

A falta de trabalho regular como fonte de renda é o principal mecanismo propulsor da exclusão social, a maneira e os motivos pelos quais indivíduos e grupos são apresentados a dificuldades essenciais de prover o próprio sustento perseguem caminhos completamente diversos, entretanto, convergem para a miséria. Aspectos como o analfabetismo funcional, falta de dinheiro para aluguel, entre outros podem transformar o indivíduo em um sem-teto, sem-terra, que aliado a outros eventos impulsiona “a pessoa (e, muitas vezes, sua família), à margem da sociedade, habitada por farrapos humanos” (CASTELLS, 1996, p. 98-99).

A exclusão social é, assim, o processo de privação de alguém do direito ao trabalho no contexto do capitalismo (CASTELLS, 1996, p. 98).

Rompe-se a consciência coletiva da integração social, um “declínio dos valores coletivos e com o crescimento de uma sociedade extremamente individualista” (HOBBSAWM, 2000, p. 136), ampliando o agravamento do aspecto social extremamente excludente, e, assim, “as cidades estão sendo construídas situações explosivas de potencial imprevisível, pois esse processo é acompanhado da ampliação da informação sobre os direitos da cidadania, aumentando as aspirações e as metas de vida da população urbana” (ZALUAR, 1994).

3.4 A formação do espaço urbano de Três Lagoas

Três Lagoas é uma cidade brasileira localizada na região Centro-Oeste, situada mais precisamente no extremo leste do Estado de Mato Grosso do Sul. Possui acesso às regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país e aos países da América do Sul, pois situa-se em um entroncamento das malhas viária, ferroviária e fluvial do Brasil (Figura 1).

Sua colonização iniciou-se na década de 1880 por Antonio Trajano dos Santos, Luís Correia Neves Filho e Protásio Garcia Leal. Em 1909, às margens da Lagoa Maior, onde hoje situa-se a cidade, foi fundado o acampamento dos engenheiros responsáveis pela construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB). Em 1910, motivada pelo acampamento dos engenheiros, inicia-se o desenvolvimento de um povoado com a edificação de várias moradias. Antonio

Trajano dos Santos doa cerca de quarenta alqueires à povoação, instalando-se uma praça, onde foi construída a Igreja de Santo Antonio, proclamado padroeiro do local.

Em 15 de junho de 1915 foi criada a Vila de Três Lagoas emancipada politicamente pela lei estadual nº 706, ainda Comarca de Sant'Ana do Paranaíba; no mesmo ano de 1915 torna-se município quando realiza-se eleições (SÁ CARVALHO, 1920).

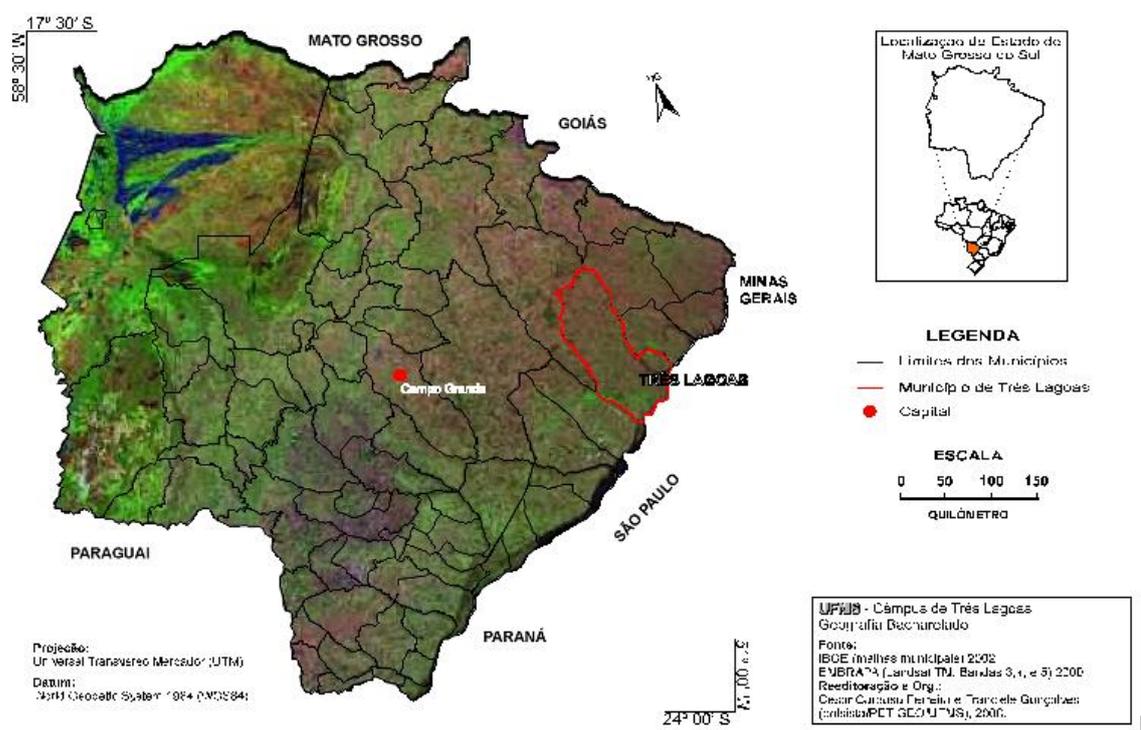


Figura 1: Localização geográfica do município de Três Lagoas
Fonte: MILANI, 2012

Em 1943 há o desmembramento de terras do território de Três Lagoas para a formação dos municípios de Água Clara (1953), Brasilândia (1963) e Selvíria (1980).

O município de Três Lagoas é considerado centro do denominado Bolsão Sul-Matogrossense, e por anos sua principal fonte de desenvolvimento e atividade econômica era a pecuária. Contudo, a crise do setor, a indústria apresentou um vigoroso desenvolvimento, que coloca a cidade na vanguarda da industrialização do Estado de Mato Grosso do Sul.

A disposição de água, energia e matéria-prima no município de Três Lagoas é determinante para o processo rápido de industrialização que a cidade vem passando, além da efetiva transição econômica, constatada pelo acelerado aumento

do PIB do município surpreendente de 70,18% do PIB entre os anos de 2002 para 2009 (Tabela 1).

Tabela 1: Três Lagoas: evolução do PIB – 2002 a 2009

Ano	Valor arrecadado (mil)
2002	600.658.251
2003	792.391.870
2004	998.968.651
2005	1.025.511.912
2006	1.170.535.326
2007	1.283.308.824
2008	1.518.087.106
2009	2.014.697.000

Fonte: IBGE, 2011

O fortalecimento de Três Lagoas como polo industrial favoreceu sua atração regional e assim vem agregando um contingente populacional que adicionou drásticas mudanças na configuração socioespacial da cidade.

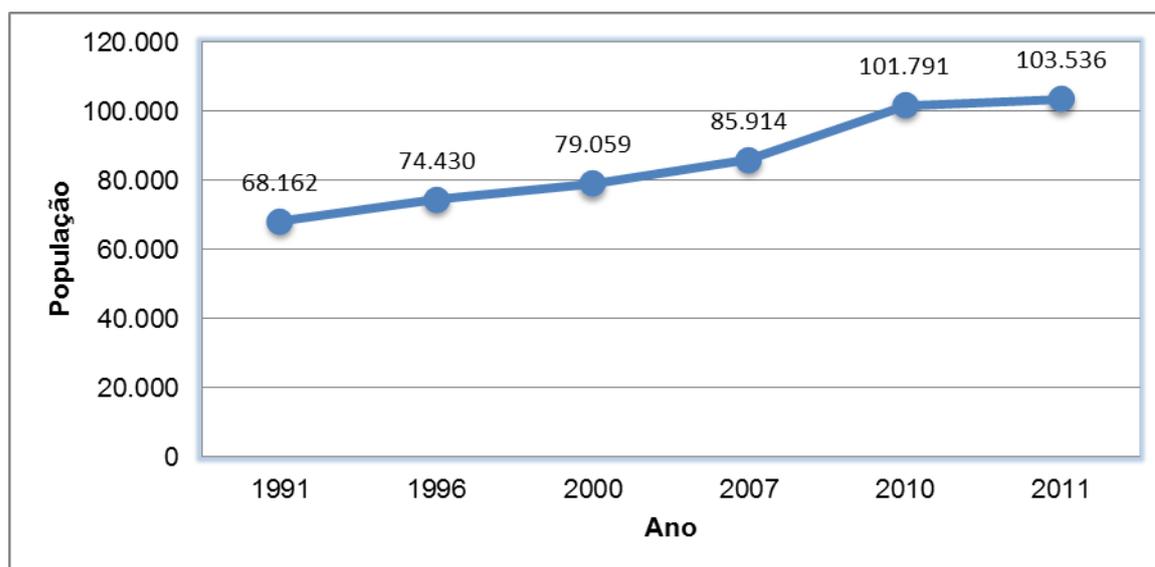


Figura 2: Índice populacional de 1991 a 2011

Fonte: IBGE, 2011

Organização: Ruís, 2012

Na Figura 2 o gráfico evidencia o salto populacional de 85.914 (oitenta e cinco mil novecentos e catorze) em 2007 para 103.536 (cento e três mil e quinhentos e

trinta e seis) em 2011. Constata-se, assim, um acréscimo de 17,02% em Três Lagoas em apenas 03 (três) anos de acordo com os dados do IBGE (2011) que também revelou um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,740.

Em decorrência da imigração a população de Três Lagoas torna-se heterogênea, caracterizada pela ausência de laços e tradições em comum com o local de habitação e, portanto, com usos e costumes diferentes, além do mais, predominantemente, possui baixo nível de instrução e insuficiente qualificação profissional.

Batista (2009, p. 101), na sua dissertação de mestrado aborda a espacialização da criminalidade na cidade de Três Lagoas, conforme o autor:

Esta grande mudança vem com a contratação firmada entre o município (que teve a intervenção do governo do Estado e do governo Federal) e a indústria de beneficiamento de papel e celulose a 'Internacional Paper'(...) Fator este que alterou o PIB local, deixando o município em segundo lugar no Estado em relação à arrecadação.

O processo de industrialização teve sua origem com a instalação de olaria Martins Rocha, posteriormente prosperou com a instalação da Mabel, Cortex, Metalfrio, Petrobrás (usina termelétrica). Entretanto, o impulso e maior investimento ocorreu com a instalação em 2009 da International Paper e Grupo Votorantim, que com a incorporação da Aracruz, resultou na Fibria. Encontram-se em processo de instalação as empresas Sitrel (siderúrgica do Grupo Votorantim), Petrobrás (fábrica de fertilizantes) e Eldorado Brasil (fábrica de celulose).

Devido a todo esse processo Três Lagoas vêm apresentando sucessivas alterações em sua organização espacial e socioeconômica. Assim, observa-se mudanças no cenário paisagístico devido as práticas espaciais desencadeadas com o processo de industrialização, fundamentalmente com a implantação de extensas áreas destinadas ao cultivo de eucalipto, matéria prima essencial para o beneficiamento da celulose.

O ritmo acelerado de expansão urbana provoca algumas consequências, fundamentalmente nos setores da habitação, saúde, educação, transporte coletivo, saneamento básico, segurança pública.

De acordo com Batista (2009, p. 103-104):

Encontramos também o processo de marginalização espacial provocado pelo aumento desorganizado da população que elevou a procura por moradia que associado a lei de oferta e procura, temos uma valorização imobiliária que privilegiou as localidades de melhor localização e que contempla maiores recursos de infra estrutura. Tal processo criou zonas de marginalização espacial, onde aglomerou uma grande porção da população que desprovida de recursos financeiros foi posta as margens do processo de urbanização aumentando a segregação espacial, processo que acreditamos influenciar o índice de criminalidade na cidade.

A análise da organização do espaço de Três Lagoas revela que é pautada no modelo “centro-periferia”, que é demonstrada pela distribuição espacial vinculada a questão da renda. Visualiza-se, portanto, na área central concentra a população mais abastada e com maior poder aquisitivo e usufrui de satisfatórias condições de infra estrutura e prestação de serviços. Na área central caracteriza-se por ser um local de circulação de pessoas de todos os estratos sociais, pois é localiza-se a maioria do comércio e serviços.

Verifica-se que a muitos dos proprietários de residências, dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que residem no Centro, bairros mais abastados ou nos condomínios fechados são ou descendem dos proprietários fundiários.

As áreas periféricas da cidade são ocupadas pela população mais pobre que sofre com a negligência e carência de infraestrutura e serviços básicos, como saneamento básico, esgoto, calçamentos, saúde, iluminação pública, segurança. Além disso, as pessoas de menor poder aquisitivo para terem acesso ao comércio e serviços normalmente precisam se deslocar para o centro da cidade.

Na lógica capitalista, Corrêa (1995, p. 8) aborda a temática organização desigual do espaço e afirma que:

[...] o espaço urbano, especialmente o da cidade capitalista, é predominantemente desigual: a desigualdade constitui-se em característica própria do espaço urbano capitalista. Em segundo lugar, por reflexo social e porque a sociedade tem a sua dinâmica, o espaço urbano é complexo, com ritmos e natureza diferenciados.

Desse modo, a organização espacial da cidade de Três Lagoas é representada por uma segregação no espaço urbano, ainda mais evidente com o surgimento dos enclaves fortificados, representados pelos condomínios Portal das

Águas, Condomínio Alto dos Ipês e Village do Lago Resort & Residence que afirmam e ressaltam as diferenças e desigualdades sociais. A verticalização das construções apresenta-se tímida, mas vem ganhando espaço na paisagem da cidade.

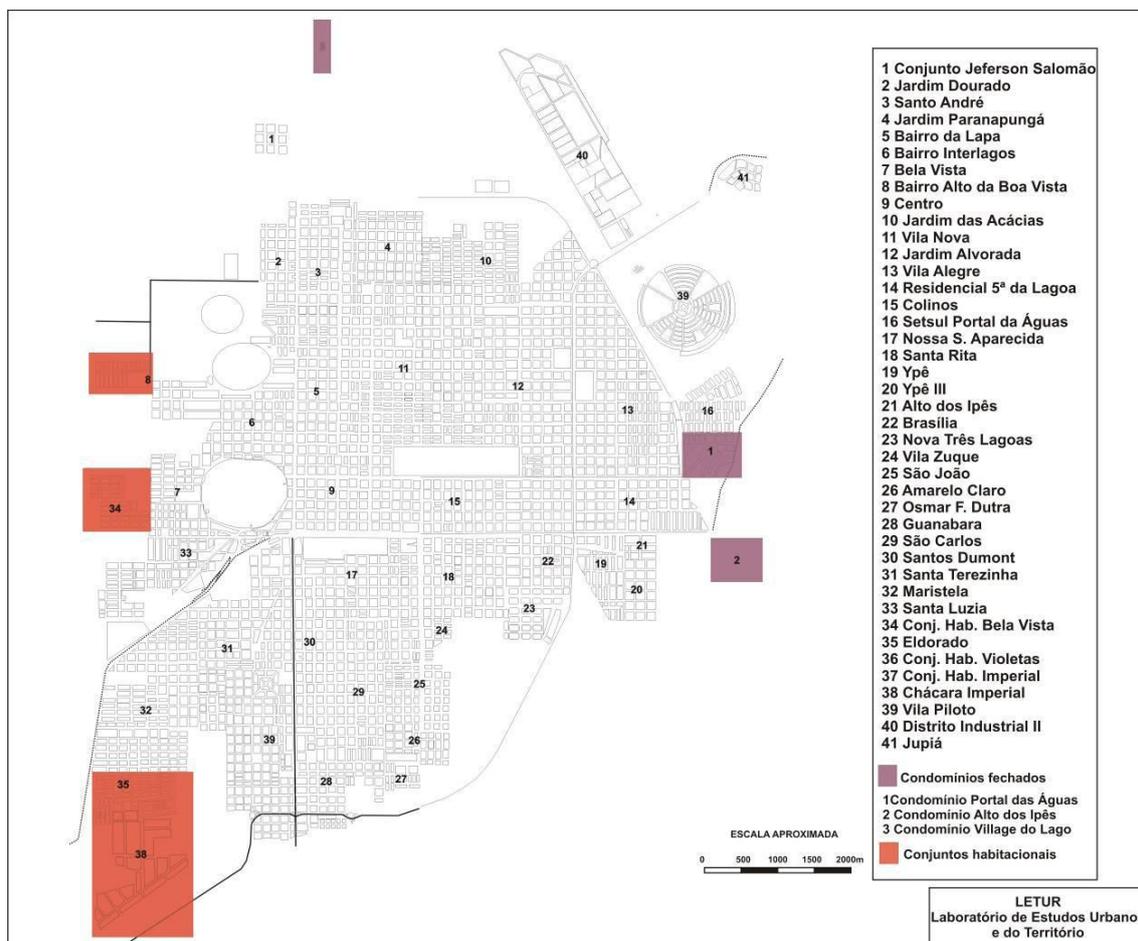


Figura 3: Localização dos conjuntos habitacionais e condomínios fechados na cidade de Três lagoas/MS, em 2011

Fonte: MILANI, 2012

O aumento da concentração humana nas áreas centrais da cidade de Três Lagoas impulsionado pelo preço elevado dos aluguéis e terrenos e o regime inflacionário provocou a procura das áreas vazias na periferia e estimulou o loteamento de áreas suburbanas.

A expansão da mancha urbana exige empenho da administração pública em pelo menos amenizar, diante da dificuldade de extinguir, os problemas de abastecimento de água, coleta de esgoto, transporte público, instalação de postos de saúde, creches, escolas, dentre outros.

A compreensão da organização do espaço urbano de Três Lagoas com problemas recorrentes e emergentes tem seu início nos processos formadores da urbanização em seus diversos contextos históricos, políticos, econômicos, sociais e espaciais. Nesta análise buscar entender a dinâmica da violência criminal nesse espaço e verificar se a espacialização da criminalidade tem ou não elo com as variáveis sociais e econômicas.

3.5. Análise da violência criminal no espaço urbano de Três Lagoas

Nesta pesquisa dá-se ênfase a espacialização por bairro dos crimes: violência doméstica, tráfico de drogas, homicídio doloso, roubo e furto e o mapeamento dos bairros que residiam as mulheres reclusas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas antes da prisão. No intuito de verificar se há conexão entre a violência criminal no espaço urbano de Três Lagoas como resultado das desigualdades socioeconômicas evidenciadas na ação de agentes que residem nos bairros habitados pela população pertencente à classe mais baixa.

Segundo Francisco Filho (2004) é essencial à análise de padrões sociais, econômicos e demográficos do espaço urbano para a apreensão da dinâmica criminal.

Na concepção de Lefebvre (1969) o direito à cidade consiste em garantir a universalidade do acesso e do gozo de forma democrática dos serviços coletivos prestados no âmbito urbano, como trabalho, saúde, educação, segurança, moradia, transporte, lazer, dentre outros. Assim os contrastes sociais são evidenciados na paisagem e destacam com veemência os bairros privilegiados das áreas destinadas aos desfavorecidos.

Em suma, a população mais abastada concentra-se nas áreas onde há disponibilidade da infraestrutura urbana e resta as classes desfavorecidas ocupar as zonas com escassez ou total ausência de infraestrutura e de assistência do Estado nas necessidades básicas.

Como destaca a antropóloga Alba Zaluar (2002) o discurso da mídia sobre a violência urbana sempre foi estereotipado, pois esta é vista somente como resultado da ação de pequenos e médios delinquentes, moradores nas regiões mais pobres e

a favelas da cidade, ou seja, relação direta entre áreas pobres e o processo de violência.

É notório que o comportamento da violência salienta as desigualdades socioeconômicas cristalizadas no espaço urbano.

Neste diapasão, Francisco Filho (2004, p. 66-67) identificou esse processo nos seus estudos da área metropolitana de Campinas:

Os crimes, por conseguinte, assumem características próprias conforme a realidade urbana dessas áreas em contraste com as áreas centrais, dotadas de infraestrutura e todo o tipo de serviços. Os crimes contra a pessoa, por exemplo, tendem a ocorrer com maior frequência nas áreas periféricas enquanto os crimes contra o patrimônio têm sua ocorrência aumentada nas áreas centrais, onde a riqueza está concentrada. Esses dados, perceptíveis por aqueles que habitam e vivem na cidade, estão relacionados com a estratificação urbana, imposta por um processo que segrega as populações segundo sua capacidade econômica e as isola em territórios que apresentam uma certa homogeneidade. Como consequência, o crime absorve essas características e desenvolve uma especialização e acaba por se adequar a cada território.

No espaço urbano de Três Lagoas a dinâmica criminal segue as tendências similares às evidenciadas por Francisco Filho (2004) em sua análise, pois verifica-se que a área central na sua maioria é caracterizada de forma diferenciada da periferia. Denota-se, assim, que determinados crimes predominam no centro e outros tipos nas zonas periféricas.

Em consonância, o delegado da Polícia Federal de Três Lagoas, Pierre Bernard Vincent, 33 anos, afirma que os “bairros que julga mais perigosos são os bairros de periferia: Vila Piloto, São João, São Carlos, Jardim Parapungá, pois são os bairros que realizou mais prisões e cumprimento de mandados”. (Entrevista realizada em 11 de maio de 2011, Anexo A2).

É imprescindível observar que há condições que favorecem e estimulam o surgimento de um espaço oportuno ao desenvolvimento da violência criminal, que pode ocorrer no próprio local ou se deslocar para outros bairros. A cidade de Três Lagoas segue alguns padrões na distribuição dos crimes como relatado por estudos similares, mas também traz algumas particularidades conforme será demonstrado.

Visando compreender a dinâmica da violência criminal na cidade de Três Lagoas efetuou a espacialização dos tipos penais especificados acima, visto que cada qual possui características e distribuição diferenciadas.

3.5.1 Análise da Violência Doméstica

A luta contra a violência doméstica é um sério desafio pela sua natureza oculta, apesar da grande incidência e reincidência das várias formas de agressões no âmbito familiar que incluem desde agressões físicas, sexuais, patrimoniais até as psicológicas e morais. No ápice das violências emergem os abusos sexuais infantis, perpetrados pelos próprios pais biológicos ou por padrastos e o assassinato brutal das mulheres ou companheiras. Enfim, além das próprias vítimas, a sociedade como um todo é quem perde, de maneira irreparável.

A Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), homenagem à mulher que foi vítima de violência doméstica e familiar e tornou-se símbolo da luta por justiça. Em 1983 seu marido tentou assassiná-la em duas ocasiões. A primeira vez por arma de fogo e na segunda por eletrocussão e afogamento. As tentativas de homicídio resultaram em lesões irreversíveis à sua saúde, como paraplegia e outras sequelas. Maria da Penha transformou dor em luta, tragédia em solidariedade.

Esta lei reestruturou completamente o ordenamento jurídico no que diz respeito à violência doméstica e familiar contra a mulher, foi publicada no dia 08 de agosto de 2006, afinal foram muitos anos lutando para que as mulheres pudessem dispor deste instrumento legal e de medidas eficientemente protetivas e para que o Estado brasileiro passasse a enxergar a violência doméstica e familiar contra a mulher.

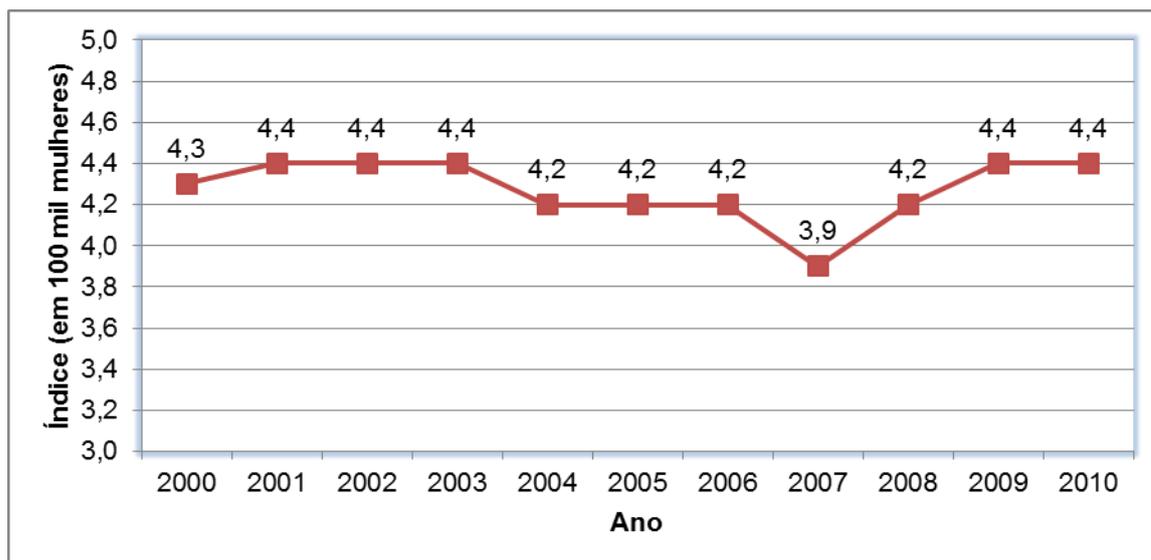


Figura 4: Evolução dos índices de homicídios femininos (em 100 mil mulheres) no Brasil

Fonte: Mapa da Violência no Brasil, 2011

Organização: Ruís, 2012

O Mapa da Violência no Brasil (2011) referente aos homicídios de mulheres no Brasil, publicado pelo Instituto Sangari em parceria com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), evidencia que de 1980 a 2010 totalizou-se 91 (noventa e uma) mil mulheres foram assassinadas no Brasil. Nestes trinta anos o número de mulheres assassinadas no país saltou de 1.353 (um mil, trezentos e cinquenta e três) mortes em 1980 para 4.297 (quatro mil, duzentos e noventa e sete), em 2010.

Observa-se que em 2007, ano vigência efetiva da Lei Maria da Penha houve uma ligeira diminuição das taxas, no entanto os números voltaram a expandir nos anos posteriores.

O Estado de Mato Grosso do Sul encontra-se na 5ª (quinta) posição com a taxa de 6 (seis) homicídios femininos em cada 100 (cem) mil mulheres no ano de 2010 (Mapa da Violência, 2011). Na cidade de Três Lagoas os números também são alarmantes, consta-se, pela Figura 5, que no ano de 2011 foram registradas 1.149 (um mil, cento e quarenta e nove) ocorrências de violência doméstica.

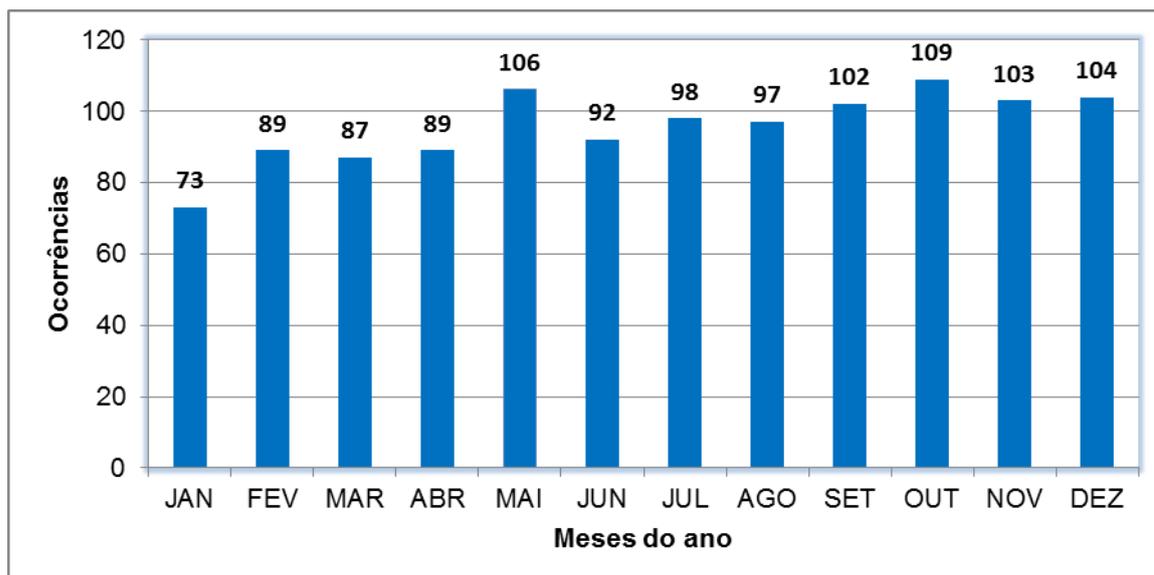


Figura 5: Evolução dos índices de ocorrências registradas de violência doméstica em Três Lagoas de acordo com os meses do ano de 2011

Fonte: Boletins de Ocorrência da polícia militar - 2º BPM

Organização: Ruís, 2012

O Mapa da Violência no Brasil coordenado por Waiselfisz (2011) revelou que 10 (dez) mulheres morrem por dia, e destas, 07 (sete) pelas mãos daqueles com quem possuem sentimento de afeto. Assim, o local de maior perigo para as mulheres é a própria casa, pois segundo dados do Mapa da Violência (2011), cerca de 68% dos homicídios são cometidos na residência da vítima. Isso porque, em 86,2% dos casos, o assassino é alguém da família ou próximo a ela. Os companheiros ou ex-parceiros respondem pelo índice mais alto (42,5%).

Também observa-se na Figura 6 que o quantitativo de ocorrências registradas no ano de 2011 predomina nas residências, totalizando 413 (quatrocentos e treze).

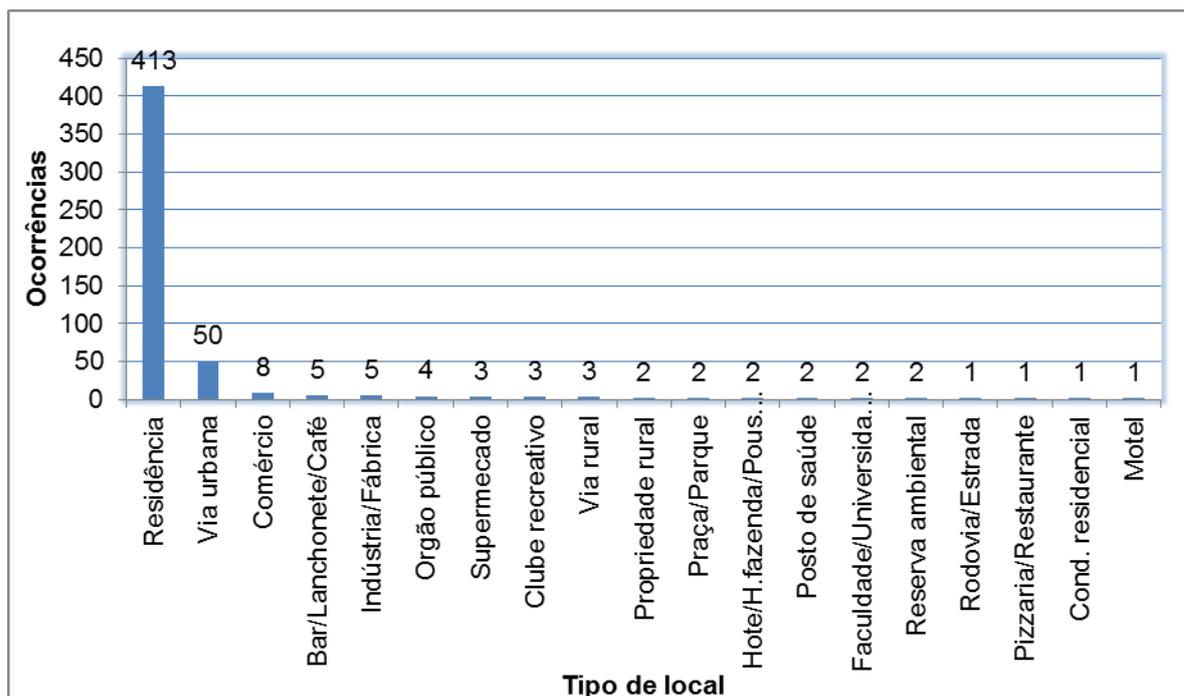


Figura 6: Quantitativo dos registros de ocorrências de violência contra a mulher de acordo com o tipo de local no ano de 2011

Fonte: Boletins de Ocorrência da polícia militar - 2º BPM

Organização: Ruís, 2012

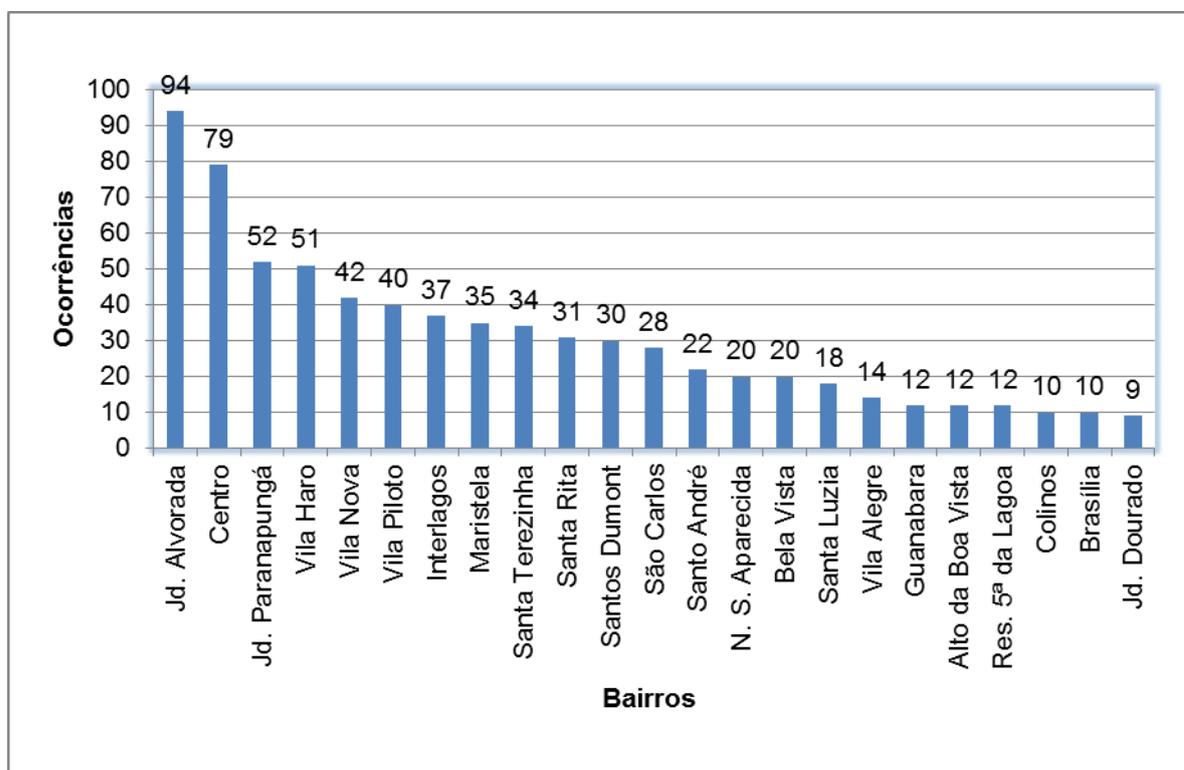


Figura 7: Quantitativo dos registros de ocorrências de violência contra a mulher de acordo com o bairro na cidade de Três Lagoas, no ano de 2011

Fonte: Boletins de Ocorrência da polícia militar - 2º BPM

Organização: Ruís, 2012

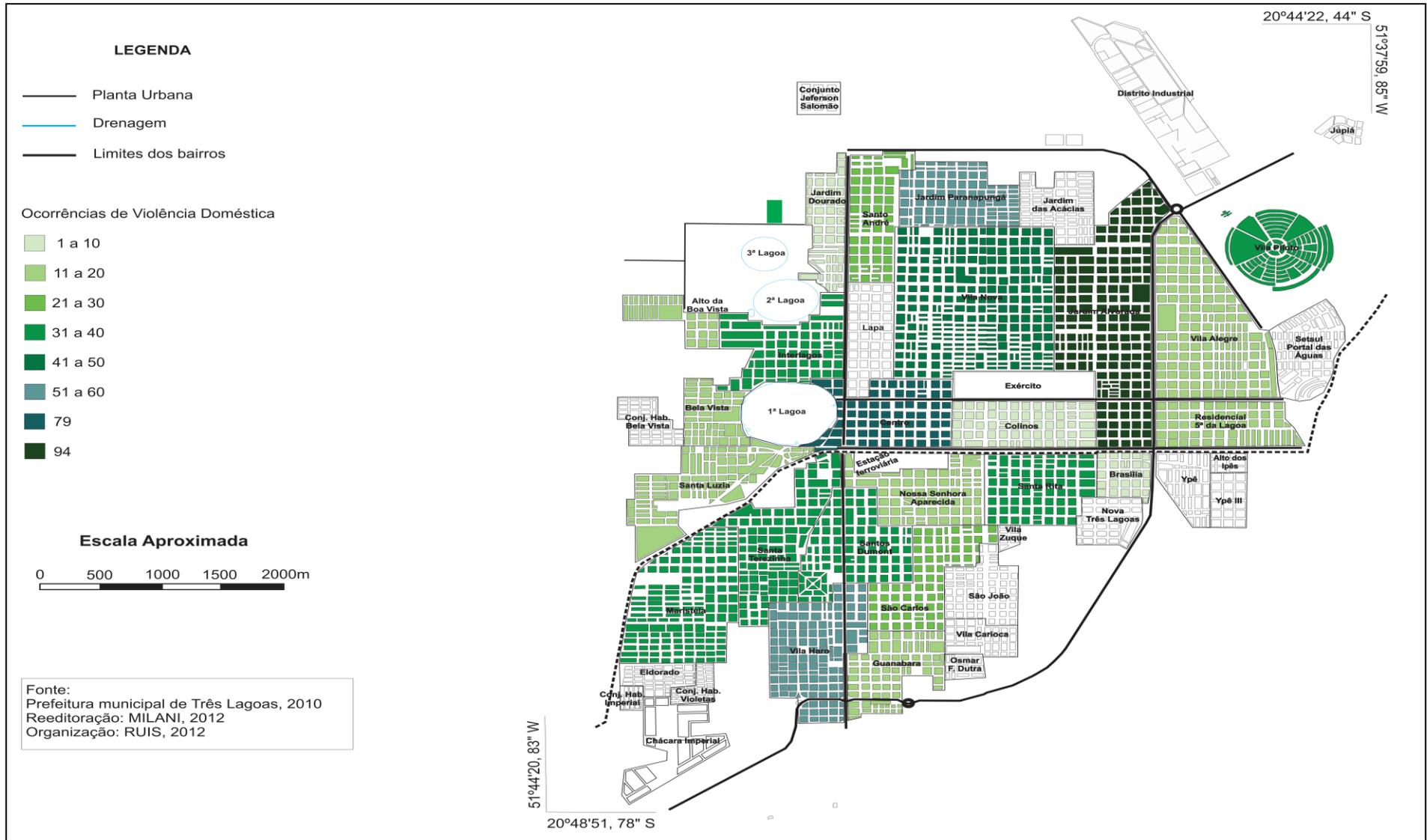


Figura 8: Espacialização do crime de violência doméstica no espaço urbano três-lagoense

Nas Figuras 7 e 8 verificam-se os números brutos das ocorrências de violência doméstica distribuídas pelos bairros da cidade de Três Lagoas. Observando os dados denota-se que os bairros com mais de trinta ocorrências são: o Jardim Alvorada (94), Centro (79), Jardim Paranaungá (52), Vila Haro (51), Vila Nova (42), Vila Piloto (40), Interlagos (37), Maristela (35), Santa Terezinha (34), Santa Rita (31), Santos Dumont (30). Esse tipo de crime atingiu um total de 1.150 (um mil, cento e cinquenta).

A espacialização das ocorrências da violência contra a mulher registradas no 2º Batalhão da Polícia Militar de Três Lagoas destacam que este tipo penal não está vinculado a classe social, mas as características agressivas do autor e a sua crença na impunidade.

A Lei Maria da Penha estabeleceu inúmeras mudanças que incluem desde a tipificação dos crimes de violência contra a mulher até procedimentos judiciais e da autoridade policial. Ela tipificou a violência doméstica como uma das formas de violação dos direitos humanos, modificou o Código Penal Brasileiro e estabeleceu a possibilidade da prisão em flagrante dos agressores, ou sua decretação preventiva, quando o agressor ameaçar a integridade física da mulher.

Segundo Alves (2006) a lei trouxe algumas medidas que “correspondem às necessidades reais para garantir a integridade física, psicológica e patrimonial da vítima e de seus dependentes”.

Além das inéditas medidas protetivas de urgência para a mulher que corre risco de morte, há outras medidas cautelares aplicadas ao agressor, como o afastamento do agressor do domicílio e a proibição de sua aproximação física junto à mulher agredida e aos filhos.

Mas a situação destacada pelos gráficos mostra que, apesar dos avanços em legislação e políticas públicas, o Brasil não consegue oferecer proteção efetiva e suficiente à mulher decorrente da precariedade da estrutura de atendimento, que se exprime em falta de delegacias, de pessoal qualificado e de varas especializadas.

Neste ponto, pode-se dizer que a aplicação da Lei Maria da Penha caiu nas armadilhas culturais e estruturais que arruinaram a sua eficácia no combate à violência doméstica. Quantas mulheres carregaram silenciosamente a culpa por serem vítimas de violência por anos? Quanta violência deixou de ser justificada nos tribunais em decorrência da “defesa da honra” masculina?

Segundo a diretora do Estabelecimento Penal Feminino de Regimes Semiaberto, Aberto e Assistência à Albergada de Três Lagoas, Leonice Miranda Rocha Guarini, 44 anos, aduz que a mulher:

[...] para fugir da violência (às vezes dentro da própria casa), da pobreza e da necessidade de alimentar os filhos (que geralmente criam sozinhas) acabam tendo que como saída mais fácil, rápida e prática o tráfico de drogas (Entrevista realizada em 08 de junho de 2011, Anexo B1).

A ausência do efetivo e concreto engajamento de todas as áreas do Poder Público, de assistência judiciária, de efetivação de atendimento multidisciplinar de profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica, e de saúde, revelou tão-somente mais uma lei no papel e a violência contra a mulher reflete na sobrevivência da família e redundando inclusive no aumento da criminalidade, assim, deste tipo de crime decorrem outros.

3.5.2 Análise do Tráfico de Drogas

O tráfico de drogas é uma questão emblemática na sociedade contemporânea e está estritamente associado à violência urbana. Para o combate é essencial realizar investigações e reflexões sobre o problema.

A Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006, institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad) e prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. O artigo 33 enquadra os crimes de tráfico de maconha, cocaína e outros entorpecentes:

Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar (BRASIL, 2006b).

O agente que incide nesta prática deste crime estará sujeito a aplicação de pena de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos de reclusão e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

Vale ressaltar que o crime de posse e uso de drogas é descrito pelo artigo 28 da Lei 11.343/2006:

Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:

I - advertência sobre os efeitos das drogas;

II - prestação de serviços à comunidade;

III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.(BRASIL, 2006b).

A Lei 11.343/2006 revogou a Lei 6.368/1976 que regulava a prevenção e repressão do tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes. A nova lei trouxe inovações, fundamentalmente, referente à figura do usuário e retirou qualquer punição de detenção ou reclusão aplicável a esta figura, além da previsão da advertência como pena aos consumidores e das medidas educativas. Além do mais trouxe novos tipos penais, tais como a punição do financiador do tráfico de drogas.

Na cidade de Três Lagoas a evolução das ocorrências registradas pelo 2º Batalhão da Polícia Militar de janeiro de 2010 a junho de 2012 revelam uma oscilação.

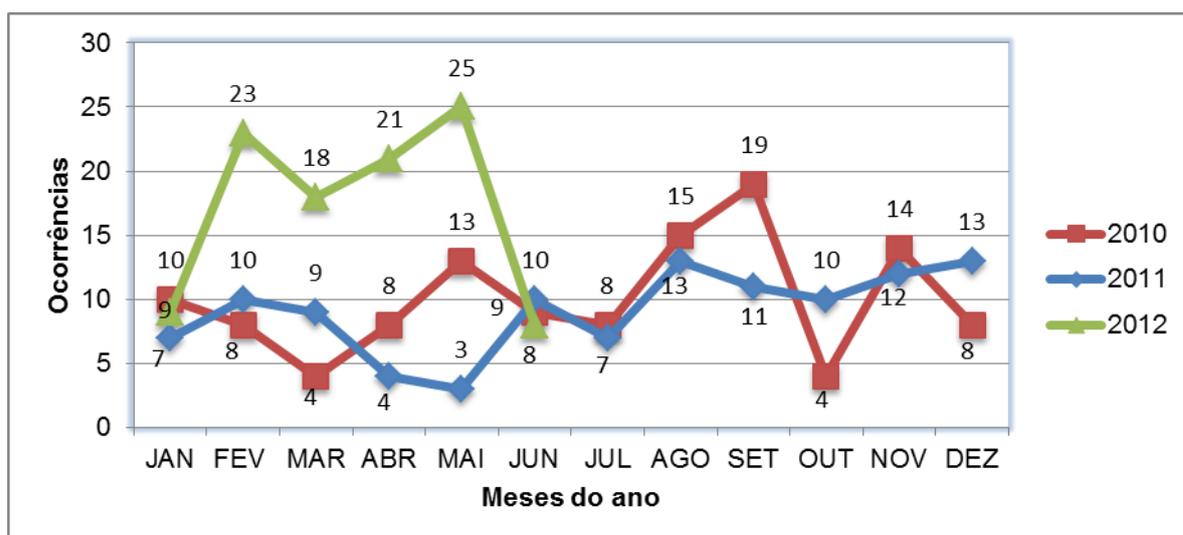


Figura 9: Comparativo do crime de tráfico de drogas entre os anos 2010, 2011 e 2012, na cidade de Três Lagoas/MS

Fonte: Boletins de Ocorrência da polícia militar - 2º BPM

Organização: Ruís, 2012

Denota-se da análise da Figura 9 que a ocorrência do crime de tráfico de drogas no primeiro semestre de 2012 atingiu o surpreendente número de 104 (cento e quatro) suplantando os indicativos do mesmo período dos anos de 2010 e 2011.

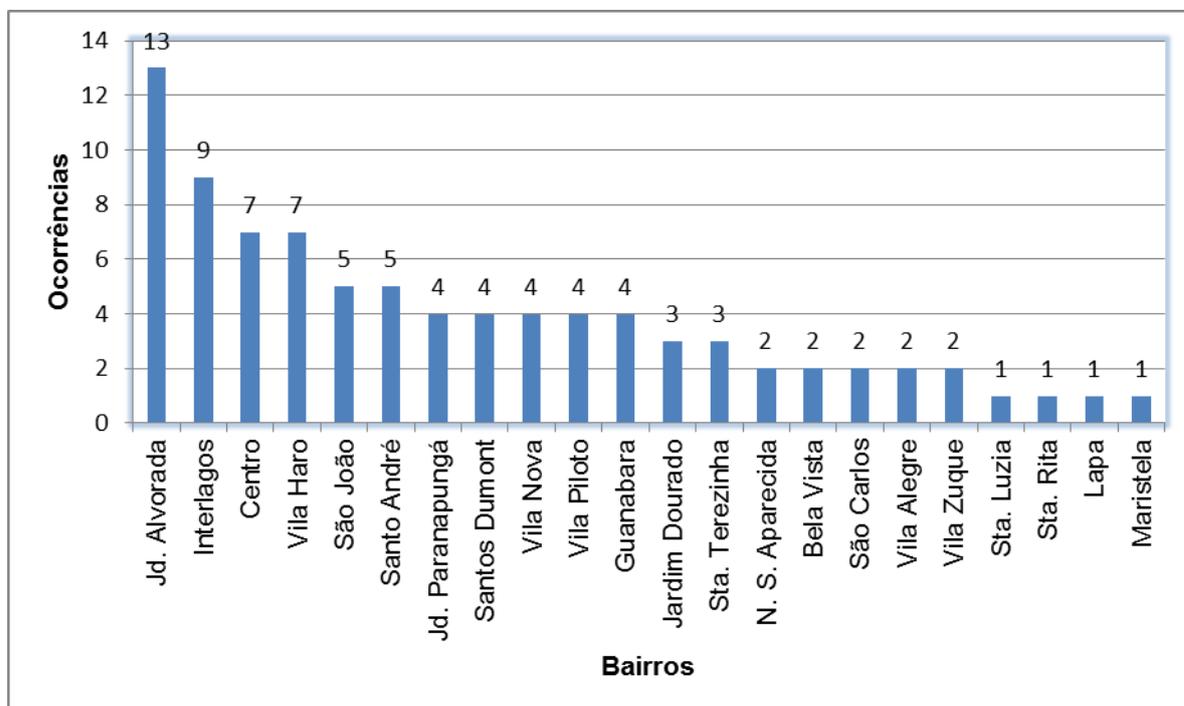


Figura 10: Quantitativo dos registros de ocorrências de tráfico de drogas de acordo com o bairro na cidade de Três Lagoas, no ano de 2011
 Fonte: Boletins de Ocorrência da polícia militar - 2º BPM
 Organização: Ruís, 2012

As Figuras 10 e 11 mostram a maior quantidade de ocorrências de tráfico de drogas nos bairros Jardim Alvorada e Interlagos localizados nas proximidades das Avenidas Ranulpho Marques Leal e Filinto Muller, respectivamente, e pode estar relacionada ao local por ser caracterizado por áreas de lazer, casas noturnas, prostíbulos e bares, causa que seduz pessoas de todos os bairros da cidade. Dessa forma, a incidência e circulação de traficantes e consumidores de drogas nestes bairros da cidade pode-se considerar um fenômeno constante.

Acredita-se que os altos índices do registro de ocorrências de tráfico de drogas no bairro Interlagos vincula-se a proximidade com a conhecida “Zona Velha”, consagrada pela prostituição e tráfico de drogas.

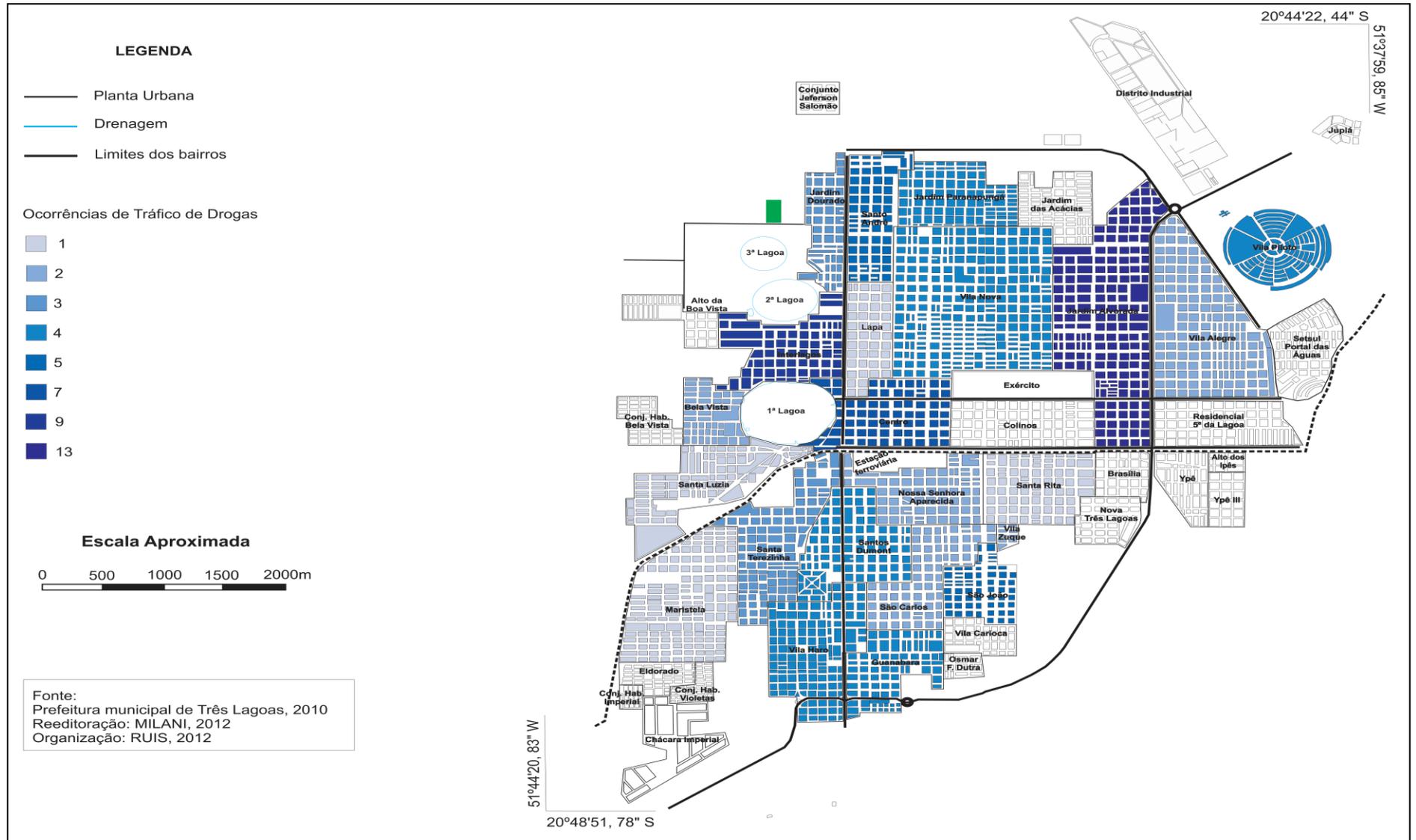


Figura 11: Espacialização do crime de tráfico de drogas no espaço urbano três-lagoense

Além do mais, pode-se notar que o tráfico de drogas distribui-se por toda a cidade. As Figuras 10 e 11 evidenciam a espacialização das ocorrências de tráfico de drogas na cidade registradas no decorrer do ano de 2011, destaca-se os bairros com mais de cinco ocorrências registradas são: Jardim Alvorada (13), Interlagos (9), Centro (7), Vila Haro (7), São João (5) e Santo André (5). Tais bairros detêm 52,87% das ocorrências registradas na cidade de Três Lagoas, visto que totalizam 87 (oitenta e sete) ocorrências espacializadas em 22 (vinte e dois) bairros.

No decorrer da pesquisa na cidade de Três Lagoas realizou-se entrevistas junto aos delegados e análise de reportagens. As entrevistas efetuadas com os delegados que atuam nas delegacias da cidade de Três Lagoas foram essenciais para compreensão e obtenção de informações referentes a dinâmica do tráfico de drogas no espaço urbano de Três Lagoas. Segundo informações, o tráfico de drogas é caracterizado pela sua mobilidade.

Vislumbra-se que o número de crimes de tráfico de drogas na área central da cidade tendem a estar relacionado à circulação, característica marcante desta área, no entanto, pode-se considerar que a distribuição deste tipo penal ocorre em toda cidade em decorrência da mobilidade, particularidade marcante do tráfico.

Desse modo, os registros de ocorrências de tráfico de drogas no Centro possuem como atrativo a convergência de pessoas que residem em outras áreas vão nestes locais da cidade em busca de drogas para o consumo ou para a revenda, e ai são surpreendidas com a droga pelos policiais e presas neste local.

De acordo com o juiz de direito da 2ª Vara Criminal de Comarca de Três Lagoas, Eduardo Floriano Almeida, 38 anos, expõe:

Há bairros, como Vila Piloto, São João, onde a polícia atua com mais eficácia, pois há mais incidência, no entanto, não quer dizer que nesses bairros há maior prática de delitos. Em outros bairros a fiscalização policial deve ser de modo de agir diferente, nos bairros mais abastados há um perfil diferenciado de traficante (Entrevista realizada em 13 de maio de 2011, Anexo C1).

Além do mais, a droga é oriunda de outras cidades do Brasil (especialmente Corumbá, Ponta Porã, Campo Grande, entre outras) e de outros países. É recorrente cargas apreendidas vindas da Bolívia, Colômbia, Paraguai.

Steiman (1995) destaca entre os principais corredores de trânsito e exportação de drogas que passam pelo Brasil o Corredor Bolívia-Brasil que inclui a rota:

De Puerto Suarez, na Bolívia, a droga alcança Campo Grande (MS) via Corumbá e Ladário. Daí em diante, pode entrar em São Paulo ou por Andradina, passando por Três Lagoas (MS) ou por Presidente Epitácio, São José do Rio Preto, Bauru etc.

Três Lagoas pertence a rota do tráfico em decorrência de sua localização privilegiada às margens das rodovias BR 158 e BR 262 que, desta forma, proporciona fácil acesso ao Estado e às cidades de São Paulo, ao oeste do Estado de Mato Grosso do Sul e sua capital, Campo Grande, além países como Paraguai, e Bolívia.

Nesta perspectiva, Souza (1996) afirma que a estratégia do crime organizado está na organização espacial hierarquizada capaz de burlar a lei e a ordem. A articulação no espaço dos pontos de produção e distribuição da droga, os pontos de venda no varejo, o transporte, armazenagem e a logística formam redes que ultrapassam o local, o regional, o nacional e se globalizam.

Nesta perspectiva, Marcela Dias Maio, 30 anos, diretora do Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas, diante do panorama três-lagoense, afirma que:

Hoje o uso de entorpecentes já ultrapassou as fronteiras sociais. Pessoas mais ou menos favorecidas são vítimas da dependência química. Da mesma forma podemos dizer que a traficância é praticada por pessoas de diferentes classes sociais. Porém, certamente o índice é esmagadoramente maior entre os menos afortunados. Ao menos, via de regra, esses é quem são presos. Desta forma, os bairros onde há maior concentração de mulheres que praticam ou praticaram a traficância, são os menos favorecidos e de baixa renda. (Entrevista realizada em 11 de julho de 2011, Anexo B2).

Normalmente verifica-se a dificuldade de prender os grandes traficantes que, amparados por tecnologias que dificultam ações de monitoramento e/ou exercem seu poder através de ameaças aos responsáveis pelo combate do tráfico. É recorrente, portanto o registro de ocorrências daqueles que consomem a droga e a prisão de pequenos traficantes, que, na maioria, são pessoas desprivilegiadas e pertencentes à classe baixa.

A socióloga Julita Lemgruber (2004) explica o crescimento da criminalidade violenta nos bairros periféricos das regiões metropolitanas do país é determinado pela instalação do tráfico de drogas, que impeliu os:

[...] conflitos entre facções rivais que disputam o controle de um mercado altamente lucrativo. Também ao longo dos anos, cresceram a violência e a corrupção policiais, umbilicalmente ligadas ao tráfico de drogas. É nesses territórios pobres e carentes de serviços públicos que se registram os mais altos índices de violência letal e, evidentemente, os números revelam que são os jovens negros e pobres as maiores vítimas.

Em consonância, Alba Zaluar (2002) reflete sobre a violência urbana no Brasil e sua substancial necessidade de entender o tráfico de drogas, dentre outros “negócios” ilegais, que são extremamente lucrativos e são livre da incidência de limites institucionais:

Com tanto lucro, fica fácil corromper policiais e, porque ilegais, quaisquer conflitos e disputas são resolvidos por meio da violência. [...] A corrupção e a política institucional equivocada, predominantemente baseada em táticas repressivas dos homens pobres envolvidos nessa extensa malha, adicionam ainda mais efeitos negativos à já atribulada existência dos pobres nas cidades brasileiras.

O negócio da droga busca locais mais pobres onde a presença da polícia e a interferência do Estado são mínimas. E nesses locais, habitado por moradores de bairros populares a população abandonada, excluída da vida econômica e social, muitos desempregados ou atuando no mercado informal ou, ainda, em empregos formais, mas com baixíssimo salário o tráfico de drogas torna-se uma alternativa extremamente atrativa.

O delegado da Polícia Federal, Pierre Bernard Vincent, 33 anos, declara que “boa parte dos traficantes buscam um atalho para ter um ganho, trabalho e um padrão de vida melhor. Pessoas que vivem em situação de pobreza não são determinantes, mas um catalisador” (Entrevista realizada em 11 de maio de 2011, Anexo A2).

Muitas vezes, as atividades criminosas, especialmente o tráfico de drogas configuram-se a derradeira alternativa de ganhar a vida para a população pobre, desempregada, abandonada e sem esperanças, e, assim “a pobreza é funcional

para o tráfico de drogas, o qual devora a juventude das favelas como mão-de-obra barata e descartável” (Souza, 1996, p. 439).

O índice de mulheres que intitolam a autoria deste crime vem crescendo nos últimos anos, e no transcorrer desta pesquisa constatou que mais de 80% das mulheres que cumprem pena restritiva de liberdade nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas proveem da traficância. É notório que na sociedade as mulheres conquistam gradativamente destaque, mas infelizmente esta presença não ocorre somente nos setores econômicos.

O tráfico e o consumo de drogas são associações criminais que influenciam na ocorrência dos crimes letais contra pessoa, crimes contra o patrimônio, dentre outros. Muitos consumidores de drogas desprovidos de condições financeiras para manutenção do vício praticam crimes que incluem desde tráfico em pequena escala, furtos, roubos, receptação até práticas criminosas cruéis, bárbaras e aterrorizantes, como homicídios, latrocínio.

3.5.3 Análise do Homicídio

No capítulo relativo aos crimes contra a vida do Código Penal Brasileiro, precisamente no artigo 121 prevê o ato de uma pessoa matar outra, esta prática criminosa é uma grave violação ao bem jurídico vida e veementemente reprimida pela legislação e pela sociedade civilizada.

As penas aplicáveis ao autor deste crime variam entre 1(um) e 3 (três) anos de detenção para os homicídios culposos, isto é, quando a infrator dá causa ao resultado por negligência, imprudência ou imperícia, e entre 12 (doze) e 30 (trinta) anos de reclusão para os homicídios qualificados ou dolosos, ou seja, quando o agente quer o resultado.

Capez (2005, p. 3) declara que o homicídio “é a eliminação da vida de uma pessoa praticada por outra”, em outras palavras, morte de um homem promovida por outro homem.

Segundo o Mapa da Violência, coordenado por Waiselfisz (2011, p. 43) a distribuição espacial da violência homicida municipal, no Brasil, tem revelado:

[...] que fatores que incidem em sua produção e reprodução e, espaços bem diferenciados: quando se trata de polos de desenvolvimento do interior, atrativas de população e investimentos que, perante a limitada presença do poder público, atrativas também para a criminalidade e a violência; ou dos municípios de zona de fronteira, dominados por megaestruturas dedicadas ao contrabando de armas, de produtos, de pirataria e/ou rotas de tráfico; ou municípios do arco do desmatamento amazônico, incentivados por interesses políticos e econômicos em torno de gigantescos empreendimentos agrícolas que se apoiam em madeireiras ilegais, grilagem de terras, extermínio de populações indígenas e trabalho escravo; também municípios amazônicos, boca de absorção de biopirataria; ou municípios com domínio territorial, em maior ou menor medida, de quadrilhas, milícias e/ou tráfico; ou, tanto ou mais importante que as anteriores, municípios e áreas onde impera uma sólida cultura da violência: crimes chamados “de honra” e/ou crimes de proximidade.

Outra variável que influencia efetivamente no número de homicídios (Waiselfisz, 2011) é a cor dos indivíduos, de 2002 a 2008, para a população total do Brasil, observou-se que:

- O número de vítimas brancas caiu de 18.852 (dezoito mil, oitocentos e cinquenta e dois), para 14.650 (quatorze mil, seiscentos e cinquenta), o que representa uma significativa diferença negativa, da ordem de 22,3%.

- Já entre os negros, o número de vítimas de homicídio aumentou de 26.915 (vinte e seis mil, novecentos e quinze), para 32.349 (trinta e dois mil, trezentos e quarenta e nove), o que equivale a um crescimento de 20,2%.

No Mato Grosso do Sul em 2008 a taxa de homicídio por 100 (cem) mil habitantes era de 21,9 para brancos e de 30,5 para negros, mostrando que a população negra possui risco potencial muito maior que a branca.

Milton Santos (2002, p. 81) afirma que “cada homem vale pelo lugar em que está”. Nestes termos, realçando a questão da violência percebe-se o quanto a imprensa destaca os homicídios que vitimizam pessoas de bairros mais abastados, enquanto que as inúmeras mortes que ocorrem nos bairros mais pobres caem na banalização.

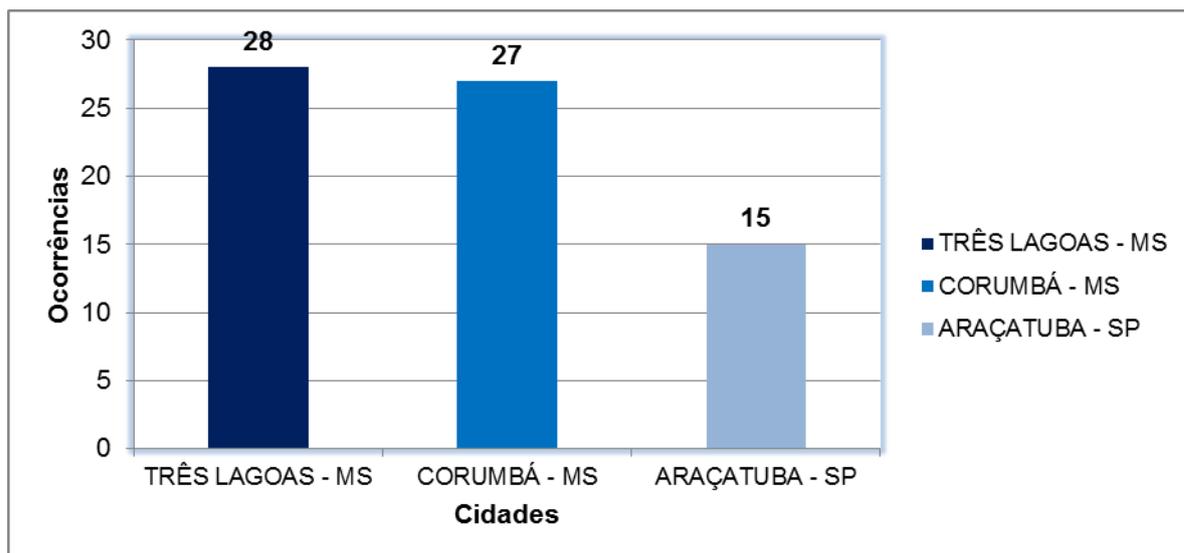


Figura 12: Comparativo dos índices de homicídios dolosos registrados nas cidades de Araçatuba/SP, Corumbá/MS e Três Lagoas/MS, no ano de 2011

Fonte: Boletins de Ocorrência da polícia militar - 2º BPM

Organização: Ruís, 2012

É patente observar que o número de homicídios dolosos no ano de 2011 na cidade de Três Lagoas constitui um dado expressivo. Na Figura 12 efetuou uma comparação entre os dados sobre homicídios entre as cidades de porte médio: Três Lagoas, Araçatuba/SP e Corumbá/MS. Araçatuba localiza-se no interior do Estado de São Paulo, possui uma população de 182.526 mil habitantes e IDH de 0,848, já Corumbá situa-se no Estado de Mato Grosso do Sul e possui fronteira com o Paraguai e Bolívia, sua população é de 104.536 mil habitantes e o IDH de 0,784 (IBGE, 2011).

Na Figura 12 verifica-se que Três Lagoas atingiu 28 (vinte e oito) homicídios em 2011 um número alarmante deste tipo de crime se comparado com Araçatuba que apresentou 15 (quinze) homicídios.

Além do mais, os dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM/DATASUS) do Ministério da Saúde demonstram bem essa realidade, em 2008 a taxa anual de homicídios, em Três Lagoas era 32,0 homicídios para cada grupo de 100 (cem) mil habitantes, enquanto que a capital, Campo Grande, menos violenta, registrava 25,6, Dourados a segunda maior cidade do estado com 42,6, e as cidades fronteiriças sul-matogrossense de Corumbá 44,3 e Ponta Porã, a cidade mais violenta do estado com 74,6.

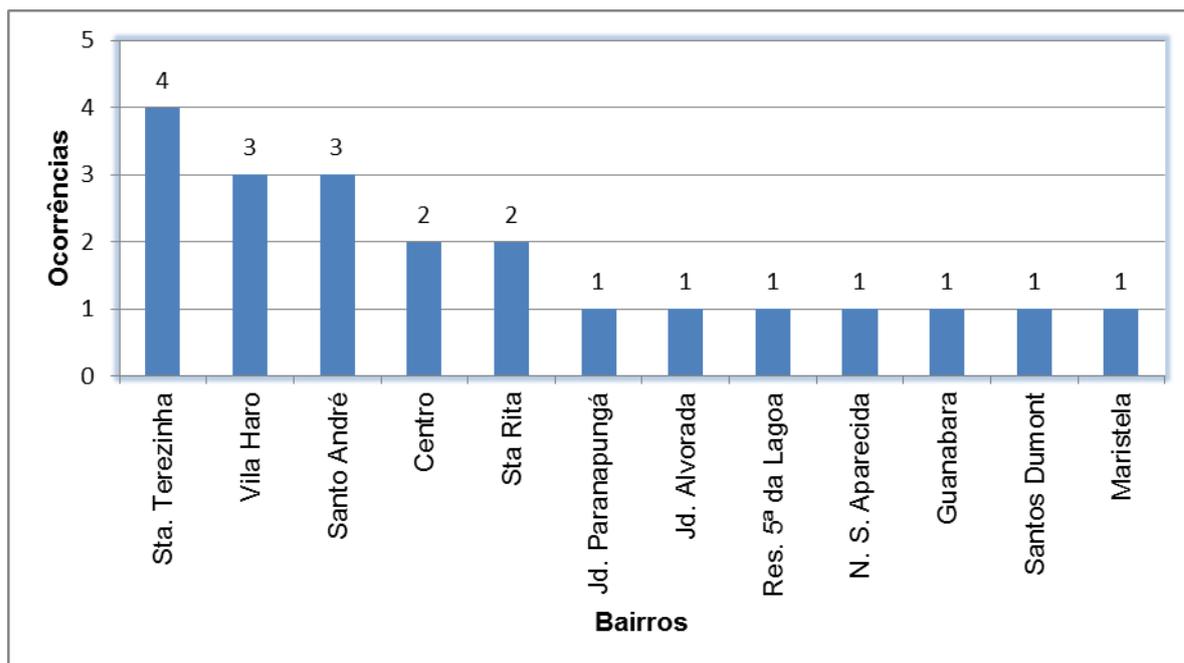


Figura 13: Quantitativo dos registros de ocorrências de homicídios dolosos de acordo com o bairro da cidade de Três Lagoas/MS, no ano de 2011

Fonte: Boletins de Ocorrência da polícia militar - 2º BPM

Organização: Ruís, 2012

Pode-se observar nas Figuras 13 e 14 a espacialização dos homicídios dolosos na cidade de Três Lagoas, denota-se que ocorreram 28 (vinte e oito) homicídios dolosos no ano de 2011 e os bairros que apresentaram mais de duas ocorrências foram: Santa Terezinha (3), Vila Haro (3), Santo André (3), Santa Rita (2) e Centro (2).

As ocorrências registradas nas áreas centrais podem estar relacionadas ao tráfico de drogas, já que este bairro figura na terceira posição de ocorrências de traficância, além de concentrar o maior número de bares.

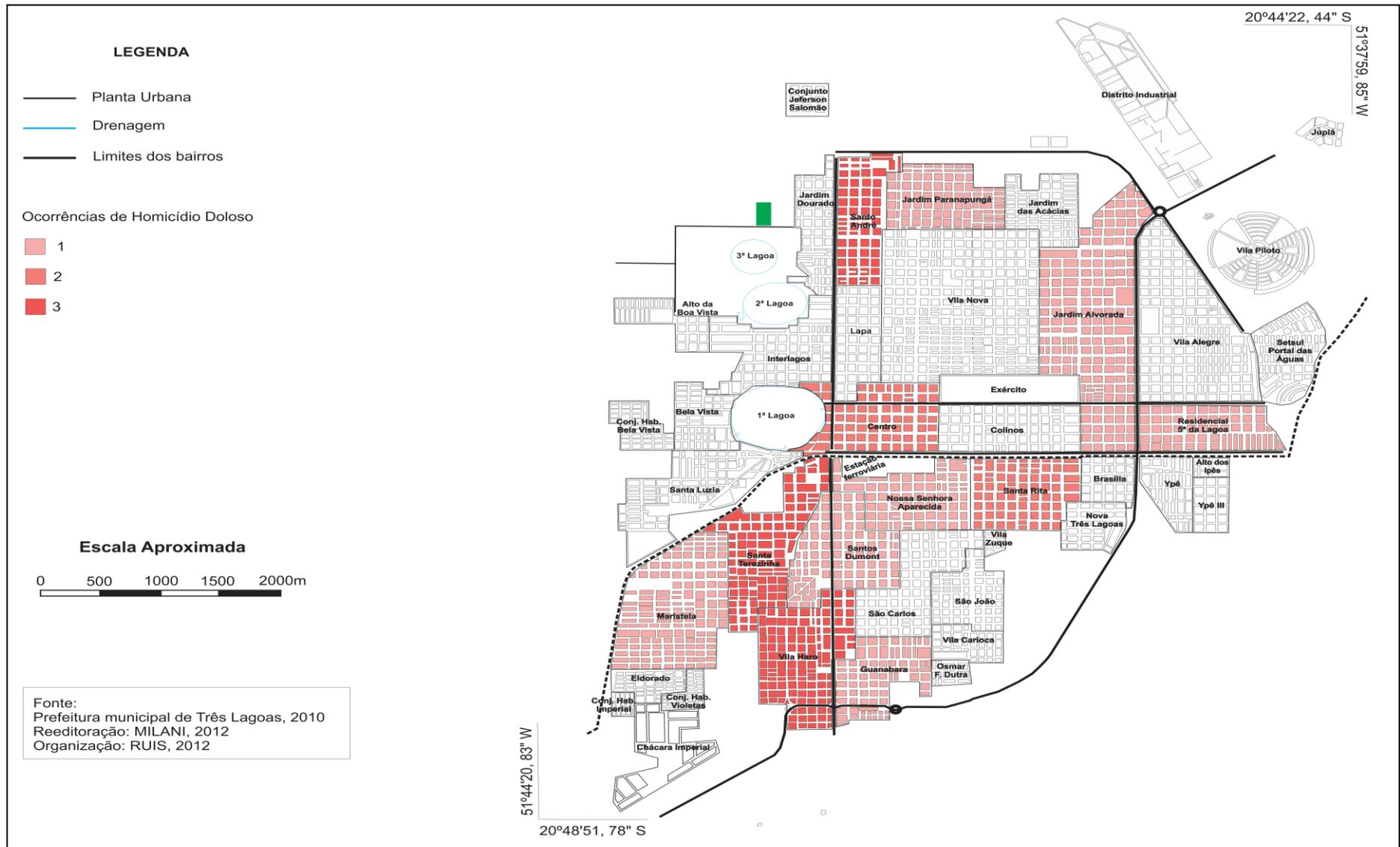


Figura 14: Espacialização do crime de homicídio doloso no espaço urbano três-lagoense

Outro fator que contribuiu para o indicativo nos bairros Santa Terezinha, Vila Haro, Santo André e Santa Rita é a má iluminação no período noturno, o que favorece esta prática criminal. Assim, a infraestrutura urbana precária somada as menores oportunidades de emprego formal, de profissionalização, maior exposição à injustiça social e o preconceito racial.

Segundo Félix (2002) afirma que existe uma tendência de que os autores dos crimes, contra a pessoa e a vítima, estejam próximos no espaço, no qual, geralmente, convivem e integram a mesma classe social.

Beato (2005) revela que as taxas de homicídios não estão relacionadas unicamente ao aspecto de vulnerabilidade social, mas à combinação de vulnerabilidade social e influência do tráfico de drogas, especialmente nos locais onde há disputa para a dominação pelos pontos de venda de drogas.

Sobre a temática Francisco Filho (2003) e Beato (2005) lecionam que os crimes contra a pessoa, inclusive o homicídio apresentam com maior incidência nas áreas mais carentes e desprovidas, enquanto os crimes contra o patrimônio ocorrem com maior intensidade nos setores mais favorecidos e abastados do espaço urbano.

Portanto, é a interação de carências e do crescimento urbano desordenado e desorganizado que propicia manifestações de violência e da criminalidade. Esse processo de concentração e adensamento da população numa mesma área insalubre que originar um clima de tensão e pode fluir para a insatisfação e transgressões criminosas.

Beato (2005) expõe que os diferentes tipos de crimes podem se revelar de forma diferente no espaço urbano de acordo com as especificidades dos locais em que ocorrem. No caso das taxas dos homicídios, roubos e furtos há vários elementos, aspectos ou fenômenos que explicam suas ocorrências.

3.5.4 Análise do Roubo e Furto

Os tipos penais roubo e furto figuram no capítulo relativo aos crimes contra o patrimônio do Código Penal Brasileiro. Nestes dois tipos de crimes a vítima é despojada da posse de um bem integrante de seu patrimônio.

O artigo 157 do Código Penal Brasileiro declara roubo como a ação de subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa. A pena prevista para este crime varia entre 4(quatro) a 10 (dez) anos de reclusão e multa.

Tocante ao furto sua definição difere da descrição do roubo, pois está destituído de grave ameaça ou violência à vítima. A pena estabelecida para tal conduta criminosa é de 1 (um) a 8 (oito) anos de reclusão e multa.

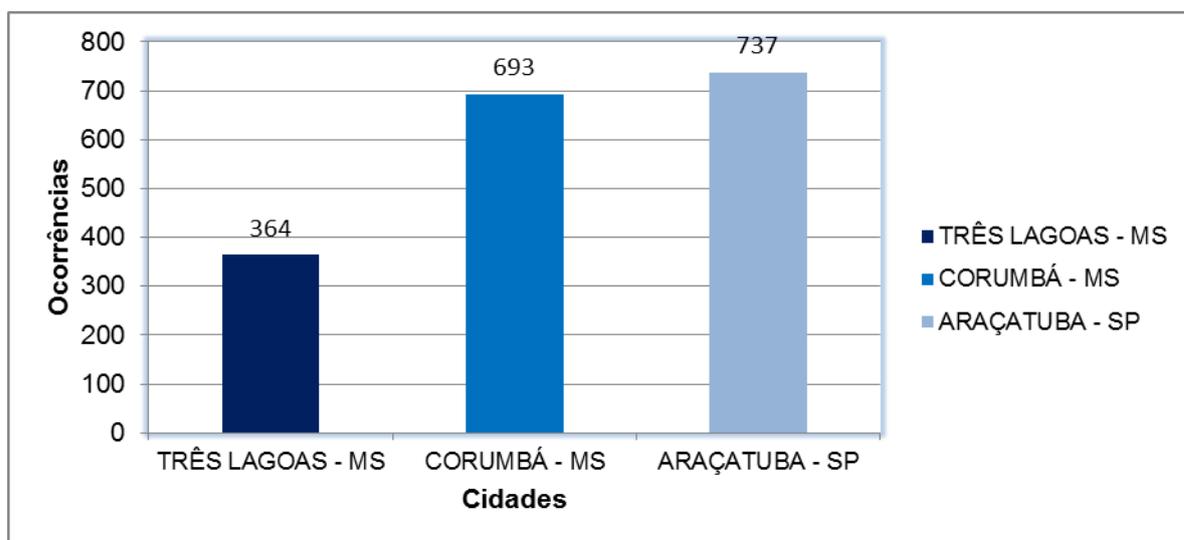


Figura 15: Comparativo dos índices de roubos registrados nas cidades de Araçatuba/SP, Corumbá/MS e Três Lagoas/MS, no ano de 2011

Fonte: Boletins de Ocorrência da polícia militar - 2º BPM

Organização: Ruís, 2012

Em Três Lagoas, no ano de 2011, a Figura 15 exhibe o índice de roubos de 364 (trezentos e seiscentos e quatro). Um indicativo considerado baixo, se comparado aos índices das cidades analisadas com características semelhantes, assim, verifica-se que Araçatuba exibiu o maior indicativo 737 (setecentos e trinta e sete), e Corumbá, 693 (seiscentos e noventa e três).

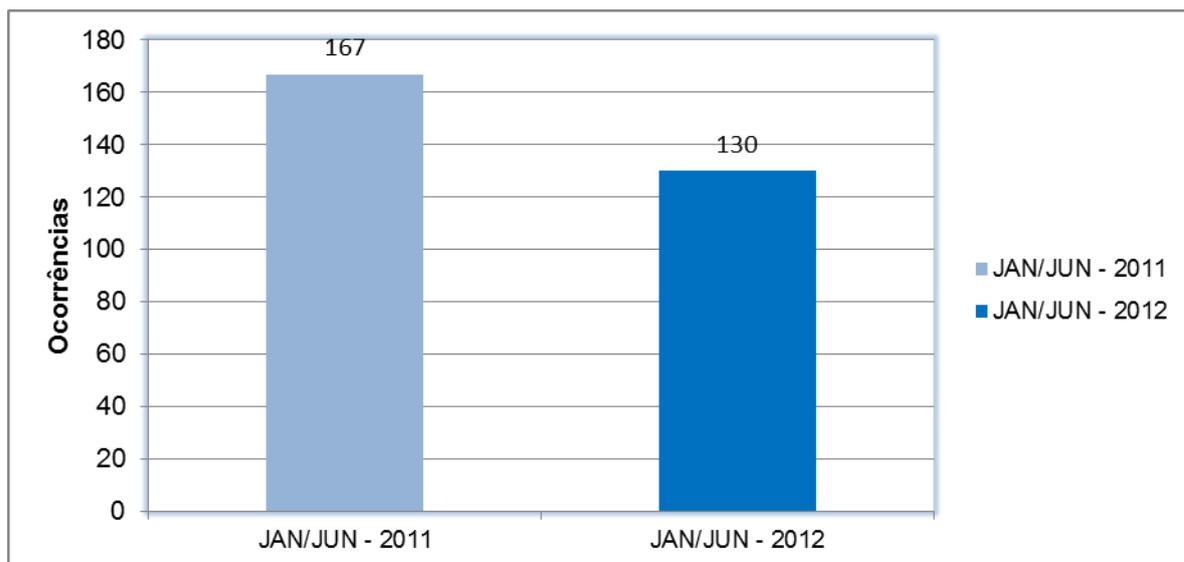


Figura 16: Quantitativo dos registros de ocorrências de roubos na cidade de Três Lagoas, no período de janeiro a junho de 2011 e 2012
 Fonte: Boletins de Ocorrência da polícia militar - 2º BPM
 Organização: Ruís, 2012

Se comparar ainda, os números de ocorrências registradas no período de janeiro a junho de 2011 e 2012 revelados na Figura 16 infere-se a redução de 28,1% de roubos. Através desses dados e dos indicativos apresentados na Figura 15 conclui-se que Três Lagoas apresentam número de roubo bem inferior aos índices das cidades comparadas e uma animadora redução no primeiro semestre do ano de 2012.

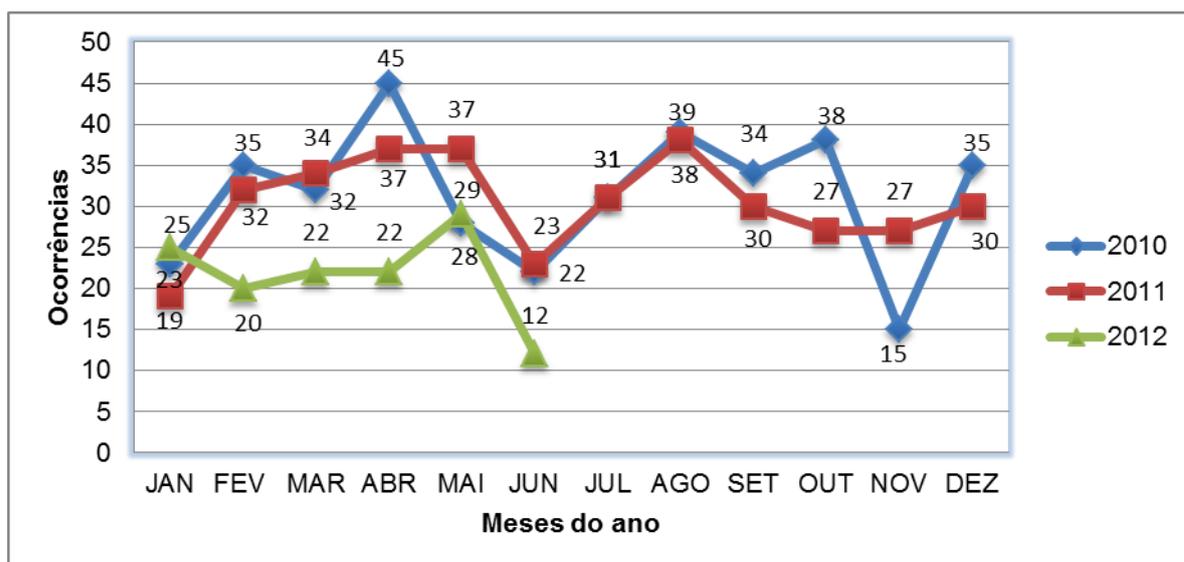


Figura 17: Comparativo dos registros de ocorrências de roubo entre janeiro de 2010 a junho de 2012, na cidade de Três Lagoas/MS
 Fonte: Boletins de Ocorrência da polícia militar - 2º BPM
 Organização: Ruís, 2012

Para exemplificar a redução na Figura 17 a comparação dos índices das ocorrências registradas na Polícia Militar de janeiro de 2010 a junho de 2012 e verifica-se o efetivo e encorajador declínio desta conduta criminosa.

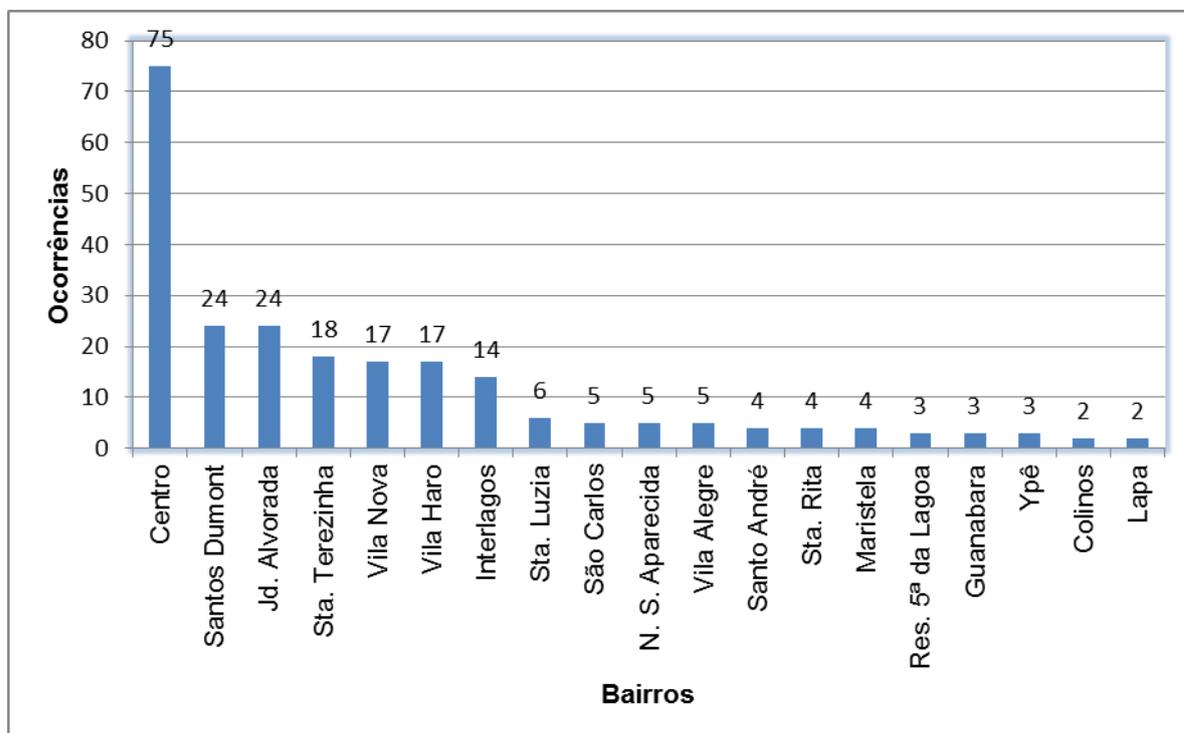


Figura 18: Quantitativo dos registros de ocorrências de roubos na cidade de Três Lagoas/MS, de acordo com o bairro no ano de 2011

Fonte: Boletins de Ocorrência da polícia militar - 2º BPM

Organização: Ruís, 2012

Analisando os dados fornecidos pelo 2º Batalhão da Polícia Militar e representados nas Figuras 18 e 19 de registro de ocorrência de crime de roubo, nota-se a tendência desta conduta criminosa de ocorrência com maior incidência nos bairros de classe média a alta e providos de infraestrutura, como: Centro (75), Santos Dumont (24), Jardim Alvorada (24), Vila Nova (17), Interlagos (14). Totalizou-se 364 ocorrências, e os roubos ocorridos nestas áreas atingiram o percentual de 42,31%.

Este fenômeno é patente, visto que, os bens procurados pelos agentes que praticam esse crime devem ser de elevado valor econômico. Ladrões qualificados buscam consideráveis quantias de dinheiro ou bens e eminente valor econômico, e, comumente está ligada a prática de roubos de pessoas de classe média a alta, ou seja, com renda acima de 10 salários mínimos. Enquanto que os agentes de roubo das pessoas de classe baixa visam apenas pequenas quantias.

No decorrer do ano de 2011 os autores de roubo priorizaram a área central de Três Lagoas e compõem suas principais vítimas os comércios, as residências e os transeuntes.

No entanto, atinente ao crime de furto à leitura da Figura 20 ressalta um alto registro de ocorrências desta conduta criminosa. Observa-se que no ano de 2011 Três Lagoas atingiu 2.492 (dois mil, quatrocentos e noventa e dois) furtos e Araçatuba, 2.677 (dois mil, seiscentos e setenta e sete), todavia Corumbá constata-se um indicativo bem inferior 1.525 (um mil, quinhentos e vinte e cinco).

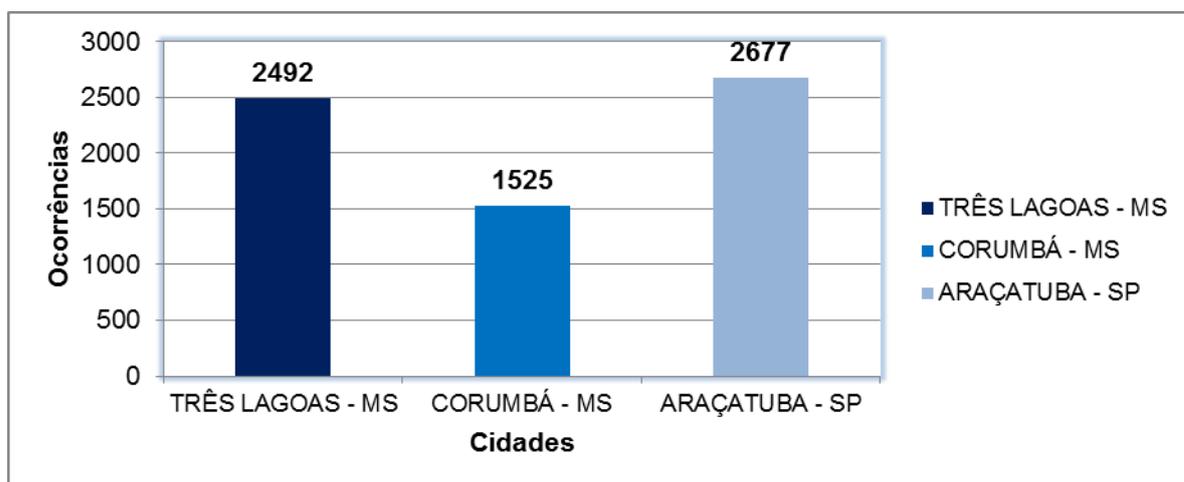


Figura 20: Comparativo dos índices de furtos registrados nas cidades de Araçatuba/SP, Corumbá/MS e Três Lagoas/MS, no ano de 2011

Fonte: Boletins de Ocorrência da polícia militar - 2º BPM

Organização: Ruís, 2012

O número de furtos na cidade de Três Lagoas é muito expressivo, comparados à cidade de Corumbá, que possui praticamente o mesmo quantitativo populacional, em 2011, mostrando além da localização próxima ao estado de São Paulo, o desordenado crescimento econômico.

Na Figura 21 é possível confrontar os dados sobre furtos durante o período de janeiro a junho dos anos 2011 e 2012 e vislumbra-se que Três Lagoas registrou redução significativa nesse período, remontando em 11,3% desta conduta criminosa.

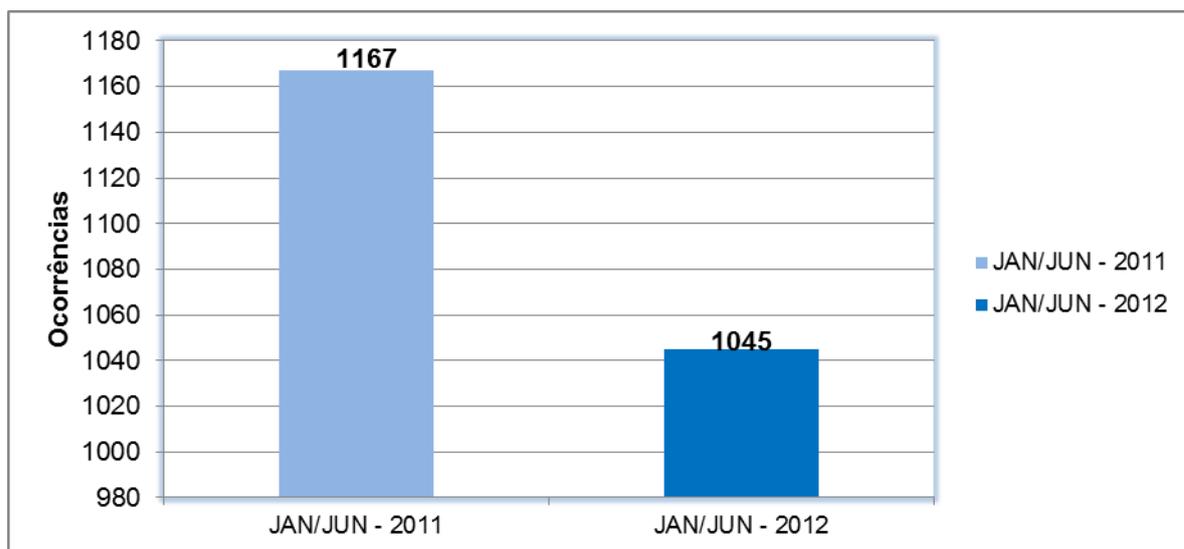


Figura 21: Quantitativo dos registros de ocorrências de furtos no período de janeiro a junho de 2011 e 2012, na cidade de Três Lagoas/MS

Fonte: Boletins de Ocorrência da polícia militar - 2º BPM

Organização: Ruís, 2012

Verifica-se na Figura 22 semelhante fenômeno de redução apresentado no crime de roubo e no furto. Houve declínio dos furtos no primeiro semestre de 2012 e observa-se uma redução drástica de 39,14% no mês de junho de 2012 em relação ao mesmo mês do ano de 2011, que apresentou 281 (duzentos e oitenta e um) furtos.

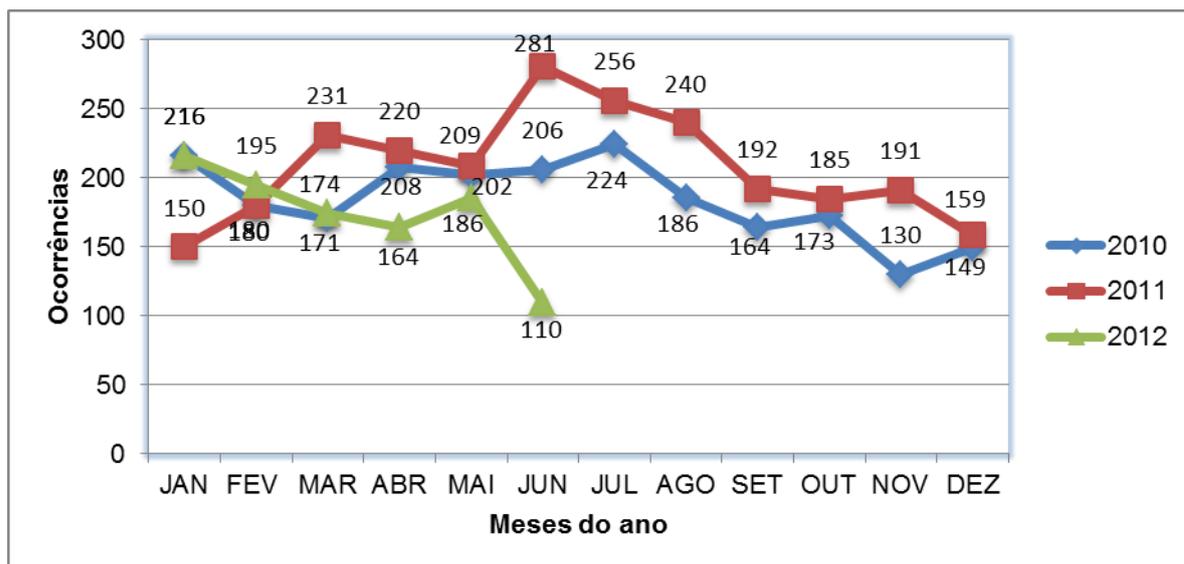


Figura 22: Comparativo dos registros de ocorrências de furtos entre os anos 2010, 2011 e 2012, na cidade de Três Lagoas/MS

Fonte: Boletins de Ocorrência da polícia militar - 2º BPM

Organização: Ruís, 2012

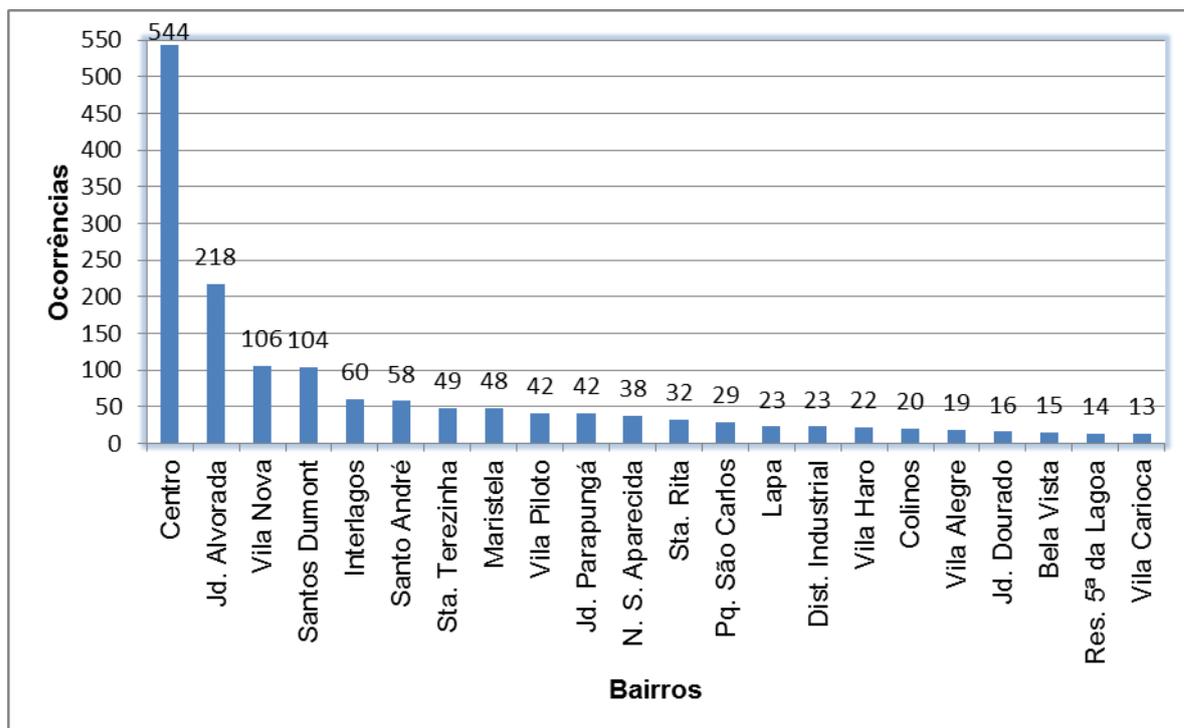


Figura 23: Quantitativo dos registros de ocorrências de furtos na cidade de Três Lagoas/MS, de acordo com bairro, no ano de 2011

Fonte: Boletins de Ocorrência da polícia militar - 2º BPM

Organização: Ruís, 2012

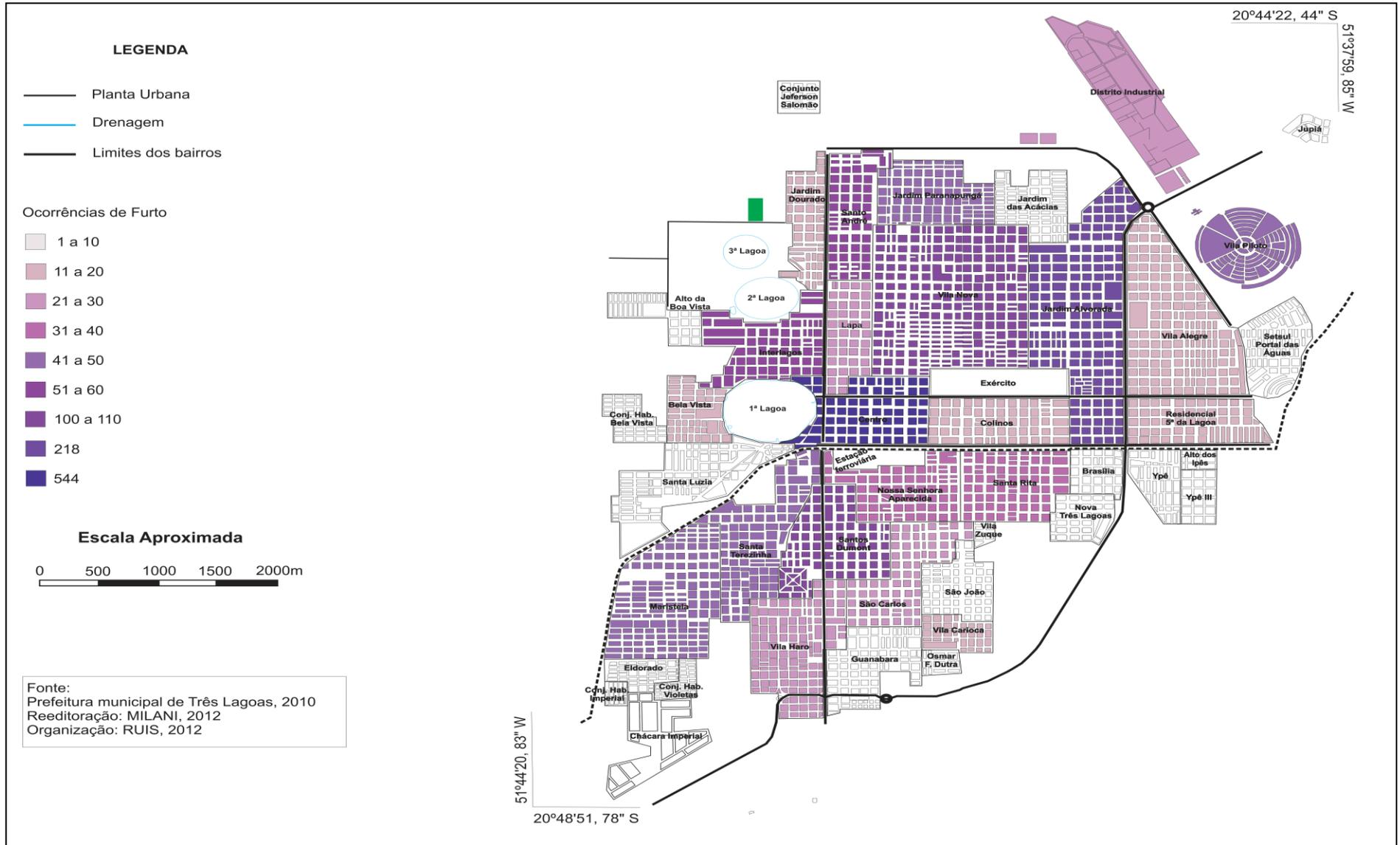


Figura 24: Espacialização do crime de furto no espaço urbano três-lagoense

Nas Figuras 23 e 24 é possível visualizar que as ocorrências de furtos possuem grande amplitude territorial e destacam-se o bairro Centro que atingiu o exorbitante índice de 544 (quinhentas e quarenta e quatro) ocorrências, e os bairros Jardim Alvorada apresentou 218 (duzentos e dezoito), Vila Nova com 106 (cento e seis) e Santos Dumont com 104 (cento e quatro). Esta constatação não se revela surpreendente, pois o furto consagra-se como um crime contra o patrimônio, assim os autores desta conduta criminosa buscam as áreas com maior poder aquisitivo e circulação de dinheiro para a consumação do crime.

Observa-se que as pessoas de classe baixa, normalmente, não registram ocorrência de furto ou roubo de um bem, visto o pequeno valor, enquanto, as pessoas de classe média a alta geralmente registram perante os órgãos competentes as ocorrências de furto e roubo, pois possuem bens materiais de valor.

Consonante as ocorrências de crimes contra o patrimônio Félix (2002) afirma que possivelmente estão relacionadas às desigualdades sociais, econômicas e espaciais do espaço urbano:

[...] a falta de condições de satisfação das necessidades básicas (alimento, moradia, emprego), aliada à convivência com a desigualdade social, que torna a violência o único meio de expressão aos que já vivem à margem da sociedade. Desse modo, os desníveis sociais assumem o papel de desencadeante de atos criminosos e os centros urbanos, particularmente, o cenário dos conflitos, já que é neles que a pobreza convive mais estreitamente com a riqueza. É nessa perspectiva que o aumento no número de furtos, roubos seguidos de morte (latrocínio) e outras formas de crime contra o patrimônio está sendo avaliado (FÉLIX, 2002, p. 22).

No caso de Três Lagoas, os crimes contra o patrimônio (roubo e furto) apresentaram maior concentração nas áreas onde o poder aquisitivo é mais elevado.

Observa-se nas Figuras 19 e 24 a maior concentração no registro das ocorrências de furtos e roubos no Centro, bairro que agrega os principais estabelecimentos de prestação de serviços, comerciais e financeiros, tais como bancos, empresas, comércio, restaurantes, etc, motivo pelo qual há uma convergência do fluxo de pessoas oriundas de todos os bairros da cidade. Outrossim, como o Centro também se caracteriza por uma população privilegiada verifica-se uma propensão constante das ocorrências de crimes contra o patrimônio.

Os bairros Santos Dumont, Jardim Alvorada e Interlagos também se destacaram nas ocorrências de roubo e furto, pois as residências das classes abastadas e com maior poder aquisitivo estão concentradas nesses bairros.

É relevante demonstrar a contradição de ocorrências de roubo e furto em bairros que possuem uma pequena porção da classe média e concentram em sua grande maioria as classes menos abastadas, como exemplificam os bairros Jardim das Oliveiras, Jardim Cangalha e Parque São Carlos. Fenômeno que procede em decorrência de procedimentos adotados especialmente pelas classes altas e médias que no intuito de se defenderem destes tipos penais modificaram a arquitetura das residências, construíram condomínios fechados e investiram em sistemas tecnológicos de segurança, como cercas elétricas, alarmes, sensores, dentre outros, além do monitoramento efetuado pela segurança privada. Estes empreendimentos inibiu a ocorrência do roubo e furto que buscou suas vítimas na população menos favorecida sem recursos para adoção destes sistemas de segurança diferenciado.

Numa sociedade onde a dimensão humana é negligenciada e o valor do ser humano é aferido pelo ter e pelo seu poder aquisitivo é evidente o elo entre as relações dos crimes contra o patrimônio e os aspectos socioeconômicos.

Nesta perspectiva, Francisco Filho (2003) expõe que as ocorrências contra o patrimônio estão diretamente relacionadas com as desigualdades sociais, todavia sob a égide de um sistema econômico excludente, que isola, rejeita muitas pessoas com baixos níveis de renda e instrução para áreas periféricas do espaço urbano, esse processo acaba por produzir indutores da criminalidade.

O sistema penal brasileiro, bem como as instituições penitenciárias femininas localizadas na cidade de Três Lagoas, tendem a serem direcionadas para as classes baixas, conforme descreve Foucault (2005), visto que as prisões, o ordenamento jurídico brasileiro e as instituições de justiça não atingem toda a sociedade brasileira de forma isonômica.

4 ESTABELECIMENTOS PENITENCIÁRIOS FEMININOS DE TRÊS LAGOAS

4.1 Mulheres encarceradas no Brasil

O sistema prisional brasileiro na contemporaneidade é caracterizado por graves problemas e que têm se intensificado, devido ao adensamento das taxas de encarceramento, visto que em 2008 a taxa de encarceramento por 100 mil habitantes no Brasil era de 238,10; em 2011 já se encontrava em 269,79 (BRASIL, 2011). Esse quadro evidencia que os mecanismos de enfrentamento a criminalidade são ineficientes e embasados em teorias criminais contrários à equidade, provocando tensões e conflitos entre os reclusos e a sociedade.

As inúmeras carências e deficiências estruturais referem-se à precariedade das condições físicas oferecidas nas unidades de aprisionamento, ao déficit de vagas, à degradação e insalubridade nos estabelecimentos prisionais, enfim condições subumanas, comumente denominada como “depósitos de seres humanos”².

Visualiza-se, também, a prevalência de uma cultura de violência institucional que, além da ampla utilização de práticas como a tortura, há exemplos de imenso desrespeito como o Massacre do Carandiru³, episódios extremamente trágicos, e alguns consistem em verdadeiras práticas de extermínio da população encarcerada.

Hodiernamente o sistema penitenciário brasileiro apresenta-se inserido numa profunda crise devido à formação, organização e atuação dos partidos criminosos dentro dos presídios. Este panorama tem proporcionado tensões nas políticas de contenção e repressão, sobretudo no interior das unidades prisionais, agravando,

² Cfr. OEA, Comissão de Direito Humanos, Relatório sobre a situação dos direitos humanos no Brasil, <http://www.oas.org/main/portuguese/>, 1996 e ONU, Comissão de Direitos Humanos, Relatório sobre a Tortura no Brasil, 1997, <http://www.global.org.br/portuguese/arquivos/tortura1.pdf>

³ O Massacre do Carandiru ocorreu em 2 de outubro de 1992 quando 111 presos foram exterminados na Casa de Detenção da Capital de São Paulo, no maior presídio da América Latina na referida data, pelo batalhão de choque da polícia militar do Estado e por ordem das autoridades responsáveis pela custódia desses indivíduos. Referido fato ocorreu posteriormente a uma rebelião.

ainda mais a violência institucional, e acarretando uma cisão dos direitos e garantias dos indivíduos presos.

Evidencia-se na Figura 25 que os presídios brasileiros não comportam a totalização dos apenados, assim, a última estimativa realizada pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) em dezembro de 2011, apontou a existência de 514.582 (quinhentos e catorze mil e quinhentos e oitenta e dois) presos no Brasil, no entanto, o número de vagas nos estabelecimentos prisionais do país é de 306.497 (trezentos e seis mil e quatrocentos e noventa e sete), havendo um déficit de 208.085 (duzentos e oito mil e oitenta e cinco) vagas.

Neste sentido, os profissionais que lidam com essa situação no cotidiano devem ter um contingente suficiente, formação adequada, além de imprescindível constantes qualificações e capacitações para que defendam direitos numa atuação profissional ética fundada nos princípios básicos da dignidade da pessoa humana e das garantias fundamentais, pois são indivíduos em situação de risco social.

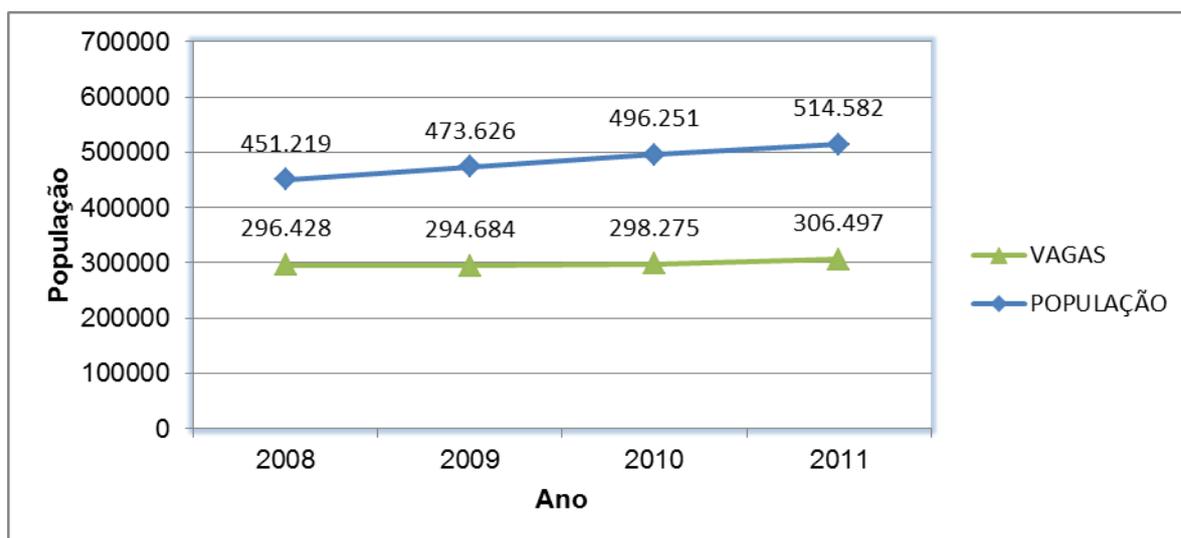


Figura 25: Evolução da população carcerária brasileira no período de 2008 a 2011
 Fonte: BRASIL, 2011
 Organização: Ruís, 2012

De acordo com os dados disponibilizados nos Relatórios Estatísticos Analíticos do Sistema Nacional de Informações Penitenciárias - InfoPen (BRASIL, 2011) o número de presos brasileiros ultrapassa 67% o número de vagas, havendo 1,67 presos por vaga.

Em dezembro de 2011 o InfoPen através da consolidação dos dados do sistema penitenciário no Brasil alimentado pelos órgãos de administração

penitenciária totalizou 33.289 (trinta e três mil duzentos e oitenta e nove) mulheres encarceradas no Brasil, este indicativo representa cerca de 7% do total da população penitenciária brasileira. Constitui ainda um número reduzido diante do contingente masculino encarcerado, no entanto, de 2009 a 2011, a média de crescimento populacional carcerário feminino alcançou o percentual de 32,73% que se revelou bem maior que a média de crescimento masculino de 15,37% (BRASIL, 2011).

O panorama do sistema prisional do Estado de Mato Grosso do Sul é congênere com a situação nacional. Há no Estado sul-matogrossense 12 estabelecimentos prisionais femininos ativos para atender 1.134 (mil cento e trinta e quatro) mulheres presas⁴, no entanto a capacidade disponibilizada é de 933, assim é patente o déficit de 21,54% das vagas (BRASIL, 2011).

O quantitativo da população carcerária de Três Lagoas passou de 336 (trezentos e trinta e seis) em 2005 para 517 (quinhentos e dezessete) em 2007, assim em apenas dois anos verificou-se uma taxa de crescimento em torno de 53% (Tabela 2).

Com efeito, a contabilização e consolidação sistematizada do contingente populacional pelo InfoPen nas unidades penitenciárias de Três Lagoas iniciou-se apenas em 2005. É relevante observar, ainda, que queda do contingente populacional carcerário em 2008 ocorreu em virtude da interdição do Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas e recâmbio das presas, além do mais não estão computados os internos que cumpriam pena restritiva de liberdade nos regimes semiaberto, aberto e albergado devido à deficiência da disponibilização dos dados.

⁴ Considerou-se as mulheres presas nos estabelecimentos do sistema penitenciário e delegacias de polícia.

Tabela 2: Evolução da população carcerária de Três Lagoas no período de 2004 a 2009

Ano	População Carcerária
2005	336
2006	504
2007	517
2008	458
2009	440

Fonte: BRASIL, 2011

Assim, as condições de habitabilidade dentro das celas são extremamente precárias, vislumbra-se a má qualidade de vida existente nos presídios, pois há a precarização das condições de higiene, perigo de doenças infectocontagiosas, como AIDS, tuberculose, além de assistência médica insuficiente.

Portanto, o sistema penitenciário oferecido nos moldes atuais fere veemente os direitos da pessoa humana, o que prejudica o convívio social e dificulta, ainda mais, conduta do preso quando este retornar a liberdade.

Característica constante do descaso com a população carcerária no Brasil é a falta de celeridade do processo judiciário e é sabido que a prestação de assistência é morosa, pois há demora no agendamento das datas para as audiências e o acesso às informações processuais sobre o andamento dos processos é escasso.

Acumulam-se as negações dos direitos sociais e omissão dos poderes públicos no âmbito das prisões, especialmente no encarceramento feminino há manifestação do descaso e da ausência de políticas públicas que levem em consideração a mulher encarcerada como sujeito de direitos inerentes à sua condição de pessoa humana e, especialmente quanto às suas especificidades decorrentes do gênero. Assim, há uma gama de direitos das mulheres presas que são violados constantemente pelo Estado brasileiro, que incluem a negligência de direitos essenciais, por exemplo, a saúde, e aqueles que implicam uma política de reinserção social, como preservação e incentivo de vínculos familiares, educação e aperfeiçoamento profissional, o trabalho.

Com a finalidade de garantir às mulheres encarceradas o acesso e gozo dos direitos que lhe são assegurados pela normativa nacional e internacional a

Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, Convenção de Belém do Pará. Reconheceu expressamente a condição específica de vulnerabilidade a que estão submetidas às mulheres privadas de liberdade e determinou atenção especial dos Estados a essa situação. No entanto, infelizmente, a desatenção e imprevidência do Estado brasileiro são continuamente divulgadas na mídia.

A Convenção de Belém do Pará estabelece no artigo 9º os deveres dos Estados:

Para a adoção das medidas a que se refere este capítulo os Estados membros terão especialmente em conta a situação de vulnerabilidade à violência que a mulher possa sofrer em consequência, entre outras, de sua raça ou de sua condição étnica, de migrante, refugiada ou desterrada. No mesmo sentido se considerará a mulher submetida à violência quando estiver grávida, for excepcional, menor de idade, anciã ou estiver em situação socioeconômica desfavorável ou afetada por situações de conflitos armados ou de privação de sua liberdade (OEA, 2011).

O encarceramento feminino deveria, apenas, gerar limitações ao direito de ir e vir, entretanto, a negligência e omissão estatal no exercício de seus deveres propaga violações de diversos direitos das presas.

A construção de unidades prisionais saudáveis, produtivas, de efetiva recuperação e resgate da autoestima e de preservação da cidadania para as mulheres por parte do Estado nesse universo específico encontra-se falido, só tem ampliado a discriminação e a violência de gênero presentes na sociedade para dentro dos presídios femininos.

Além de atender às condições gerais comuns a população carcerária são necessárias condições diferenciadas de encarceramento para as mulheres diversas daquelas vividas pelos homens, todavia é extremamente preocupante a situação que se prolonga em decorrência da ausência de uma política pública de gênero destinada especialmente às mulheres encarceradas.

Verifica-se que as políticas penitenciárias propriamente ditas, sem se esquecer de sua precariedade, investem em propostas de expansão física do sistema penitenciário beneficiando-se especialmente o contingente carcerário masculino, desprezando e negligenciando a necessidade de vagas e a construção de estabelecimentos carcerários femininos.

Tocante à situação das mulheres, a invisibilidade a que estão relegadas parece contribuir para a atuação do Estado de modo ainda mais acintosa. Essas mulheres são praticamente desprezadas pelas ações do Estado. Esse panorama intensifica e legitima as marcas da desigualdade de gênero à qual as mulheres estão sujeitas na sociedade brasileira, que atingem principalmente aquelas que se encontram na base da pirâmide social por seu perfil socioeconômico, no qual se enquadram a maioria das mulheres que cumprem pena nos estabelecimentos penitenciários.

As violações rotineiras dos direitos das mulheres encarceradas propiciadas pelo Estado deflagra normatizações internacionais que o Estado brasileiro é signatário desrespeitando às regras mínimas para o tratamento de reclusos, além do próprio ordenamento jurídico interno que, a Constituição Federal e estatutos legais declaram expressamente os direitos e garantias às pessoas privadas de liberdade no país.

Infere-se, ainda, a Constituição Federal Brasileira ao ente responsável pela manutenção da unidade carcerária o dever de conferir aos homens e mulheres que cumprem pena restritiva de liberdade condições mínima de existência digna.

Desse modo, a Lei nº 7.210 de 1984, denominada Lei de Execução Penal, merece destaque, pois consolidou a temática e possui em seu bojo um conteúdo garantista e efetiva a consagração de um extenso rol de direitos em sintonia com as principais recomendações internacionais na área de execução penal.

O supracitado instituto legal em conjunto com o texto da Constituição Federal da República é taxativo na atribuição de direitos aos presos e visa efetivar o cumprimento da pena balizado no devido processo legal bem como proporcionar condições harmônicas de integração social do preso.

A Lei de Execuções Penais (LEP) deu transparência e estendeu com nitidez os princípios democráticos ao cárcere ao dispor sobre os direitos, como assistência, educação, saúde, trabalho, recreação. Referente às mulheres gestante e parturiente, estabeleceu, inclusive, que a reclusão deve ser cumprida em estabelecimento compatível, além do direito à amamentação, entre outros elencados nos artigos 41, 83 e 89 da LEP:

Art. 41 - Constituem direitos do preso:

VI - exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena;

VII - assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa.

Art. 83. O estabelecimento penal, conforme a sua natureza, deverá contar em suas dependências com áreas e serviços destinados a dar assistência, educação, trabalho, recreação e prática esportiva.

§ 2º Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam amamentar seus filhos.

Art. 89. Além dos requisitos referidos no art. 88, a penitenciária de mulheres será dotada de seção para gestante e parturiente e de creche para abrigar crianças maiores de 6 (seis) meses e menores de 7 (sete) anos, com a finalidade de assistir a criança desamparada cuja responsável estiver presa. (BRASIL, 1994)

Ressalta-se a disposição legal sobre a obrigação do Estado em oferecer condições materiais à execução desses direitos.

De fato, a edição desta normativa não eliminou ou atenuou as violações. A legislação celebra sua ineficácia e inaplicabilidade.

É evidente que a cultura dominante no país de desrespeito à estrutura legal vigente, especialmente quando ela trata da atribuição de direitos a classe da população menos abastada, é essencial para a compreensão do permanente descumprimento dos preceitos legais por parte, principalmente das instituições responsáveis pela aplicação eficiente.

A legislação vigente estabelece disposições garantidoras de direitos dos presos e, de modo especial, as mulheres que cumprem pena restritiva de liberdade, além de estabelecer obrigações ao Estado. Entretanto, é recorrente as violações e desrespeitos aos presos e presas, no tocante a preservação da dignidade da pessoa humana pelas instituições públicas.

Há, portanto, uma contundente negativa do Estado brasileiro em conferir os direitos civis dessas populações menos favorecidas.

Teresa Caldeira (2000) estuda a relação entre criminalidade, democracia e espaço urbano. A discussão desperta um caminho inovador e questiona como o medo da violência, o crime e o desrespeito aos direitos da cidadania relacionam-se com as transformações urbanas e influenciam na produção da segregação espacial.

Têm-se o propósito de analisar de forma crítica a situação que as mulheres que cumprem pena restritiva de liberdade são submetidas nos estabelecimentos penitenciários localizados na cidade de Três Lagoas. Com a abordagem dessa temática pretende-se urgir o Estado a cumprir com eficácia as condições mínimas dispostas no ordenamento vigente, propor sugestões para amenizar a problemática e despertar a discussão para a formulação e aprimoramento de políticas voltadas às mulheres encarceradas e egressas do sistema penitenciário.

4.2 Perfil da mulher encarcerada nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas

A mulher que cumpre pena restritiva de liberdade nos estabelecimentos penitenciários brasileiros é, esmagadoramente, jovem, com baixa escolaridade e condenada por envolvimento com tráfico de drogas. De acordo com o registro de indicadores do InfoPen Estatística (BRASIL, 2011) em dezembro de 2011 o contingente feminino carcerário computava com 29.347 (vinte e nove mil, trezentos e quarenta e sete), sendo que 47,35% possuíam entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos, 45,15% não completaram o ensino fundamental e 57,63% cumpriam pena em virtude da prática de tráfico de drogas.

Referente à população carcerária feminina do Estado do Mato Grosso do Sul constatou que possui um total de 1.134 (mil cento e trinta e quatro) mulheres presas, que correspondem a 9,92% da população carcerária estadual e 3,4% da população carcerária feminina nacional, custodiadas em 12 (doze) estabelecimentos prisionais, das quais 7 (sete) são penitenciárias e 5 (cinco) casas de albergado, que possuem capacidade para 933 presas, verifica-se um patente déficit de 201 (duzentos e uma) vagas (BRASIL, 2011).

O conhecimento da situação enfrentada pelo público-alvo de ações governamentais é primordial para condução de políticas públicas de qualidade. Todavia, historicamente não há um regular acompanhamento da situação da população encarcerada no Brasil, o que, de certa forma, inibe, o diagnóstico dos problemas e políticas eficazes e adequadas de enfrentamento.

Referente à situação das mulheres encarceradas e o contexto a que são submetidas observa-se uma vasta escassez de estudos. Destarte, preocupado com as situações do encarceramento feminino o Departamento Penitenciário Nacional lançou, em 2011, o Projeto Efetivação dos Direitos das Mulheres no Sistema Penal, que prima pelo atendimento às necessidades da população carcerária feminina, mediante estruturação de políticas e ações voltadas à pesquisa de dados do contingente feminino encarcerado e egresso do Sistema Penal Brasileiro.

Essa pesquisa busca trabalhar, entre outros temas, com o perfil da mulher presa nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas através dos dados extraídos do trabalho de campo. Constatou-se que das 43 (quarenta e três) mulheres encarceradas entrevistadas, 46,51% das mulheres presas se declararam solteiras, 37,20% amasiadas, 6,97% casadas, 4,65% separadas ou divorciadas e 4,65% viúvas (Figura 26).

Observa-se certa informalidade nos relacionamentos estabelecidos pelas mulheres presas e o fato do casamento formal não predominar, segundo Soihet (2004, p. 368), em seu estudo sobre Mulheres Pobre e Violência no Brasil Urbano, deve-se:

Isso se explica não só pelo desinteresse decorrente da ausência de propriedade, mas pelos entraves burocráticos. A dificuldade do homem pobre em assumir o papel de mantenedor, típico das relações burguesas, é outro fator, ao que soma, em alguns casos, a pretensão de algumas mulheres de garantir sua autonomia.

É salutar destacar que apenas 04 (quatro) mulheres da amostra afirmaram que tiveram ou tem algum relacionamento homossexual com outra presa dentro da unidade penal.

Percebe-se timidez e inconsistência nas informações prestadas pelas presas, referente ao tema homossexualidade, pois em conversas informais com as servidoras verificou-se que existe um índice maior do que o relatado.

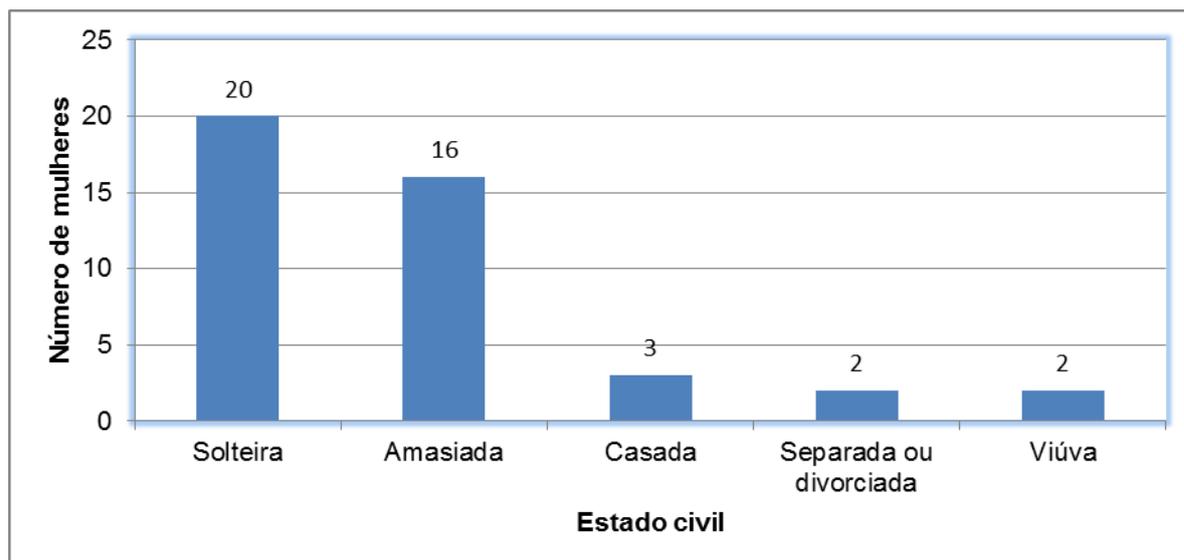


Figura 26: Estado civil das mulheres encarceradas no sistema penitenciário de Três Lagoas/MS, em 2011

Fonte: EPFTL e EPRSAATL (2011)

Organização: Ruís, 2012

A partir dos dados coletados no EPFTL e EPFRSAAATL, construiu-se a Figura 27 na qual é possível quantificar os crimes cometidos pelas mulheres presas por tipo criminal.

Concernente à mulher presa a abordagem da relação que ela tem com a droga é indispensável. Basta verificar que só nos estabelecimentos penitenciários femininos de Três Lagoas o percentual de 83,72% está relacionado ao tráfico de drogas. As mulheres envolvidas com o tráfico comumente desempenham funções menos relevantes no tráfico ou que o fazem apenas para sustentarem o vício.

Vale salientar que na pesquisa constatou-se que as presas não consideram o comércio de drogas como algo ilícito, acredita que crime é infringir contra o patrimônio ou vida de outrem. O tráfico, segundo elas, é apenas um negócio que implica riscos.

Os crimes contra o patrimônio que incluem roubo e furto apresentaram 11,63% e apenas 4,65% de homicídios. Pode-se ponderar que muitas dessas condutas criminosas podem estar correlacionados, pois vários furtos e roubos são efetuados por pessoas que tem envolvimento com o tráfico de drogas.

É importante ressaltar que na maioria dos casos a dependência é uma doença e não é crime.

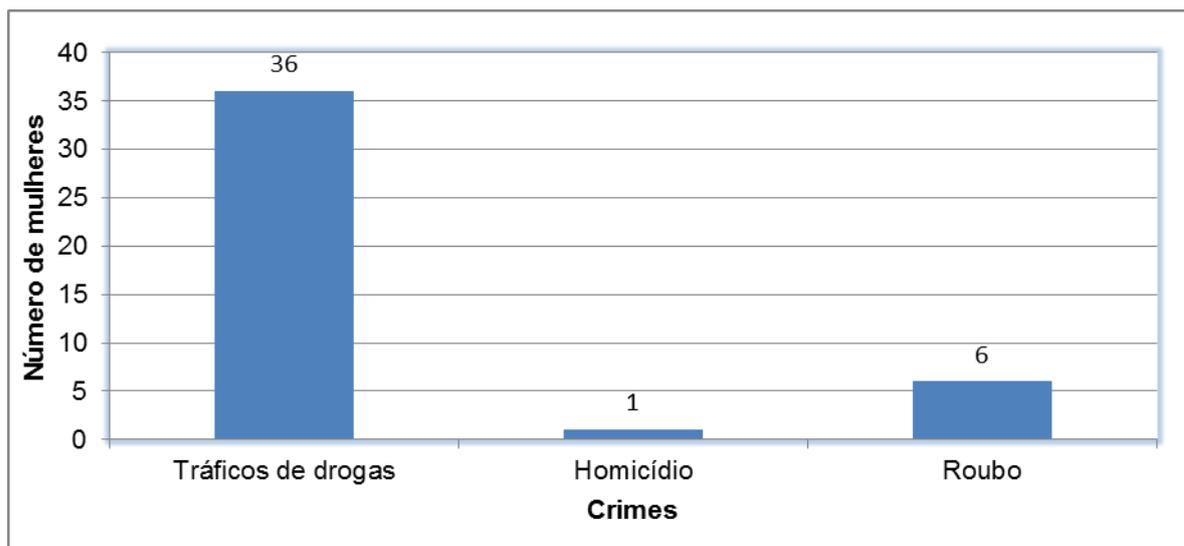


Figura 27: Crimes praticados pelas mulheres encarceradas no sistema penitenciário de Três Lagoas/MS, em 2011

Fonte: EPFTL e EPRSAAATL (2011)

Organização: Ruís, 2012

O motivo financeiro é o principal aspecto etiológico da criminalidade feminina com maior frequência nas alegações (53,5%), assim, o aspecto econômico relacionado principalmente à baixa renda e subsistência é o principal motivador das mulheres encarceradas que buscam maneiras mais “simplificadas” de conseguir dinheiro.

A influência das drogas e das amigas alcançaram 13,95% cada um dos fatores etiológicos e outros motivos caracterizaram 9,3% como fator etiológico infracional.

O vínculo familiar corresponde a 9,3% como causa para a conduta criminosa (Figura 28).

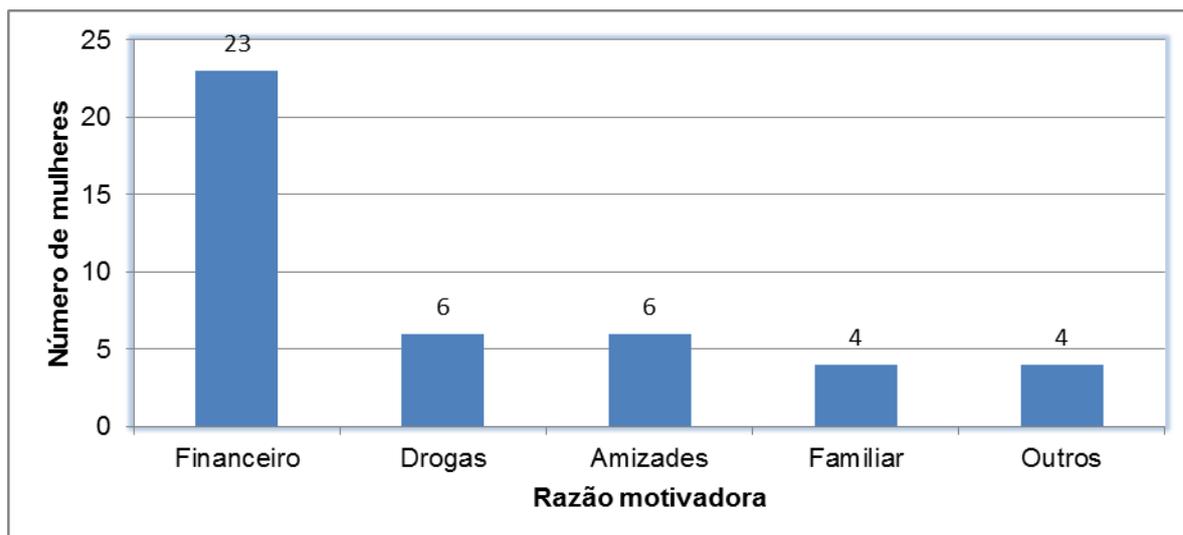


Figura 28: Razões motivadoras para a prática de crimes cometidos pelas mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas/MS, em 2011

Fonte: EPFTL e EPRSAAATL (2011)

Organização: Ruís, 2012

A dependência química é um aspecto relevante para análise desta pesquisa, pois 55,81% das mulheres da amostra afirmaram que eram usuárias de drogas habitual ou eventualmente. As usuárias habituais equivalem a 34,88% do total da amostra e 20,93% confirmaram que eram usuárias eventuais.

A negativa do uso de drogas atingiu 44,19% das mulheres encarceradas entrevistadas (Figura 29).

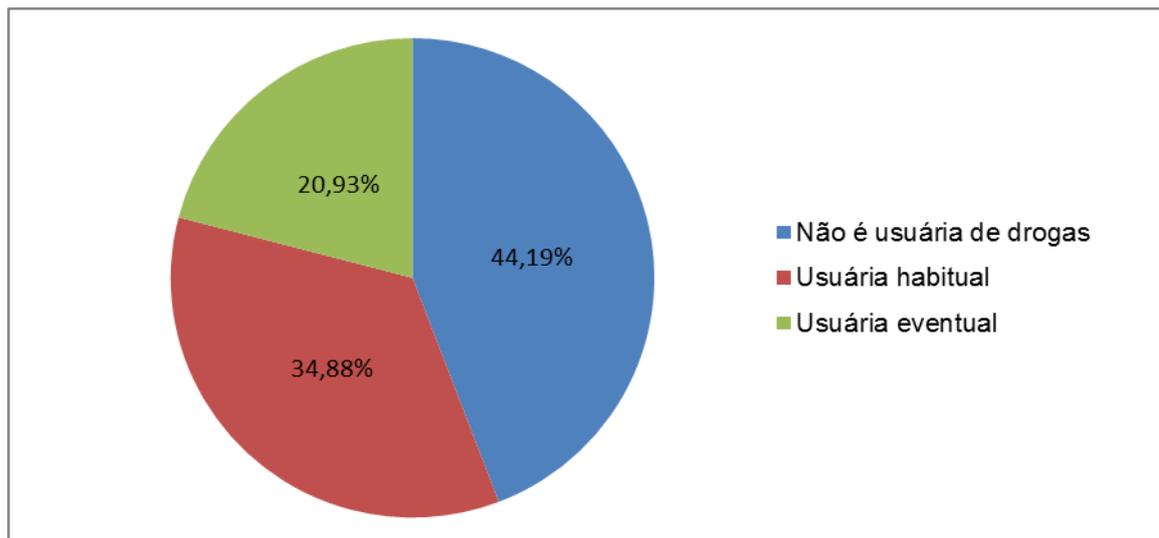


Figura 29: Uso de drogas pelas mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas/MS, anterior à prisão, em 2011

Fonte: EPFTL e EPRSAATL (2011)

Organização: Ruís, 2012

Há veemente violação às disposições do artigo 84, caput e parágrafo único da Lei de Execuções Penais que estabelece o cumprimento de pena em seção distinta para características diversa de presa. Nos estabelecimentos analisados verificou-se que 48,84% estão presas cautelarmente á espera de julgamento, 51,16% são condenadas por sentença transitada em julgado, 60,46% são presas primárias e 39,54% são reincidentes e convivem num espaço mínimo de 6 (seis) m², Figuras 30 e 31.

É comum, portanto, alocar em uma mesma cela, mulheres presas provisoriamente e condenadas por sentença transitada em julgado, as presas primárias com as reincidentes, as que cometeram condutas criminosas de alta periculosidade com outras criminosas ocasionais. Neste sentido, pode-se afirmar que as instituições penitenciárias femininas de Três Lagoas fogem de seu fim de ressocialização e transformam-se em verdadeiras “escolas do crime”.

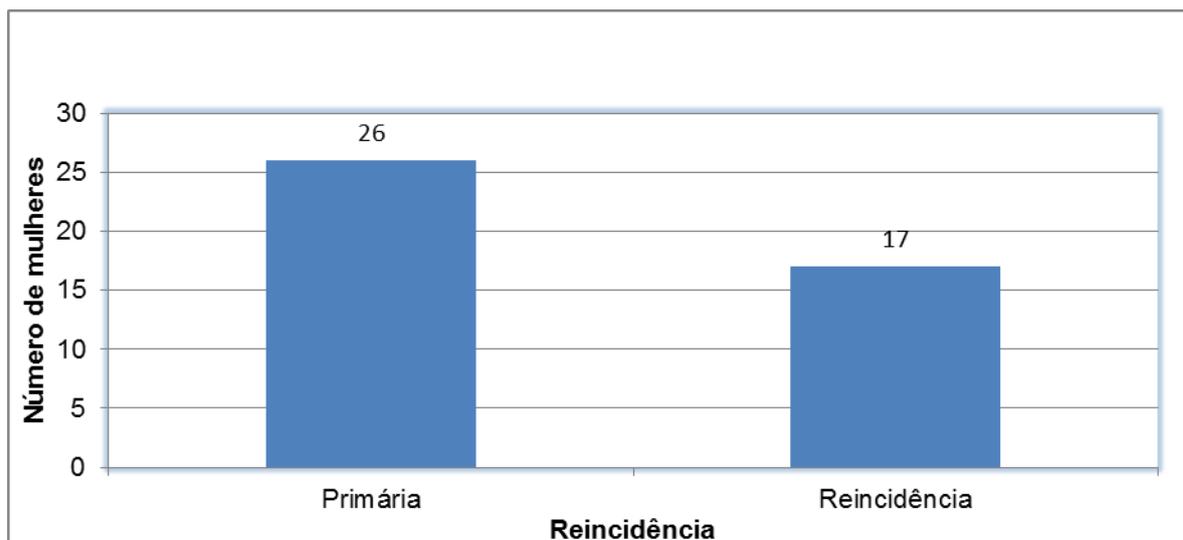


Figura 30: Reincidência das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas/MS, em 2011

Fonte: EPFTL e EPRSAAATL (2011)

Organização: Ruís, 2012

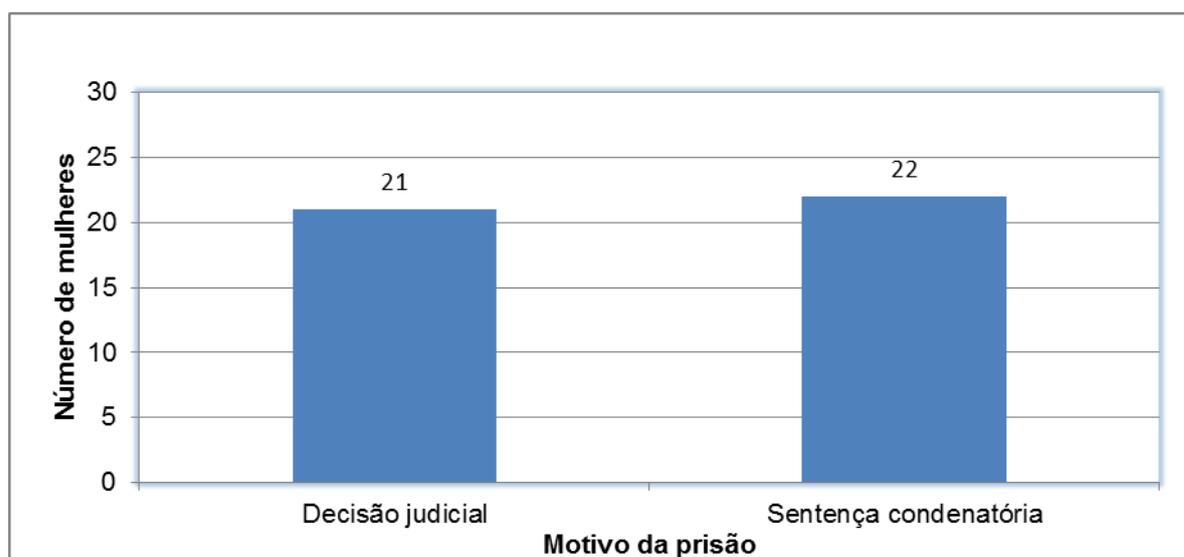


Figura 31: Motivo da prisão das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas/MS, em 2011

Fonte: EPFTL e EPRSAAATL (2011)

Organização: Ruís, 2012

Referente à idade das mulheres encarceradas, nota-se relevante predominância de mulheres jovens com idade entre 18 (dezoito) e 24 (vinte e quatro) anos (27,90%), entre 25 (vinte e cinco) e 29 (vinte e nove) anos, 18,60% do total da amostra. Em compensação, somente 6,97% na faixa de 30 (trinta) e 34 (trinta e

quatro) anos, 25,58% possuem entre 35 (trinta e cinco) e 45 (quarenta e cinco) anos e 11,62% com idade entre 45 e 60 anos (Figura 32).

Confrontando-se com os dados do IBGE (2011) o percentual de mulheres na faixa de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos é de 12,24 % do total de mulheres brasileiras. Referente ao intervalo de 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos o percentual baseado nos mesmos dados atinge 21,11% do total de mulheres.

Conclui-se, portanto, que o aspecto idade, o índice de mulheres com idade entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos é consideravelmente maior em comparação ao total da população de mulheres brasileiras com a mesma faixa etária, o que evidencia a vulnerabilidade ao encarceramento por mulheres jovens.

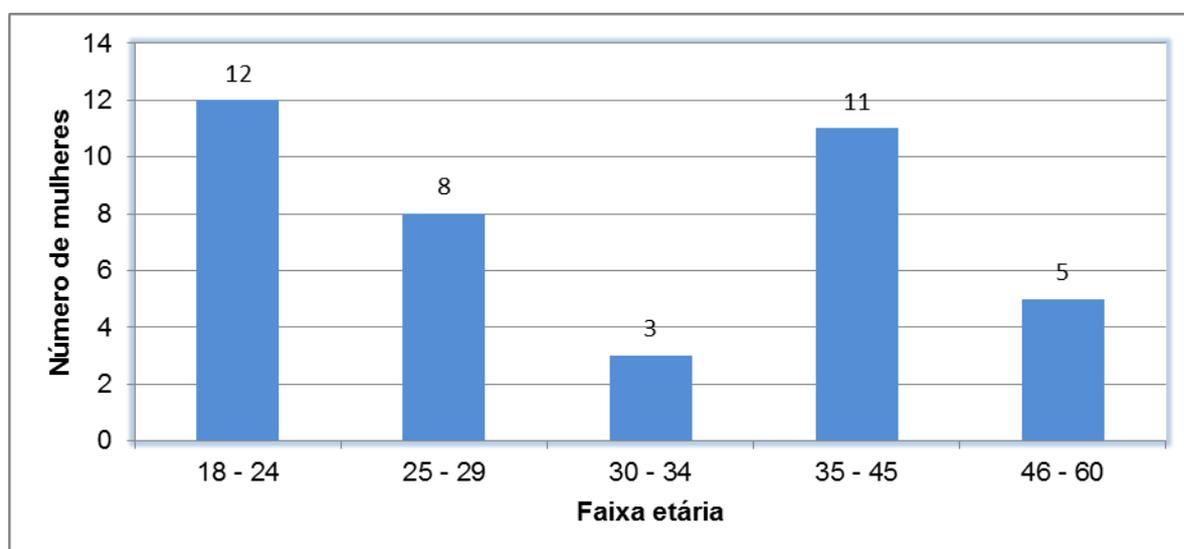


Figura 32: Faixa etária das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas/MS, em 2011

Fonte: EPFTL e EPRSAAATL (2011)

Organização: Ruís, 2012

Em relação ao nível de escolaridade 74,41% das mulheres presas que constituem a amostra não completaram o ensino fundamental. Observa-se que apenas 4,65% das mulheres encarceradas concluíram o nível de escolarização até o ensino médio e 9,30% iniciaram o ensino médio. Apenas 2,33% das mulheres do total da amostra iniciaram o ensino superior e 2,33% concluiu.

É fundamental realçar que 4,65% das presas são analfabetas e 2,33% são alfabetizadas (Figura 33).

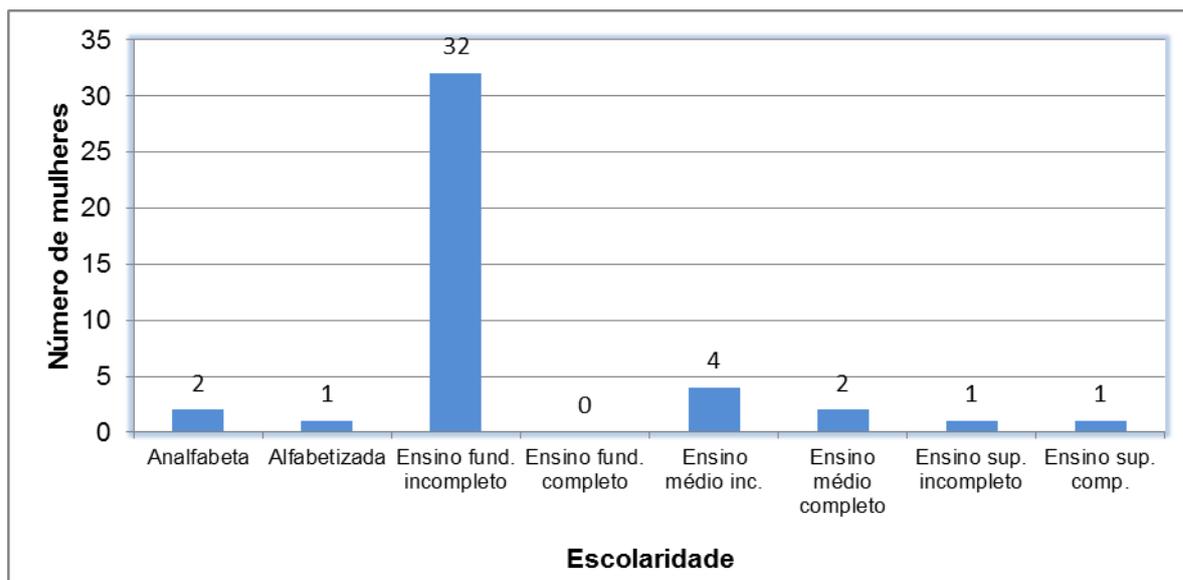


Figura 33: Escolaridade das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas/MS, em 2011
 Fonte: EPFTL e EPRSAAATL (2011)
 Organização: Ruís, 2012

Referente à cor da pele constatou que 54% foram consideradas pardas, 32,55% brancas e 13,95% negras (Figura 34).

Comparando com os dados do IBGE (2010) observa-se que o percentual de mulheres pardas atinge 42,80%, brancas 48,48% e negras 7,10% do total de mulheres brasileiras.

Analisando os indicativos deduz-se que as mulheres negras e pardas da amostra são mais suscetíveis ao encarceramento.

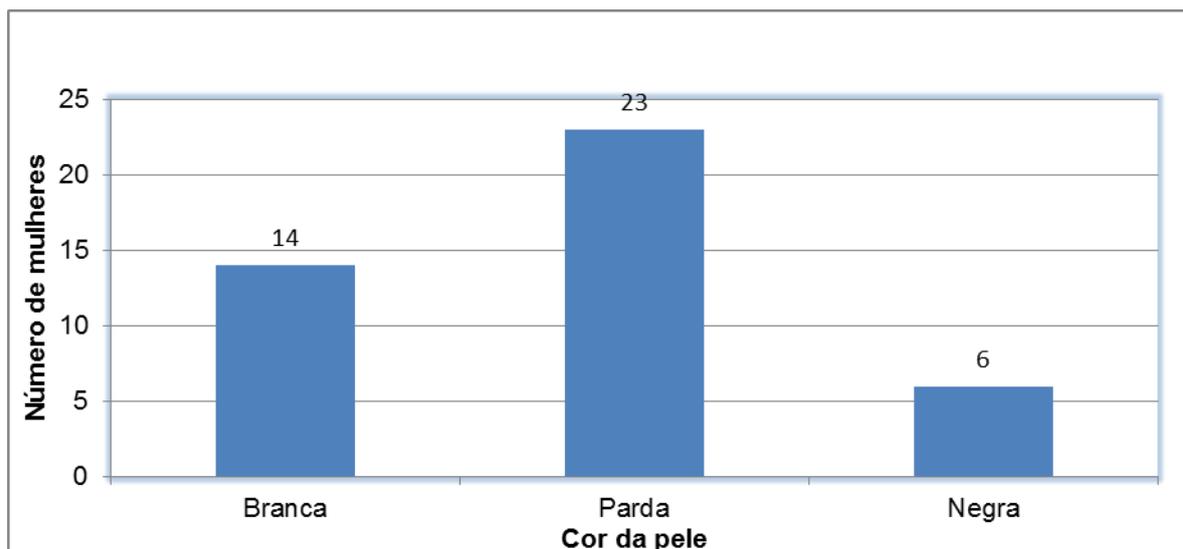


Figura 34: Cor da pele das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas/MS, em 2011

Fonte: EPFTL e EPRSAAATL (2011)

Organização: Ruís, 2012

Quanto à ocupação funcional anterior à prisão, 93,02% das mulheres encarceradas da mostra afirmaram que já haviam exercido alguma atividade profissional. Destas 74,42% exerciam sua atividade na informalidade e 18,60% possuíam vínculo formal.

Somente 6,98% declararam não exercer nenhuma atividade anteriormente à prisão (Figura 35).

Os dados da Tabela 3 apontam que há uma parcela expressiva das atividades laborativas exercidas que figuram de baixa remuneração e não demandam alto nível de qualificação ou escolaridade. Observa-se que as atividades executadas pelas mulheres encarceradas da amostra as que mais se destacaram foram em ordem de quantidade: empregada doméstica, vendedora, serviços gerais (que inclui auxiliar de pedreiro), camareira, serralheira, cozinheira e do lar.

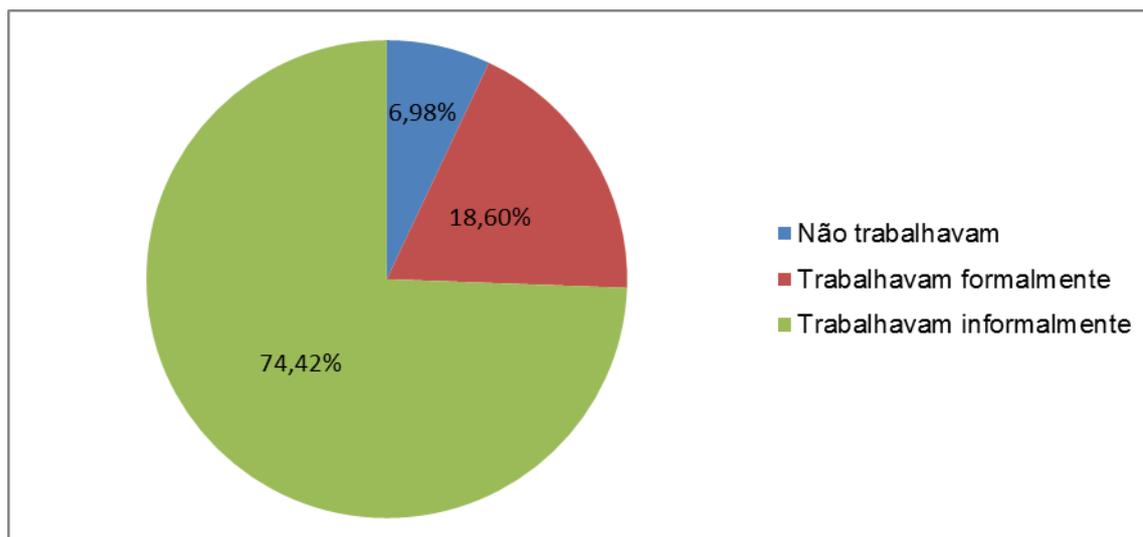


Figura 35: Trabalho das mulheres encarceradas anterior à prisão nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas/MS, em 2011

Fonte: EPFTL e EPRSAAATL (2011)

Organização: Ruís, 2012

Tabela 3: Atividades laborais exercidas anterior à prisão pelas mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas/MS, em 2011

Atividade	Números de presas
Cabelereira	01
Costureira	01
Cozinheira	05
Do lar	05
Empregada doméstica	10
Estudante	01
Garota de programa/prostituta	02
Motorista	02
Secretária	01
Serviços gerais	06
Vendedora	06
Total	40

Fonte: EPFTL e EPFRSAAATL, 2011

Em relação a faixa salarial verificou-se que 45% das mulheres que exerciam alguma atividade laboral anterior a prisão recebiam de 0 (zero) a 1 (um) salário

mínimo, 35% recebiam entre 1 (um) a 2 (dois) salários mínimos, 2,5% recebiam de 2 (dois) a 3 (três) salários mínimos, 5% de 3 (três) a 4 (quatro) salários mínimos, 2,5% de 4 (quatro) a 5 (cinco) salários mínimos, 2,5% recebiam mais de 5 (cinco) salários mínimos, e 7,5% não souberam informar (Figura 36).

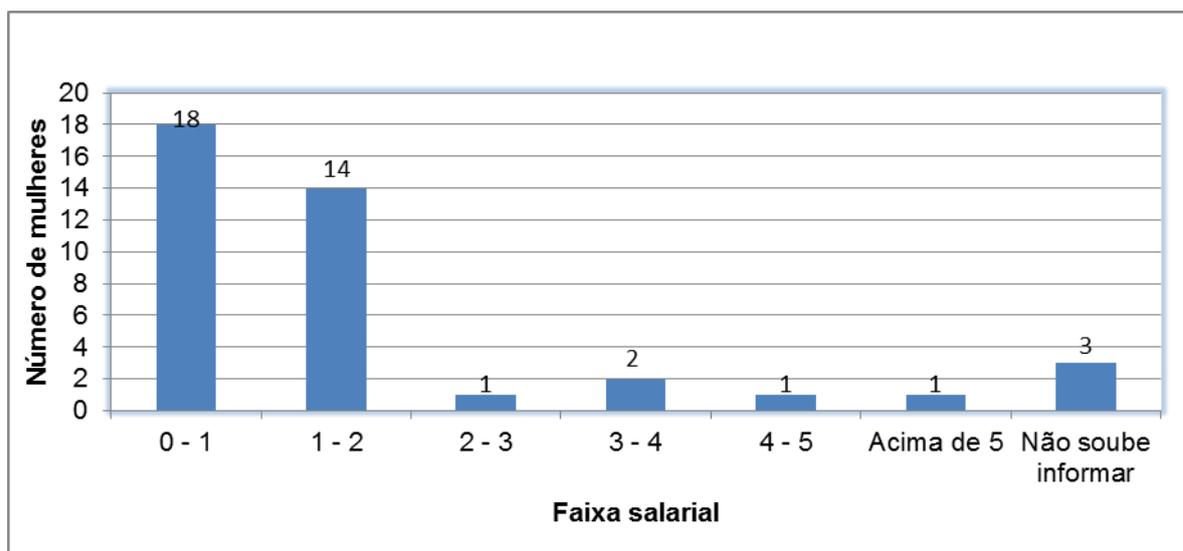


Figura 36: Faixa salarial das atividades laborativas exercidas pelas mulheres anteriores à prisão nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas/MS, em 2011

Fonte: EPFTL e EPRSAAATL (2011)

Organização: Ruís, 2012

As mulheres presas entrevistadas manifestaram grande preocupação em relação aos parentes e principalmente dos filhos. Nas instituições penitenciárias femininas de Três Lagoas 88,37% das mulheres são mães, enquanto somente 11,63% não têm filhos (Figura 37).

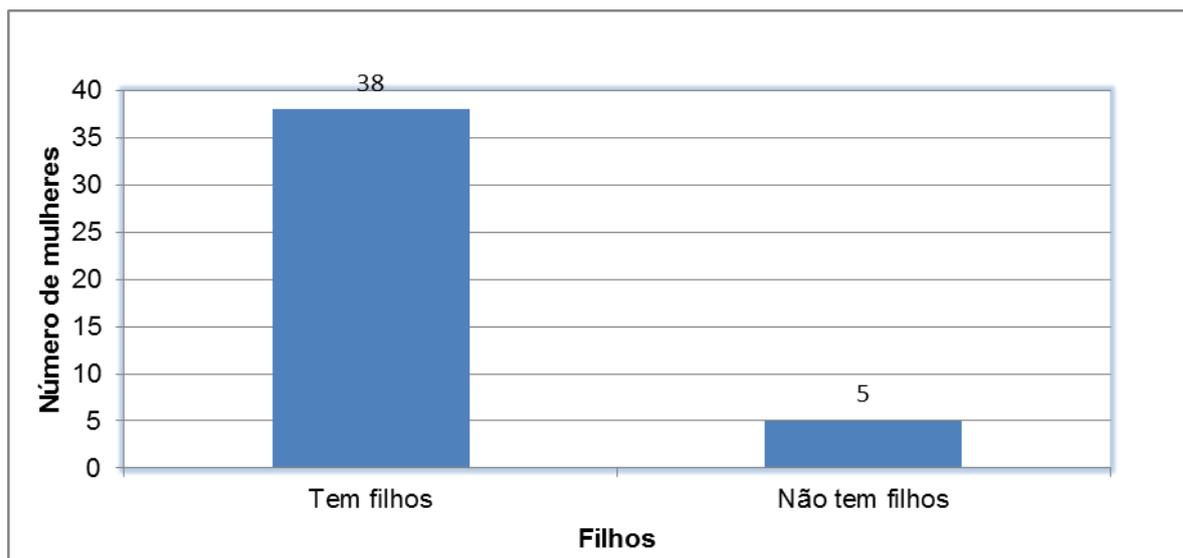


Figura 37: Existência de filhos das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas/MS, em 2011

Fonte: EPFTL e EPRSAATL (2011)

Organização: Ruís, 2012

Cerca de 2,65% das mulheres presas possuem 1 (um) filho, 37,21% possuem 2 (dois) filhos, 18,60% afirmaram que tem de 3 (três) filhos, 16,28% possuem 4 (quatro) filhos, 16,28% possuem 5 (cinco) filhos e apenas 2,65% mencionaram que tem 6 (seis) filhos ou mais. Constatou-se apenas uma gestante durante a pesquisa (Figura 38).

As mulheres presas relataram uma constante preocupação com a perda do vínculo com a família.

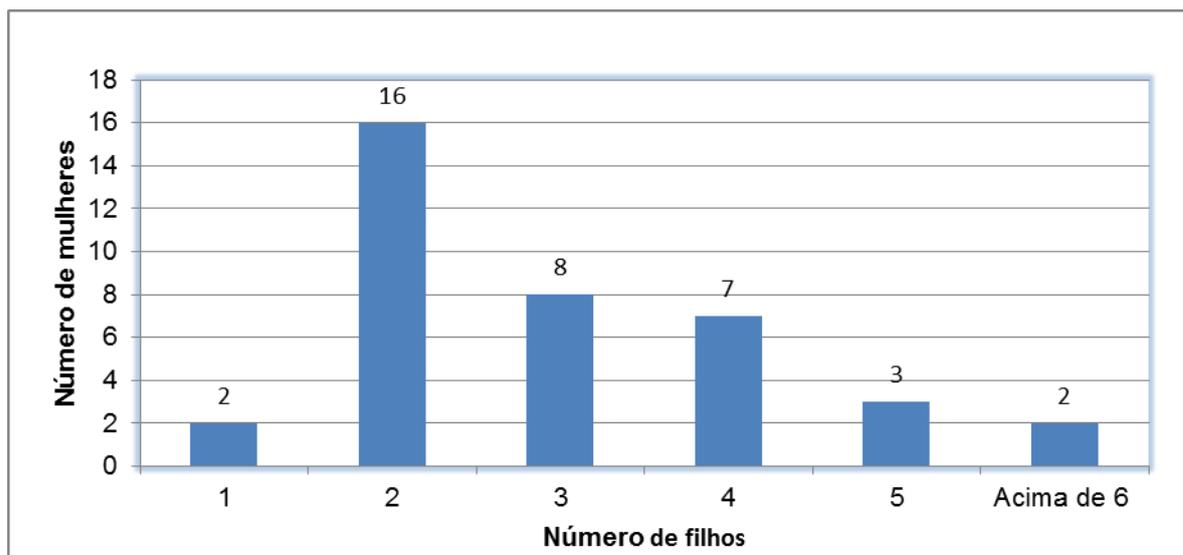


Figura 38: Quantidade de filhos das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas/MS, em 2011

Fonte: EPFTL e EPRSAATL (2011)

Organização: Ruís, 2012

O Primeiro Comando de Mato Grosso do Sul (PCMS) é o partido criminoso predominante nas instituições penais do Estado de Mato Grosso do Sul e supostamente ligado ao Primeiro Comando da Capital do Estado de São Paulo. Nos estabelecimentos penais masculinos localizados na cidade de Três Lagoas sua atuação é mais incisiva do que nas unidades penais femininas, assim, apenas duas mulheres presas afirmaram ser filiadas ao partido.

No interior do presídio há leis próprias como: não delatar as companheiras, mesmo que isso ocasione sanções disciplinares; as presas mais antigas na cela têm privilégios em detrimento das novatas; não se pode cobiçar para a visita alheia; não é permitido o consumo de crack.

É notório o preconceito com as presas em virtude de abusos e/ou maus tratos com crianças e ladras de pequeno porte, conhecidas como “ladrão de galinha”, que subtraem bicicletas, roupas de varal, enfim bens de pouco valor, tanto que estas mulheres são alocadas em celas separadas do restante do contingente carcerário.

São visadas, também as presas que, frequentemente, procuram os funcionários responsáveis pelos atendimentos psicológicos, assistência social, ou chefias das unidades penais.

4.3 Condições carcerárias

O Estado brasileiro é negligente quanto à prestação das condições e instalações adequadas para o cumprimento de pena de privação de liberdade no país. No tocante aos estabelecimentos penitenciários destinados às mulheres depara-se com um descaso ainda maior. Essa realidade é evidenciada nas estruturas arquitetônicas impróprias e equipamentos internos insuficientes e sucateados.

A inexistência de estabelecimentos penitenciários construídos para a população feminina evidencia a discriminação pautada na diferença de gênero, pois é notório que o Estado prioriza a construção de unidades prisionais para a população masculina e destina para parte significativa da população encarcerada feminina unidades penais carentes de suprir às especificidades femininas e aos direitos humanos em detrimento do que dispõe seu ordenamento jurídico.

Essa realidade agrava acentuadamente as violações de gênero e coloca em risco, além de violar a integridade física, psíquica e emocional das mulheres que cumprem penas ou aguardam julgamento nas instituições oferecidas pelo Estado.

A sistemática diferenciação discriminatória de políticas públicas que prioriza o atendimento aos homens presos, adicionada à ausência de uma efetiva garantia de isonomia no tratamento entre a população carcerária agrava as condições de degradação e promovem o surgimento de novas e graves violações aos direitos das mulheres encarceradas.

Nas instituições fechadas destinadas às mulheres localizadas em Três Lagoas verificou-se algumas dessas violações e suas especificidades de gênero, analisadas no subitem abaixo.

4.3.1 Condições degradantes

A cidade de Três Lagoas não possui construção específica para funcionamento do sistema penitenciário feminino, não resguardem o respeito às especificidades femininas e aos seus direitos humanos.

O Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas, em relação às condições habitabilidade, a estrutura arquitetônica preserva as instalações da antiga penitenciária masculina, que após a interdição judicial e desativação em 2008, a reforma e reestruturação ocorreu no decorrer do ano de 2009, foi formalmente reinaugurado no início de 2010 e passou a receber as mulheres presas.

Ressalta-se que em 27 de setembro de 2010 a cidade de Três Lagoas foi atingida por um forte temporal o qual provocou grandes estragos no Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas, principalmente na cozinha e na cobertura do prédio que mesmo após reparos ainda causam, sistematicamente, vazamentos em períodos chuvosos.

Nessa unidade penal há quatro alas, destas, três são compostas por quatro celas e uma, por duas celas. As celas são acondicionadas com camas de concreto e um banheiro com vaso sanitário, chuveiro e lavatório (Figuras 39 e 40), fotos tiradas após a reforma de 2010.

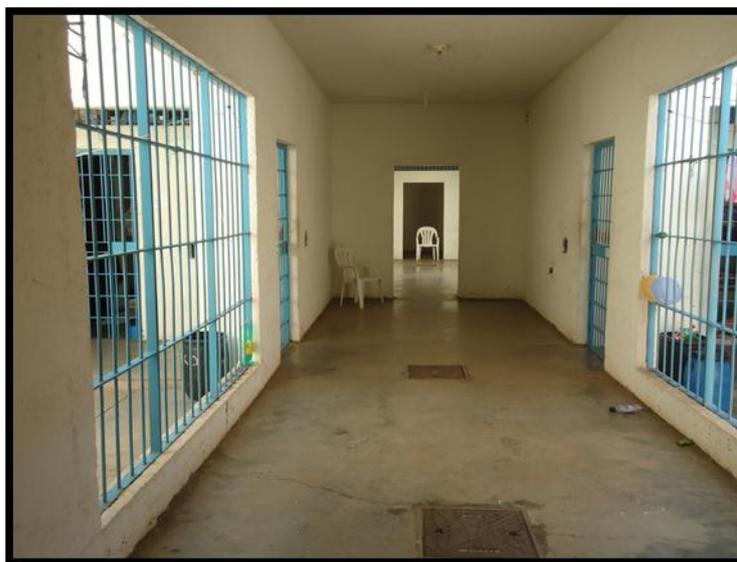


Figura 39: Corredor que dá acesso às alas do Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas
Fonte: Ruís, 2012



Figura 40: Instalações das celas das detentas no Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas
Fonte: Ruís, 2012

Além disso, os únicos espaços destinados à convivência e banho de sol são os pátios que existem em cada uma das alas, são espaços de chão de cimento batido e desprovidos de cobertura, quadra e banco, há, portanto, somente o sol forte (Figura 41). O banho de sol é permitido diariamente pelo período das 8:30 horas às 10:30 horas e das 14 horas às 16 horas.

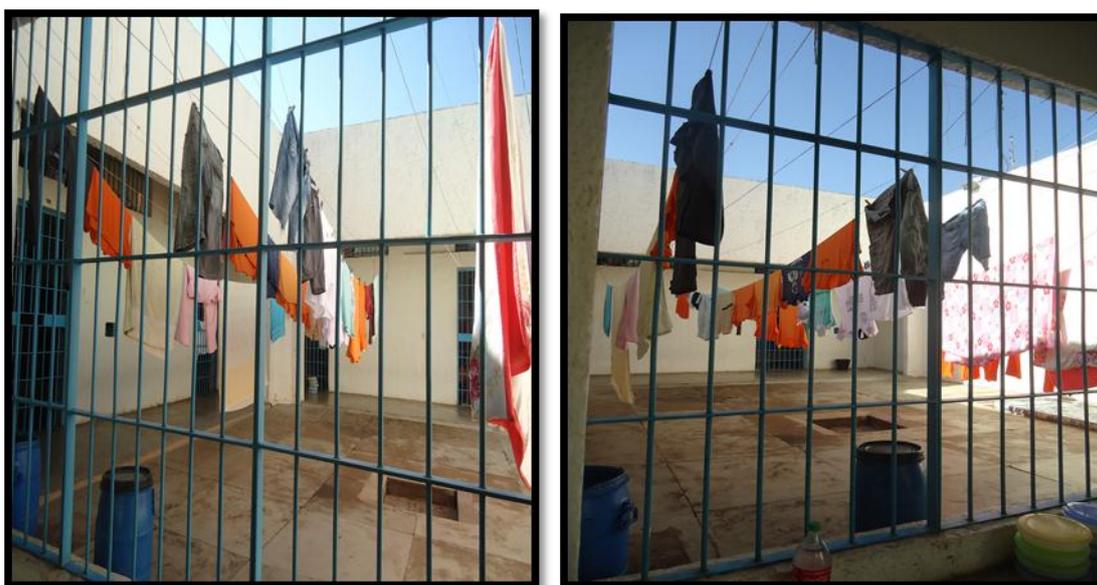


Figura 41 a e b: Pátios das alas destinados à convivência e banho de sol
Fonte: Ruís, 2012

Constatou-se que não há separação adequada das presas condenadas e daquelas em prisão provisória.

O acervo da biblioteca no Estabelecimento Penal Feminino é diversificado, entretanto, o acesso à educação fundamental ocorreu somente em fevereiro de 2012, através da Escola Estadual Polo Professora Regina Anffe Nunes Betine, que contou inicialmente com 14 (quatorze) alunas no período matutino e 15 (quinze) no vespertino (Figura 42).



Figura 42: Sala de aula do Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas
Fonte: Ruís, 2012

Dispõe o artigo 28 da Lei de Execuções Penais que o trabalho é um dever social e condição de dignidade humana, mas o acesso ao trabalho pelas mulheres que cumprem pena restritiva de liberdade no Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas depara com empecilhos, diante da burocracia exacerbada e falta de incentivos para instalação de empresas no interior das unidades penais.

Em março de 2011 o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai ministrou um curso profissionalizante de costura as presas e em abril do mesmo ano a empresa Sultan Indústria e Comércio de Artefatos Têxteis Ltda. iniciou suas atividades na confecção de roupas de cama e mesa nas dependências do Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas com um efetivo de 25 (vinte e cinco) presas, mas, encerrou em abril de 2012, devido ao término do contrato.

Em termos similares, o Estabelecimento Penal de Regimes Semiaberto, Aberto e Assistência a Albergada de Três Lagoas localiza-se num prédio particular alugado e adaptado e constitui um exemplo inequívoco de desrespeito às especificidades femininas. Os cinco cômodos do prédio foram transformados em alojamentos, onde estão dispostas camas de madeira, e apenas um banheiro com vaso sanitário, chuveiro e lavatório.

Há um único pátio dedicado a convivência e banho de sol, é um espaço de chão de cimento batido, coberto, cercado por alambrado.

As mulheres que cumprem ou são beneficiadas com a progressão de regime semiaberto são liberadas às 06 horas e retornam às 19 horas para o repouso noturno no Estabelecimento Penal de Regimes Semiaberto, Aberto e Assistência à Albergada de Três Lagoas. Durante o período que permanecem fora da unidade penal devem cumprir certas condições impostas pelo Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Três Lagoas, que inclui, principalmente, a comprovação mensal de trabalho lícito.

Na tentativa de suprir as deficiências estruturais Leonice Miranda Rocha Guarini, diretora do Estabelecimento Penal Feminino de Regimes Semiaberto, Aberto e Assistência à Albergada de Três Lagoas estabelece parcerias com voluntários, empresas públicas e instituições educacionais e religiosas. Visto que já foram ministrados diversos cursos de trabalhos manuais, e palestras para orientação e motivacionais, armas poderosas para inserir de forma efetiva as reeducandas na sociedade (Figura 43).



Figura 43: Palestra motivacional ministrada por alunos do curso de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Centro Espírita José Xavier
Fonte: Ruís, 2012

Em ambas as unidades penais femininas há o fornecimento de colchões e cobertores no momento em que as reclusas efetuam o ingresso no estabelecimento, e a devolução destes objetos deve ocorrer no instante que são liberadas.

A alimentação oferecida às presas demonstra-se adequada. A preparação ocorre nas dependências do Estabelecimento Penal Feminino pelas próprias presas contratadas pela empresa terceirizada Health Nutrição e Serviços Ltda., responsável pelo oferecimento da alimentação para as presas e servidores da referida unidade e para outras unidades e delegacias (Figura 44).



Figura 44: Instalações da cozinha industrial no Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas
Fonte: Ruís, 2012

Embora as descritas unidades apresentem a capacidade de lotação em nível aceitável que será analisado no capítulo 5 (Figura 50), as atividades necessárias ao processo de ressocialização são embrionárias e tímidas, uma vez que não há locais apropriados e equipamentos necessários para o desenvolvimento de aulas regulares, cursos de profissionalização, desenvolvimento de trabalho e atividades culturais. Portanto, nas instituições penais localizadas na cidade de Três Lagoas há raras atividades de lazer e cultura.

Apesar da reestruturação, no que diz respeito à estrutura física, atender as normas mínimas de exigência do que se preconiza para um ambiente prisional, no entanto, não supriu o acesso de deficientes, as especificidades femininas e não efetivou inicialmente a função social de ressocialização imputada à pena de privação de liberdade.

Exemplificam estas violações a ausência nas unidades penitenciárias pesquisadas de seções para gestante, parturiente e “berçário onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até a idade de 06 meses de idade”, conforme estabelece expressamente no artigo 83, § 2º e artigo 89 da LEP.

Ainda, sobre a situação atual do sistema penitenciário feminino, Marcela Dias Maio, 30 anos, diretora do Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas relata:

As unidades penais femininas vivem uma grande batalha a fim de adequar-se as necessidades apresentadas pelas mulheres presas. Manter atendimento psicossocial, médico-ginecológico, berçários e creches, e ocupações laborativas que estejam adequadas às aptidões do gênero feminino são desafios constantes. Com o em quase todas as unidades prisionais do Brasil, há deficiência em vários setores. Especificamente na Unidade Penal Feminina de Três Lagoas, não enfrentamos problemas de superlotação, o que é fator importante para que se consiga atingir a ressocialização e garantia de dignidade no cumprimento da pena. (Entrevista realizada em 11 de julho de 2011, Anexo B2).

Vislumbra, portanto a contradição ao raciocínio construtivo disposto no ordenamento normativo, que visa garantir tratamento adequado e o mais individualizado possível durante o período de reclusão, além de concretizar efetivamente o papel ressocializador e reeducador.

4.3.2 Violência, maus tratos e agressões

No cenário prisional brasileiro é frequente denúncias de violência institucional, praticada por agentes do Estado contra as mulheres encarceradas. Esses funcionários algozes se apoiam no uso da força física como instrumento de autoridade e poder e cometem atrocidades, torturas, além de castigos contra as mulheres presas.

Nos estabelecimentos do sistema penitenciário ocorrem graves violações contra a integridade física e emocional das presas. Ameaças, humilhações e constrangimentos figuram o rol da tortura psicológica e é amplamente utilizada nas unidades prisionais.

No entanto, diferentemente da realidade vivenciada na maioria das instituições penitenciárias os estabelecimentos penitenciários femininos situados na cidade de Três Lagoas tem uma política de efetiva repressão de aplicação de maus tratos e agressões. A Juíza de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Três Lagoas, Rosângela Alves de Lima Fávero e a Promotora de Justiça Camila Augusta Calarge Doreto efetuam visitas mensalmente aos estabelecimentos penais a fim de inspecionar e tomar devidas providências para o adequado funcionamento das

unidades. Além das diretoras Marcela Dias Maio e Leonice Miranda Rocha Guarini não toleram qualquer tipo de abuso contra as mulheres encarceradas.

4.3.3 Acesso a produtos de higiene

A Lei de Execução Penal do Brasil prevê expressamente no artigo 10 que a assistência ao preso é dever do Estado, explicitou ainda, em seu artigo 11, que tal assistência alcançará o campo material. Outrossim, as mulheres encarceradas nas unidades penitenciárias localizadas na cidade de Três Lagoas não recebem produtos essenciais de higiene pessoal e asseio, como papel higiênico, absorventes íntimos, pasta e escova de dente, sabonete, entre outros.

Adicionado a este quadro de extremo desrespeito as especificidades e aos direitos da mulher o acesso aos produtos higiênicos é limitado à capacidade da família em adquirir e entregá-los nos dias destinados a visita. Aquelas que não têm visitas de familiares dependem de eventual generosidade de colegas de cela ou doações de produtos de higiene das instituições religiosas, sensíveis às suas condições.

4.3.4 Saúde da mulher

A atenção médica no Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas é prestada de maneira satisfatória, diferentemente do que ocorre na maioria das instituições penais que revelam situações de descaso e falência.

O atendimento médico, odontológico e psicológico é essencial diante das doenças físicas e emocionais que as mulheres estão sujeitas no contexto do encarceramento, visto que incidem com intensidade diferenciada e se agravam em caso de falta de acessibilidade as práticas de prevenção, tratamento e devido acompanhamento médico.

As condições e situações vivenciadas nas unidades penais afetam diretamente a saúde física e mental das mulheres presas. As más condições de

habitabilidade, insalubridade, superpopulação são fatores que favorecem doenças infectocontagiosas, como micose, sarna, tuberculose, leptospirose.

Importante salientar que a unidade penal feminina possui uma equipe composta por um médico clínico geral e um médico ginecologista que realizam consultas no período matutino dos dias úteis, e, quatro técnicas de enfermagem que permanecem a disposição em tempo integral, todos atentos às patologias intrínsecas a fisiologia da mulher (Figuras 45 a e b).



Figura 45 a e b: Enfermaria destinada ao atendimento médico das presas do Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas

Fonte: Ruís, 2012

O setor odontológico é suprido por um dentista e uma auxiliar que realizam atendimentos com regularidade nos dias úteis.

O setor psicológico é substancial diante do ambiente degradante, que colabora com o cenário de baixa estima fomentando doenças de âmbito emocional como a melancolia, angústia, depressão e pânico, esse apoio é amparado pela psicóloga que presta serviços rotineiramente na unidade.

A psicóloga Juliana Muniz de Freitas, 35 anos, e 9 anos de atuação no Sistema Penitenciário, relata que:

O que pude observar durante o período em que trabalho no sistema é que há pessoas que transtornos mentais de grande sofrimento, com quadros depressivos e ansiosos, independentemente do tempo de cumprimento de pena. Somente o fato de se ver privado de liberdade, em um ambiente estranho e restritivo, com pessoas que lhe são também estranhas, podem desencadear quadros psicopatológicos. (Entrevista realizada em 05 de julho de 2011, Anexo D1).

Os referidos setores possuem dependências próprias para atendimento com privacidade. Ademais, é fornecido medicamentos essenciais, vacinas disponibilizadas nas campanhas públicas de vacinação e contraceptivos como pílulas anticoncepcionais e camisinhas masculinas e femininas.

No Estabelecimento Penal Feminino de Regimes Semiaberto, Aberto e Assistência à Albergada de Três Lagoas o atendimento médico, odontológico e psicológico que atinge as reeducandas é prestado pela rede pública de saúde representada pelo Sistema Único de Saúde.

4.4 Espacialização da origem das mulheres encarceradas

O encarceramento dos “consumidores falhos” ou das pessoas que não são úteis ao sistema capitalista vigente configura uma maneira de exclusão do excedente deste sistema, que efetua “a busca da pureza pós-moderna expressa-se diariamente com a ação punitiva contra os moradores das ruas pobres e das áreas urbanas proibidas, os vagabundos e os indolentes” (BAUMAN, 1998, p. 26), o mesmo acontece com a população de ociosos, aqueles abandonados e excluídos da vida econômica e social.

Nesse sentido, Misse (1995) afirma que em muitos casos uma das causas justificáveis para o crime pode ser a pobreza, a miséria. Nesta análise o autor declara que o Estado e a sociedade demonstram desinteresse de eliminar a miséria, e, assim, através do aprisionamento dos pobres criou-se uma forma de controle.

Nas instituições penitenciárias brasileiras observa-se um criminoso estereotipado: jovem, pobre, afrodescendente e com baixa instrução. Nestes termos, Misse (1995, p. 12) consolida:

Se por um lado esses dados (e sua realidade) foram produzidos por mecanismos institucionais de perseguição socialmente contaminados por uma associação pobreza-crimes estereotipada, perversa, desigual e hipócrita, por outro eles apontam também para uma realidade criminal específica, não necessariamente violenta e organizada, cuja percepção social produz demandas políticas de segurança distintas daquelas que se aplicariam aos “crimes dos ricos”.

Assim, pessoas mais abastadas que praticam condutas criminosas geralmente são isentas de penalização, inversamente ocorre em relação às pessoas da classe baixa. Deste modo, as instituições de segurança e justiça tratam de maneira diversa a penalização dos crimes praticados pelos que possuem alto poder aquisitivo e das condutas criminosas praticadas pelos pertencentes à classe baixa.

Na cidade de Três Lagoas confere-se esse mesmo raciocínio. As mulheres encarceradas nas unidades penitenciárias são na sua maioria, pobres, jovens, pardas, possuem baixa instrução.

Referente à procedência é salutar mencionar que 72,09% do total das mulheres entrevistadas são oriundas do Estado de Mato Grosso do Sul, destas 34,88% residiam na cidade de Três Lagoas e 37,21% possuíam residência em outras cidades do Estado.

Observa-se uma relação coerente com os fluxos migratórios, pois há uma porcentagem significativa de mulheres procedentes do Estado de São Paulo (23,26%) e de Mato Grosso (4,65%). Esses fluxos possuem um elo estreito com o tráfico de drogas, visto que a totalidade das mulheres provenientes de Mato Grosso e 20,93% das oriundas de São Paulo encontram-se presas em decorrência da prática desta conduta criminosa.

Como já apontado no Capítulo 3, uma das principais características do tráfico de drogas é sua mobilidade, e o envolvimento das mulheres na condição de “mulas”, ou seja, contratadas para realizar o transporte de drogas, geralmente em troca de pequena quantidade em dinheiro.

Computou-se que 2,32% das mulheres da amostra provenientes do Estado de São Paulo incidiram na prática de homicídio.

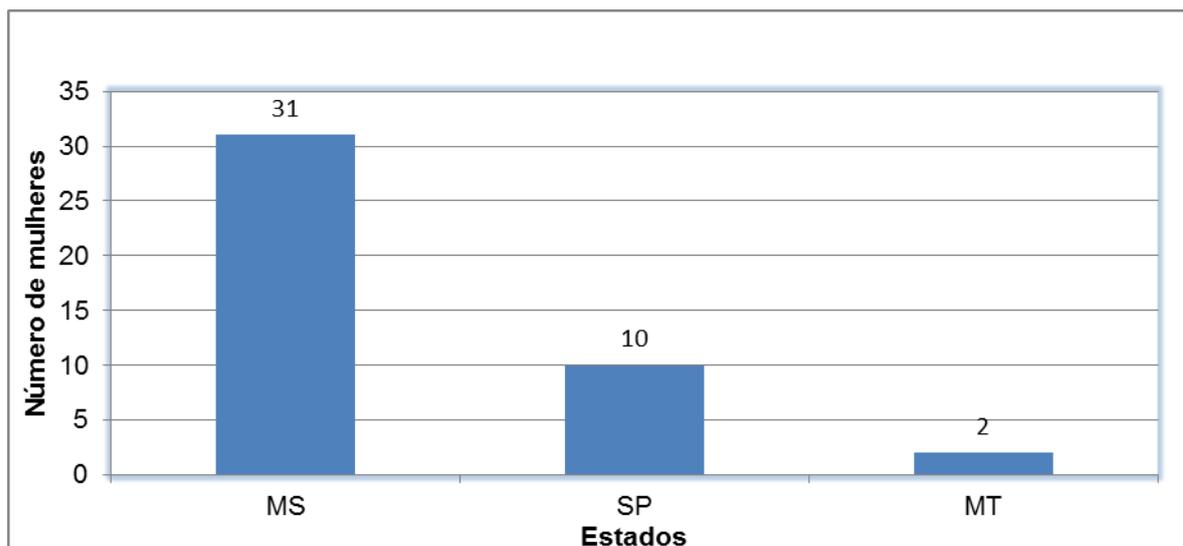


Figura 46: Procedências das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas/MS, em 2011

Fonte: EPFTL e EPRSAAATL (2011)

Organização: Ruís, 2012

Tabela 4: Número de mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciário de Três Lagoas/MS, por cidade de Mato Grosso do Sul, em 2011

Cidades	Números de presas
Aparecida do Taboado	03
Cassilândia	02
Paranaíba	02
Ponta Porã	02
Água Clara	01
Brasilândia	01
Campo Grande	01
Costa Rica	01
Nova Andradina	01
Ribas do Rio Pardo	01
Total	15

Fonte: EPFTL e EPFRSAAATL, 2011

Na Tabela 4 espacializou-se os dados com a finalidade de constatar quais as cidades do Estado de Mato Grosso do Sul concentram o número mais elevado de presas provenientes de outras cidades. Aparecida do Taboado alcançou maior destaque, pois 6,97% das mulheres da amostra são oriundas desta cidade.

No caso das presas procedentes das cidades de Mato Grosso do Sul os crimes que se destacaram foram roubo, atribuído às mulheres oriundas de Brasilândia, Cassilândia e Nova Andradina, e homicídio imputado à encarcerada proveniente de Costa Rica (Figura 47).

Ressalta-se, ainda, a ausência de estabelecimentos penitenciários destinados à mulher na região leste do Estado de Mato Grosso do Sul, assim as mulheres presas nas cidades desta região são encaminhadas para as instituições penitenciárias de Três Lagoas.

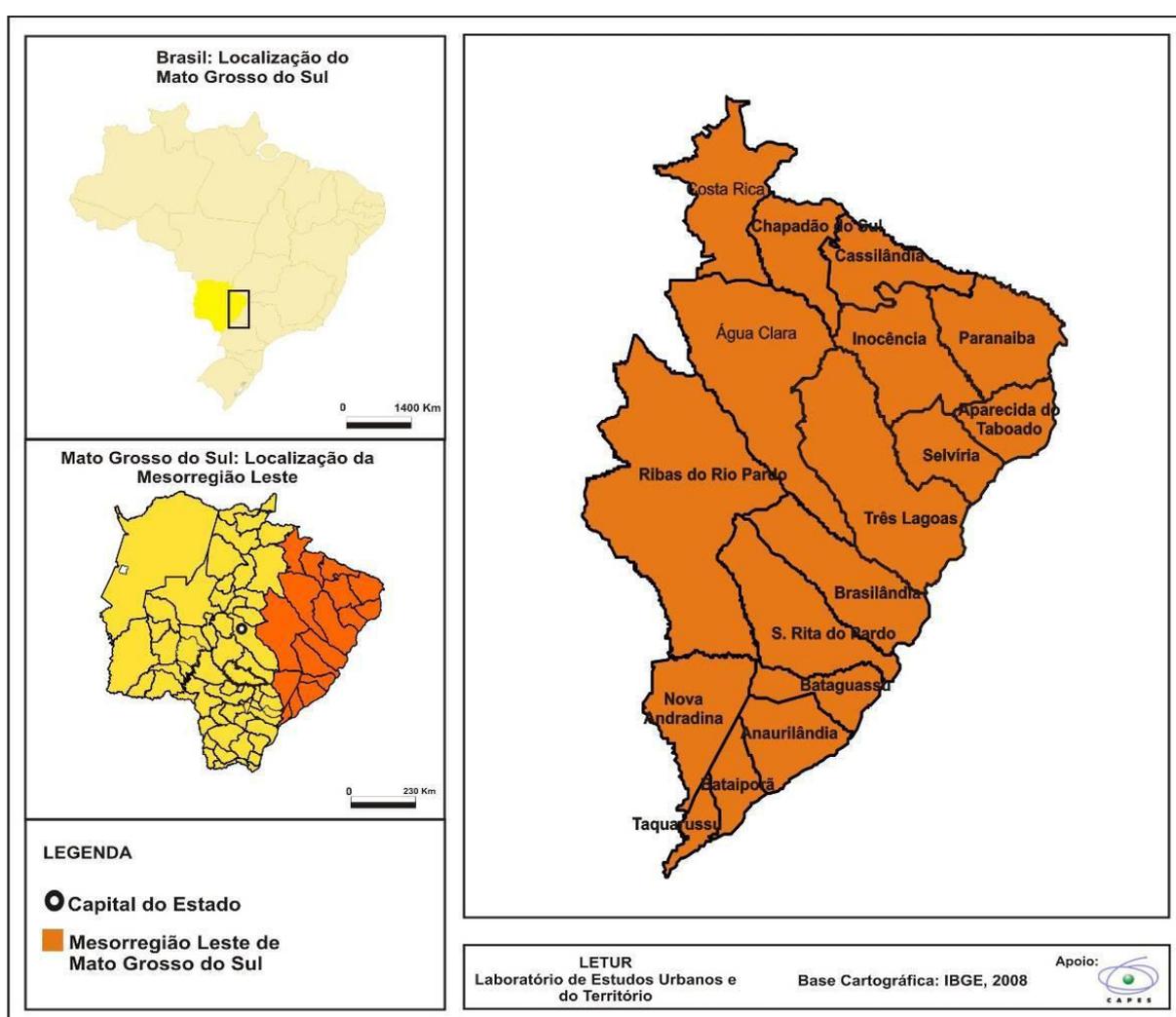


Figura 47: Região leste do Estado de Mato Grosso do Sul
Fonte: MILANI, 2012

A construção da Tabela 5 objetivou demonstrar os números brutos dos bairros de onde procedem as mulheres presas no EPFTL e EPFRSAAATL. Os bairros que apresentaram indicativos de presas, na sua maioria, constituem áreas periféricas da

cidade, locais que exibem um contingente populacional que compõe a classe baixa renda, segregado para as áreas desvalorizadas da cidade, com menor valor imobiliário e precário acesso à infraestrutura (Tabela 5 e Figura 48).

Tabela 5: Quantitativo de mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas/MS, que residiam no espaço urbano três-lagoense, por bairro, em 2011

Bairros	Números de presas
Jardim Paranapunga	03
Santo André	02
Centro	01
Interlagos	01
Osmar Dutra	01
Santa Terezinha	01
Vila Guanabara	01
Vila Haro	01
Vila Piloto	01
Violetas	01
Nossa Senhora Aparecida	01
Maristela	01
Jardim Dourado	01
Total	16

Fonte: EPFTL e EPFRSAAATL, 2011

Pelos dados analisados, as totalidades das mulheres provenientes de Três Lagoas estão presas em decorrência da prática do tráfico de drogas e o bairro Jardim Paranapungá figurou com o maior índice.

É salutar observar que geralmente a mulher, na estrutura do tráfico, ocupa uma posição subalterna ou menos importante, como “mulas” ou nas funções de pequenos traficantes ou traficantes intermediários, que são os donos da “boca de fumo”, que realizam o intermédio entre os grandes e pequenos traficantes.

Segundo Francisco Filho (2004) da mesma maneira que o poder aquisitivo da população pode desencadear uma segregação das classes em enclaves urbanos, a situação de auto segregação, baixo poder aquisitivo, agregado a outras dimensões sociais pode conduzir a uma situação de segregação induzida. Nesse cenário o tráfico encontra condições propícias para atuar.

O grande traficante responsável pelo comércio atacadista da droga e possuidor de alto poder aquisitivo muitas vezes mistura-se com as pessoas da classe de alta renda e reside em áreas nobres, como condomínios luxuosos, e dificilmente são presos. Já os responsáveis pela distribuição direta da droga ao usuário são caracterizados por pertencerem à classe mais baixa e habitarem os enclaves das áreas urbanas. Estes são presos ou mortos por policiais ou em confrontos pela disputa da dominação de “bocas de fumo”.

Assim, é notória a injustiça diante das disparidades sociais, enquanto muitos recebem salário mínimo que permite apenas a sobrevivência precária e outras pessoas acumulam capital adquirido, muitas vezes, de maneira ilegal e imoral. Em consonância Foucault (2005) expõe que as leis são formuladas por alguns e aplicadas a outros.

Diante da violação da isonomia na aplicação das leis, onde pessoas mais abastadas que cometem crimes são privilegiadas e saem ilesas, enquanto os pobres são severamente punidos, confirma a valorização do “ter” em detrimento do “ser”.

Não se pretende abrandar a punição dos criminosos ou justificar a prática de crimes, mas estimular uma análise estrutural sobre o sistema sócio econômico vigente.

5 A ESPACIALIZAÇÃO DA CRIMINALIDADE E AS MULHERES ENCARCERADAS NA CIDADE DE TRÊS LAGOAS

A dinâmica da produção urbana cria a inclusão e a exclusão de pessoas e espaços em conformidade com os critérios daqueles que tem o controle espacial. Nesse sentido, Corrêa (1990, p. 55) depreende que organização espacial é “(...) conjunto de objetos criados pelo homem e disposto sobre a superfície da terra, é assim um meio de vida no presente (produção), mas também uma condição para o futuro (reprodução)”.

O espaço urbano deveria consagrar-se pela sua destinação a todos e pela disponibilidade de maneira plena à distribuição dos serviços e equipamentos coletivos, em contrapartida, é observado o caráter desigual e dialético da cidade, pois o enriquecimento da cidade é acompanhado diretamente pela evolução da pobreza, atendendo a reprodução de seus lucros. Observando essa sincronia Castrogiovani (2001) afirma que o espaço capitalista é um mundo de interesses que nem sempre representa todas as pessoas. Ele é dinâmico e representa o próprio interesse do capital.

Carlos (1992, p. 31) aponta que:

Sociedade e o espaço não podem ser vistos desvinculadamente, pois a cada estágio do desenvolvimento da sociedade corresponderá um estágio do desenvolvimento da produção espacial. [...] O espaço construído ou geográfico não é estático, mas uma produção humana contínua, um fazer incessante.

Nesta lógica, pode-se considerar que as regiões ocupadas por pessoas “pobres” geralmente se caracterizam como espaços segregados, onde a exclusão e os problemas urbanos tomam contornos mais nítidos e expressões vigorosas.

Todo esse processo de organização espacial será reflexo da sociedade, que formada em seu espaço geográfico se produz e reproduz. Essa dinâmica do espaço urbano é palco dos conflitos sociais, que em sua essência busca atender o direito à cidade, à cidadania plena e igual para todos.

Castrogiovani (2001) conclui que o espaço urbano não pode ser construído para apenas uma pessoa, mas para muitas, que apresentam características diversas de origem étnica, social, temperamento, formação, ocupação profissional.

Nesta perspectiva, a segregação espacial é proveniente da própria sociedade, e ganhou proporções gigantescas essencialmente na sociedade capitalista, na qual o poder é proveniente pela acumulação de bens, que se utiliza de práticas antidemocráticas e, principalmente, de violação da dignidade da pessoa humana. Esta segregação aliada à precarização da educação pública, carência da saúde pública, diminuição do cidadão trabalhador, crescente impunidade dos representantes populares, não enfrentamento eficaz da pobreza e a banalização da criminalidade. Diante deste panorama de condições indutoras verifica-se o aumento da criminalidade que aliada ao medo e a busca incessante de proteção está desempenhando mudanças na estrutura espacial das cidades.

Este fenômeno observado na cidade de Três Lagoas está vinculada a seleção infra estrutural, pois os bairros habitados pelas classes média e alta são guarnecidos da melhor distribuição do abastecimento de água, planejamento regular de coleta de lixo, melhor iluminação pública, do maior número de ruas asfaltadas e melhor rede de esgoto. Em contrapartida, equipamentos e serviços coletivos precários e deficientes são direcionados aos bairros excluídos.

Três Lagoas traduz a dialética espacial, pois no transcorrer do processo de formação são gerados simultaneamente exemplos de modernidade e perversidades. A compreensão da violência nesta cidade é incrementada pela modernização seletiva.

Em virtude principalmente do aspecto de localização geográfica, com diversificado modal de transporte e rico em recursos hídricos, a cidade de Três Lagoas vem mostrando grande avanço econômico, aspecto que também atrai os interesses da criminalidade discutidos anteriormente e proporciona um alto índice de prisão.

Essa mesma cidade que representa um crescimento surpreendente de 60,43% do PIB entre os anos de 2002 para 2008 (Tabela 1) é a mesma que observa um aumento de pobreza e violência. Assim, o quantitativo da população carcerária de Três Lagoas entre 2005 e 2007 apresentou uma taxa de crescimento em torno de 53% (Tabela 2). Salienta-se que nesta percentagem não estão computados os internos que cumpriam pena restritiva de liberdade nos regimes semiaberto, aberto e albergado devido à deficiência da disponibilização dos dados.

Nesta lógica, o quantitativo da população carcerária feminina de Três Lagoas também revelou um crescimento significativo, visto que contabilizava 31 (trinta e

uma) presas no início de 2005 e atingiu o ápice em novembro do mesmo ano com o índice de 128 (cento e vinte e oito). No período de agosto de 2005 a novembro de 2008 a referida instituição apresentou uma taxa populacional carcerária superior a sua capacidade prevista para 70 (setenta) vagas (Figura 49).

Em virtude da instalação do InfoPen, a contabilização e consolidação sistematizada do contingente populacional nas unidades penitenciárias femininas de Três Lagoas iniciou-se apenas em 2005. É relevante observar, ainda, que a queda do contingente populacional carcerário em dezembro de 2008 ocorreu em virtude da interdição do Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas e recâmbio das presas para outros estabelecimentos femininos do Estado de Mato Grosso do Sul.

O EPFTL permaneceu em obras de reforma e reestruturação no decorrer do ano de 2009 e foi reativado somente no início de 2010. No retorno às atividades e rotinas verifica-se o constante ingresso que mulheres, no entanto, de forma controlada.

No transcorrer do ano de 2011 os índices populacionais femininos mostrou certa elevação. O acréscimo vertiginoso computado no primeiro semestre de 2012 justifica-se pela interdição do Estabelecimento Penal Feminino de Bataguassu e posterior recâmbio das internas que cumpriam pena restritiva de liberdade para o EPFTL (Figura 50).

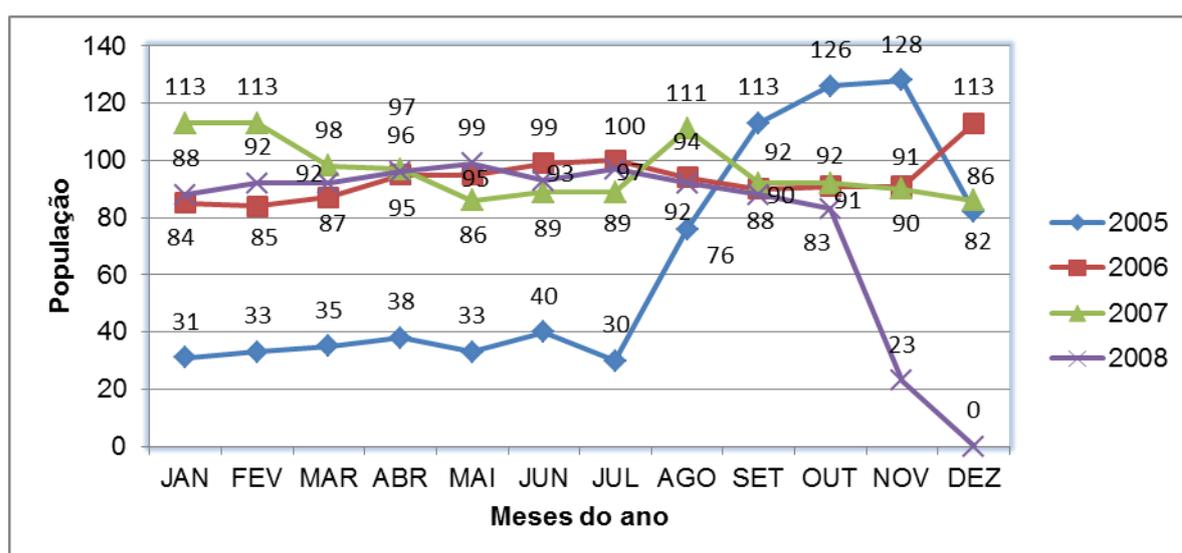


Figura 49: Evolução da população carcerária no Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas/MS, no período de 2005 a 2008

Fonte: BRASIL (2011)

Organização: Ruís, 2012

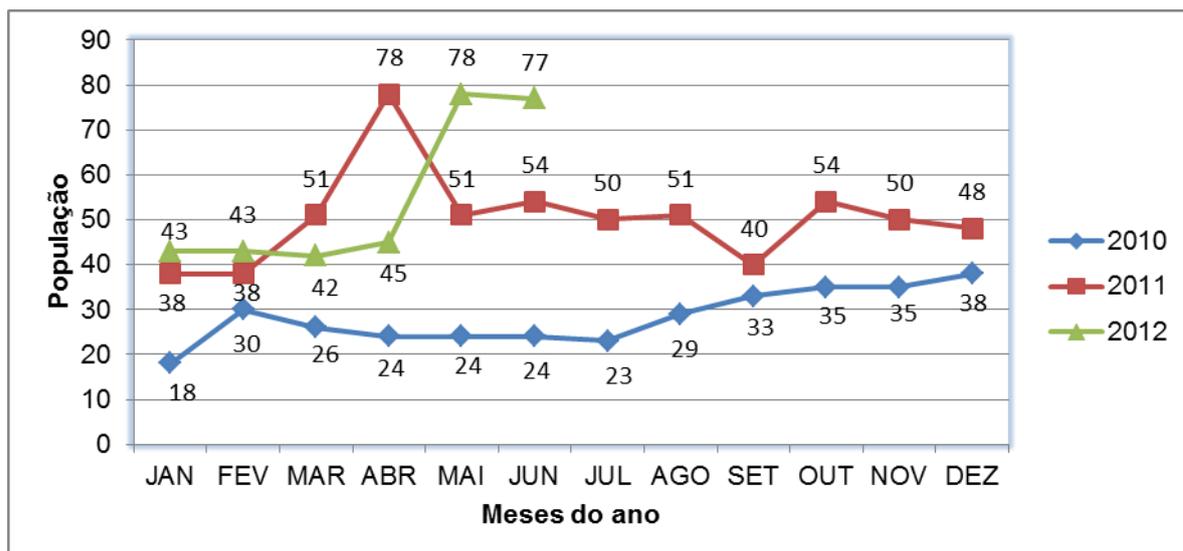


Figura 50: Evolução da população carcerária no Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas/MS, no período de 2010 a 2012

Fonte: BRASIL (2011)

Organização: Ruís, 2012

É nesse contexto que a criminalidade feminina está tomando forma crescente no cenário criminal. Deste modo, o universo penitenciário pesquisado evidenciou a seleção das mulheres criminosas e comprovou-se que 54% foram consideradas pardas, 74,41% não completaram o ensino fundamental, 45% das mulheres que exerciam alguma atividade laboral anterior à prisão recebiam até 1 (um) salário mínimo. Aliando-se a este dado ao fato que 88,37% das internas são mães e 46,51% se declararam solteiras, constata-se que essas mulheres encontravam-se em uma situação de profunda necessidade.

Corroborou-se na pesquisa que 93,2% das mulheres antes do ingresso no cárcere já haviam exercido alguma atividade profissional, destas, apenas 20% exerciam sua atividade na formalidade, com garantias trabalhistas.

Vê-se que com as características elencadas estas mulheres conseguiam, antes do encarceramento, ocupações de baixa qualificação e remuneração ínfima. Este estado de miserabilidade aliado às necessidades de sobrevivência constitui a principal motivação para a progressiva participação de mulheres no tráfico de drogas, crime este que alcançou o índice de 83,72% das mulheres presas, visto que, 53,5% alegaram o motivo financeiro como aspecto etiológico da prática do crime.

Para reforçar essa análise, expõem-se alguns resultados da espacialização das mulheres encarceradas em Três Lagoas com o propósito de identificar os bairros que apresentaram maiores indicativos de mulheres em situação vulnerável.

Esse trabalho constatou que do total da amostra, 37,21% mulheres presas residem na cidade de Três Lagoas, destas 100% estão vinculadas ao tráfico de drogas e 37,5% realizavam o “comércio” da droga no bairro de sua residência, assim, de alguma forma, essa atividade remete para a esfera doméstica, âmbito que as mulheres se identificam e dominam. Idêntico percentual de 37,5% foram presas em bairros diversos de sua residência; e 25% sofreram a abordagem e prisão em diversas cidades do Estado de Mato Grosso do Sul e foram posteriormente recambiadas para a unidades penitenciárias femininas de Três Lagoas (Figura 51).

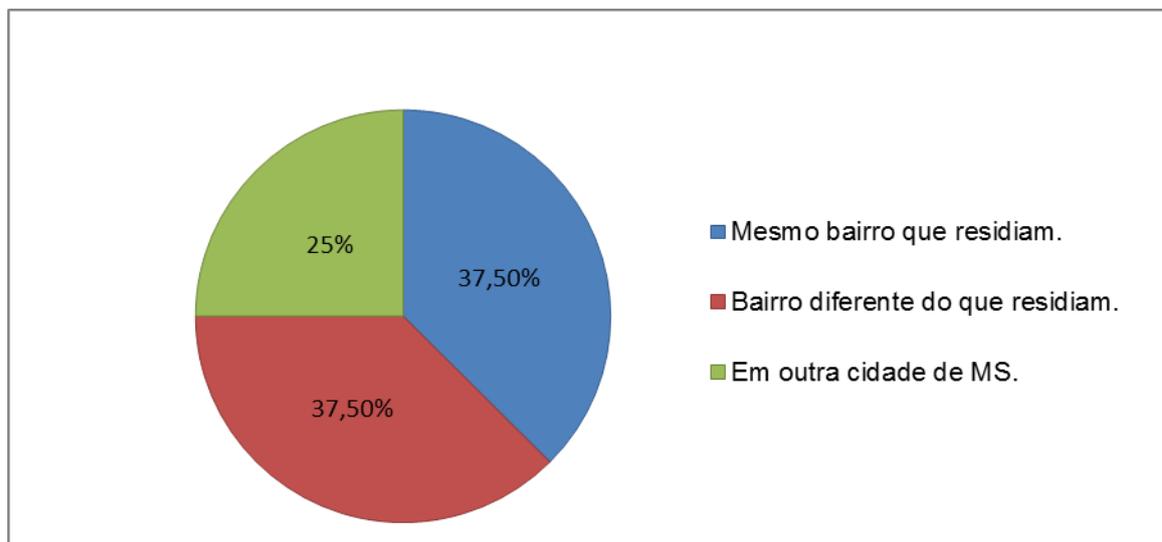


Figura 51: Local da prisão das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas/MS, em 2011

Fonte: EPFTL e EPRSAAATL (2011)

Organização: Ruís, 2012

Diferentemente do total da amostra analisada no capítulo 4, as mulheres que cumprem pena restritiva de liberdade nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas e residiam na cidade de Três Lagoas antes da prisão apresentaram algumas peculiaridades que serão discutidas abaixo.

Tabela 6: Estado civil das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas/MS, que residiam no espaço urbano três-lagoense, antes da sua prisão, em 2011

SOLTEIRAS		AMASIADAS		CASADAS		SEPARADAS	
Quant.	Bairro	Quant	Bairro	Quant.	Bairro	Quant.	Bairro
01	Jd. Dourado	01	Conj. H. Violetas	01	Centro	01	NS Aparecida
01	Osmar Dutra	02	J. Paranapungá	01	Interlagos		
01	Jd Paranapungá	01	Santo André	01	Santo André		
01	Santa Terezinha	01	Guanabara				
01	Vila Piloto	01	Vila Haro				
		01	Maristela				

Fonte: EPFTL e EPFRSAAATL, 2011

Outro fator interessante na análise da espacialização das mulheres encarceradas é que, ao utilizar a técnica de agrupar os perfis dessas mulheres que residem na cidade de Três Lagoas, verifica-se que 31,25% das mulheres presas se declararam solteiras residem nos bairros Vila Piloto (6,25%), Santa Terezinha (6,25%), Osmar Dutra (6,25%), Jardim Paranapungá (6,25%), Jardim Dourado (6,25%); 43,75% amasiadas residem nos bairros Conjunto Habitacional Violetas (6,25%), Guanabara (6,25%), Jardim Paranapungá (12,5%), Vila Haro (6,25%), Maristela (6,25%), Santo André (6,25%), 18,75% casadas residem nos bairros Centro (6,25%), Santo André (6,25%), Interlagos (6,25%) e 6,25% separadas judicialmente residem no bairro Nossa Senhora Aparecida (Tabela 6 e Figura 52).

Tabela 7: Escolaridade das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas/MS, que residiam no espaço urbano três-lagoense, antes da sua prisão, em 2011

Analfabeta		Fund. Incompleto		Médio Incompleto		Sup. Incompleto	
Quant.	Bairro	Quant.	Bairro	Quant.	Bairro	Quant.	Bairro
01	Jd Paranapunga	01	N S Aparecida	01	Centro	01	C.H. Violetas
01	Sta. Terezinha	01	Interlagos				
		02	Santo André				
		01	Maristela				
		01	Vila Haro				
		02	Jd Paranapungá				
		01	Guanabara				
		01	Jd Dourado				
		01	Osmar Dutra				
		01	Vila Piloto				

Fonte: EPFTL e EPFRSAAATL, 2011

Em relação à escolaridade certifica-se que 81,25% das mulheres presas oriundas de Três Lagoas não completaram o ensino fundamental e encontram-se distribuídas nos bairros Nossa Senhora Aparecida (6,235%), Interlagos (6,25%), Santo André (12,5%), Maristela (6,25%), Vila Haro (6,25%), Jardim Paranapungá (12,5%), Guanabara (6,25%), Jardim Dourado (6,25%), Osmar Dutra (6,25%) e Vila Piloto (6,25%), Tabela 7 e Figura 53.

Verifica-se que apenas 6,25% das mulheres encarceradas iniciaram o ensino médio e estão no bairro Centro, e, somente 6,25% das mulheres amostra iniciaram o ensino superior e são provenientes do bairro Conjunto Habitacional Violetas.

É fundamental realçar que 12,5% das presas são analfabetas e encontram-se no bairro Jardim Paranapungá e Santa Terezinha.

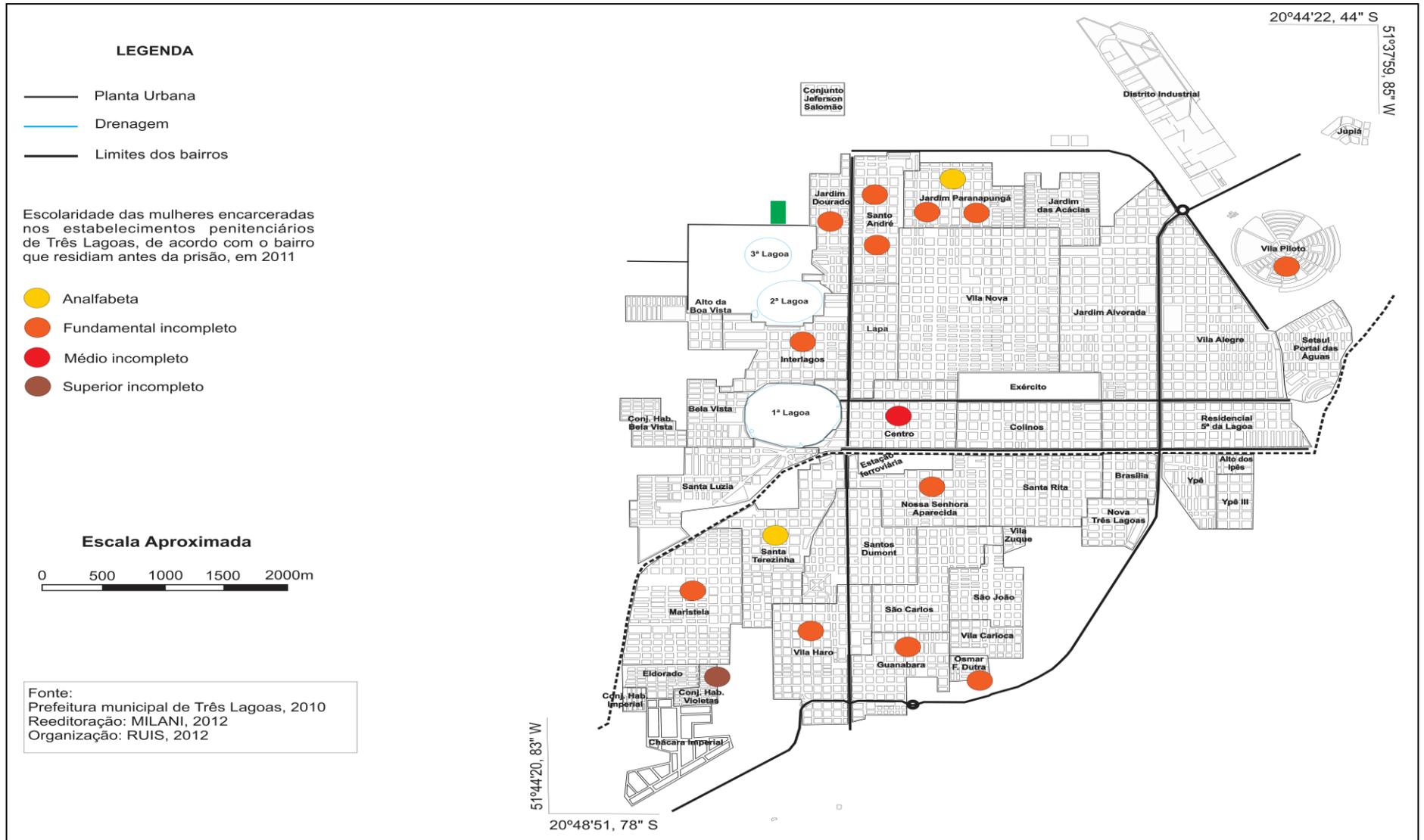


Figura 53: Espacialização das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários femininos de Três Lagoas, que residiam no espaço urbano três-lagoense, antes da prisão, de acordo com a escolaridade

Tabela 8: Dependência de drogas das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas, que residiam no espaço urbano três-lagoense, antes da sua prisão, em 2011

NÃO		SIM			
		HABITUAL		EVENTUAL	
Quant.	Bairro	Quant.	Bairro	Quant.	Bairro
01	Conj. H. Violetas	03	Jd. Paranapungá	01	N. S. Aparecida
01	Sta Terezinha	01	Osmar Dutra	01	Guanabara
01	Santo André	01	Jd. Dourado	01	Centro
01	Maristela	01	Vila Haro	01	Santo André
01	Interlagos				
01	Vila Piloto				

Fonte: EPFTL e EPFRSAAATL, 2011

Fator relevante para análise deste estudo é que 62,5% das mulheres reclusas oriundas de Três Lagoas afirmaram que eram usuárias de drogas habitual ou eventualmente (Tabela 8 e Figura 54).

As usuárias habituais somam 37,5% e alocam-se nos bairros Jardim Paranapungá (18,75%), Osmar Dutra (6,25%), Jardim Dourado (6,25%) e Vila Haro (6,25%); e 25% confirmaram que eram usuárias eventuais e residem nos bairros Nossa Senhora Aparecida, Guanabara, Centro e Santo André.

Negaram o uso de drogas o percentual de 37,5% e residem nos bairros Conjunto Habitacional Violetas (6,25%), Santa Terezinha (6,25%), Santo André (6,25%), Maristela (6,25%), Interlagos (6,25%) e Vila Piloto (6,25%), Tabela 8.

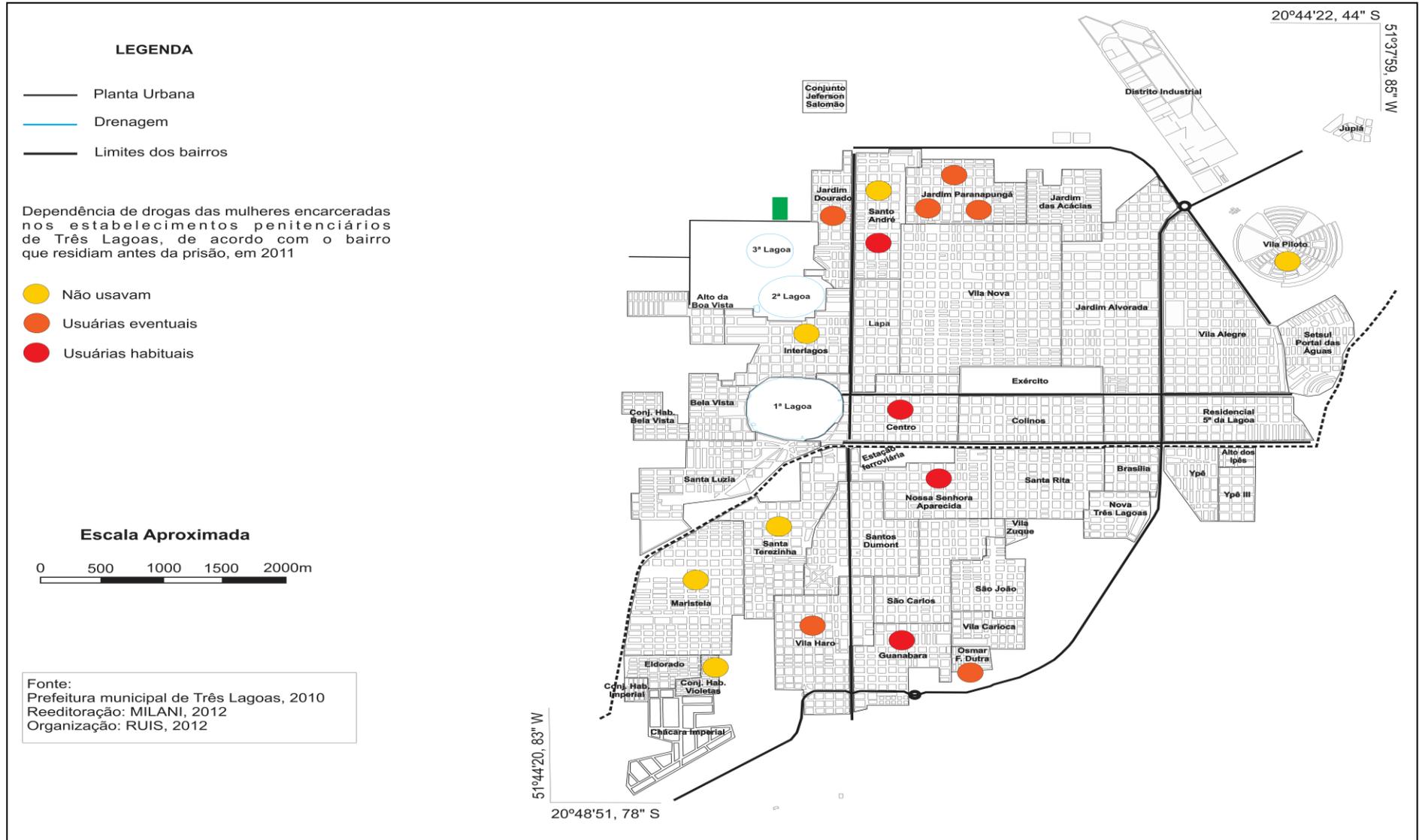


Figura 54: Espacialização das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários femininos de Três Lagoas, que residiam no espaço urbano três-lagoense, antes da prisão, de acordo com a dependência de drogas

Tabela 9: Faixa etária das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas, que residiam no espaço urbano três-lagoense, antes da sua prisão, em 2011

18 – 24 anos		25 – 29 anos		30 – 34 anos		35 – 45 anos		46 – 60 anos	
Q.	Bairro	Q.	Bairro	Q.	Bairro	Q.	Bairro	Q.	Bairro
01	Centro	01	Osmar Dutra	01	Vila Haro	01	J. Dourado	01	Vila Piloto
01	J. Paranapungá	02	J Paranapungá			01	Santo André	01	Interlagos
01	Guanabara	01	Santo André			01	C.H.Violetas	01	S. Terezinha
01	Maristela					01	NS Aparecida		

Fonte: EPFTL e EPFRSAAATL, 2011

Denota-se que atinente ao aspecto faixa etária a taxa de mulheres com idade as mulheres jovens com idade entre 18 (dezoito) e 24 (vinte e quatro) anos atingiram 25% e são oriundas dos bairros Guanabara, Jardim Paranapungá, Maristela e Centro. 25% entre 25 (vinte e cinco) e 29 (vinte e nove) anos e residiam nos bairros Osmar Dutra (6,25%), Santo André (6,25%) e Jardim Paranapungá (12,5%). E somente 6,25% na faixa de 30 (trinta) e 34 (trinta e quatro) anos provenientes do bairro Vila Haro (Tabela 9 e Figura 55).

Cerca de 25% possuem entre 35 (trinta e cinco) e 45 (quarenta e cinco) anos residiam nos bairros Jardim Dourado (6,25%), Santo André (6,25%), Nossa Senhora Aparecida (6,25%) e Conjunto Habitacional Violetas (6,25%). Por fim, 18,75% com idade entre 45 e 60 anos que residiam nos bairros Vila Piloto (6,25%), Interlagos (6,25%) e Santa Terezinha (6,25%).

Esse trabalho mostra que as mulheres presas entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos atingiu 50%, o que demonstra a vulnerabilidade ao encarceramento por mulheres jovens.

Tabela 10: Cor da pele das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas, que residiam no espaço urbano três-lagoense, antes da sua prisão, em 2011

BRANCA		NEGRA		PARDA	
Quant.	Bairro	Quant.	Bairro	Quant.	Bairro
01	Violetas	01	Jd. Paranapungá	02	Jd. Paranapungá
01	N. S. Aparecida	01	Osmar Dutra	01	Jd. Dourado
01	Santo André			01	Sta. Terezinha
01	Maristela			01	Interlagos
				01	Vila Piloto
				01	Guanabara
				01	Centro
				01	Santo André
				01	Vila Haro

Fonte: EPFTL e EPFRSAAATL, 2011

Relativo à cor da pele constatou que 62,5% foram consideradas pardas e são provenientes dos bairros Jardim Paranapungá (12,5%), Jardim Dourado (6,25%), Santa Terezinha (6,25%), Interlagos (6,25%), Vila Piloto (6,25%), Guanabara (6,25%), Centro (6,25%), Santo André (6,25%) e Vila Piloto (6,25%), Tabela 10 e Figura 56.

Predominam em 25%, detentas brancas, que residiam nos bairros Violetas, Nossa Senhora Aparecida, Santo André e Jardim Maristela. O percentual de 12,5% foram consideradas negras e oriundas dos bairros Jardim Paranapungá e Osmar Dutra.

Avaliando as taxas conclui-se que na cidade de Três Lagoas principalmente as mulheres pardas são mais suscetíveis ao aprisionamento.

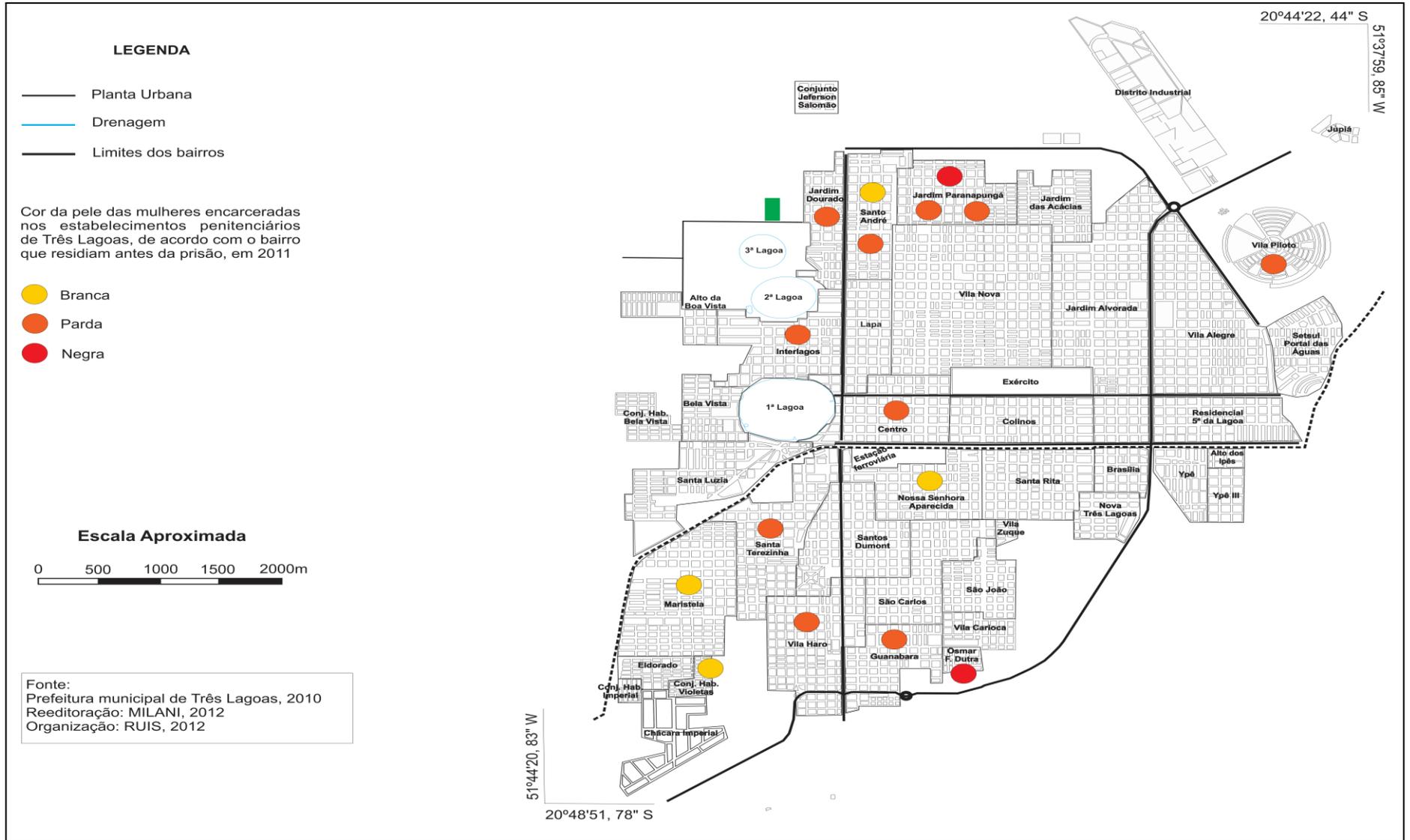


Figura 56: Espacialização das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários femininos de Três Lagoas, que residiam no espaço urbano três-lagoense, antes da prisão, de acordo com a cor da pele

Tabela 11: Mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas que possuem filhos e residiam no espaço urbano três-lagoense, antes da sua prisão, em 2011

NÃO		SIM	
Quantidade	Bairro	Quantidade	Bairro
01	Centro	03	Jardim Paranapungá
		01	Osmar Dutra
		01	Maristela
		01	Jardim Dourado
		01	Santa Terezinha
		01	Interlagos
		01	Vila Piloto
		02	Santo André
		01	Vila Haro
		01	Conj. Hab. Violetas
		01	Nossa Senhora Aparecida
		01	Guanabara

Fonte: EPFTL e EPFRSAAATL, 2011

Nas instituições penitenciárias femininas de Três Lagoas consta que 93,75% das mulheres são mães e residiam nos bairros Jardim Paranapungá (18,75%), Osmar Dutra (6,25%), Maristela (6,25%), Jardim Dourado (6,25%), Santa Terezinha (6,25%), Interlagos (6,25%), Vila Piloto (6,25%), Santo André (12,5%), Vila Haro (6,25%), Jardim Mirassol (6,25%), Conjunto Habitacional Violetas (6,25%), Nossa Senhora Aparecida (6,25%) e Guanabara (6,25%), Tabela 11 e Figura 57.

Enquanto somente 6,25% não têm filhos e residiam no bairro Centro.

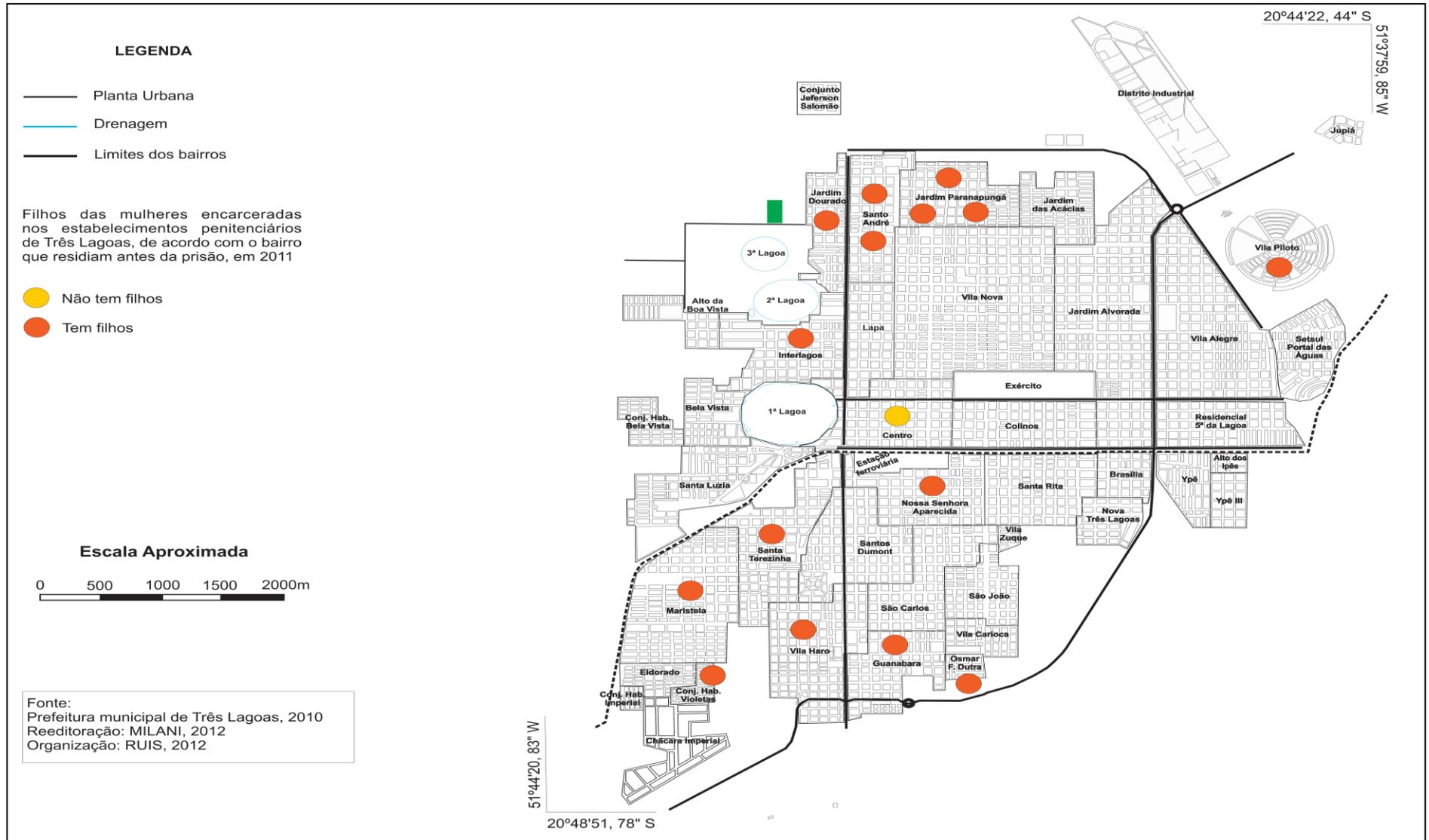


Figura 57: Espacialização das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários femininos de Três Lagoas, que residiam no espaço urbano três-lagoense, antes da prisão, de acordo com os filhos

Tabela 12: Trabalho das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas, que residiam no espaço urbano três-lagoense, antes da sua prisão, em 2011

NÃO		SIM			
		FORMAL		INFORMAL	
Quant.	Bairro	Quant.	Bairro	Quant.	Bairro
01	Conj. H. Violetas	01	Centro	02	Jd. Paranapungá
		01	Guanabara	01	Vila Haro
		01	Jd. Paranapungá	02	Santo André
		01	N. Sra. Aparecida	01	Vila Piloto
				01	Interlagos
				01	Santa Terezinha
				01	Jd. Dourado
				01	Maristela
				01	Osmar Dutra

Fonte: EPFTL e EPFRSAAATL, 2011

Tocante ao aspecto ocupação funcional anterior a prisão 93,75% das mulheres encarceradas oriundas de Três Lagoas afirmaram que já haviam exercido alguma atividade profissional. Destas 68,75% exerciam sua atividade na informalidade e distribuíam-se pelos bairros Vila Haro (6,25%), Santo André (12,5%), Vila Piloto (6,25%), Interlagos (6,25%), Santa Terezinha (6,25%), Jardim Dourado (6,25%), Maristela (6,25%), Osmar Dutra (6,25%) e Jardim Paranapungá (12,5%), Tabela 12 e Figura 58.

Cerca de 25% das detentas que possuíam vínculo formal e residiam de igual modo nos bairros Centro, Jardim Paranapungá, Guanabara e Nossa Senhora Aparecida.

Apenas 6,25% expressaram não exercerem nenhuma ocupação funcional e residiam no bairro Conjunto Habitacional Violetas.

Assim, o tráfico de drogas constitui, economicamente, uma nova alternativa das mulheres reclusas que residem em Três Lagoas de conseguirem meios para suprirem suas necessidades.

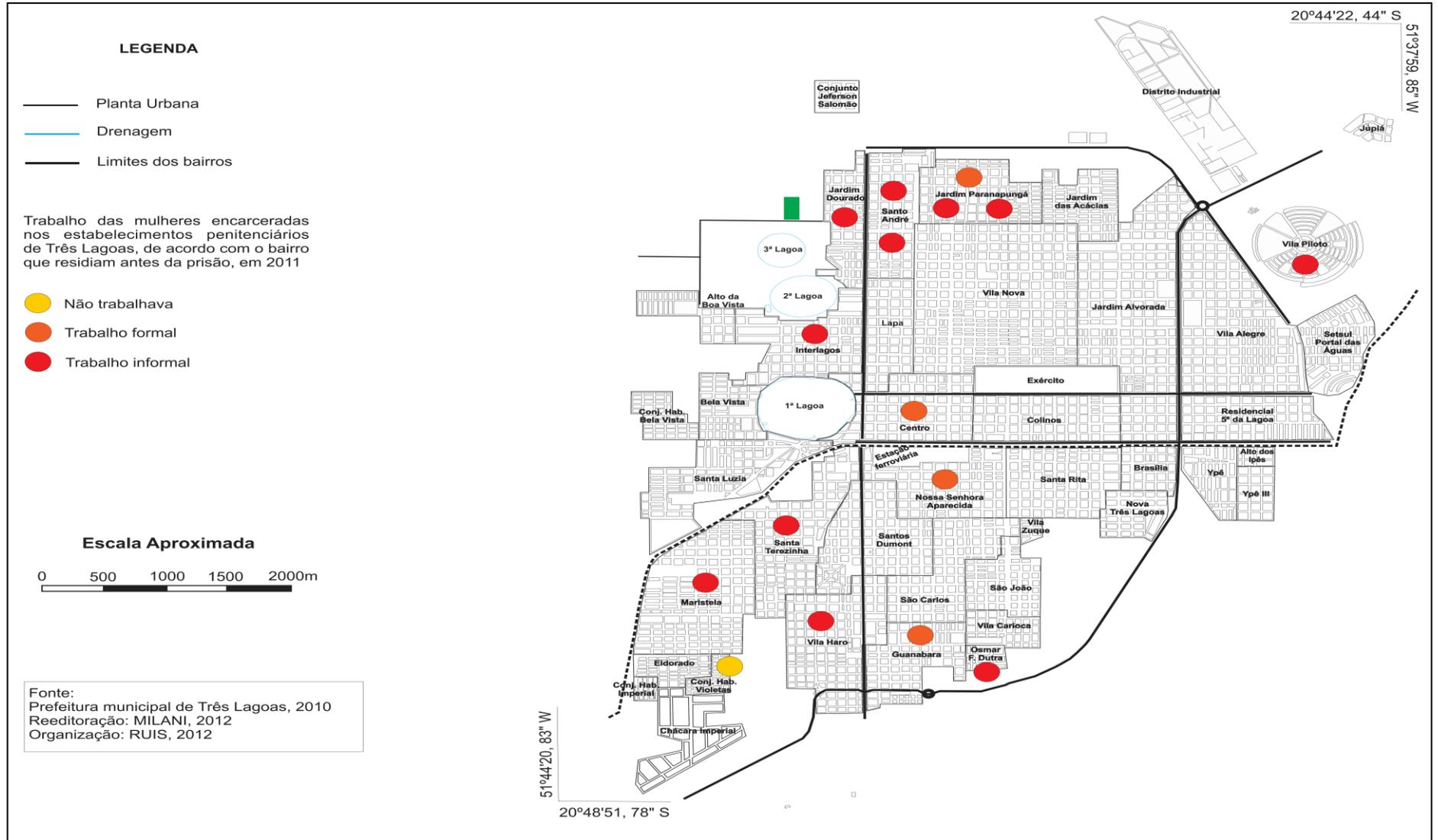


Figura 58: Espacialização das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários femininos de Três Lagoas, que residiam no espaço urbano três-lagoense, antes da prisão, de acordo com o trabalho

Tabela 13: Reincidência das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas, que residiam no espaço urbano três-lagoense, antes da sua prisão, em 2011

REINCIDENTE		PRIMÁRIA	
Quantidade	Bairro	Quantidade	Bairro
02	Jardim Paranapungá	01	Maristela
01	Vila Piloto	02	Santo André
01	Interlagos	01	Jd. Paranapungá
01	Santa Terezinha	01	Vila Haro
01	Conj. Hab. Violetas	01	Osmar Dutra
01	Jardim Dourado	01	Guanabara
		01	Centro
		01	Nossa Senhora Aparecida

Fonte: EPFTL e EPFRSAAATL, 2011

Nas instituições penitenciárias analisadas certificou-se que 56,25% das mulheres encarceradas que residiam em Três Lagoas são primárias e provenientes dos bairros Maristela (6,25%), Santo André (12,5%), Jardim Paranapungá (6,25%), Vila Haro (6,25%), Osmar Dutra (6,25%), Centro (6,25%), Guanabara (6,25%) e Nossa Senhora Aparecida (6,25%), Tabela 13, Figura 59.

São reincidentes 43,75% das detentas e são precedentes dos bairros Jardim Paranapungá (12,5%), Jardim Dourado (6,25%), Conjunto Habitacional Violetas (6,25%), Santa Terezinha (6,25%), Interlagos (6,25%) e Vila Piloto (6,25%).

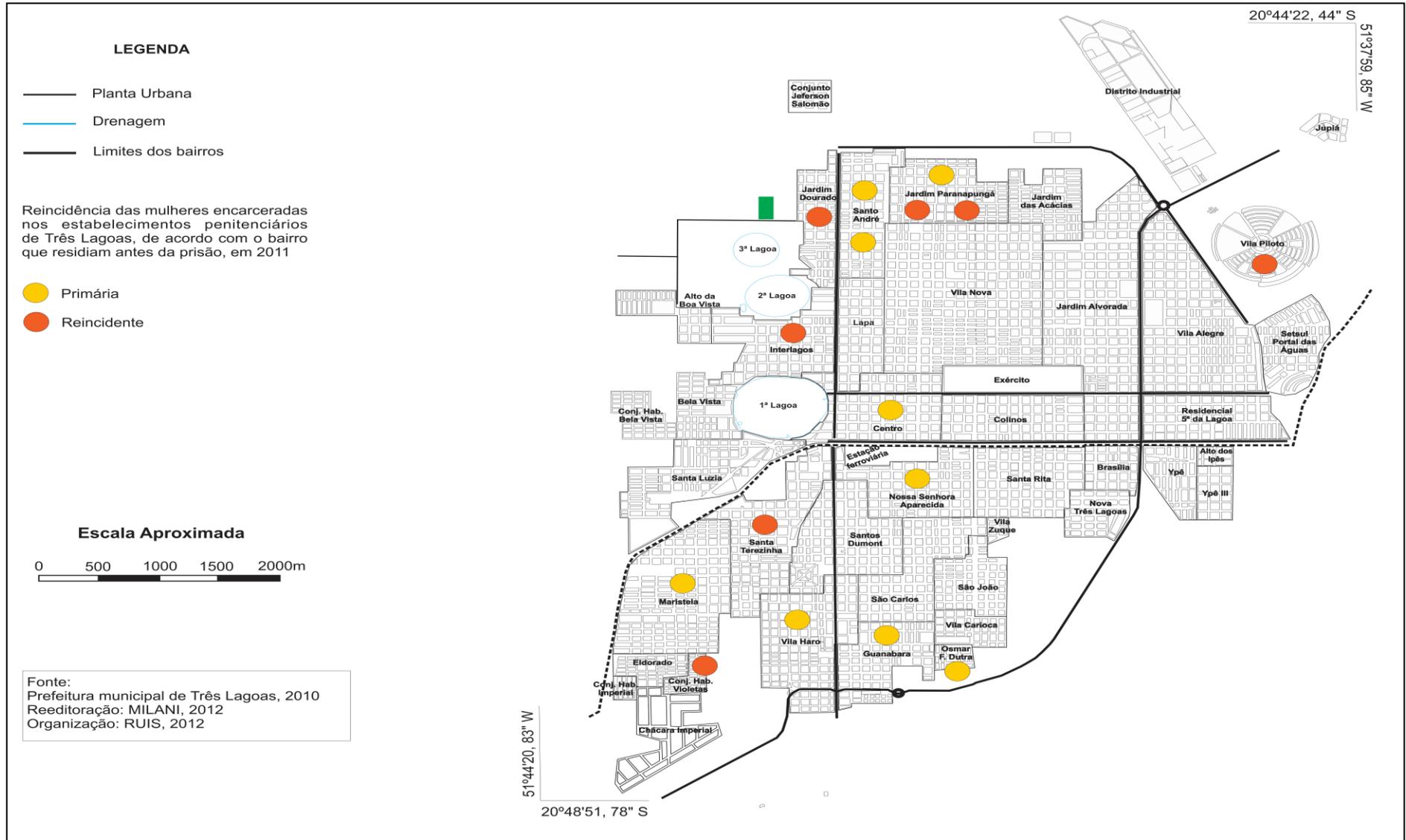


Figura 59: Espacialização das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários femininos de Três Lagoas, que residiam no espaço urbano três-lagoense, antes da prisão, de acordo com a reincidência

Tabela 14: Faixa salarial das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas, que residiam no espaço urbano três-lagoense, antes da sua prisão, em 2011

0 – 1 SALÁRIO MÍNIMO		1 – 2 SALÁRIOS MÍNIMOS		3 – 4 SALÁRIOS MÍNIMOS		NÃO INFORMOU	
Quant.	Bairro	Quant.	Bairro	Quant.	Bairro	Quant.	Bairro
01	Guanabara	01	Osmar Dutra	01	Santo André	01	Vila Piloto
03	J. Paranapungá	01	Sta. Terezinha				
01	J. Dourado	01	N. S. Aparecida				
01	Maristela						
01	Interlagos						
01	Santo André						
01	Vila Haro						
01	Centro						

Fonte: EPFTL e EPFRSAAATL, 2011

Verificou-se que 62,5% das mulheres que residiam em Três Lagoas e exerciam alguma atividade laboral anterior as prisões recebiam de 0 (zero) a 1 (um) salário mínimo e residiam nos bairros Jardim Paranapungá (18,75%), Guanabara (6,25%), Jardim Dourado (6,25%), Maristela (6,25%), Interlagos (6,25%), Santo André (6,25%), Vila Haro (6,25%) e Centro (6,25%), Tabela 14 e Figura 60.

O percentual de 18,75% recebia entre 1 (um) a 2 (dois) salários mínimos e se distribuíam igualmente pelos bairros Osmar Dutra, Santa Terezinha e Nossa Senhora Aparecida; 6,25% recebiam de 2 (dois) a 3 (três) salários mínimos, e procedem do bairro Santo André e 6,25% não souberam informar.

Portanto, a grande maioria possuíam baixo rendimento salarial e com a exceção a que residia no Centro, as demais habitavam residências em bairros periféricos, carentes de infraestrutura e serviços públicos.

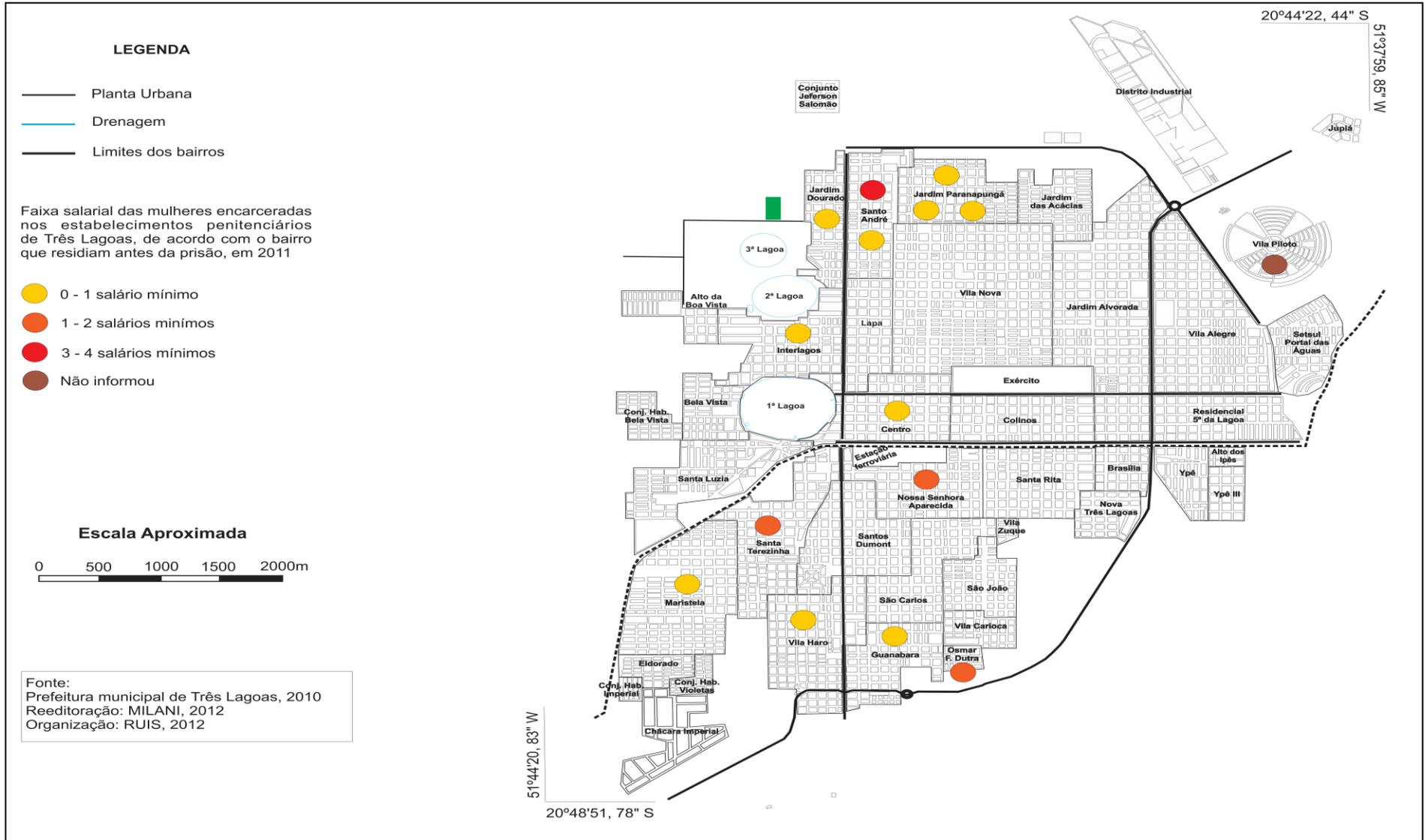


Figura 60: Espacialização das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários femininos de Três Lagoas, que residiam no espaço urbano três-lagoense, antes da prisão, de acordo com a faixa salarial

Considerando esta contextualização, analisou-se a espacialização das mulheres encarceradas e que residiam em Três Lagoas. Conclui-se que na cidade de Três Lagoas a problemática do tráfico de drogas destaca-se como causa de prisão das mulheres. Depara-se com mulheres três-lagoenses com maior vulnerabilidade as mães jovens, pardas, em relação afetiva de união estável, que cursaram apenas até o ensino fundamental incompleto, usuárias de drogas habitual ou eventualmente, que ocupam subempregos e primárias.

Os bairros que apresentam indicativos da procedência de mulheres presas, em sua maioria, são aqueles com maiores problemas em relação aos serviços e infraestrutura, demonstrando que esses espaços onde as mazelas sociais ficam mais evidentes são apropriados pela criminalidade que criam para si territórios e desenvolvem suas territorialidades.

É salutar registrar que o tráfico de drogas apresenta maior visibilidade nas áreas alocadas pela população pertencente à classe baixa três-lagoense são os bairros Jardim Paranapungá e Santo André. Sobressaíram-se na dinâmica desse crime que figura como autora a mulher, já que nestes bairros tendem a serem mais vulneráveis a ingressarem nesta prática criminosa as mães solteiras ou amasiadas, jovens, pardas ou negras, com baixa ou nenhuma escolaridade, usuárias habituais de drogas e que trabalham em subempregos.

Diante da complexidade deste mundo intramuros constata-se que a tarefa de ressocializar é uma questão crônica no cotidiano das penitenciárias, visto que diante da vulnerabilidade apresentada pelas mulheres encarceradas que residiam no bairro Jardim Paranapungá o percentual de 66,6% delas retornaram a prática criminosa e consagraram-se na reincidência.

O crime presente no espaço urbano três-lagoense se impõe frente às territorialidades do Estado através de suas expressões de força e poder.

Ao mesmo tempo, que constatam que os índices de criminalidade estão aumentando as pessoas tendem buscar maior proteção comprando mecanismos de segurança, como alarmes, cercas elétricas, cães ferozes, além da utilização de serviços de monitoramento de empresas de segurança privada. Ademais, há uma tendência de aceite e apoio as medidas repressivas rigorosas, como expedição de sentenças mais duras, aumento e rigidez das prisões.

São soluções provisórias, mas ineficazes em longo prazo, devido a complexidade e profundidade da problemática que correlaciona a violência e a

pobreza e desagua no sistema penitenciário, cuja criação funda-se na suposta correção dos presos.

O fim maior do encarceramento seria o poder de transformação da alma e do comportamento das pessoas presas. Para Foucault (2005) a ideia de ressocialização não se confunde com reintegração dos indivíduos socialmente, mas visa torná-los disciplinados para o trabalho, mecanizar os corpos para a disciplina do trabalho nas fábricas. Ressocializar adere a ideia de disciplina, submissão e obediência à hierarquia das relações de poder.

Foucault (2005, p. 109) conclui que a duração da pena só terá relevância se houver uma possível correção, e, principalmente, uma utilização econômica dos criminosos corrigidos: “Entre o crime e a volta ao direito e à virtude, a prisão construirá um espaço entre dois mundos, em lugar para as transformações que devolverão ao Estado os indivíduos que este perdera”.

Diante da realidade precária do sistema prisional que em vez de recuperar os presos e menos propensos a se reintegrarem a meio social, Baratta (1999, p. 161) critica o conceito de ressocialização utópica idealizado por Foucault e afirma que “A criminalidade é um ‘bem negativo’ distribuído desigualmente conforme a hierarquia dos interesses fixada no sistema sócio econômico e conforme a desigualdade social entre os indivíduos”.

Segundo o autor a criminalidade é imputada a determinados indivíduos de acordo com uma seleção:

As maiores chances de ser selecionado para fazer parte da ‘população criminosa’ aparecem, de fato, concentradas nos níveis mais baixos de escala social (subproletariado e grupos marginais). A posição precária no mercado de trabalho (desocupação, subocupação, falta de qualificação profissional) e defeitos de socialização familiar e escolar, que são características dos indivíduos pertencentes aos níveis mais baixos. (BARATA, 1999, p. 165).

Portanto, fica patente na pesquisa que a precariedade do trabalho, a informalidade e o desemprego constituem a primordial causa para a inserção das mulheres no “mundo do crime” que tem como destaque o tráfico de drogas, que é visto pelas presas como uma oportunidade e opção para superação da aflitiva situação financeira que aflige suas vidas e de sua família.

Verifica-se nos depoimentos trazidos a ratificação da situação descrita.

Presas 1, 38 anos, expressa:

Não tenho expectativas quanto à sociedade, pois não conheço uma realidade diferente, sempre estive envolvida no mundo do crime, precisava de dinheiro, achava que recebia pouco (Questionário realizado em 11 de abril de 2011, Anexo F1).

Presas 2, 47 anos, declara: “Há muitas pessoas que entram na vida do crime devido às circunstâncias” (Questionário realizado em 02 de junho de 2011, Anexo F2).

Sensibilizada, Presas 3, 35 anos, relata: “Eu sai da minha casa aos 11 anos, fui para o orfanato Lar do Miguelzinho, fiquei quase dois anos lá. Fui para a vida, me prostitui, e segui a vida” (Questionário realizado em 04 de maio de 2011, Anexo F3.).

A partir dos depoimentos depreende-se a falta de expectativa e frustração quanto às perspectivas de futuro, além do estado de necessidade. Assim percebem como única possibilidade o tráfico de drogas.

Segundo Juvenal Laurentino Martins, 51 anos e atuando na função de Delegado de Polícia há 11 anos, declara que:

O que evidencia as mulheres a cometerem crimes é o grau de exclusão social, sendo ela, via de regra, dotada de um perfil social com as seguintes características: normalmente ela é jovem, pertencente a um nível socioeconômico baixo, com nível educacional sofrível, baixo nível de emprego ou desempregada, solteiras ou separadas, e quase na sua totalidade proveniente de centros urbanos. As suas ações criminosas, na sua grande maioria, são contra o patrimônio e o tráfico de drogas, ficando relegado a uma proporção bem menor aqueles praticados contra a pessoa, por exemplo o homicídio. Aliado a tudo isso, o consumo habitual de drogas tende a ser um fator marcante para a indução da prática criminosa. (Entrevista realizada em 02 de maio de 2011, Anexo A1).

Através dos depoimentos e entrevistas confirma-se que o trabalho no tráfico de drogas não é apenas uma opção, mas é decorrência de novas oportunidades de auferir rendimentos e alternativa de subsistência, constitui, assim, uma inserção laboral marginal ou da mão de obra descartada no mercado de trabalho formal.

A participação feminina no “negócio” da droga não há imposição de barreiras preconceituosas, pois não exige força física, apenas coragem. E, apesar do perigo e da ilicitude é uma atividade rentável em comparação com os trabalhadores que exercem suas atividades laborais na formalidade.

A propósito a Juliana Muniz de Freitas, 35 anos, há 9 anos atuando como psicóloga no sistema penitenciário diagnostica:

Veja bem... é desproporcional e “desleal” a competição entre o retorno financeiro de um emprego lícito – e isso para uma pessoa sem ensino fundamental completo e capacitação ou experiência profissional, que é característico na maioria de nossas reclusas – e o advindo da prática de um delito como o tráfico de entorpecentes. Enquanto no emprego lícito essa mulher recebe como pagamento do trabalho de um mês cerca de um salário mínimo ou pouco mais, em uma viagem como “mula” de um traficante, recebe um, dois, três mil reais ou mais e, como vendedora em uma “boca de fumo”, geralmente sua própria casa, lucra valores maiores ou muito maiores do que ganha uma “mula”. (Entrevista realizada em 05 de julho de 2011, Anexo D1).

Sobre a temática é salutar considerar a influência dos namorados, companheiros, esposos, filhos. Este componente emocional afetivo também figura como motivador quanto à inserção feminina no comércio de drogas.

Presas 4, 23 anos, afirma: “Comercializava a droga em minha própria residência. Meu marido é bem conhecido no bairro” (Questionário realizado em 02 de junho de 2011, Anexo F4).

Através de sua experiência Eduardo Floriano Almeida, 38 anos, há 7 anos atuando como Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal de Três Lagoas, expõe com veemência:

Pobreza é uma das causas que leva ao tráfico pela dependência econômica do marido. [...] Muitos casos as mulheres assumem a autoria do crime para livrar o companheiro de responder pelo delito. (Entrevista realizada em 13 de maio de 2011, Anexo C1).

Outro ponto relevante consubstanciado nesta pesquisa e registrado no capítulo 3 é na extensão urbana três-lagoense há setores mais atingidos pela violência, ou seja, alguns bairros apresentaram índices de criminalidade maiores que o restante da cidade e a predominância de certos tipos de crimes em determinados bairros. Em análise das informações obtidas dos questionários das mulheres encarceradas da amostra constatou-se que dificilmente o crime era cometido no próprio bairro em que moravam, pois apenas 30,23% afirmaram que já realizaram algum crime no bairro que residiam e 69,77% negaram essa prática criminosa (Figura 61).

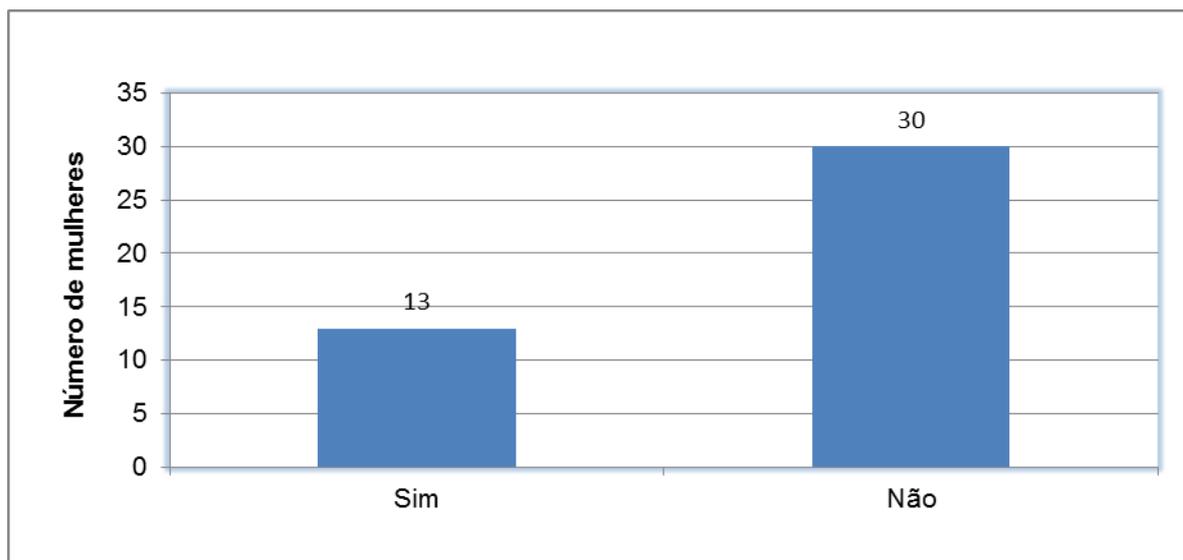


Figura 61: Crimes praticados no bairro onde moravam pelas mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas, que residiam no espaço urbano três-lagoense, antes da prisão, em 2011

Fonte: EPFTL e EPRSAAATL (2011)

Organização: Ruís, 2012

O bairro é o local “onde se manifesta um ‘engajamento social’, ou noutros termos, uma arte de conviver com parceiros (vizinhos, comerciantes) que estão ligados a você pelo fato concreto, mas essencial, da proximidade da repetição” (CERTEAU, GIARD e MAYOUL, 1996, p. 39). Este local de convivência e encontros, “é o espaço de uma relação com o outro como ser social” (p. 43).

As justificativas referente as negativas da prática delituosa se embasam nos seguintes fundamentos. Com eloquência, Presa 5, 36 anos, declara: “Porque é o bairro que eu moro e é proibido pelo comando roubar no bairro da gente” (Questionário realizado em 18 de maio de 2011, Anexo F5).

Presa 6, 29 anos, confirma: “Porque é onde está minha casa e a minha família. Tenho amizades com os vizinhos” (Questionário realizado em 18 de maio de 2011, Anexo F6).

As afirmações positivas são categóricas e delatam a identificação do bairro com o tráfico de drogas.

Presa 7, 20 anos, diz: “Porque as amigas influenciaram e havia outros vendedores de drogas nos bairros próximos” (Questionário realizado em 04 de maio de 2011, Anexo F7).

Já a Presa 8, 21 anos, ressalta: “porque no bairro Guanabara tem muitos viciados” (Questionário realizado em 12 de maio de 2011, Anexo F8).

Como apontado no capítulo 3 e destacado por Steiman (1995) Três Lagoas está inserida na rota de um dos principais corredores de trânsito e exportação de drogas que passam pelo Brasil o Corredor Bolívia-Brasil.

Na divisão internacional das drogas, Três Lagoas exerce a função de elo entre as regiões produtoras aos centros consumidores, como São Paulo e Rio de Janeiro. Desta forma, cabe aos países mais pobres a produção da maior parte dos entorpecentes, e no Corredor Paraguai-Brasil destacam Bolívia e Paraguai, onde se produzem maconha, cocaína e derivados.

As mulheres solteiras provenientes de outras cidades apresentaram considerável vulnerabilidade já que representam a maioria, 55,56%; enquanto as de união estável 33,34%; separadas judicialmente ou divorciadas 3,70% e as viúvas 7,40%, (Figura 62).

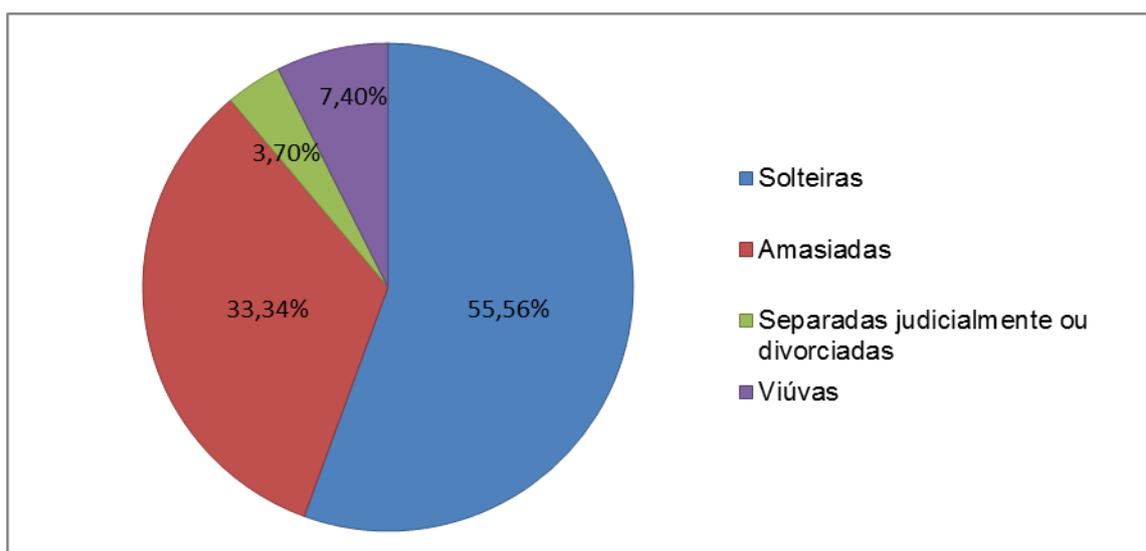


Figura 62: Estado civil das mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas provenientes de outras cidades, em 2011

Fonte: EPFTL e EPRSAATL (2011)

Organização: Ruís, 2012

Presas 5, 36 anos, confirma: “Busco na Bolívia porque é bem mais barato o valor da pasta base” (Questionário realizado em 18 de maio de 2011, Anexo F5).

Presas 9, 31 anos, completa:

O preço da pasta base e da maconha é bem mais barato aqui no Mato Grosso do Sul do que em São Paulo. Em Mato Grosso do Sul é de R\$ 10,00 o quilo da maconha e em São Paulo R\$ 1.000,00 o quilo, porque aqui é perto do Paraguai e da Bolívia. (Questionário realizado em 25 de abril de 2011, Anexo F9).

Essas mulheres são recrutadas para o transporte da droga, as “mulas”, pois os traficantes acreditam que as mulheres contam com maior condescendência da polícia durante as fiscalizações.

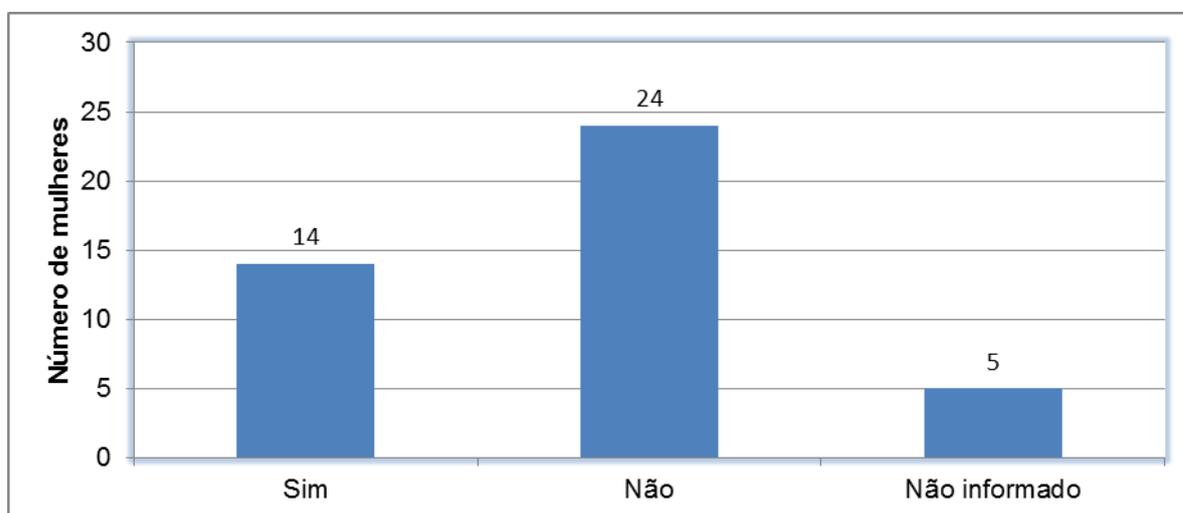


Figura 63: Realização de contrato para transporte de drogas pelas mulheres encarceradas nos estabelecimentos penitenciários de Três Lagoas, em 2011

Fonte: EPFTL e EPRSAATL (2011)

Organização: Ruís, 2012

Dentre as mulheres encarceradas pesquisadas nos EPFTL e EPFRSAAATL 32,56% afirmaram que já foram contratadas para transportar drogas, 55,81% negaram ter efetuado esta atividade e 11,63% se recusaram a prestar informações (Figura 63).

Ao analisar a Figura 63 deve-se ter cautela, pois mesmo sabendo que declaradamente 83,72% das mulheres da amostra estão presas devido à prática do tráfico de drogas, é verídico que muitas delas utilizavam da prática do transporte de drogas para o próprio comércio ou de seus companheiros, esposos, ou, ainda, adquiriam os entorpecentes de outros traficantes intermediários.

Neste sentido, Letícia Mobis Alves, 29 anos, há 1 ano atuando na delegacia de atendimento à mulher em Três Lagoas justifica o crescimento da utilização da mulher no transporte de drogas:

A ideia de que são alvos menos visados pela polícia, a influência dos grupos criminosos organizados e de parceiros (namorados, maridos) envolvidos com estes grupos. Quando o parceiro é preso, começa a ser pressionado pelo grupo a manter a atividade de traficância e

como não pode fazê-lo, pressiona a mulher para agir em seu lugar. (Entrevista realizada em 09 de maio de 2011, Anexo A3).

O certo é que o “negócio” de produção e tráfico de drogas abarca o povo, instituições financeiras, empresas nacionais e multinacionais, além de representantes dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo.

Sobre o assunto Vargas (1994, p. 71) enfatiza:

[...] as múltiplas redes de governos, agências antidrogas e organizações internacionais de combate à droga não têm conseguido evitar o poder de corrupção daqueles que financiam, transportam, comerciam e protegem esse negócio. Isso afeta a estrutura do Estado nacional, na medida em que figuras políticas e altos funcionários de governos nacionais mantêm laços com as organizações criminosas, algumas vezes, os próprios agentes encarregados da repressão se envolvem com essas organizações. A corrupção não é seletiva, no sentido de que pode envolver tanto os países produtores como os consumidores de droga, principalmente nos setores judiciário e policial. A gravidade dessa questão é tanto maior quanto maior for o vazio ético-cultural predominante no país.

Frente a essa realidade Marcela Dias Maio, 30 anos, Diretora do EPFTL aponta a necessidade de implementação de ações concretas que tenham como meta medidas preventivas para a redução da mulher no envolvimento com transporte de drogas:

Uma força tarefa dos poderes executivos e legislativos municipais e estaduais com a interferência do poder judiciário, propondo medidas de conscientização e forte fiscalização das atividades sociais, acompanhamento familiar, especialmente naqueles casos em que há notícia de prisão do pai da família. Oferecimento de informação sobre os prejuízos decorrentes da prisão das mães no que se diz respeito ao futuro próximo dos filhos que, em muitos casos, ficam sob tutela do Estado pela falta de interesse ou condições de outros familiares permanecerem com as crianças. (Entrevista realizada em 11 de julho de 2011, Anexo B2).

Nos tipos roubo e furto os objetos focalizados pelas mulheres tendem a ser vários, destacando o dinheiro, joias ou mercadorias que sejam fáceis de comercializar. Esses tipos penais possuem características de vinculação com a pobreza e o consumo de drogas, já que 55,81% as mulheres da amostra afirmaram o uso habitual ou eventual de drogas.

Tocante ao homicídio reporta-se a uma problemática muito delicada que é a violência doméstica, aquela que ocorre no ambiente privado e é perpetrada por parceiro íntimo.

Assim, Presa 10, 29 anos, branca, do lar, alfabetizada apresenta como justificativa do homicídio de seu companheiro: “Ocorreu em minha residência porque meu marido, durante uma discussão, tentou me agredir, como já tinha feito outras vezes e para defender minha vida, tive que matá-lo” (Questionário realizado em 05 de abril de 2011, Anexo F10).

Deste depoimento apreende-se que o cenário que antecede a mulher a impetrar o homicídio vem repleto de tensão emocional em decorrência da pobreza e pela violência sofrida pelo companheiro.

A provável necessidade do agressor de exercer poder e dominação sobre outra pessoa, impulsionada pelo senso de direito patriarcal resulta em agressões físicas severas, frequentes ou ocasionais.

Isso transparece na análise da vítima, pois quando a vítima foi parceiro, é porque a violência que desencadeou tal reação principiou dele. Marcela Dias Maio, 30 anos e há 4 anos atuando na função de Diretora do EPFTL analisa a relação existente entre as mulheres encarceradas, violência e pobreza:

A relação é bastante estreita, tendo em vista que a maioria dos crimes cometidos pelas mulheres é provocada por estarem na classe de baixa renda, terem sofrido abusos e violência física e psicológica durante toda a vida e em muitos casos serem dependentes químicas. (Entrevista realizada em 11 de julho de 2011, Anexo B2).

As mulheres estudadas nesta pesquisa convivem em um ambiente familiar com habituais xingamentos, agressões e ameaças e tendem a considerar como forma de “educar” seus filhos. Essa violência ao longo do tempo passa a pertencer a normalidade e, assim, poderá se reproduzir na geração seguinte, seja no âmbito familiar ou social.

Neste sentido, José Luiz Rodrigues, 40 anos e a 10 atuando na função de promotor de Justiça da 3ª Promotoria de Justiça de Três Lagoas, enfatiza:

O problema é crônico porque na grande maioria as mulheres ingressam no crime devido a falta de estrutura familiar. Assim quando saem dos presídios, por falta da mesma estrutura, voltam para a delinquência. O Estado não tem programas de apoio, assim é

tanto preventiva quanto medida de reabilitação o fulcro é a família. (Entrevista realizada em 20 de maio de 2011, Anexo E1).

Por fim, a má distribuição de renda, baixa escolaridade, pouca qualificação, dificuldade de inserção no mercado de trabalho e emprego precário contribuem de forma tão expressiva para que as mulheres se enveredem pela criminalidade, principalmente não tráfico de drogas que absorve essa mão de obra feminina.

Assim, a mulher pode até ter encontrado nova fonte de renda no mundo do crime, todavia diante da ilegalidade dessa atividade, que está acoplada ao constante perigo e risco iminente da prisão, além de passar a ser tachada de delinquente e excluída das possibilidades de trabalho formal.

Assim, “o cárcere representa, geralmente, a consolidação definitiva de uma carreira criminosa” (BARATA, 1999, p. 167).

Observou-se nos transcorrer das entrevistas e visitas nas instituições penitenciárias femininas a falta de atividades que preencham o tempo dessas mulheres com atividades de cunho educacional, cultural, profissionalizante, enfim, prazerosas, pois a falta de expectativas e autoestima dessas mulheres diante do retorno ao convívio social.

Exaure-se nos depoimentos a ausência de esperanças. Presa 11, 42 anos, exprime: “A gente não espera muito não, o importante é estar com a família, ter um emprego. As pessoas olham com maus olhos, pois depois que foi presa, fica taxada como ex-presa, ex-trafficante” (Questionário realizado em 18 de maio de 2011, Anexo F11).

Presas 7, 20 anos, diz: “As pessoas que não sabem do precedente tratam normalmente, já as sabem não tem tanta confiança, tem certo receio” (Questionário realizado em 04 de maio de 2011, Anexo F7).

Presas 12, 23 anos, afirma: “Sempre tem um pouco de preconceito, gente que faz piadinha, em relação ao emprego é um pouco difícil”. (Questionário realizado em 16 de maio de 2011, Anexo F12).

O cárcere torna-se instrumento para a criação de uma população criminosa, visto que não cumpre sua função de reeducação social conforme prescreve a ideologia penal.

A psicóloga Juliana Muniz de Freitas, 35 anos, exprime:

Resta-nos, assim, procurar sensibilizar essa mulher para os valores sociais negativos não sejam dominantes. Sim... é preparar essa pessoa a tolerar a frustração e a preservar em seu planejamento de vida, sem o cometimento de novos delitos [...] A falta de emprego, a impossibilidade completa de subsistência, contudo, é fator que pode levar à reincidência pelas próprias condições extremas de miséria que pode causar e exigir a prática de um delito que sane ou minimize sua necessidade humana de subsistir. (Entrevista realizada em 05 de julho de 2011, Anexo D1).

Com essas considerações, pretende-se ratificar a imprescindível necessidade de políticas penitenciárias que englobe todos os aspectos das mulheres presas e as questões estruturais relacionadas a essa temática. Enfim, devem ser ações efetivas que solucionem, ou pelo menos amenizem essa problemática que vivenciam as mulheres presas.

CONSIDERAÇÕES

Nesta pesquisa abordou-se a temática da violência e criminalidade no espaço urbano de Três Lagoas sob uma perspectiva geográfica, adicionando a análise do crescimento de reclusões femininas no Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas (EPFTL) e Estabelecimento Penal Feminino de Regimes Semiaberto, Aberto e Assistência à Albergada de Três Lagoas (EPFRSAAATL) e a sua inserção no denominado “mundo do crime”.

A constatação de que o conceito de violência possui práticas de naturezas e abrangências diversas e maiores do que o crime foi o ponto inicial deste estudo, além da descrição e contextos do Sistema Penitenciário.

Três Lagoas é considerada cidade de porte médio e possui cerca de 100 (cem) mil habitantes e é representada por uma estrutura centro-periferia. As áreas centrais reúnem a maioria dos estabelecimentos comerciais, financeiros e de prestação de serviços. Ademais, também estão instaladas a população com alto poder econômico, além da presença de condições satisfatórias de infraestrutura urbana. Em contrapartida, as áreas periféricas alocam pessoas mais carentes que enfrentam sérios problemas de saneamento básico.

A importância da visualização da espacialização geográfica da violência e as ponderações do conceito de território usado conduziu a reflexão analítica e dialética do espaço. A análise da dinâmica criminal em Três Lagoas depara-se com um processo de urbanização excludente, que segrega espacialmente os pobres para as periferias, locais desvalorizados e suprimidos das condições básicas de sobrevivência. Este processo também figura como expressão de violência e é produzido historicamente através da formação sócio espacial na cidade de Três Lagoas que está sendo aprofundado por um processo de industrialização e modernização desigual.

O processo capitalista na busca da ampliação de lucros aglomera um contingente de mão-de-obra barata que dá condições para a implantação da criminalidade. Ressalta-se que este processo apenas cria condições espaciais favoráveis, no entanto, não é o único fator que explica a criminalidade.

Esse intenso processo de produção e reprodução no espaço urbano três-lagoense exerce influência na dinâmica criminal, já que cada espaço tem a sua atuação na tipologia da criminalidade.

Assim, os empreendedores do urbano justificam no medo da violência sua fundamental alegação para promoção da segregação espacial, explicitada pela tendência das pessoas de classe social mais elevada se deslocarem para regiões mais afastadas das periferias das cidades de médio e grande porte, passando a morar em condomínios fechados que vem sendo implantados na paisagem urbana da cidade de Três Lagoas.

Para a construção desta pesquisa efetuou-se a espacialização dos dados por bairro das ocorrências criminais registradas que apresentaram maior destaque na cidade de Três Lagoas de acordo com o Código Penal Brasileiro.

Na análise da dinâmica da criminalidade é fundamental ponderar o tipo de violência e suas formas de expressão, bem como as especificidades do local onde a violência está ocorrendo. No entanto, muitas pesquisas se deparam com dificuldades e obstáculos para alcançarem resultados satisfatórios que fielmente alcancem a dinâmica da criminalidade.

Essa indisponibilidade e precariedade dos dados impelem o pesquisador se enveredar por novos caminhos na busca de hipóteses que expliquem a violência, entretanto, delimitam algumas especificidades.

Diante disso, no intuito de realizar um estudo da criminalidade no espaço urbano de Três Lagoas coletou-se depoimentos e dados dos atores envolvidos na pesquisa. Constituíram fontes significativas de informações deste estudo o registro das ocorrências criminais fornecidos pelo 2º Batalhão da Polícia Militar de Três Lagoas e as entrevistas efetuadas diretamente com as mulheres encarceradas no EPFTL e EPFRSAAATL.

As pessoas excluídas de sua cidadania transformam-se em instrumentos para o domínio da violência organizada, que cria seu território e se reproduz. Através da espacialização dos crimes pesquisados revelou-se a efetiva redução de vários tipos criminais no ano de 2012, entretanto, as taxas significativas do tráfico de drogas realça a necessidade de políticas focadas para repressão desta conduta criminosa.

Ponderando essa contextualização, efetuou-se a análise da dinâmica da criminalidade no espaço urbano de Três Lagoas e especializou-se os crimes

pesquisados. Constatou-se que o bairro Centro sobressaiu com incidência elevada de ocorrências criminais.

Considerando que na área central há melhor infraestrutura e apresenta maior parte das pessoas de classe média a alta, com mais de 20 salários mínimos de renda domiciliar, além de agregar estabelecimentos de prestação de serviços, comerciais e financeiros motivo pelo qual há uma convergência do fluxo de pessoas oriundas de todos os bairros da cidade. Assim, destacou-se principalmente na ocorrência de crimes vinculados aos homicídios, furtos e roubos, além da violência doméstica.

O bairro Centro também apresentou índices elevados do registro de ocorrências de tráfico de drogas que pode ter como principal atrativo a convergência de pessoas que residem em outras áreas que vão nestes locais da cidade em busca de drogas para o consumo ou para a revenda, e ai são surpreendidas com a droga pelos policiais e presas neste local.

Em relação ao homicídio houve maior incidência nos bairros Santa Terezinha, Vila Haro e Santo André, são áreas mais periféricas, desprovidas de infraestrutura de qualidade e caracterizadas pela população pertencente à classe baixa, com renda domiciliar igual e inferior a dois salários mínimos.

Entretanto, nos bairros Jardim Alvorada e Centro a relevância criminal deu-se principalmente em relação à violência doméstica e ratifica que esta prática criminal não está vinculado a classe social, mas as características agressivas do autor e a sua crença na impunidade.

A apresentação dos índices elevados de registro de ocorrências de roubo e furto nos bairros Santos Dumont e Vila Nova justifica-se por alocarem pessoas de alto poder econômico. Já as ocorrências nos bairros Jardim Alvorada e Interlagos provavelmente estão vinculadas ao tráfico de drogas.

Constatou-se a problemática do tráfico de drogas nos bairros Jardim Alvorada e Interlagos e, é relevante observar que esta prática criminosa apresentou maior visibilidade no bairro Interlagos devido sua proximidade com a área conhecida como “Zona Velha”. Já o bairro Jardim Alvorada corroborou na dinâmica desse crime em decorrência de sua localização próxima da Avenida Ranulpho Marques Leal que possui áreas de lazer, casas noturnas e bares, motivo que seduz pessoas de todos os bairros da cidade. Nestes termos, verificou-se que o tráfico de drogas está ligado a mobilidade, circulação de traficantes e consumidores de drogas, assim sabe-se

que este crime está presente em outros bairros, no entanto sua manifestação possui visibilidade menor.

O tráfico de drogas gera a violência na defesa do seu negócio. Vicia e arma seu exército, e, por fim, mata em confrontos com a polícia e pela disputa de pontos de venda.

Assim, é primordial continuar a repensar as ações das polícias e rever as funções e estruturação das instituições responsáveis pela aplicação da justiça, pois a violência configura um problema de ordem política, com implantação de infraestrutura para a população menos abastada.

Para Yazigi (2000, p. 256) “a modalidade de resposta armada só faz alimentar o ciclo da violência, já que enfraquece cada vez mais a esfera pública”. Visto que a violência cria e reproduz nos territórios onde traz cativas pessoas excluídas da cidadania.

Além disso, atuação policial ostensiva e repressiva deve-se apoiar em mecanismos auxiliares, como o sistema SIGO, que utiliza o geoprocessamento como instrumento de espacialização dos crimes, no entanto, a sua utilização pode ser otimizada com a alimentação correta e efetiva dos dados. E, através da análise desses dados otimizados atingirá a verdadeira visão dos territórios do crime e buscará um planejamento, organização e distribuição das rotinas e atividades policiais visando atingir a velada ação policial, única forma do Estado se fazer presente nos bairros com maior incidência da traficância.

Nesta perspectiva é notório o crescimento do encarceramento feminino ligado ao tráfico de drogas e no EPFTL e EPFRSAAATL a prisão decorrente desta prática representa mais de 80% das mulheres da amostra.

Através dos depoimentos das presas constatou a associação da pobreza e criminalidade, visto que o perfil do contingente significativo das mulheres é pertencente aos segmentos sociais mais vulneráveis, excluídas socialmente, carentes de atendimento aos direitos, principalmente quanto à assistência aos filhos e à saúde, além do subemprego, nível educacional baixo e de meios satisfatórios para prover a sobrevivência pessoal e/ou da família, características que garantem sua exclusão, e ainda pior, sua marginalização.

Diante dessa realidade o tráfico de drogas passa a representar uma estrutura de oportunidade de retorno financeiro imediato e conforto para as vidas permeadas de dor e pobreza.

É notório que o uso de entorpecentes já ultrapassou as fronteiras sociais e pessoas mais ou menos favorecidas são vítimas da dependência química. Do mesmo modo, pode-se afirmar que a traficância é praticada por pessoas das diferentes classes sociais. No entanto, constatou-se que o índice de aprisionamento é esmagadoramente maior entre os pertencentes às classes mais baixas. Dessa maneira, os bairros que tendem ter maior concentração de mulheres que praticam ou praticaram atividade de traficância são os habitados pela população menos favorecida e de baixa renda.

A participação crescente de mulheres no tráfico de drogas é evidente, principalmente no tocante as vendas no varejo pelas mulheres encarceradas nas instituições penitenciárias femininas de Três Lagoas e provenientes da cidade de Três Lagoas. As mulheres oriundas do bairro Jardim Paranapungá apresentaram maior vulnerabilidade ao encarceramento e possuem como características: as mães solteiras, jovens, pardas ou negras, com baixa ou nenhuma escolaridade, usuárias habituais de drogas e que trabalhavam em subempregos.

Acondicionadas em prisões equipadas com muros altos, grades e cadeados, local que a fiscalização e o controle são constantes e se impõem nos alimentos, roupas, comportamentos, visitas e relações íntimas. Mas os cuidados necessários para as especificidades da população prisional feminina sofrem com a intensa negligência e merecem atenção da gestão penitenciária e dos formuladores de políticas públicas diante do tratamento referente à questão de gênero.

Sem dúvida, o encarceramento alcança não só a mulher presa, mas sobretudo sua família e especialmente os filhos.

Portanto, deve-se desenvolver uma educação restaurativa no âmbito penitenciário e aplicá-la de forma diferenciada, pois diversificado é o contingente carcerário, carente e deficiente nos aspectos educacional, social, econômico e moral.

Neste sentido, a diretora do Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas, Marcela Dias Maio, 30 anos, afirmou que:

Existe uma preocupação no sentido de garantir o direito à cidadania para as mulheres em situação de prisão. Serviços como atendimento jurídico concernente a assuntos de guarda de menores, reconhecimento de paternidade, regularização de união estável, bem como políticas públicas na área de saúde voltadas ao público feminino, são iniciativas que estão sendo desenvolvidas a fim de

tratar as mulheres em todas suas peculiaridades. (Entrevista realizada em 11 de julho de 2011, Anexo B2).

No entanto, o processo de (re)inserção social dessas mulheres que cometeram um crime, cumprem sua pena e reingressarão à sociedade deve ser apoiado na colaboração e cooperação entre Estado, sociedade, presa e familiares.

Trabalho difícil e com enormes obstáculos como falta de formação e de aperfeiçoamento dos servidores que atuam neste âmbito, o crescimento das organizações criminosas, e a falta de comprometimento da sociedade e do Estado com a função ressocializadora do cumprimento da pena retardam e atravancam este processo.

Entretanto, a reversão deste panorama é executável se o Estado, sociedade, servidores, familiares e presa conscientizarem de seu papel e assumirem a responsabilidade.

Existem vários programas de políticas públicas voltados para a redução para os crimes contra a mulher que necessitam de maior efetividade em suas atuações perante as taxas significativas da violência doméstica registradas em Três Lagoas. No entanto, referente a prevenção da criminalidade que figura a mulher como autora, os programas são ínfimos e carecem urgentemente de implementação de ações voltadas à sua integração social, e assim, estimular projetos viáveis com a finalidade de afastá-las da opção pela criminalidade, e conseqüentemente evitar sua exclusão social.

Pode-se apontar a negligência do Estado visível na precariedade das condições das acomodações, manutenção da estrutura física, tímida assistência material e jurídica, ausência ou poucas atividades educacionais, laborativas e de cursos profissionalizantes.

Assim é vital a existência de áreas nos presídios destinadas ao trabalho das presas, atendimento psicossocial a fim de atingir sua integração social, a existência de meios de caráter educacional e acesso à cultura visando desenvolver o raciocínio e o conhecimento de forma geral. Aliados a isso, a implementação de recursos profissionalizantes, para que a mulher reclusa ao término do cumprimento de sua pena tenha uma oportunidade de trabalho digno, e desta forma, ocorra a sua inclusão social com novas perspectivas de vida, permeada pelo respeito a sua cidadania, e auferir a abolição da discriminação social.

O oferecimento de palestras a cerca dos prejuízos decorrentes da prisão das mulheres mães no que se diz respeito ao futuro próximo dos filhos que, em muitos casos, ficam sob tutela do Estado por falta de interesse ou condições de outros familiares permanecerem com as crianças; além de diálogos sobre importância da mulher na sociedade e especialmente sobre a valorização do ser humano, são instrumentos que contribuem para a mulher encarcerada adquirir a capacidade de compreender sua situação, conscientizar-se, assumir a responsabilidade de sua conduta e procurar mudar sua trajetória após o cumprimento de pena.

A busca de soluções de efetivar o processo de reinserção social das presas e conseqüentemente reduzir os índices de criminalidade, reincidência e superlotação carcerária depara-se com desinteresses e empecilhos burocráticos como é o caso da criação do selo “Empresa Parceira”. Que por meio de reduções tributárias buscase incentivar a contratação formal de ex-presos e auxiliar na reinserção social, este projeto deve contar com a colaboração da AGEPEN/MS, Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, Prefeitura de Três Lagoas e as empresas.

Esta reflexão visou evidenciar que a violência é uma questão que atinge não só a segurança pública, ela possui uma ampla abrangência e através da análise espacial pretende-se efetivar uma cooperação.

Derradeiramente, é encorajador crer que a Geografia, através de sua capacidade de compreensão do panorama apresentado possui a possibilidade de contribuir para um planejamento territorial visando à solidariedade e a justiça.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, S. H. H. de A alienação da autoridade: notas sobre a violência urbana e criminalidade. *In*: VELLOSO, J. P. dos R. (org.). **Governabilidade, sistema político e violência urbana**. Rio de Janeiro, José Olympio Editora. 1994. P. 123 – 157.

AGEPEN. **Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul**. Disponível em: <<http://www.agepen.ms.gov.br>> Acesso em: mar de 2011.

ALENCAR, S. L. de S. Capitalismo, trabalho e tempo de prisão como pena. **Revista Psicologia Política**. Vol. 2. nº 3. P. 15 – 38. jan – jun 2002. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/psicopol/ver_volume.php?cod=45>. Acesso em: jun de 2011.

ALVES, F. M. **Lei Maria da Penha**: das discussões à aprovação de uma proposta concreta de combate à violência doméstica contra a mulher. Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 1133, 8 de ago. de 2006. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/9144>>. Acesso em: nov de 2011.

ALVES, L. M. **Entrevista realizada em 09 de maio de 2011**, com a Delegada de Polícia Civil da Delegacia de Atendimento à mulher em Três Lagoas, Letícia Mobis Alves, 2 p. (Mestrado em Geografia, Campus de Três Lagoas/UFMS).

ALMEIDA, E. F. **Entrevista realizada em 13 de maio de 2011**, com o Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Três Lagoas, Eduardo Floriano Almeida, 2 p. (Mestrado em Geografia, Campus de Três Lagoas/UFMS).

ANDRÉ, M. E. D. A. A pesquisa no cotidiano escolar. *In*: FAZENDA, Ivani C. A. (org.) **Metodologia da pesquisa educacional**. 2 ed. Aumentada – São Paulo: Cortez, 1991.

ARENDT, H. **O Totalitarismo**. *In*: Origens do Totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. H. **Sobre a violência**. Trad. André Duarte. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

BARATTA, A. **Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos: Instituto Carioca de Criminologia, 1999.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.

BATISTA, R. L. **A espacialização da criminalidade na cidade de Três Lagoas: aparecimento dos territórios do crime**. 2009 (dissertação de mestrado) – UFMS, Três Lagoas, 2009.

BEATO, C. **Crime e violence diagnostics and information for urban safety audits**. Washington: International bank of Reconstruction and Development/The World Bank, 2005. Disponível em: <http://www.wds.worldbank.org/external/default/wdsContentServer/IW3P/IB/2006/02/28/000011823_20060228162820/rendered/PDF/35135.pdf> Acesso em: mai de 2012.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Características da investigação qualitativa**. In: *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto, Porto Editora, 1994. 47-51p.

BOISTEAU, C. **Securite, dynamiques urbaines et privatization de l'espace a Johannesburg**, 2003. Diplôme d'études approfondies en etudes du développement deliver par l'université de Genève – Institut Universitaire d'Etudes de Développement, Genève, Ville France. Disponível em: <http://lasur.eofl.ch/cahiers?CahierLaSUR07_johannesburg.pdf> Acesso em out de 2011.

BOURDIEU, P. **La misère du monde**. Paris: Seuil, 1993. (Ed. brasileira: Vozes).

BRASIL. **Lei de Execução Penal**. Lei nº 7.210, 11 de Julho de 1984.

_____ **Lei Maria da Penha**. Lei nº 11.340, 07 de agosto de 2006.

_____ **Lei de Drogas**. Lei 11.343, 23 de agosto de 2006b.

_____ **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

_____ **Decreto nº 6.061**, de 15 de março de 2007: Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Justiça, e dá outras providências.

_____ Ministério da Justiça. **Infopen-Estatística** (informações penitenciárias). Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages.htm>>. Acesso em: dez de 2011.

BRUYNE, P. de; HERMAN, Jaques; SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

CALDEIRA, T. **Cidade de Muros**. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34, 2000.

CALDEIRA, T. P. do R. **Enclaves fortificados: a nova segregação urbana**. Novos Estudos Cebrap, n.47, março 1997.

CAPEZ, F. **Curso de Direito Penal**. volume 1: parte geral (arts. 1º a 120). 11 ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____ F. **Curso de Direito Penal**. volume 2: parte especial. 6ª ed. São Paulo Saraiva, 2005.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

_____ A. F. A. **A reprodução do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

CASTELLS, M. **Fim do milênio**. São Paulo. Ed: Paz e Terra, 1996.

CASTROGIAVANI, A. C. Turismo e ordenação do espaço urbano. *In: Turismo urbano*. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

CERQUEIRA, D. & LOBÃO, W. Determinantes da Criminalidade: Arcabouços teóricos e Resultados empíricos. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 47, nº 2, 2003.

CERTEAU, M. de. GIARD, L. e MAYOL, P. **A Invenção do Cotidiano: 2. morar, cozinha**. Petrópolis, RJ Vozes, 1996.

CIIP – Centro Internacional de Investigação e Informação para a Paz; Universidade para a Paz das Nações Unidas; **O estado da paz e a evolução da violência: a situação da América Latina**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002. 230 p.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. 4 ed. São Paulo: Ática, 1995.

_____ R. L. **Região e Organização Espacial**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1990.

COULON, A. **A Escola de Chicago**. Campinas, SP: Papirus, 1995. 136 p.

DORNELLES, J. R. W. **O que é crime**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

DURKHEIM, É. **Da divisão do trabalho social; As regras do método sociológico; O suicídio; As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Coleção Os Pensadores. 247 p.

ELIAS, N. **O processo civilizador. Uma história dos costumes**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, v.I, 1990.

_____ **O processo civilizador - formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, v.II, 1993.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Prefeitura municipal de Três Lagoas. **Lei nº 2.083, de 28 de setembro de 2006) plano Diretor da cidade de Três Lagoas**). Três Lagoas, 2010, p.1 – 55.

FAUSTO, B. **Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo**: Edusp, 2001. 326 p.

FELIX, S. A. **Geografia do Crime: interdisciplinaridade e relevâncias**, Marília: Marília – UNESP – Publicações, 2002.

FERRARI, A. T. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982, p. 241.

FERRI, H. **Princípios do Direito Criminal: o criminoso e o crime**. São Paulo: Acadêmica, 1931.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Trad. R. Ramalhe. Petrópolis – RJ: Vozes, 2005.

FRAGOSO, H. C. **Lições de direito penal**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

FRANCISCO FILHO. **Distribuição espacial da violência em Campinas: uma análise por Geoprocessamento**. 2004. Tese (doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

FREITAS, J. M. **Entrevista realizada em 05 de julho de 2011**, com a Psicóloga lotada no Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas, Juliana Muniz de Freitas, 3 p. (Mestrado em Geografia, Campus de Três Lagoas/UFMS).

GOMES, A. A. **Apontamentos sobre a pesquisa em educação: usos e possibilidades do grupo focal**. Presidente Prudente-SP: mimeo, 2005.

GRINOVER, A. P. **Execução penal**. São Paulo: Max Limonad, 1987.

GUARINI, L. M. R. **Entrevista realizada em 08 de junho de 2011**, com a Diretora do Estabelecimento Penal Feminino de Regimes Semiaberto, Aberto e Assistência à Albergada de Três Lagoas, Leonice Miranda Rocha Guarini, 2 p. (Mestrado em Geografia, Campus de Três Lagoas/UFMS).

HAESBAERT, R. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR. Vol. 3. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001.

HERKENHOFF, J. B. **Curso de Direitos Humanos – Gênese dos Direitos Humanos**. Volume 1. São Paulo : Ed. Acadêmica, 1994.

HOBSBAWM, E. J. **O novo século: entrevista a António Políto**. São Paulo: Companhia da Letras, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2011**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>> Acesso em: mai de 2012.

KANT, I. **Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos**. Tradução de Leopoldo Holzbzch. São Paulo: Martin Claret, 2004.

KERBAUY, M. T. M., FERREIRA, Darlene A. de Oliveria; BIZELLI, José Luís. Cartografia da Violência: uma metodologia para construir políticas públicas. Geografia, Rio Claro, v. 31, n. 1, p. 169-184, jan./abr. 2006.

KUSTER, E. **Outros Olhos: as ru(s)gás da cidade e seu desvelamento nos discursos contemporâneos**. In: Revista Sociedade e Espaço, Brasília, vol. 22- n.3, set/dez. 2007.

LACOSTE, Y. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a Guerra**. Tradução de Maria Cecília França, 5ª ed. Campinas: Papirus, 1973.

LARANGEIRA, S. **A realidade do trabalho em tempo de globalização: precarização, exclusão e desagregação social**. In: José Vicente Tavares dos Santos, Violências em tempo de Globalização. São Paulo: HUCITEC, 1999.

LEFEVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo – SP: Documentos, 1969.

_____ **A revolução urbana**. Belo Horizonte – MG: Edufmg, 1999.

LERDERMAN, D. & LOAYZA, N, What cause crime and violence? **LCR Sustainable Development Working**. Whashington: Violence and social capital: proceedings of the Icses. Moser, C & Lister, S. The World / Latin America and Caribbean Region / Environmentally and Socially Sustainable Development SMU, 1999. Disponível em: <http://www.wds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/WDSP/IB/1999/11/19/00009494699110405535017/Renderer/PDF/multi_page.pdf> Acesso em: mai de 2011.

LEMGRUBER, J. **Violência, omissão e insegurança pública: o pão nosso de cada dia**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2004.

MAIO, M. D. **Entrevista realizada em 11 de julho de 2011**, com a Diretora do Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas, Marcela Dias Maio, 3 p. (Mestrado em Geografia, Campus de Três Lagoas/UFMS).

MARTINS, J. L. **Entrevista realizada em 02 de maio de 2011**, com o Delegado de Polícia da Primeira Delegacia de Polícia de Três Lagoas, Juvenal Laurentino Martins, 3 p. (Mestrado em Geografia, Campus de Três Lagoas/UFMS).

MILANI, P. H. **Dinâmica Territorial da Rede Urbana na Mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul**. Três Lagoas, UFMS, 2012 (Dissertação de Mestrado).

MINAYO, M. C. Inequality, violence and ecology in Brazil. *In: Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, 1994. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em ago de 2011.

MISSE, M. **Crime e pobreza**: velhos enfoques, novos problemas, 1995. Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrj.br/~misse/crime.doc>>. Acesso em mai de 2012.

MORAIS, R. de. **O que é Violência Urbana**. São Paulo: Brasiliense, 1981. 116 p.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção Belém do Pará**, 1994. Disponível em <<http://www.cidh.org/>>. Acesso em nov de 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. KRUG, EG et al., eds. **World report on violence and health**. Geneva: World Health Organization, 2002.

PRESA 1. **Entrevista realizada em 11 de abril de 2011**, 4 p. (Mestrado em Geografia, Campus de Três Lagoas/UFMS).

PRESA 2. **Entrevista realizada em 02 de junho de 2011**, 4 p. (Mestrado em Geografia, Campus de Três Lagoas/UFMS).

PRESA 3. **Entrevista realizada em 04 de maio de 2011**, 4 p. (Mestrado em Geografia, Campus de Três Lagoas/UFMS).

PRESA 4. **Entrevista realizada em 02 de junho de 2011**, 4 p. (Mestrado em Geografia, Campus de Três Lagoas/UFMS).

PRESA 5. **Entrevista realizada em 18 de maio de 2011**, 4 p. (Mestrado em Geografia, Campus de Três Lagoas/UFMS).

PRESA 6. **Entrevista realizada em 18 de maio de 2011**, 4 p. (Mestrado em Geografia, Campus de Três Lagoas/UFMS).

PRESA 7. **Entrevista realizada em 04 de maio de 2011**, 4 p. (Mestrado em Geografia, Campus de Três Lagoas/UFMS).

PRESA 8. **Entrevista realizada em 12 de maio de 2011**, 4 p. (Mestrado em Geografia, Campus de Três Lagoas/UFMS).

PRESA 9. **Entrevista realizada em 25 de abril de 2011**, 4 p. (Mestrado em Geografia, Campus de Três Lagoas/UFMS).

PRESA 10. **Entrevista realizada em 05 de abril de 2011**, 4 p. (Mestrado em Geografia, Campus de Três Lagoas/UFMS).

PRESA 11. **Entrevista realizada em 18 de maio de 2011**, 4 p. (Mestrado em Geografia, Campus de Três Lagoas/UFMS).

PRESA 12. **Entrevista realizada em 16 de maio de 2011**, 4 p. (Mestrado em Geografia, Campus de Três Lagoas/UFMS).

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RODRIGUES, J. L. **Entrevista realizada em 20 de maio de 2011**, com o Promotor de Justiça da Terceira Promotoria de Justiça de Três Lagoas, José Luiz Rodrigues, 2 p. (Mestrado em Geografia, Campus de Três Lagoas/UFMS).

SÁ CARVALHO, J. R. de. **Como era lindo o meu sertão**. Narrativas do povoamento do sertão, no sul de Mato Grosso, s.d., 1920.

SANTOS, L. G. **São Paulo não é mais uma cidade**. In: PALLAMIN, Vera. Cidade e Cultura: esfera pública e transformação urbana. São Paulo. Estação Liberdade, 2002.

SANTOS, M. **A urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. M. *et al.* **O Papel Ativo da Geografia: um manifesto**. LABOPLAN-FFLCH/USP, XII Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis, Julho de 2000.

SEMAC/MS. Secretaria de Estudo do Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e tecnologia de Mato Grosso do Sul. Dados Estatísticos de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <<http://www.semac.gov.br/>> Acesso em: fev. de 2012.

SILVA JÚNIOR, E. M. da. **Direito penal de gênero**. Lei nº 11.340/06: violência doméstica e familiar contra a mulher. Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1231, 14nov. 2006. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/9144>>. Acesso em: nov de 2011.

SIM/DATASUS, **Sistema de Informações sobre Mortalidade e Banco de Dados do Sistema Único de Saúde do Ministério da Saúde**. Disponível em: <<http://w3.datasus.gov.br/datasus.php>>. Acesso em jan. de 2012.

SOIHET, R. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. *In*: PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

SOUZA, M. J. L. de. **As Drogas e a “Questão Urbana” no Brasil**. A dinâmica sócio-espacial nas cidades brasileiras sob a influência do tráfico de drogas *In*. CASTRO, I. E., GOMES, P.C.C. e CORRÊA, R. L., Brasil: questões atuais de reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. M. J. L. de. **O Território: sobre o Espaço e Poder, autonomia e Desenvolvimento**. *In*. Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro. 1995.

STEIMAN, R. **O Mapa da Droga**. Departamento de Geografia, UFRJ, 1995.

SUTHERLAND, E. **The Professional Thief**: by a professional thief. Chicago: Phoenix Books, 1965. 256 p.

TAYLOR, I. **Crime in context**. Cambridge: Polity Press, 1999.

UNESCO, **De mãos dadas com a Mulher**: a UNESCO como agente promotor da igualdade entre gêneros. Brasília, 2002.

VARGAS, R. **Drogas, poder y region em Colombia**. (comp). Bogotá: Cinep, 1994.

VICENT, P. B. **Entrevista realizada em 11 de maio de 2011**, com o Delegado da Polícia Federal da Delegacia da Polícia Federal de Três Lagoas, Pierre Bernard Vicent, 2 p. (Mestrado em Geografia, Campus de Três Lagoas/UFMS).

YAZIGI, E. **O mundo das Calçadas**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Imprensa Oficial do Estado, 2000. 256 p.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência**. Os novos padrões da violência homicida no Brasil. São Paulo, Instituto Sangari, 2011.

ZALUAR, A. **Da revolta ao crime**. S. A. São Paulo: Moderna, 1996.

_____ A. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas.** Rio de Janeiro - RJ: FGV, 2002.

APÊNDICE

MODELO DE ENTREVISTA REALIZADA COM AS MULHERES ENCARCERADAS NOS ESTABELECIMENTOS PENITENCIÁRIOS DE TRÊS LAGOAS	
Nome:	
Data da Prisão:	Data da Entrada:
Endereço:	
Data de Nascimento:	Advogado Particular () Defensoria Pública ()
Naturalidade:	Nacionalidade:
Estado Civil:	
Cúpis:	
Religião:	
Profissão:	
Sentenciado em:	Reincidente() Primário()
Motivo da prisão:	Pena imposta:
Data da Saída:	Através de:

1. Filhos: () Não () Sim, quantos? _____.

2. Dependentes: _____.

3. Procedência: () Nacional, Cidade: _____, UF: _____.
() Estrangeira:

4. Estado Civil dos pais:
() solteiros () casados () divorciados () viúvos ()
outros: _____

5. Com quem residia antes de ser presa?
() pais () esposo/companheiro () filhos () outros: _____.

6. Dentro da UP participa de cultos religiosos?
() não () sim, qual? _____.

7. Exercia alguma atividade laboral antes da prisão?

- não sim
 formal informal

8. Ocupação funcional anterior a prática do delito? _____.

Faixa salarial:

- 0-1 salário mínimo 1-2 salários mínimos 2-3 salários mínimos
 3-4 salários mínimos 4-5 salários mínimos + de 5 salários mínimos

9. Local do último emprego: _____.

10. Primário Reincidente, em qual delito? _____.

11. Se reincidente:

a) Qual a reação/reciprocidade que encontrou quando terminou de cumprir sua pena?

-Vizinhos: _____

- Bairro: _____

- Cidade: _____

11.1. Qual a sua percepção após a saída da UP?

_____.

12. Residência: própria alugada cedida

13. Endereço: Urbano Rural

Tempo de Residência: _____.

14. Afinidade com o lugar que morava: Sim Não

Motivo: familiar nascimento amizades
 financeiro pacífico proximidade do trabalho

15. Depois que cumprir a pena você gostaria de voltar para a sua residência?

_____.

16. Relacionamento com os vizinhos: Ótimo Bom Ruim

17. Bairro que cometeu o delito é o mesmo que residia?

Sim Não. Local: _____.

18. Motivos que levou a prática do delito?

Financeiros Culturais Familiares Drogas Amizades

Outros, quais: _____.

19. Quanto tempo praticava este e/ou outro delito?

até 5 anos 5 a 10 anos 10 a 15 anos + de 15 anos

20. Já cometeu algum delito no bairro que reside?

Sim. Justifique: _____

Não. Justifique: _____

21. Motivos para escolha do local para cometer o delito. Quais facilidades que o local para a prática do delito?

22. Quanto tempo praticava o delito antes de ser presa?

23. Qual o relacionamento com a vítima?

Familiar Social Comercial

Conhecia Não conhecia Nenhum relacionamento

24. Situação do relacionamento após o encarceramento:

a) Familiar:

Ascendentes: Ótimo Bom Ruim

Colaterais: Ótimo Bom Ruim

Cônjuge/companheiro Ótimo Bom Ruim

Descendentes Ótimo Bom Ruim.

b) Religioso: Ótimo Bom Ruim

c) Social (amigos): Ótimo Bom Ruim

25. Realizou trabalhos e/ou estudos durante o cumprimento da pena?

Não Sim, trabalho estudo

Finalidade: Remição Financeiro Aperfeiçoamento profissional

Ocupação do tempo Outros. Quais:

26. Consumia bebidas alcoólicas?

Não Sim. Quanto tempo: _____.

Qual a frequência do consumo? Diário Semanal Eventual

27. Era usuária de drogas?

Não Sim. Quanto tempo: _____.

Qual a frequência do consumo? Diário Semanal Eventual

28. Você já foi contratada para transportar drogas?

Não Sim, quantas vezes? _____.

29. Onde foi buscar a droga?

30. Qual o relacionamento com o fornecedor?

Familiar Social Comercial Outro:

Anterior a prática do delito: Ótimo Bom Ruim

Posterior a prática do delito: Ótimo Bom Ruim

31. Tem inimizades dentro da UP:

Antes do encarceramento: Não Sim, motivo: _____.

Depois do encarceramento: Não Sim, motivo: _____.

32. Tem inimizades exterior do sistema prisional:

Antes do encarceramento: Não Sim, motivo: _____.

Depois do encarceramento: Não Sim, motivo: _____.

33. Quais são suas expectativas após o cumprimento da pena?

Família: _____

Emprego:

Estudo: _____

Comunidade: _____

34. Vinculação com algum partido/comando criminoso: Não Sim, qual? _____

35. Teve algum relacionamento homossexual dentro da UP? Não Sim

36. Depoimento:

ANEXO A1

ROTEIRO DE PESQUISA ORAL

Nome: Juvenal Laurentino Martins

Idade: 51 anos

Função: Delegado de Polícia

Local de trabalho: Primeira Delegacia de Polícia de Três Lagoas

Tempo de atuação: 11 anos

1. O que leva as mulheres cometerem crimes?

Resposta: O evidencia as mulheres a cometerem crimes é o seu grau de exclusão social, sendo ela, via de regra, dotada de um perfil social com as seguintes características: normalmente ela é jovem, pertence a um nível socioeconômico baixo, com o nível educacional sofrível, baixo nível de emprego ou desempregada, solteiras ou separadas, e quase na sua totalidade proveniente de centros urbanos. As suas ações criminosas, na sua grande maioria, são contra o patrimônio e tráfico de drogas, ficando relegado a uma proporção bem menor aqueles praticados contra à pessoa, por exemplo o homicídio. Aliado a tudo isso, o consumo habitual de drogas tendo a ser um fator marcante para a indução da prática criminosa.

2. Qual a relação entre: violência x mulher x droga x pobreza?

Resposta: Não poderíamos deixar de realçar que o trinômio violência x droga x pobreza estão intimamente ligados ao envolvimento da mulher numa conduta criminosa, pois como essa mais frágil num relacionamento familiar a mulher constantemente se vê vítima de violência, desde a *vis corporali*, como a *vis moralis*, ou até mesmo num cunho sexual, é dado ao seu grau de exclusão social em fase da pobreza extrema, facilmente se desemboca no uso das drogas, mormente àquela com poder altamente viciador (crack), fazendo com que, numa somatória, redunde nas práticas criminosas.

3. O que justifica o crescimento da utilização da mulher no transporte de drogas?

Resposta: Tal crescimento está diretamente ligado ao problema de exclusão social, onde a mulher sem uma qualificação profissional com baixo nível cultural, a baixo da linha de pobreza, ocupando uma posição subalterna em relação ao homem, se vê na obrigação de lançar mão desse “lucro fácil” com o objetivo de se manter financeiramente, mormente aquelas que possuem mais de dois filhos menores (via de regra), acreditando que pelo fato de ser mulher facilmente burlará qualquer sistema de fiscalização.

4. Há bairros com maior concentração de mulheres que praticaram ou praticaram crimes? Há segregação social?

Resposta: Dados até então existentes, não apontam para um determinado bairro com essa incidência, haja vista que Três Lagoas não possui favelas. Com relação às

mulheres que efetivamente optaram pela criminalidade existe a segregação social, especialmente aquelas que já cumpriram pena.

5. Há programas de políticas públicas visando a redução dos crimes contra a mulher? E dos crimes praticados pelas mulheres?

Resposta: Existem divulgações de vários programas de políticas públicas, principalmente aqueles voltados para a diminuição para os crimes contra a mulher, como é o caso daqueles existentes nas unidades especializadas em atendimento a mulher vitimizada pelo homem (Delegacia de Atendimento à Mulher). Já com relação aos crimes por elas praticados, os programas são bastante tímidos, carecendo com urgência de implementação de ações voltadas à sua integração social, e com isso estabelecer projetos de vida viáveis com a finalidade de afastá-las para a opção pela criminalidade, e com isso também evitar sua exclusão social.

6. Qual a situação atual do Sistema Prisional Feminino?

Resposta: Infelizmente o Sistema Prisional Brasileiro de uma maneira geral é caótico, não atingindo a sua função social de ressocialização do encarcerado, e por conseguinte, abrange também o feminino, muito embora o percentual de mulheres reclusas no Brasil gira em torno de 5% a 6% em relação ao masculino. Diante desse panorama, podemos apontar a negligência do Estado quando constatamos nos que há a precariedade das condições de acomodações, tímida assistência jurídica e material, ausência de manutenção da estrutura física, poucas atividades educacionais, laborativas e de cursos profissionalizantes.

7. Sugestões e propostas de melhorias para as encarceradas e egressas, buscando atingir a redução do índice de reincidência.

Resposta: Se faz importante a existência de espaços nos presídios visando o trabalho das reeducandas, com atendimento psicossocial com o propósito na sua integração social, a existência de meios de acesso à cultura, com estudos e espaços multimídia, visando desenvolver o raciocínio e o conhecimento de forma geral. Aliados a isso, a implementação de recursos profissionalizantes, para que a egressa tenha uma opção de trabalho ao término de sua pena, para que com isso, ocorra a sua inclusão social.

8. Ao longo do exercício da sua função qual a proporção dos crimes praticados contra e pela mulher na cidade de Três Lagoas?

Resposta: Contra a mulher o percentual atinge um patamar mais elevado, cujos dados não disponho no momento em fase de existir no município uma delegacia especializada que cuida somente dos casos em que a mulher é a vítima do homem, não havendo esse atendimento na unidade a qual dirijo. Pela mulher, o índice não é significativo, devendo oscilar na casa dos 2%, via de regra, a maior incidência é no tráfico de drogas.

9. Quais são as possíveis medidas preventivas para a redução da utilização da mulher no transporte de drogas (mulas)?

Resposta: As medidas de caráter educacional, com oportunidades reais de trabalho digno, com novas perspectivas de vida, respeitando aos direitos do cidadão, e procurar minimizar (o correto seria abolir) a discriminação social tão reinante nos tempos atuais.

ANEXO A2

ROTEIRO DE PESQUISA ORAL

Nome: Pierre Bernard Vicent

Idade: 33 anos

Função: Delegado de Polícia Federal

Local de trabalho: Delegacia da Polícia Federal de Três Lagoas

Tempo de atuação: 03 anos e 06 meses

1. O que leva as mulheres cometerem crimes?

Resposta: Acredito que basicamente os mesmos motivos que os homens. A influência dos companheiros exercem, principalmente, relativo a prática o tráfico de drogas. No contrabando no estilo sacoleiro é a mulher que figura como principal autora, já no contrabando de carga há maior incidência dos homens.

2. Qual a relação entre: violência x mulher x droga x pobreza?

Resposta: Com relação às drogas há a violência indireta, há muito medo quanto aos traficantes, mas não há uma violência física propriamente dita. A pobreza envolve boa parte dos traficantes, que, assim, buscam um atalho para terem um ganho e um padrão de vida melhor, mas a situação de pobreza não é determinante, é apenas um catalisador, serve como estímulo. Com o tráfico muitas pessoas visualizam que podem ter um nível de vida melhor. Afinal a atuação no tráfico de drogas tornou-se um estilo de vida, e é atrativo devido à vantagem financeira rápida.

As mulheres, principalmente, são apreendidas como “mulas” e, às vezes, estão até com crianças de colo, buscando, assim amenizar a situação. No exercício de minha profissão houve uma ocasião que apreendi uma mulher com a filha adolescente e futuramente esta filha foi apreendida transportando drogas

3. O que justifica o crescimento da utilização da mulher no transporte de drogas?

Resposta: Há vários fatores, e fundamentalmente o fato das mulheres serem menos suspeitas, assim os traficantes tendem a acreditar que a mulher possa passar pelas barreiras despercebidas. Além do fato das mulheres viverem sozinhas, a vulnerabilidade, enfim, vários fatores em conjunto.

4. Há bairros com maior concentração de mulheres que praticaram ou praticaram crimes? Há segregação social?

Resposta: Nos bairros: Vila Piloto, São João, São Carlos e Jardim Parapungá são aqueles que realizei o maior número de prisões e cumprimento de mandados. Geralmente, o traficante não abandona o bairro há uma identificação com o lugar que reside.

5. Há programas de políticas públicas visando a redução dos crimes contra a mulher? E dos crimes praticados pelas mulheres?

Resposta: A área de atuação da polícia federal é reduzida. O tema refere-se a competência da polícia civil.

Quanto o contrabando não uma política específica, efetua-se uma maior fiscalização. Deveriam ser ministradas palestras buscando a conscientização das mulheres.

6. Qual a situação atual do Sistema Prisional Feminino?

Resposta: O órgão responsável é a AGEPEN. Na delegacia da polícia federal de Três Lagoas não há concentração da população carcerária, esta é encaminhada para as penitenciárias.

7. Sugestões e propostas de melhorias para as encarceradas e egressas, buscando atingir a redução do índice de reincidência.

Resposta: É fundamental investir em meios de redução de reincidência com a finalidade de atingir a reinserção social e o primeiro passo constitui a construção de unidades menores de presídios para seleção das presas, além disso, deve-se buscar uma infra estrutura de materiais e de funcionários.

8. Ao longo do exercício da sua função qual a proporção dos crimes praticados contra e pela mulher na cidade de Três Lagoas?

Resposta: A competência da polícia federal é voltada nos crimes praticados contra a União.

9. Quais são as possíveis medidas preventivas para a redução da utilização da mulher no transporte de drogas (mulas)?

Resposta: A pessoa que ingressa no tráfico de drogas é tem a credibilidade na impunidade, além da falta de alternativas. Há, ainda, uma grande impunidade para os que transportam drogas, que são vistos pela sociedade como um produto social.

A falta de uma pena mais pesada estimula a prática do tráfico, assim a postura do judiciário influencia na prática do crime. O comportamento dos criminosos é reflexo da impunidade vigente.

ANEXO A3

ROTEIRO DE PESQUISA ORAL

Nome: Leticia Mobis Alves

Idade: 29 anos

Função: Delegada de Policia Civil

Local de trabalho: Delegacia de Atendimento à mulher de Três Lagoas - MS

Tempo de atuação: 1 anos

1. O que leva as mulheres cometerem crimes?

Resposta: Principalmente o uso de drogas, condição social, influência de parceiro. Mas o aumento da participação feminina na prática de crimes é em caráter geral, reflexo do aumento da participação das mulheres em todas as atividades sociais do protagonismo alcançado por elas com o desenvolvimento e aceitação do gênero como igual ao gênero masculino.

2. Qual a relação entre: violência x mulher x droga x pobreza?

Resposta: A pobreza e o uso de drogas são fatores que impedem a mulher ao cometimento do crime contra o patrimônio e de trafico de entorpecentes e que também a torna vitima de violência.

3. O que justifica o crescimento da utilização da mulher no transporte de drogas?

Resposta: A idéia de que são alvos menos visados pela policia, a influência dos grupos criminosos organizados e de parceiros (namorados, maridos) envolvidos com estes grupos. Quando o parceiro é preso, começa a ser pressionado pelo grupo a manter as atividades da traficância e como não pode fazê-lo, pressiona a mulher para agir em seu lugar.

4. Há bairros com maior concentração de mulheres que praticaram ou praticaram crimes? Há segregação social?

Resposta: Sim, mas como decorrência da maior concentração de pobreza. OS bairros populares (casas construídas pelo Governo Municipal) de Três Lagoas, por exemplo. Mas isso não indica necessariamente segregação social, apenas que há um conjunto de fatores que facilitam que as moradoras delinquiriam.

5. Há programas de políticas públicas visando a redução dos crimes contra a mulher? E dos crimes praticados pelas mulheres?

Resposta: Contra a mulher sim, principalmente no que toca a violência domestica e familiar e abuso social de menores de idade.

Praticados pelas mulheres desconheço, talvez a delinquência feminina ainda não tenha chamado a atenção dos gestores públicos.

6. Qual a situação atual do Sistema Prisional Feminino?

Resposta: Não tenho elementos para indicar, pois não conheço o sistema inteiramente, lido com mulheres vitimas e não criminosas, em sua maioria.

7. Sugestões e propostas de melhorias para as encarceradas e egressas, buscando atingir a redução do índice de reincidência.

Resposta: Oferecer cursos profissionalizantes dentro do presídio e quando da saída da mulher firmar parcerias com o setor privado para empregá-la.

Criar programa de apoio à família da encarcerada, filhos principalmente pois geralmente com a sua prisão, as crianças sofrem negligência dos parentes que ficam com a sua guarda.

Criar programa para tratamento do vicio de drogas dentro da prisão.

8. Ao longo do exercício da sua função qual a proporção dos crimes praticados contra e pela mulher na cidade de Três Lagoas?

Resposta: Crimes em que a vitima é mulher e há causa relativa à discriminação de gênero.

9. Quais são as possíveis medidas preventivas para a redução da utilização da mulher no transporte de drogas (mulas)?

Resposta: Implantação de programas de combate ao uso de drogas específico para mulheres (uma vez que a adictas muitas vezes traficam para pagar o seu vicio).

Implantação de programas para fortalecer a autodeterminação e desestimular que as mulheres se deixem convencer pelos parceiros que as levam a delinqüir, bem como que encaminhem à mulher aos meios de garantir sua renda indiretamente do parceiro.

ANEXO B1

ROTEIRO DE PESQUISA ORAL

Nome: Leonice Miranda Rocha Guarini

Idade: 44 anos

Função: Diretora de Unidade Penal

Local de trabalho: Estabelecimento Penal Feminino de Regimes Semiaberto, Aberto e Assistência à Albergada de Três Lagoas

Tempo de atuação: 1 ano

1. O que leva as mulheres cometerem crimes?

Resposta: Falta de recursos financeiros, envolvimento e influência de pessoas do “mundo do crime”, geralmente o próprio marido.

2. Qual a relação entre: violência x mulher x droga x pobreza?

Resposta: Estão diretamente relacionados, um sempre levando ao outro, para fugir da violência (às vezes dentro da própria casa) e da pobreza e da necessidade de alimentar os filhos (que geralmente criam sozinhas) acabam tendo ou vendo como a saída mais fácil, rápida e pratica o tráfico de drogas.

3. O que justifica o crescimento da utilização da mulher no transporte de drogas?

Resposta: Por acharem que seriam menos visadas houve um período de aumento do tráfico envolvendo mulheres, porém recentemente houve uma diminuição com a população feminina, aparentemente.

4. Há bairros com maior concentração de mulheres que praticaram ou praticaram crimes? Há segregação social?

Resposta: Creio que sim, segregação é sempre muito presente na sociedade brasileira em geral, e com o tráfico não é diferente, os bairros de maior incidência, tanto para homens como para mulheres geralmente são os bairros mais pobres, favelas.

5. Há programas de políticas públicas visando a redução dos crimes contra a mulher? E dos crimes praticados pelas mulheres?

Resposta: Sempre há campanhas, projetos visando à conscientização das mulheres, tanto para redução do crime, do uso de drogas e contra a violência contra a mulher.

6. Qual a situação atual do Sistema Prisional Feminino?

Resposta: É difícil diagnosticar, mas creio que já avançamos muito, e as internas tem uma boa assistência médica, odontológica, psicossocial, religiosa, maternal e material.

7. Sugestões e propostas de melhorias para as encarceradas e egressas, buscando atingir a redução do índice de reincidência.

Resposta: Profissionalização, esclarecimentos, assistência em todos os sentidos: material, social e psicológico.

8. Ao longo do exercício da sua função qual a proporção dos crimes praticados contra e pela mulher na cidade de Três Lagoas?

Resposta: Crimes praticados pela mulher: a grande maioria mais ou menos 90% tráfico de drogas; depois vem o furto e depois homicídio e lesões corporais. E contra a mulher: principalmente a violência física, geralmente praticada pelo próprio marido.

9. Quais são as possíveis medidas preventivas para a redução da utilização da mulher no transporte de drogas (mulas)?

Resposta: Campanhas educativas esclarecedoras, frentes de trabalho especialmente para mulheres. Apoio do poder público na criação e educação dos filhos como creches, escolas integrais, etc.

ANEXO B2

ROTEIRO DE PESQUISA ORAL

Nome: Marcela Dias Maio

Idade: 30 anos

Função: Diretora de Unidade Penal

Local de trabalho: Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas

Tempo de atuação: 04 anos

1. O que leva as mulheres cometerem crimes?

Resposta: De maneira geral, os crimes cometidos pelas mulheres estão relacionados a baixa renda familiar, conseqüentemente a falta de recursos financeiros para entender as necessidades básicas familiares. Neste caso, a ilusão de auferir dinheiro com facilidade e rapidez, leva-as à prática do crime de tráfico de drogas. Esse crime também é cometido pelas mulheres em decorrência de influência por parte dos conviventes, que as induzem a praticarem tais delitos, por meio inclusive de ameaças.

Outra prática constante é a de crimes passionais, há grande incidência de crimes de homicídio, que ocorrem em virtude de abusos com as próprias mulheres ou com seus filhos.

2. Qual a relação entre: violência x mulher x droga x pobreza?

Resposta: A relação é bastante estreita, tendo em vista que a maioria dos crimes cometidos pelas mulheres são provocados por estarem as mesmas na classe de baixa renda, terem sofrido abusos e violência física e psicológica durante toda a vida e em muitos casos serem dependentes químicas. Diferentemente do que ocorre com o público masculino, a incidência das práticas delituosas de furto e roubo entre o público feminino é muito pequena.

3. O que justifica o crescimento da utilização da mulher no transporte de drogas?

Resposta: Para esta resposta não temos dados científicos, mas o aumento da participação de mulheres no tráfico de drogas é evidente, principalmente no que se refere as vendas no varejo. A justificativa para esse fato está possivelmente relacionada ao fato de na maioria dos casos as mulheres serem casadas com traficantes, e a partir do momento em que os maridos são presos, as mulheres assumem sua posição no tráfico.

4. Há bairros com maior concentração de mulheres que praticaram ou praticaram crimes? Há segregação social?

Resposta: Hoje o uso de entorpecentes já ultrapassou as fronteiras sociais. Pessoas mais ou menos favorecidas são vítimas da dependência química. Da mesma forma podemos dizer que a traficância é praticada por pessoas das diferentes classes sociais. Porém, certamente o índice é esmagadoramente maior entre os menos afortunados. Ao menos, via de regra, esses é que são presos. Desta

forma, os bairros onde há maior concentração de mulheres que praticam ou praticaram atividade de traficância, são os menos favorecidos e de baixa renda.

5. Há programas de políticas públicas visando a redução dos crimes contra a mulher? E dos crimes praticados pelas mulheres?

Resposta: Visando implementar tais programas, foi criada pelo Decreto nº 13.228, publicado no Diário Oficial de Mato Grosso do Sul, no dia 1 de julho de 2011, a Subsecretaria da Mulher e da Promoção da Cidadania que tem como competência formular, assessorar, propor, implementar e monitorar projetos e ações voltados aos segmentos das mulheres, diversidade étnico-racial e juventude. Ligadas à subsecretaria estão a Coordenadoria Especial de políticas Públicas para a Mulher, a Coordenadoria Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial.

Existe uma preocupação no sentido de garantir o direito à cidadania para as mulheres em situação de prisão. Serviços como atendimento jurídico concernente a assuntos de guarda de menores, reconhecimento de paternidade, regularização de união estável, bem como políticas públicas na área de saúde, voltadas ao público feminino, são iniciativas que estão sendo desenvolvidas a fim de tratar as mulheres presas em todas suas peculiaridades.

6. Qual a situação atual do Sistema Prisional Feminino?

Resposta: As unidades penais femininas vivem uma grande batalha a fim de adequar-se as necessidades apresentadas pelas mulheres presas. Manter atendimento psicossocial, médico-ginecológico, berçários e creches, e ocupações laborativas que estejam adequadas às aptidões do gênero feminino são desafios constantes. Como em quase todas as unidades prisionais do Brasil, há deficiências em vários setores. Especialmente na unidade penal feminina de Três Lagoas, não enfrentamos problemas de super lotação, o que é fator importante para que se consiga atingir a ressocialização e garantia de dignidade no cumprimento da pena.

7. Sugestões e propostas de melhorias para as encarceradas e egressas, buscando atingir a redução do índice de reincidência.

Resposta: Qualificar profissionalmente as mulheres enquanto estiverem presas e oportunizar a colocação das mesmas no mercado de trabalho em condições dignas assim que egressas, são alternativas para atingir esse objetivo. É fundamental que se busque a conscientização através de palestras a cerca da importância das mesmas na sociedade na criação e educação dos filhos, e especialmente a valorização do ser humano, inclusive respeitando as questões de gênero pertinentes.

8. Ao longo do exercício da sua função qual a proporção dos crimes praticados contra e pela mulher na cidade de Três Lagoas?

Resposta: Não saberia responder com precisão quais os crimes mais praticados contra as mulheres, ao que suponho serem aqueles relacionados à violência doméstica. É cometido pelas mulheres o tráfico de drogas indubitavelmente é o crime mais praticados por elas.

9. Quais são as possíveis medidas preventivas para a redução da utilização da mulher no transporte de drogas (mulas)?

Resposta: Uma força tarefa dos poderes executivos e legislativos, municipais e estaduais com a interferência do poder judiciário, propondo medidas de

conscientização e forte fiscalização nas atividades sociais, acompanhamento familiar, especialmente naqueles casos em que há notícia de prisão do pai de família. Oferecimento de informação sobre os prejuízos de correntes da prisão das mães no que se diz respeito ao futuro próximo dos filhos que, em muitos casos, ficam sob tutela do Estado por falta de interesse ou condições de outros familiares permanecerem com as crianças, entre outras medidas.

ANEXO C1

ROTEIRO DE PESQUISA ORAL

Nome: Eduardo Floriano Almeida

Idade: 38 anos

Função: Juiz de Direito da Segunda Vara Criminal

Local de trabalho: Segunda Vara Criminal da Comarca de Três Lagoas.

Tempo de atuação: 7 anos

1. O que leva as mulheres cometerem crimes?

Resposta: A maioria (80%) das mulheres presas tem ligação com o tráfico. São induzidas pelos companheiros, que, geralmente, são presos, e, assim a mulher dá continuidade ao comércio. Na maioria das vezes elas também são usuárias de entorpecentes.

Há incidência da prática de furto e homicídio passional.

O furto muitas vezes está relacionado ao uso de drogas.

2. Qual a relação entre: violência x mulher x droga x pobreza?

Resposta: Pobreza é uma das causas que leva ao tráfico pela dependência econômica do marido. No entanto, o tráfico é violência invisível.

Há muitos casos que as mulheres assumem a autoria do crime, para livrar o companheiro de responder pelo delito.

3. O que justifica o crescimento da utilização da mulher no transporte de drogas?

Resposta: Porque os traficantes acreditam que a fiscalização e a suspeita é mais branda com as mulheres que transportam drogas na modalidade conhecida como "mulas".

É muito comum a mulher trazer drogas no estômago ou nos órgãos genitais.

4. Há bairros com maior concentração de mulheres que praticaram ou praticaram crimes? Há segregação social?

Resposta: Há bairros, como Vila Piloto, São João, onde a polícia atua com mais eficácia, pois há maior incidência de crimes.

No entanto, não quero dizer que nesses bairros há maior quantidade de práticas criminosas. A fiscalização policial deve o modo de agir diferente em cada localidade, nos bairros mais afastados há um perfil diferenciado do traficante. Nos bairros mais pobres geralmente eles tem baixo nível de instrução e não há escolha do vendedor

5. Há programas de políticas públicas visando a redução dos crimes contra a mulher? E dos crimes praticados pelas mulheres?

Resposta: Os crimes praticados contra mulher, principalmente, a violência doméstica, há programas tímidos na cidade de Três Lagoas, e apenas uma delegacia. Não há aparato para proteção como prevê a lei. As vítimas, geralmente, são encaminhadas para Campo Grande.

No caso dos crimes sexuais a mulher é atendida pela delegacia da mulher e é realizado o devido acompanhamento.

Quanto a mulher que ocupa a posição de autora de crimes é realizado um programa de trabalho, mas posterior ao cumprimento de sua pena não há nenhum acompanhamento para reinserção social.

Referente a recuperação das usuárias de drogas na cidade de Três Lagoas há apenas a instituição da Peniel, e, infelizmente, o setor público não disponibiliza nenhuma assistência para o tratamento dos dependentes de drogas.

6. Qual a situação atual do Sistema Prisional Feminino?

Resposta: Na cidade de Três Lagoas é boa, há um Estabelecimento Penal Feminino que as internas cumprem o regime fechado, com a capacidade de 70 internas e hoje conta com 50 internas, destas, apenas umas 30 internas são provenientes de Três Lagoas. Neste estabelecimento está instalada uma indústria parceira que fornece cursos de costura.

Há projetos para construção de um estabelecimento feminino destinado para o cumprimento de pena nos regimes semiaberto e aberto.

7. Sugestões e propostas de melhorias para as encarceradas e egressas, buscando atingir a redução do índice de reincidência.

Resposta: Na cidade de Três Lagoas o maior índice entre as mulheres presas é o tipo criminal tráfico de drogas, portanto, é necessária uma melhor capacitação para evitar a dependência econômica do marido. Ainda há um índice de reincidência da mulher relativamente baixo.

O judiciário vem executando um bom trabalho. Há apenas umas questões que necessitam de otimização que pertencem a competência da polícia pública.

Há, ainda, uma falha do sistema público devido a ausência satisfatória de assistência as pessoas em situação de vulnerabilidade.

8. Ao longo do exercício da sua função qual a proporção dos crimes praticados contra e pela mulher na cidade de Três Lagoas?

Resposta: Aproximadamente são presos 10 homens para 01 mulher. Observo um índice maior da mulher figura como vítima, é o caso dos crimes de violência contra a mulher e os crimes sexuais.

9. Quais são as possíveis medidas preventivas para a redução da utilização da mulher no transporte de drogas (mulas)?

Resposta: Envolve política pública, como emprego, cursos para habilitação e estudo.

ANEXO D1

ROTEIRO DE PESQUISA ORAL

Nome: Juliana Muniz de Freitas

Idade: 35 anos

Função: Psicóloga

Local de trabalho: Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas

Tempo de atuação: 9 anos no Sistema Penitenciário

1. Ao longo do exercício da sua função houve constatação se o tempo de cumprimento de pena nos estabelecimentos penais provocam distúrbios comportamentais que influenciam na ressocialização?

Resposta: Olha...a ocorrência de distúrbios comportamentais e/ou mentais depende não só do ambiente e do tempo nele exposto, mas também de características intrínsecas à pessoa. O que pude observar durante o período em que trabalho no sistema é que há pessoas que desenvolvem transtornos mentais de grande sofrimento, com quadros depressivos e ansiosos, independentemente do tempo de cumprimento de pena. Somente o fato de se ver privado de liberdade, em um ambiente estranho e restritivo, com pessoas que lhe são também estranhas, pode desencadear quadros psicopatológicos. Quanto maior a fragilidade emocional da pessoa, maior as chances desse desencadeamento. Em geral, não necessariamente há modificação de comportamento significativa para caracterizarmos como um distúrbio, mas há comportamentos que são apreendidos dentro da prisão, de um ponto de vista cultural. A chamada “ressocialização” depende muito mais da sensibilização do apenado e da possibilidade de oportunidades de vida, que da ocorrência ou não de distúrbios comportamentais.

2. Os valores sociais e religiosos cristalizados impedem a ressocialização das ex reclusas?

Resposta: A maior parte dos valores sociais das reclusas (e ex reclusas), são quase todos iguais aos que estamos expostos, já que estamos em uma mesma sociedade, assim como os valores religiosos e suas variações. Infelizmente, parte desses valores sociais é negativa, ditando mesmo que de forma pouco clara, em sua essência, de que ter é melhor que ser, de que para se dar bem, é necessário ser esperto: então é melhor não seguir as regras de trânsito, para chegar mais rápido, ou traficar drogas, para comprar o carro novo. A comparação dos exemplos pode até ser exagerada, mas a essência é a mesma: se dar bem, sem frustrações. Quanto aos valores sociais “da sociedade”, em si – e não exatamente os apreendidos pelas reclusas – dificultam o acolhimento de pessoas que estão ou estiveram presas, já que comum o preconceito: então, por exemplo, mesmo que capacitada profissionalmente, uma egressa terá dificuldades em ser aceita em uma vaga de emprego. A falta de emprego impede o sustento e a impossibilidade de sustento pode levar à prática de delito. Quanto aos valores religiosos, desconheço, em nossa sociedade, quaisquer que impeçam ou dificultem o retorno de reclusas à

comunidade aberta. O que ocorre, entretanto, é que pessoas que se dizem religiosas podem se utilizar de interpretações próprias para naturalizar a repulsa e o ódio à pessoa que praticou um crime e tentar, tendo oportunidade e poder, dificultar ou impedir as oportunidades de vida de ex reclusas.

3. A reincidência ocorre por falta de emprego satisfatório para as ex reclusas?

Resposta: Não exatamente, mas a falta pode influenciar a reincidência em determinados casos, aonde aqueles valores sociais de se dar bem sem frustrações se mantém constante no modo de pensar e viver da pessoa. Veja bem...é desproporcional e “desleal” a competição entre o retorno financeiro de um emprego lícito – e isso para uma pessoa sem ensino fundamental completo e capacitação ou experiência profissional, que é característico na maioria de nossas reclusas – e o advindo da prática de um delito como o tráfico de entorpecentes. Enquanto no emprego lícito essa mulher recebe como pagamento do trabalho de um mês cerca de um salário mínimo ou pouco mais, em uma viagem como “mula” de um traficante, recebe um, dois, três mil reais ou mais e, como vendedora em uma “boca de fumo”, geralmente sua própria casa, lucra valores maiores ou muito maiores do que ganha uma “mula”. Resta-nos, assim, procurar sensibilizar essa mulher para que os valores sociais negativos não sejam dominantes. Sim...é preparar essa pessoa a tolerar a frustração e a perseverar em seu planejamento de vida, sem o cometimento de novos delitos. É sensibilizar essa pessoa de que algo está errado, de que quando comete o delito alguém sai prejudicado, podendo inclusive ter sua vida destruída com sua colaboração. É, por fim, participar da construção de novos valores, aonde um emprego ruim não seja fator válido para entrar na ou voltar à criminalidade. A falta de emprego, a impossibilidade completa de subsistência, contudo, é fator que pode levar à reincidência pelas próprias condições extremas de miséria que pode causar e exigir a prática de um delito que sane ou minimize sua necessidade humana de subsistir.

4. O perfil das ex reclusas influencia na obtenção de emprego pelas ex reclusas? Quais as facilidades e dificuldades?

Resposta: Apesar de não haver uma pesquisa formal, em minha prática profissional constato que o perfil das reclusas dificulta a obtenção de emprego especializado: na grande maioria, a escolaridade é baixa, dificilmente sendo superior às séries iniciais do ensino fundamental; uma pequena parcela teve iniciadas as séries finais e, raramente, encontro reclusas com ensino médio, completo ou não. Além disso, até pela baixa escolaridade, baixa renda e desconhecimento do funcionamento da educação profissional, nunca se habilitaram em cursos profissionalizantes. O sistema penitenciário de nosso estado poderia compensar essa deficiência – escolarização e profissionalização –, mas, pelo menos neste município, desenvolve basicamente atividades de alfabetização, no ensino regular, e de treinamento em atividades de complementação de renda, através de projetos e que passam longe da formação de profissionais voltados ao mercado de trabalho. Atualmente, é mais fácil garantir um emprego quando a pessoa se encontra sob custódia do sistema penitenciário, já que legalmente a empresa empregadora é isenta de uma série de contribuições, podendo pagar inclusive salário menor que o mínimo – dois terços deste – que um emprego quando ex reclusa, já que então deve ser formalizada como uma trabalhadora comum, competindo com outras trabalhadoras que não vivenciam o preconceito da prisão e que podem possuir maior escolaridade e capacitação profissional relevante ao mercado de trabalho local.

5. O que provoca o aumento do índice de criminalidade praticada pelas mulheres?

Resposta: Sempre cito o tráfico como exemplo, pois é o delito de maior ocorrência entre as mulheres aprisionadas com as quais já trabalhei e cuja ocorrência, geralmente, não deriva de transtornos comportamentais e mentais, mas da ganância e da vaidade ou, muito comumente, do apoio dado ao companheiro que também trafica. Muitas mulheres ainda são muito dependentes do homem, comportamental e emocionalmente falando e, quando se tornam companheira de homens que praticam crimes, parte significativa passa a também praticar, seja para demonstrar consciente e efetivamente que é “sua companheira”, fiel e leal, seja sendo manipulada pelo companheiro.

Outra problemática, comum a homens e mulheres, é o vício extremado em entorpecentes de alto prejuízo à saúde, física e psíquica, como o é o “crack”: barato, potente, rápido e facilmente encontrado. Verdadeiro substituto para os problemas da vida, até que, rapidamente, se torna o maior problema da vida. Apesar de barato, o crack exige aumento significativo na quantidade utilizada para surtimento do mesmo efeito, o que exige, em consequência, cada vez mais dinheiro. Um dos sintomas comportamentais do crack é a perda da capacidade de trabalho, de procurar a subsistência...e a necessidade de se adquirir a droga, agora sem trabalho, sem renda, é o furto. Primeiro se apropriando de bens da própria família, depois a comunidade, quando passa a se arriscar e ir para a prisão. Sem tratamento adequado – e o vício às drogas, principalmente ao crack, é muitíssimo difícil de ser tratado – a reincidência em delitos que o sustentem é uma constante.

6. Há casos de depressão nas mulheres durante e posterior o cumprimento de pena?

Resposta: Sim. Inclusive quadros depressivos são comumente encontrados nas reclusas, em meu trabalho cotidiano. A vivência de uma prisão causa grande sofrimento psíquico e, ao sair dela, deparar-se com um mundo que agora a vê e a trata forma preconceituosa, diminuindo ainda mais suas oportunidades de vida, somente colabora para o aumento desse sofrimento psíquico. Assim, a vitimização por uma comunidade que discrimina, repleta de preconceitos, é tão prejudicial e desencadeadora de transtornos mentais quanto uma prisão.

ANEXO E1

ROTEIRO DE PESQUISA ORAL

Nome: José Luiz Rodrigues

Idade: 40 anos

Função: Promotor de Justiça

Local de trabalho: Terceira Promotoria de Justiça de Três Lagoas.

Tempo de atuação: 10 anos

1. O que leva as mulheres cometerem crimes?

Resposta: Penso que são os mesmos motivos pelos quais os homens, a saber, nos crimes contra o patrimônio visa o lucro fácil, e nos demais há desvio de personalidade. Percebo, também, a recorrente desordem familiar.

2. Qual a relação entre: violência x mulher x droga x pobreza?

Resposta: De certa maneira as mulheres não são violentas quando da prática de crimes, contudo o crime que mais praticam tem relação com o tráfico de droga. Visualizo que a pobreza não é fator de introdução determinante na vida criminosa.

3. O que justifica o crescimento da utilização da mulher no transporte de drogas?

Resposta: Existe vantagem para os dois lados. Para o crime organizado há crença da impunidade, uma vez que a mulher não é tão visada. Já a mulher visa lucro fácil, pois trabalhar um mês receberá apenas um salário mínimo e ao realizar uma viagem receberá um valor maior.

4. Há bairros com maior concentração de mulheres que praticaram ou praticam crimes? Há segregação social?

Resposta: Por falta de dados estatísticos não se pode afirmar com precisão onde se concentra o maior número de mulheres que praticam crimes.

5. Há programas de políticas públicas visando a redução dos crimes contra a mulher? E dos crimes praticados pelas mulheres?

Resposta: Nos crimes praticados contra a mulher está havendo introdução de programa de apoio e acompanhamento para as vítimas. Quanto a mulher como autora de crimes não existe programa específico.

6. Qual a situação atual do Sistema Prisional Feminino?

Resposta: O sistema penitenciário em Três Lagoas funciona muito bem. As internas têm respeitado os direitos que não foram alcançados pela sentença condenatória. As instalações são boas, existe oportunidade de trabalho; o número de ocupantes por cela é razoável.

7. Sugestões e propostas de melhorias para as encarceradas e egressas, buscando atingir a redução do índice de reincidência.

Resposta: Assim tanto preventiva quanto medida de reabilitação o fulcro é a família. Algumas empresas privadas e o terceiro setor se mobilizam, mas falta participação Estatal.

8. Ao longo do exercício da sua função qual a proporção dos crimes praticados contra e pela mulher na cidade de Três Lagoas?

Resposta: Alguns dados para ilustrar: presídio feminino cerca de 40 internas; o masculino conta com aproximadamente 400.

Dados nacionais: 75% das mulheres sofrem violência doméstica, entre elas emocional, sexual, física e psicológica. A mulher apresenta reclamação em BO apenas na sétima vez (em média) que é violentada.

9. Quais são as possíveis medidas preventivas para a redução da utilização da mulher no transporte de drogas (mulas)?

Resposta: O problema é crônico porque na grande maioria as mulheres (como os homens) ingressam no crime devido à falta de estrutura familiar. Assim quando saem dos presídios, por falta da mesma estrutura, voltam para a delinquência. O Estado não tem programas de apoio.

ANEXO F1

QUESTIONÁRIO PARA AS MULHERES ENCARCERADAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEMININO DE TRÊS LAGOAS
--

PRESA 1	
Data da Prisão: 02/12/2008	Data da Entrada: 28/08/2010
Endereço: Bairro: Nova Conquista, Cidade: Campo Grande/MS	
Data de Nascimento: 17/03/1973	Advogado Particular: () Defensoria Pública: (X)
Naturalidade: Campo Grande/MS	Nacionalidade: Brasileira
Estado Civil: Solteira	
Cor da pele: Branca	
Religião: Evangélica	
Profissão: Costureira	
Grau de instrução: Ensino fundamental incompleto	
Sentenciada em: não informado	
Motivo da prisão Tráfico de drogas (art. 33, Lei 11.343/2006)	Pena imposta: 6 anos

1. Filhos: () Não (X) Sim, quantos? 05 filhos

2. Dependentes: 03 filhos

3. Procedência: (X) Nacional, Cidade Campo Grande, UF:MS
() Estrangeira:

4. Estado Civil dos pais:
(X) solteiros () casados () divorciados () viúvos () outros: _____

5. Com quem residia antes de ser presa?
() pais () esposo/companheiro () filhos (X) outros: sozinha.

6. Dentro da UP participa de cultos religiosos?
() não (X) sim, qual? Todos.

7. Exercia alguma atividade laboral antes da prisão?
() não (X) sim () formal (X) informal

8. Ocupação funcional anterior a prática do delito? Costureira.

Faixa salarial:

(X) 0-1 salário mínimo () 1-2 salários mínimos () 2-3 salários mínimos
() 3-4 salários mínimos () 4-5 salários mínimos () + de 5 salários mínimos

9. Local do último emprego: Em um restaurante no parque das nações indígenas em Campo Grande/MS.

10. () Primário (X) Reincidente, em qual delito? Tráfico de drogas.

11. Se reincidente:

a) Qual a reação/reciprocidade que encontrou quando terminou de cumprir sua pena?

- Vizinhos: As pessoas que me conheciam na rua ficaram alegres e cumprimentaram pela conquista, de ter vencido, estar livre..

- Bairro: Eu morava no centro de Campo Grande e tinha o mesmo ciclo de vida, pessoas sendo presas, outras soltas, outras conseguiam sair do vício..

- Cidade: Amo e sinto me bem em Campo Grande. Minha família nasceu lá, lá estou em casa.

11.1. Qual a sua percepção após a saída da UP?

Primeiro queria mudar de vida, mas não tive oportunidades de emprego, porque quando as pessoas sabiam que eu era interna, que havia sido presa me rejeitavam. Também não tinha nenhuma indicação de emprego, ou carta de trabalho.

12. Residência: () própria () alugada () cedida

Morava na rua e quando engravidava voltava para a casa da minha mãe.

13. Endereço:

(X) Urbano () Rural

Tempo de Residência: Uns 07 anos.

14. Afinidade com o lugar que morava: (X) Sim () Não

Motivo: () familiar () nascimento (X) amigos

(X) financeiro () pacífico () proximidade do trabalho

15. Depois que cumprir a pena você gostaria de voltar para a sua residência?

Quero ficar em Três Lagoas, não tenho vontade de voltar para Campo Grande.

16. Relacionamento com os vizinhos: () Ótimo (X) Bom () Ruim

17. Bairro que cometeu o delito é o mesmo que residia?

(X) Sim () Não. Local:

18. Motivos que levou a prática do delito?

- Financeiros Culturais Familiares Drogas Amizades
 Outros, quais: _____.

19. Quanto tempo praticava este e/ou outro delito?

- até 5 anos 5 a 10 anos 10 a 15 anos + de 15 anos

20. Já cometeu algum delito no bairro que reside?

- Sim. Justifique: Porque tinha amizades, os outros me conheciam e sabiam que eu vendia drogas, mesmo tendo muitos policiais no centro de Campo Grande. No bairro que a minha mãe morava eu não traficava porque pensava na minha mãe e não tinha amizades.

Não. Justifique:

21. Motivos para escolha do local para cometer o delito. Quais facilidades que o local para a prática do delito?

Porque era normal a venda de drogas no centro de Campo Grande.

22. Quanto tempo praticava o delito antes de ser presa?

Comecei aos 16, 17 anos.

23. Qual o relacionamento com a vítima? Não informou.

- Familiar Social Comercial
 Conhecia Não conhecia Nenhum relacionamento

24. Situação do relacionamento após o encarceramento:

a) Familiar:

- Ascendentes: Ótimo Bom Ruim
 Colaterais: Ótimo Bom Ruim
 Cônjuge/companheiro Ótimo Bom Ruim
 Descendentes Ótimo Bom Ruim

b) Religioso: Ótimo Bom Ruim

c) Social (amigos): Ótimo Bom Ruim

25. Realizou trabalhos e/ou estudos durante o cumprimento da pena?

- Não Sim, trabalho estudo
 Finalidade: Remição Financeiro Aperfeiçoamento profissional
 Ocupação do tempo Outros. Quais:

26. Consumia bebidas alcoólicas?

- Não Sim. Quanto tempo: há uns 16 anos.
 Qual a frequência do consumo? Diário Semanal Eventual

27. Era usuária de drogas?

- Não Sim. Quanto tempo: há uns 16 anos.
 Qual a frequência do consumo? Diário Semanal Eventual

28. Você já foi contratada para transportar drogas?
() Não (X) Sim, quantas vezes? Muitas vezes, já fui presa 08 vezes.

29. Onde foi buscar a droga? Já fui na Bolívia, Cuiabá, Ponta Porã.

30. Qual o relacionamento com o fornecedor?
() Familiar () Social (X) Comercial () Outro:

Anterior a prática do delito: () Ótimo () Bom (X) Ruim
Posterior a prática do delito: () Ótimo () Bom (X) Ruim

31. Tem inimizades dentro da UP:
Antes do encarceramento: (X) Não () Sim, motivo:
Depois do encarceramento: (X) Não () Sim, motivo:

32. Tem inimizades exterior do sistema prisional:
Antes do encarceramento: (X) Não () Sim, motivo:
Depois do encarceramento: (X) Não () Sim, motivo:

33. Quais são suas expectativas após o cumprimento da pena?
Família: Quanto a minha filha sei que vou ter amparo. Mas minha mãe só vai me aceitar de volta se parar de usar drogas e ter uma vida direita.

Emprego: Estou trabalhando na empresa de costura aqui no presídio e queria ter oportunidade quando terminar minha pena.

Estudo: Não tenho vontade de voltar a estudar, porque meus filhos já estão grandes.

Comunidade: Não tenho expectativas quanto a sociedade, pois não conheço uma realidade diferente, sempre estive envolvida no mundo do crime, precisava de dinheiro, achava que recebia pouco.

34. Vinculação com algum partido/comando criminoso: (X) Não () Sim, qual?

35. Teve algum relacionamento homossexual dentro da UP? (X) Não () Sim

ANEXO F2

QUESTIONÁRIO PARA AS MULHERES ENCARCERADAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEMININO DE TRÊS LAGOAS
--

PRESA 2	
Data da Prisão: 20/11/2010	Data da Entrada: 21/11/2010
Endereço: Bairro: Cidade Ademar Cidade: São Paulo/SP	
Data de Nascimento: 18/12/1963	Advogado Particular: () Defensoria Pública: (X)
Naturalidade: Frutal/MG	Nacionalidade: Brasileira
Estado Civil: Divorciada	
Cor da pele: Parda	
Religião: Católica.	
Profissão: Motorista	
Grau de instrução: Ensino fundamental incompleto	
Sentenciada em: não informado	
Motivo da prisão: Tráfico de drogas Art. 33 da Lei 11.343/2006	Pena imposta: Prisão preventiva

1. Filhos: () Não (X) Sim, quantos? 02 filhos

2. Dependentes: 02

3. Procedência: (X) Nacional, Cidade: São Paulo, UF: SP
() Estrangeira:

4. Estado Civil dos pais:
(X) solteiros () casados () divorciados (X) viúvos () outros: _____

5. Com quem residia antes de ser presa?
() pais () esposo/companheiro (X) filhos () outros: _____

6. Dentro da UP participa de cultos religiosos?
() não (X) sim, qual? Todos.

7. Exercia alguma atividade laboral antes da prisão?
() não (X) sim () formal (X) informal

8. Ocupação funcional anterior a prática do delito? Motorista.

Faixa salarial:

- 0-1 salário mínimo 1-2 salários mínimos 2-3 salários mínimos
 3-4 salários mínimos 4-5 salários mínimos + de 5 salários mínimos

9. Local do último emprego: Em minha casa em Araçatuba/SP.

10. Primário Reincidente, em qual delito?

11. Se reincidente:

a) Qual a reação/reciprocidade que encontrou quando terminou de cumprir sua pena?

- Vizinhos: Prejudicado.

- Bairro: Prejudicado.

- Cidade: Prejudicado.

11.1. Qual a sua percepção após a saída da UP? Prejudicado.

12. Residência: própria alugada cedida

13. Endereço:

Urbano Rural

Tempo de Residência: Uns 04 anos.

14. Afinidade com o lugar que morava: Sim Não

Motivo: familiar nascimento amizades
 financeiro pacífico proximidade do trabalho

15. Depois que cumprir a pena você gostaria de voltar para a sua residência?

Vou voltar para casa com certeza.

16. Relacionamento com os vizinhos: Ótimo Bom Ruim

17. Bairro que cometeu o delito é o mesmo que residia?

Sim Não. Local: Brasilândia/MS.

18. Motivos que levou a prática do delito?

Financeiros Culturais Familiares Drogas Amizades
 Outros, quais: _____.

19. Quanto tempo praticava este e/ou outro delito?

até 5 anos 5 a 10 anos 10 a 15 anos + de 15 anos

20. Já cometeu algum delito no bairro que reside?

Sim. Justifique:

Não. Justifique: Porque sempre fui trabalhadora, nunca precisei.

21. Motivos para escolha do local para cometer o delito. Quais facilidades que o local para a prática do delito?

Não sei porque a escolha, apenas fui contratada como motorista para buscar um carro em Campo Grande/MS.

22. Quanto tempo praticava o delito antes de ser presa?

Foi a primeira vez.

23. Qual o relacionamento com a vítima?

Familiar Social Comercial
 Conhecia Não conhecia Nenhum relacionamento

24. Situação do relacionamento após o encarceramento:

a) Familiar:

Ascendentes: Ótimo Bom Ruim
Colaterais: Ótimo Bom Ruim
Cônjuge/companheiro Ótimo Bom Ruim, Não tenho marido.
Descendentes Ótimo Bom Ruim.

b) Religioso: Ótimo Bom Ruim

c) Social (amigos): Ótimo Bom Ruim

25. Realizou trabalhos e/ou estudos durante o cumprimento da pena?

Não Sim, trabalho estudo
Finalidade: Remição Financeiro Aperfeiçoamento profissional
 Ocupação do tempo Outros. Quais:

26. Consumia bebidas alcoólicas?

Não Sim. Quanto tempo: Desde dos 18 anos de idade.
Qual a frequência do consumo? Diário Semanal Eventual

27. Era usuária de drogas?

Não Sim. Quanto tempo:
Qual a frequência do consumo? Diário Semanal Eventual

28. Você já foi contratada para transportar drogas?

Não Sim, quantas vezes? Primeira vez

29. Onde foi buscar a droga? Campo Grande/MS.

30. Qual o relacionamento com o fornecedor?

Familiar Social Comercial Outro:

Anterior a prática do delito: Ótimo Bom Ruim

Posterior a prática do delito: Ótimo Bom Ruim

31. Tem inimizades dentro da UP:

Antes do encarceramento: Não Sim, motivo:

Depois do encarceramento: Não Sim, motivo:

32. Tem inimizades exterior do sistema prisional:

Antes do encarceramento: Não Sim, motivo:

Depois do encarceramento: Não Sim, motivo:

33. Quais são suas expectativas após o cumprimento da pena?

Família: Vou ter apoio da minha família, das minhas filhas e irmãs.

Emprego: A empresa Sultan pretende dar oportunidade de emprego na fábrica de costura, e eu vou abraçar uma vida nova, decente, porque tenho habilidade.

Estudo: Quero fazer cursos de computador, de costura.

Comunidade: Espero que me aceitem, dê uma oportunidade, porque as pessoas tem muito preconceito.

34. Vinculação com algum partido/comando criminoso: Não Sim, qual?

35. Teve algum relacionamento homossexual dentro da UP? Não Sim

36. Depoimento: A frustração maior é a saudade. Há muitas pessoas que entram na vida do crime devido às circunstâncias

O trabalho da costura serve para várias coisas, fez sentir viva, útil, responsável, sinto me honesta e não como uma presa. Se eu tiver oportunidade de ter um emprego quando sair vou ficar aqui em Três Lagoas.

ANEXO F3

QUESTIONÁRIO PARA AS MULHERES ENCARCERADAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEMININO DE TRÊS LAGOAS
--

PRESA 3	
Data da Prisão: 05/01/2009	Data da Entrada: 12/02/2011
Endereço: Bairro: Jardim Dourado Cidade: Três Lagoas/MS	
Data de Nascimento: 08/09/1976	Advogado Particular: (X) Defensoria Pública: ()
Naturalidade: Três Lagoas/MS	Nacionalidade: Brasileira
Estado Civil: Solteira	
Cor da pele: Parda	
Religião: Evangélica	
Profissão: Serviços gerais	
Grau de instrução: Ensino fundamental incompleto	
Sentenciada em: não informado	
Motivo da prisão: Roubo (art. 157, CPB)	Pena imposta: 22 anos e 07 meses

1. Filhos: () Não (X) Sim, quantos? 02 filhos

2. Dependentes: 01 filho.

3. Procedência: (X) Nacional, Cidade Três Lagoas, UF: MS
() Estrangeira:

4. Estado Civil dos pais:

() solteiros () casados (X) divorciados () viúvos () outros: _____

5. Com quem residia antes de ser presa?

(X) pais () esposo/companheiro () filhos () outros: _____

6. Dentro da UP participa de cultos religiosos?

() não (X) sim, qual? Evangélico.

7. Exercia alguma atividade laboral antes da prisão?

() não (X) sim () formal (X) informal

8. Ocupação funcional anterior a prática do delito? Copeira.

Faixa salarial:

- (X) 0-1 salário mínimo () 1-2 salários mínimos () 2-3 salários mínimos
 () 3-4 salários mínimos () 4-5 salários mínimos () + de 5 salários mínimos

9. Local do último emprego: Na cidade de Costa Rica.

10. () Primário (X) Reincidente, em qual delito? Roubo (art. 157, CPB).

11. Se reincidente:

a) Qual a reação/reciprocidade que encontrou quando terminou de cumprir sua pena?

- Vizinhos: A primeira vez as pessoas ficaram assustadas, comentaram minha saída. Na última vez foi normal, não teve preconceito.

- Bairro: O Jardim Dourado e o Jardim Paineiras são vizinhos, então tem lugares que prefiro não frequentar, não passar para não ter momentos de fraqueza.

- Cidade: Tudo é diferente, é novidade quando se passa muito tempo sem ver o mundo de fora.

11.1. Qual a sua percepção após a saída da UP?

Tem muitas mudanças na cidade, muitas novidades. Nas outras vezes que sai fui atrás das mesmas coisas, das drogas. Desta vez foi diferente, procurei minha família, fui em busca de emprego.

12. Residência: () própria (X) alugada () cedida

13. Endereço:

(X) Urbano () Rural

Tempo de Residência: Uns 05 meses.

14. Afinidade com o lugar que morava: () Sim (X) Não, tenho vergonha.

Motivo: () familiar () nascimento () amizades
 () financeiro (X) pacífico () proximidade do trabalho

15. Depois que cumprir a pena você gostaria de voltar para a sua residência?

Não quero voltar para minha casa, hoje trabalho e faço minhas economias para ir para uma casa melhor.

16. Relacionamento com os vizinhos: (X) Ótimo () Bom () Ruim

17. Bairro que cometeu o delito é o mesmo que residia?

() Sim (X) Não. Local: Na Zona Velha e no Centro.

18. Motivos que levou a prática do delito?

() Financeiros () Culturais () Familiares (X) Drogas () Amizades
 () Outros, quais: _____.

19. Quanto tempo praticava este e/ou outro delito?

até 5 anos 5 a 10 anos 10 a 15 anos + de 15 anos

20. Já cometeu algum delito no bairro que reside?

Sim. Justifique: Por causa das drogas.

Não. Justifique:

21. Motivos para escolha do local para cometer o delito. Quais facilidades que o local para a prática do delito?

Às vezes eu tinha facilidades, outras não, ai eu insistia por causa do vício e conseguia.

22. Quanto tempo praticava o delito antes de ser presa?

Não me lembro, há muito tempo atrás.

23. Qual o relacionamento com a vítima?

Familiar Social Comercial
 Conhecia Não conhecia Nenhum relacionamento

24. Situação do relacionamento após o encarceramento:

a) Familiar:

Ascendentes: Ótimo Bom Ruim
 Colaterais: Ótimo Bom Ruim
 Cônjuge/companheiro Ótimo Bom Ruim , Não tenho companheiro.
 Descendentes Ótimo Bom Ruim

b) Religioso: Ótimo Bom Ruim

c) Social (amigos): Ótimo Bom Ruim

25. Realizou trabalhos e/ou estudos durante o cumprimento da pena?

Não Sim, trabalho estudo
 Finalidade: Remição Financeiro Aperfeiçoamento profissional
 Ocupação do tempo Outros. Quais:

26. Consumia bebidas alcoólicas?

Não Sim. Quanto tempo: Desde os 14 anos de idade.
 Qual a frequência do consumo? Diário Semanal Eventual

27. Era usuária de drogas?

Não Sim. Quanto tempo: Desde dos 16 anos de idade.
 Qual a frequência do consumo? Diário Semanal Eventual

28. Você já foi contratada para transportar drogas?

Não Sim, quantas vezes?

29. Onde foi buscar a droga? Prejudicado.

30. Qual o relacionamento com o fornecedor?

Familiar Social Comercial Outro:

Anterior a prática do delito: Ótimo Bom Ruim

Posterior a prática do delito: Ótimo Bom Ruim

31. Tem inimizades dentro da UP:

Antes do encarceramento: Não Sim, motivo:

Depois do encarceramento: Não Sim, motivo:

32. Tem inimizades exterior do sistema prisional:

Antes do encarceramento: Não Sim, motivo:

Depois do encarceramento: Não Sim, motivo:

33. Quais são suas expectativas após o cumprimento da pena?

Família: Eles reuniram para me esperar, estavam felizes. Vão comemorar o fim da minha pena. É uma vitória passar por tudo isso.

Emprego: É muito difícil a discriminação é grande. A pessoa sempre bate a porta na cara. Há suspeita, desconfiança e cisma.

Estudo: Vou voltar a estudar e terminar os estudos.

Comunidade: Foi normal, as pessoas me trataram bem.

34. Vinculação com algum partido/comando criminoso: Não Sim, qual?

35. Teve algum relacionamento homossexual dentro da UP? Não Sim

36. Depoimento: “Eu sai da minha casa aos 11 anos, fui para o orfanato Lar do Miquelzinho, fiquei quase dois anos lá. Fui para a vida, me prostitui, e segui a vida”.

ANEXO F4

QUESTIONÁRIO PARA AS MULHERES ENCARCERADAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEMININO DE TRÊS LAGOAS
--

PRESA 4	
Data da Prisão: 17/05/2010	Data da Entrada: 17/05/2010
Endereço: Bairro: Jardim Paranaungá Cidade: Três Lagoas/MS	
Data de Nascimento: 27/06/1988	Advogado Particular: () Defensoria Pública: (X)
Naturalidade: Três Lagoas/MS	Nacionalidade: Brasileira
Estado Civil: Amasiada	
Cor da pele: Parda	
Religião: Não tem religião, mas acredita em Deus.	
Profissão: Serviços gerais	
Grau de instrução: Ensino fundamental incompleto	
Sentenciada em: não informado	
Motivo da prisão: Tráfico de drogas (art. 33, Lei 11.343/2006)	Pena imposta: 06 anos e 10 meses

1. Filhos: () Não (X) Sim, quantos? 01 filho

2. Dependentes: 01 filho.

3. Procedência: (X) Nacional, Cidade Três Lagoas, UF: MS
() Estrangeira:

4. Estado Civil dos pais:
() solteiros () casados () divorciados (X) viúvos () outros: _____

5. Com quem residia antes de ser presa?
() pais (X) esposo/companheiro (X) filhos () outros: _____

6. Dentro da UP participa de cultos religiosos?
() não (X) sim, qual? Todos.

7. Exercia alguma atividade laboral antes da prisão?
() não (X) sim (X) formal () informal

8. Ocupação funcional anterior a prática do delito? Serviços gerais.

Faixa salarial:

(X) 0-1 salário mínimo () 1-2 salários mínimos () 2-3 salários mínimos
() 3-4 salários mínimos () 4-5 salários mínimos () + de 5 salários mínimos

9. Local do último emprego: Fábrica de costura em Três Lagoas.

10. () Primário (X) Reincidente, em qual delito? Tráfico de drogas (art. 33, Lei 11.343/2006).

11. Se reincidente:

a) Qual a reação/reciprocidade que encontrou quando terminou de cumprir sua pena?

- Vizinhos: Fui bem recebida pela vizinhança.

- Bairro: Todos me receberam com muita alegria, é o local que fui criada.

- Cidade: Quando sai a cidade estava diferente, com asfalto.

11.1. Qual a sua percepção após a saída da UP?

Eu me senti livre, aliviada.

12. Residência: (X) própria () alugada () cedida

13. Endereço:

(X) Urbano () Rural

Tempo de Residência: 01 ano e 06 meses.

14. Afinidade com o lugar que morava: (X) Sim () Não.

Motivo: () familiar () nascimento (X) amizades
 () financeiro () pacífico () proximidade do trabalho

15. Depois que cumprir a pena você gostaria de voltar para a sua residência?

Vou voltar para minha casa, porque não tenho para onde ir.

16. Relacionamento com os vizinhos: () Ótimo (X) Bom () Ruim

17. Bairro que cometeu o delito é o mesmo que residia?

(X) Sim () Não. Local:

18. Motivos que levou a prática do delito?

(X) Financeiros () Culturais () Familiares () Drogas () Amizades
() Outros, quais: _____.

19. Quanto tempo praticava este e/ou outro delito?

(X) até 5 anos () 5 a 10 anos (X) 10 a 15 anos () + de 15 anos

20. Já cometeu algum delito no bairro que reside?

Sim. Justifique: Por várias pessoas me conhecerem.

Não. Justifique:

21. Motivos para escolha do local para cometer o delito. Quais facilidades que o local para a prática do delito?

Comercializava a droga em minha própria residência. Meu marido é bem conhecido no bairro.

22. Quanto tempo praticava o delito antes de ser presa?

Uns 9 meses.

23. Qual o relacionamento com a vítima?

Familiar Social Comercial

Conhecia Não conhecia Nenhum relacionamento

24. Situação do relacionamento após o encarceramento:

a) Familiar:

Ascendentes: Ótimo Bom Ruim

Colaterais: Ótimo Bom Ruim

Cônjuge/companheiro Ótimo Bom Ruim, Ele está preso.

Descendentes Ótimo Bom Ruim

b) Religioso: Ótimo Bom Ruim

c) Social (amigos): Ótimo Bom Ruim

25. Realizou trabalhos e/ou estudos durante o cumprimento da pena?

Não Sim, trabalho estudo

Finalidade: Remição Financeiro Aperfeiçoamento profissional

Ocupação do tempo Outros. Quais:

26. Consumia bebidas alcoólicas?

Não Sim. Quanto tempo: Desde os 13 anos de idade.

Qual a frequência do consumo? Diário Semanal Eventual

27. Era usuária de drogas?

Não Sim. Quanto tempo: Desde dos 13 anos de idade.

Qual a frequência do consumo? Diário Semanal Eventual

28. Você já foi contratada para transportar drogas?

Não Sim, quantas vezes? 01 vez.

29. Onde foi buscar a droga? Lá em Corumbá.

30. Qual o relacionamento com o fornecedor?

Familiar Social Comercial Outro:

Anterior a prática do delito: Ótimo Bom Ruim

Posterior a prática do delito: Ótimo Bom Ruim

31. Tem inimizades dentro da UP:

Antes do encarceramento: Não Sim, motivo:

Depois do encarceramento: Não Sim, motivo:

32. Tem inimizades exterior do sistema prisional:

Antes do encarceramento: Não Sim, motivo: Por ciúmes.

Depois do encarceramento: Não Sim, motivo:

33. Quais são suas expectativas após o cumprimento da pena?

Família: Vou cuidar da minha filha.

Emprego: Vou tentar conseguir um bom emprego.

Estudo: Vou iniciar meus estudos aqui dentro do presídio, já fiz a prova do ENCEJA.

Comunidade: Não tenho expectativas quanto a sociedade.

34. Vinculação com algum partido/comando criminoso: Não Sim, qual?

35. Teve algum relacionamento homossexual dentro da UP? Não Sim

ANEXO F5

QUESTIONÁRIO PARA AS MULHERES ENCARCERADAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEMININO DE TRÊS LAGOAS
--

PRESA 5	
Data da Prisão: 05/08/2010	Data da Entrada: 15/04/2011
Endereço: Bairro Jardim Guanabara Cidade: Araçatuba/SP	
Data de Nascimento: 19/03/1975	Advogado Particular: () Defensoria Pública: (X)
Naturalidade: Penápolis/SP	Nacionalidade: Brasileira
Estado Civil: Solteira	
Cor da pele: Parda	
Religião: Acredito em Deus.	
Profissão: Do lar	
Grau de instrução: Ensino fundamental incompleto	
Sentenciada em: não informado	
Motivo da prisão: Tráfico de drogas Art. 33 da Lei 11.343/2006	Pena imposta: 5 anos e 10 meses

1. Filhos: () Não (X) Sim, quantos? 04 filhos

2. Dependentes: 04

3. Procedência: (X) Nacional, Cidade: Araçatuba, UF: SP
() Estrangeira:

4. Estado Civil dos pais:
(X) solteiros () casados () divorciados (X) viúvos () outros: _____

5. Com quem residia antes de ser presa?
() pais (X) esposo/companheiro (X) filhos () outros: _____

6. Dentro da UP participa de cultos religiosos?
(X) não () sim, qual?

7. Exercia alguma atividade laboral antes da prisão?
() não (X) sim () formal (X) informal

8. Ocupação funcional anterior à prática do delito? Do lar.

Faixa salarial: Não informou.

- 0-1 salário mínimo 1-2 salários mínimos 2-3 salários mínimos
 3-4 salários mínimos 4-5 salários mínimos + de 5 salários mínimos

9. Local do último emprego: Em minha casa em Araçatuba/SP.

10. Primário Reincidente, em qual delito? Tráfico de drogas.

11. Se reincidente:

a) Qual a reação/reciprocidade que encontrou quando terminou de cumprir sua pena?

- Vizinhos: Eles ficaram surpresos com minha volta, porque é mais normal homens ficarem presos, onde eu morava só eu tinha sido presa.

- Bairro: Tratamento normal.

- Cidade: Eu tive que tirar todos os meus documentos de novo e quando mostrava o alvará de soltura as pessoas me olhavam de forma diferente.

11.1. Qual a sua percepção após a saída da UP?

Lá em Araçatuba parece que as pessoas ficavam com medo de mim.

12. Residência: própria alugada cedida

13. Endereço:

Urbano Rural

Tempo de Residência: Uns 25 anos.

14. Afinidade com o lugar que morava:

Sim Não

Motivo: familiar nascimento amigos
 financeiro pacífico proximidade do trabalho

15. Depois que cumprir a pena você gostaria de voltar para a sua residência?

Quero voltar par minha casa porque lá estão minhas crianças, minha mãe e irmãos

16. Relacionamento com os vizinhos: Ótimo Bom Ruim

17. Bairro que cometeu o delito é o mesmo que residia?

Sim Não. Local: Na Bolívia.

18. Motivos que levou a prática do delito?

Financeiros Culturais Familiares Drogas Amizades
 Outros, quais: _____.

19. Quanto tempo praticava este e/ou outro delito?

até 5 anos 5 a 10 anos 10 a 15 anos + de 15 anos

20. Já cometeu algum delito no bairro que reside?

() Sim. Justifique:

(X) Não. Justifique: Porque é o bairro que eu moro e é proibido pelo comando roubar no bairro da gente.

21. Motivos para escolha do local para cometer o delito. Quais facilidades que o local para a prática do delito?

Busco na Bolívia porque é bem mais barato o preço da pasta base.

22. Quanto tempo praticava o delito antes de ser presa?

Já faz uns 15 anos.

23. Qual o relacionamento com a vítima?

() Familiar (X) Social () Comercial

(X) Conhecia () Não conhecia () Nenhum relacionamento

24. Situação do relacionamento após o encarceramento:

a) Familiar:

Ascendentes: (X) Ótimo () Bom () Ruim

Colaterais: (X) Ótimo () Bom () Ruim

Cônjuge/companheiro () Ótimo () Bom () Ruim, Faleceu.

Descendentes () Ótimo (X) Bom () Ruim.

b) Religioso: () Ótimo () Bom (X) Ruim

c) Social (amigos): () Ótimo () Bom () Ruim. Não tenho amigos.

25. Realizou trabalhos e/ou estudos durante o cumprimento da pena?

(X) Não () Sim, () trabalho () estudo

Finalidade: () Remição () Financeiro () Aperfeiçoamento profissional

() Ocupação do tempo () Outros. Quais:

26. Consumia bebidas alcoólicas?

() Não (X) Sim. Quanto tempo: Desde dos 20 anos de idade.

Qual a frequência do consumo? () Diário (X) Semanal () Eventual

27. Era usuária de drogas?

() Não (X) Sim. Quanto tempo: Há uns 6 anos.

Qual a frequência do consumo? (X) Diário () Semanal () Eventual

28. Você já foi contratada para transportar drogas?

(X) Não (X) Sim, quantas vezes? 04 vezes

29. Onde foi buscar a droga? Na Bolívia.

30. Qual o relacionamento com o fornecedor? Prejudicado.

() Familiar () Social (X) Comercial () Outro:

Anterior a prática do delito: () Ótimo (X) Bom () Ruim

Posterior a prática do delito: () Ótimo () Bom (X) Ruim

31. Tem inimizades dentro da UP:

Antes do encarceramento: Não Sim, motivo:

Depois do encarceramento: Não Sim, motivo:

32. Tem inimizades exterior do sistema prisional:

Antes do encarceramento: Não Sim, motivo:

Depois do encarceramento: Não Sim, motivo:

33. Quais são suas expectativas após o cumprimento da pena?

Família: Todos vão me tratar bem, porque lá em casa todo mundo trabalha no tráfico de drogas.

Emprego: Quero arrumar um emprego, porque já estou enjoada de ficar presa. Depois que cumpri minha primeira cadeia tentei trabalhar como ajudante de cozinheira, mas o quando viram meus antecedentes me dispensaram.

Estudo: Não tenho intenção de voltar a estudar.

Comunidade: Tratamento normal, mas quanto ao serviço vai ser bem difícil.

34. Vinculação com algum partido/comando criminoso: Não Sim, qual?
PCC

35. Teve algum relacionamento homossexual dentro da UP? Não Sim

ANEXO F6

QUESTIONÁRIO PARA AS MULHERES ENCARCERADAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEMININO DE TRÊS LAGOAS
--

PRESA 6	
Data da Prisão: 16/05/2007	Data da Entrada: 03/02/2011
Endereço: Cidade: Nova Andradina/MS	
Data de Nascimento: 25/04/1982	Advogado Particular: () Defensoria Pública: (X)
Naturalidade: Presidente Venceslau/SP	Nacionalidade: Brasileira
Estado Civil: Solteira	
Cor da pele: Parda	
Religião: Católica	
Profissão: Serviços gerais	
Grau de instrução: Ensino fundamental incompleto	
Sentenciada em: não informado	
Motivo da prisão: Roubo (Art. 157, CPB)	Pena imposta: 20 anos

1. Filhos: () Não (X) Sim, quantos? 02 filhos

2. Dependentes: 03

3. Procedência: (X) Nacional, Cidade Nova Andradina, UF: MS
() Estrangeira:

4. Estado Civil dos pais:
() solteiros (X) casados () divorciados () viúvos () outros: _____

5. Com quem residia antes de ser presa?
(X) pais () esposo/companheiro () filhos () outros: _____

6. Dentro da UP participa de cultos religiosos?
(X) não () sim, qual?

7. Exercia alguma atividade laboral antes da prisão?
() não (X) sim () formal (X) informal

8. Ocupação funcional anterior a prática do delito? Serviços gerais.

Faixa salarial:

(X) 0-1 salário mínimo () 1-2 salários mínimos () 2-3 salários mínimos
() 3-4 salários mínimos () 4-5 salários mínimos () + de 5 salários mínimos

9. Local do último emprego: Restaurante em Nova Andradina.

10. (X) Primário () Reincidente, em qual delito?

11. Se reincidente:

a) Qual a reação/reciprocidade que encontrou quando terminou de cumprir sua pena?

- Vizinhos: Prejudicado

- Bairro: Prejudicado

- Cidade: Prejudicado

11.1. Qual a sua percepção após a saída da UP?

Prejudicado

12. Residência: () própria () alugada (X) cedida

13. Endereço:

(X) Urbano () Rural

Tempo de Residência: Uns 02 anos.

14. Afinidade com o lugar que morava: (X) Sim () Não

Motivo: (X) familiar () nascimento () amizades

 () financeiro (X) pacífico () proximidade do trabalho

15. Depois que cumprir a pena você gostaria de voltar para a sua residência?

Não quero voltar para minha antiga casa, porque as amizades me influenciaram praticar o crime.

16. Relacionamento com os vizinhos: () Ótimo (X) Bom () Ruim

17. Bairro que cometeu o delito é o mesmo que residia?

() Sim (X) Não. Local: Rodovia entre Nova Andradina e Taquaruçu.

18. Motivos que levou a prática do delito?

() Financeiros () Culturais () Familiares (X) Drogas () Amizades

() Outros, quais: _____.

19. Quanto tempo praticava este e/ou outro delito?

(X) até 5 anos () 5 a 10 anos () 10 a 15 anos () + de 15 anos

20. Já cometeu algum delito no bairro que reside?

Sim. Justifique:

Não. Justifique: Porque é onde está minha casa e a minha família. Tenho amizades com os vizinhos.

21. Motivos para escolha do local para cometer o delito. Quais facilidades que o local para a prática do delito?

Porque não tinha policiamento no local, nem movimento de pessoas.

22. Quanto tempo praticava o delito antes de ser presa?

O roubo foi a primeira vez.

23. Qual o relacionamento com a vítima?

Familiar Social Comercial
 Conhecia Não conhecia Nenhum relacionamento

24. Situação do relacionamento após o encarceramento:

a) Familiar:

Ascendentes: Ótimo Bom Ruim
Colaterais: Ótimo Bom Ruim
Cônjuge/companheiro Ótimo Bom Ruim
Descendentes Ótimo Bom Ruim

b) Religioso: Ótimo Bom Ruim

c) Social (amigos): Ótimo Bom Ruim

25. Realizou trabalhos e/ou estudos durante o cumprimento da pena?

Não Sim, trabalho estudo

Finalidade: Remição Financeiro Aperfeiçoamento profissional
 Ocupação do tempo Outros. Quais:

26. Consumia bebidas alcoólicas?

Não Sim. Quanto tempo: Há 01 ano.

Qual a frequência do consumo? Diário Semanal Eventual

27. Era usuária de drogas?

Não Sim. Quanto tempo: Há uns 04 anos.

Qual a frequência do consumo? Diário Semanal Eventual

28. Você já foi contratada para transportar drogas?

Não Sim, quantas vezes?

29. Onde foi buscar a droga? Prejudicado.

30. Qual o relacionamento com o fornecedor? Prejudicado.

Familiar Social Comercial Outro:

Anterior a prática do delito: () Ótimo () Bom () Ruim
Posterior a prática do delito: () Ótimo () Bom () Ruim

31. Tem inimizades dentro da UP:

Antes do encarceramento: (X) Não () Sim, motivo:

Depois do encarceramento: (X) Não () Sim, motivo:

32. Tem inimizades exterior do sistema prisional:

Antes do encarceramento: (X) Não () Sim, motivo:

Depois do encarceramento: (X) Não () Sim, motivo:

33. Quais são suas expectativas após o cumprimento da pena?

Família: Minha família vai me receber com desconfiança, vou ter que me empenhar e mostrar que estou disposta a mudar.

Emprego: O fato de ser ex presidiária fica mais difícil conseguir emprego, mas vou tentar.

Estudo: Vou voltar estudar.

Comunidade: Sei lá.

34. Vinculação com algum partido/comando criminoso: (X) Não () Sim, qual?

35. Teve algum relacionamento homossexual dentro da UP? () Não (X) Sim

ANEXO F7

QUESTIONÁRIO PARA AS MULHERES ENCARCERADAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEMININO DE TRÊS LAGOAS
--

PRESA 7	
Data da Prisão: 06/12/2009	Data da Entrada: 02/02/2011
Endereço: Cidade: Tupã/SP	
Data de Nascimento: 20/08/1991	Advogado Particular: () Defensoria Pública: (X)
Naturalidade: Brasilândia/MS	Nacionalidade: Brasileira
Estado Civil: Solteira	
Cor da pele: Parda	
Religião: Evangélica	
Profissão: Vendedora	
Grau de instrução: Ensino médio completo	
Sentenciada em: não informado	
Motivo da prisão: Tráfico de drogas Art. 33 da Lei 11.343/2006	Pena imposta: 1 ano e 11 meses

1. Filhos: (X) Não () Sim, quantos?

2. Dependentes: Nenhum

3. Procedência: (X) Nacional, Cidade: Tupã, UF: SP
() Estrangeira:

4. Estado Civil dos pais:
(X) solteiros () casados () divorciados () viúvos () outros: _____

5. Com quem residia antes de ser presa?
(X) pais () esposo/companheiro () filhos () outros: _____

6. Dentro da UP participa de cultos religiosos? () não (X) sim, qual? Todos.

7. Exercia alguma atividade laboral antes da prisão?
() não (X) sim (X) formal () informal

8. Ocupação funcional anterior a prática do delito? Serviços gerais.

Faixa salarial:

- 0-1 salário mínimo 1-2 salários mínimos 2-3 salários mínimos
 3-4 salários mínimos 4-5 salários mínimos + de 5 salários mínimos

9. Local do último emprego: Cerâmica Modelo em Três Lagoas/MS.

10. Primário Reincidente, em qual delito?

11. Se reincidente:

a) Qual a reação/reciprocidade que encontrou quando terminou de cumprir sua pena?

- Vizinhos: Prejudicado.

- Bairro: Prejudicado.

- Cidade: Prejudicado.

11.1. Qual a sua percepção após a saída da UP?

Prejudicado.

12. Residência: própria alugada cedida

13. Endereço:

Urbano Rural

Tempo de Residência: Uns 08 meses.

14. Afinidade com o lugar que morava:

Sim Não

Motivo: familiar nascimento amizades
 financeiro pacífico proximidade do trabalho

15. Depois que cumprir a pena você gostaria de voltar para a sua residência?

Não pretendo para minha casa em Tupã, porque quero viver outra vida, em outro lugar.

16. Relacionamento com os vizinhos: Ótimo Bom Ruim

17. Bairro que cometeu o delito é o mesmo que residia?

Sim Não. Local:

18. Motivos que levou a prática do delito?

Financeiros Culturais Familiares Drogas Amizades
 Outros, quais: _____.

19. Quanto tempo praticava este e/ou outro delito?

até 5 anos 5 a 10 anos 10 a 15 anos + de 15 anos

Anterior a prática do delito: () Ótimo (X) Bom () Ruim
Posterior a prática do delito: () Ótimo () Bom (X) Ruim

31. Tem inimizades dentro da UP:

Antes do encarceramento: (X) Não () Sim, motivo:

Depois do encarceramento: (X) Não () Sim, motivo:

32. Tem inimizades exterior do sistema prisional:

Antes do encarceramento: () Não (X) Sim, motivo: Conversas bobas.

Depois do encarceramento: () Não (X) Sim, motivo: Conversas bobas.

33. Quais são suas expectativas após o cumprimento da pena?

Família: Quando sai do regime fechado minha família recebeu com alegria, de braços abertos.

Emprego: Espero ter um emprego muito bom. Depois que fui para o regime semiaberto e com a indicação da diretora consegui o emprego depois de um mês. Mas se tivesse sido indicada pela diretora acho que não teria conseguido o emprego.

Estudo: Quero terminar todos os estudos e fazer enfermagem.

Comunidade: As pessoas que não sabem me tratam normalmente, já as que sabem não tem tanta confiança, tem certo receio.

34. Vinculação com algum partido/comando criminoso: (X) Não () Sim, qual?

35. Teve algum relacionamento homossexual dentro da UP? (X) Não () Sim

ANEXO F8

QUESTIONÁRIO PARA AS MULHERES ENCARCERADAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEMININO DE TRÊS LAGOAS
--

PRESA 8	
Data da Prisão: 05/12/2011	Data da Entrada: 05/02/2011
Endereço: Bairro: Vila Guanabara Cidade: Três Lagoas/MS	
Data de Nascimento: 29/03/1990	Advogado Particular: () Defensoria Pública: (X)
Naturalidade: Três Lagoas/MS	Nacionalidade: Brasileira
Estado Civil: Amasiada	
Cor da pele: Parda	
Religião: Evangélica	
Profissão: Serviços gerais	
Grau de instrução: Ensino fundamental incompleto	
Sentenciada em: não informado	
Motivo da prisão Tráfico de drogas (art. 33, Lei 11.343/2006)	Pena imposta: Prisão preventiva

1. Filhos: () Não (X) Sim, quantos? 02 filhos

2. Dependentes: 02 filhos

3. Procedência: (X) Nacional, Cidade Três Lagoas, UF:MS
() Estrangeira:

4. Estado Civil dos pais:
() solteiros () casados () divorciados () viúvos (X) outros: falecidos

5. Com quem residia antes de ser presa?
() pais (X) esposo/companheiro () filhos () outros: _____

6. Dentro da UP participa de cultos religiosos?
() não (X) sim, qual? Todos.

7. Exercia alguma atividade laboral antes da prisão?
() não (X) sim (X) formal () informal

8. Ocupação funcional anterior a prática do delito? Camareira.

Faixa salarial:

- (X) 0-1 salário mínimo () 1-2 salários mínimos () 2-3 salários mínimos
 () 3-4 salários mínimos () 4-5 salários mínimos () + de 5 salários mínimos

9. Local do último emprego: No motel Haway, em Três Lagoas.

10. (X) Primário () Reincidente, em qual delito?

11. Se reincidente:

a) Qual a reação/reciprocidade que encontrou quando terminou de cumprir sua pena?

- Vizinhos: Prejudicado.

- Bairro: Prejudicado.

- Cidade: Prejudicado.

11.1. Qual a sua percepção após a saída da UP?

Prejudicado.

12. Residência: () própria () alugada (X) cedida

13. Endereço:

(X) Urbano () Rural

Tempo de Residência: Uns 03 anos.

14. Afinidade com o lugar que morava: (X) Sim () Não

Motivo: (X) familiar () nascimento () amizades

 () financeiro () pacífico () proximidade do trabalho

15. Depois que cumprir a pena você gostaria de voltar para a sua residência?

Sim, porque é o único lugar que tenho para ir.

16. Relacionamento com os vizinhos:

() Ótimo (X) Bom () Ruim

17. Bairro que cometeu o delito é o mesmo que residia?

(X) Sim () Não. Local:

18. Motivos que levou a prática do delito?

(X) Financeiros () Culturais () Familiares () Drogas () Amizades

() Outros, quais: _____:

19. Quanto tempo praticava este e/ou outro delito?

(X) até 5 anos () 5 a 10 anos () 10 a 15 anos () + de 15 anos

20. Já cometeu algum delito no bairro que reside?

Sim. Justifique: Porque no bairro Guanabara tem muitos viciados.

Não. Justifique:

21. Motivos para escolha do local para cometer o delito. Quais facilidades que o local para a prática do delito?

O bairro fica perto da BR e de vários bairros que tem muitos viciados em drogas.

22. Quanto tempo praticava o delito antes de ser presa?

Foi a primeira vez.

23. Qual o relacionamento com a vítima? Não informou.

Familiar Social Comercial
 Conhecia Não conhecia Nenhum relacionamento

24. Situação do relacionamento após o encarceramento:

a) Familiar:

Ascendentes: Ótimo Bom Ruim, Falecidos.

Colaterais: Ótimo Bom Ruim

Cônjuge/companheiro Ótimo Bom Ruim

Descendentes Ótimo Bom Ruim

b) Religioso: Ótimo Bom Ruim

c) Social (amigos): Ótimo Bom Ruim

25. Realizou trabalhos e/ou estudos durante o cumprimento da pena?

Não Sim, trabalho estudo

Finalidade: Remição Financeiro Aperfeiçoamento profissional

Ocupação do tempo Outros. Quais:

26. Consumia bebidas alcoólicas?

Não Sim. Quanto tempo: Desde os 19 anos de idade.

Qual a frequência do consumo? Diário Semanal Eventual

27. Era usuária de drogas?

Não Sim. Quanto tempo:

Qual a frequência do consumo? Diário Semanal Eventual

28. Você já foi contratada para transportar drogas?

Não Sim, quantas vezes?

29. Onde foi buscar a droga? Prejudicado.

30. Qual o relacionamento com o fornecedor?

Familiar Social Comercial Outro:

Anterior a prática do delito: Ótimo Bom Ruim

Posterior a prática do delito: Ótimo Bom Ruim

31. Tem inimizades dentro da UP:

Antes do encarceramento: Não Sim, motivo:

Depois do encarceramento: Não Sim, motivo:

32. Tem inimizades exterior do sistema prisional:

Antes do encarceramento: Não Sim, motivo:

Depois do encarceramento: Não Sim, motivo:

33. Quais são suas expectativas após o cumprimento da pena?

Família: Vão me receber bem.

Emprego: Ir para casa e arrumar um emprego.

Estudo: Quero estudar, trabalhar e cuidar de meus filhos.

Comunidade: Com certeza vai ser diferente.

34. Vinculação com algum partido/comando criminoso: Não Sim, qual?

35. Teve algum relacionamento homossexual dentro da UP? Não Sim

ANEXO F9

QUESTIONÁRIO PARA AS MULHERES ENCARCERADAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEMININO DE TRÊS LAGOAS
--

PRESA 9	
Data da Prisão: 21/11/2009	Data da Entrada: 03/09/2010
Endereço: Bairro: Solo Sagrado Cidade: São José do Rio Preto/SP	
Data de Nascimento: 02/08/1980	Advogado Particular: () Defensoria Pública: (X)
Naturalidade: São José do Rio Preto/SP	Nacionalidade: Brasileira
Estado Civil: Amasiada	
Cor da pele: Parda	
Religião: Evangélica.	
Profissão: Do lar	
Grau de instrução: Ensino fundamental incompleto	
Sentenciada em: não informado	
Motivo da prisão: Tráfico de drogas Art. 33 da Lei 11.343/2006	Pena imposta: 5 anos e 6 meses

1. Filhos: () Não (X) Sim, quantos? 03 filhos

2. Dependentes: 03

3. Procedência: (X) Nacional, Cidade: São José do Rio Preto, UF: SP
() Estrangeira:

4. Estado Civil dos pais:

(X) solteiros () casados () divorciados () viúvos () outros: _____

5. Com quem residia antes de ser presa?

() pais () esposo/companheiro () filhos (X) outros: sozinha.

6. Dentro da UP participa de cultos religiosos?

() não (X) sim, qual? Evangélica.

7. Exercia alguma atividade laboral antes da prisão?

() não (X) sim () formal (X) informal

8. Ocupação funcional anterior a prática do delito? Doméstica.

Faixa salarial:

- 0-1 salário mínimo 1-2 salários mínimos 2-3 salários mínimos
 3-4 salários mínimos 4-5 salários mínimos + de 5 salários mínimos

9. Local do último emprego: São José do Rio Preto/SP.

10. Primário Reincidente, em qual delito? Tráfico de drogas.

11. Se reincidente:

a) Qual a reação/reciprocidade que encontrou quando terminou de cumprir sua pena?

- Vizinhos: Ficaram felizes de me ver retornar.

- Bairro: Tratamento normal.

- Cidade: A cidade mudou, desenvolveu.

11.1. Qual a sua percepção após a saída da UP?

Senti me feliz, livre, porque não estava mais atrás das grades.

12. Residência: própria alugada cedida

13. Endereço:

Urbano Rural

Tempo de Residência: Uns 16 anos.

14. Afinidade com o lugar que morava: Sim Não

Motivo: familiar nascimento amizades
 financeiro pacífico proximidade do trabalho

15. Depois que cumprir a pena você gostaria de voltar para a sua residência?

Quero voltar para minha casa, voltar a morar com os filhos e com meu marido.

16. Relacionamento com os vizinhos: Ótimo Bom Ruim

17. Bairro que cometeu o delito é o mesmo que residia?

Sim Não. Local: Amambai/MS.

18. Motivos que levou a prática do delito?

Financeiros Culturais Familiares Drogas Amizades

Outros, quais: _____.

19. Quanto tempo praticava este e/ou outro delito?

até 5 anos 5 a 10 anos 10 a 15 anos + de 15 anos

20. Já cometeu algum delito no bairro que reside?

Sim. Justifique:

Não. Justifique: Porque o pessoal do bairro ajudava.

21. Motivos para escolha do local para cometer o delito. Quais facilidades que o local para a prática do delito?

O preço da maconha é bem mais barato aqui no Mato Grosso do Sul do que em São Paulo. Em Mato Grosso do Sul é de R\$ 10,00 o quilo e em São Paulo R\$ 1.000,00 o quilo, porque aqui é perto da Bolívia e do Paraguai.

22. Quanto tempo praticava o delito antes de ser presa?

Uns 03 anos.

23. Qual o relacionamento com a vítima?

() Familiar () Social (X) Comercial
() Conhecia (X) Não conhecia () Nenhum relacionamento

24. Situação do relacionamento após o encarceramento:

a) Familiar:

Ascendentes: (X) Ótimo () Bom () Ruim
Colaterais: (X) Ótimo () Bom () Ruim
Cônjuge/companheiro () Ótimo (X) Bom () Ruim
Descendentes (X) Ótimo () Bom () Ruim

b) Religioso: (X) Ótimo () Bom () Ruim

c) Social (amigos): () Ótimo (X) Bom () Ruim

25. Realizou trabalhos e/ou estudos durante o cumprimento da pena?

() Não (X) Sim, (X) trabalho () estudo

Finalidade: (X) Remição (X) Financeiro () Aperfeiçoamento profissional
() Ocupação do tempo () Outros. Quais:

26. Consumia bebidas alcoólicas?

() Não (X) Sim. Quanto tempo: Desde dos 12 anos de idade.

Qual a frequência do consumo? () Diário () Semanal (X) Eventual

27. Era usuária de drogas?

() Não (X) Sim. Quanto tempo: Desde dos 11 anos.

Qual a frequência do consumo? (X) Diário () Semanal () Eventual

28. Você já foi contratada para transportar drogas?

() Não (X) Sim, quantas vezes? Primeira vez

29. Onde foi buscar a droga? Amambai/MS.

30. Qual o relacionamento com o fornecedor?

() Familiar (X) Social () Comercial () Outro:

Anterior a prática do delito: () Ótimo (X) Bom () Ruim

Posterior a prática do delito: () Ótimo () Bom (X) Ruim

31. Tem inimizades dentro da UP:

Antes do encarceramento: (X) Não () Sim, motivo:

Depois do encarceramento: (X) Não () Sim, motivo:

32. Tem inimidades exterior do sistema prisional:

Antes do encarceramento: Não Sim, motivo:

Depois do encarceramento: Não Sim, motivo:

33. Quais são suas expectativas após o cumprimento da pena?

Família: Vou voltar a morar com meus filhos, que estão em primeiro lugar.

Emprego: Quero voltar a trabalhar, mas em São José do Rio Preto é difícil, principalmente depois de ter passagem.

Estudo: Não quero voltar a estudar.

Comunidade: Será normal porque nunca trafiquei em São José do Rio Preto.

34. Vinculação com algum partido/comando criminoso: Não Sim, qual?

35. Teve algum relacionamento homossexual dentro da UP? Não Sim

ANEXO F10

QUESTIONÁRIO PARA AS MULHERES ENCARCERADAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEMININO DE TRÊS LAGOAS
--

PRESA 10	
Data da Prisão: não informado	Data da Entrada: 14/05/2010
Endereço: Bairro Sonho Meu Cidade: Costa Rica/MS	
Data de Nascimento: 03/07/1981	Advogado Particular: () Defensoria Pública: (X)
Naturalidade: Campos Novos/RS	Nacionalidade: Brasileira
Estado Civil: Solteira	
Cor da pele: Branca	
Religião: Evangélica	
Profissão: Do lar	
Grau de instrução: Alfabetizada	
Sentenciada em: não informado	
Motivo da prisão: homicídio (art. 121, CPB)	Pena imposta: 15 anos

1. Filhos: () Não (X) Sim, quantos? 04 filhos

2. Dependentes: Nenhum

3. Procedência: (X) Nacional, Cidade Costa Rica, UF:MS
() Estrangeira:

4. Estado Civil dos pais:

() solteiros () casados (X) divorciados () viúvos () outros: _____

5. Com quem residia antes de ser presa?

(X) pais () esposo/companheiro () filhos () outros: _____

6. Dentro da UP participa de cultos religiosos?

() não (X) sim, qual? Evangélico.

7. Exercia alguma atividade laboral antes da prisão?

() não (X) sim () formal (X) informal

8. Ocupação funcional anterior a prática do delito? Doméstica.

Faixa salarial:

(X) 0-1 salário mínimo () 1-2 salários mínimos () 2-3 salários mínimos
() 3-4 salários mínimos () 4-5 salários mínimos () + de 5 salários mínimos

9. Local do último emprego: Na cidade de Costa Rica.

10. () Primário (X) Reincidente, em qual delito? Roubo (art. 157, CPB).

11. Se reincidente:

a) Qual a reação/reciprocidade que encontrou quando terminou de cumprir sua pena?

- Vizinhos: Alguns ficavam com medo.

- Bairro: O tratamento foi normal.

- Cidade: Quando sai fiquei aqui em Três Lagoas e por ser de Costa Rica muitos não me conheciam, assim não houve tratamento diferente.

11.1. Qual a sua percepção após a saída da UP?

Senti uma alegria imensa, estava livre ao sair pelo portão para a rua.

12. Residência: () própria (X) alugada () cedida

13. Endereço:

(X) Urbano () Rural

Tempo de Residência: Morei em Costa Rica por uns 14 anos e em Três Lagoas uns 04 anos.

14. Afinidade com o lugar que morava: (X) Sim () Não

Motivo: () familiar () nascimento () amizades
 () financeiro (X) pacífico () proximidade do trabalho

15. Depois que cumprir a pena você gostaria de voltar para a sua residência?

Sim, porque lá está minha família, minha mãe, filhas e irmãos.

16. Relacionamento com os vizinhos: () Ótimo (X) Bom () Ruim

17. Bairro que cometeu o delito é o mesmo que residia?

(X) Sim () Não. Local:

18. Motivos que levou a prática do delito?

() Financeiros () Culturais () Familiares () Drogas () Amizades
(X) Outros, quais: Emoção.

19. Quanto tempo praticava este e/ou outro delito?

(X) até 5 anos () 5 a 10 anos () 10 a 15 anos () + de 15 anos

20. Já cometeu algum delito no bairro que reside?

Sim. Justifique: Matei meu marido, em casa.

Não. Justifique:

21. Motivos para escolha do local para cometer o delito. Quais facilidades que o local para a prática do delito?

Ocorreu em minha residência porque meu marido, durante uma discussão, tentou me agredir, como já tinha feito outras vezes e para defender minha vida, tive que matá-lo.

22. Quanto tempo praticava o delito antes de ser presa?

O homicídio foi a primeira vez.

23. Qual o relacionamento com a vítima?

Familiar Social Comercial

Conhecia Não conhecia Nenhum relacionamento

24. Situação do relacionamento após o encarceramento:

a) Familiar:

Ascendentes: Ótimo Bom Ruim

Colaterais: Ótimo Bom Ruim

Cônjuge/companheiro Ótimo Bom Ruim , Não tenho companheiro.

Descendentes Ótimo Bom Ruim

b) Religioso: Ótimo Bom Ruim

c) Social (amigos): Ótimo Bom Ruim

Dentro deste lugar a gente não tem amigos.

25. Realizou trabalhos e/ou estudos durante o cumprimento da pena?

Não Sim, trabalho estudo

Finalidade: Remição Financeiro Aperfeiçoamento profissional

Ocupação do tempo Outros. Quais:

26. Consumia bebidas alcoólicas?

Não Sim. Quanto tempo: Desde os 13 anos de idade.

Qual a frequência do consumo? Diário Semanal Eventual

27. Era usuária de drogas?

Não Sim. Quanto tempo:

Qual a frequência do consumo? Diário Semanal Eventual

28. Você já foi contratada para transportar drogas?

Não Sim, quantas vezes?

29. Onde foi buscar a droga? Prejudicado.

30. Qual o relacionamento com o fornecedor? Prejudicado.

Familiar Social Comercial Outro:

Anterior a prática do delito: () Ótimo () Bom () Ruim
Posterior a prática do delito: () Ótimo () Bom () Ruim

31. Tem inimizades dentro da UP:

Antes do encarceramento: (X) Não () Sim, motivo:

Depois do encarceramento: (X) Não () Sim, motivo:

32. Tem inimizades exterior do sistema prisional:

Antes do encarceramento: (X) Não () Sim, motivo:

Depois do encarceramento: (X) Não () Sim, motivo:

33. Quais são suas expectativas após o cumprimento da pena?

Família: Minha família, minha mãe e minhas filhas me esperam.

Emprego: Logo vou para o regime semiaberto e quero ter um serviço e cumprir minha pena certinho para ir embora.

Estudo: Tenho vontade de voltar a estudar, de pegar um livro e ler, mas tenho vergonha das pessoas rirem d mim porque não sei ler.

Comunidade: Na minha cidade, lá em Costa Rica, muitos vão ter raiva, como a família do meu ex marido, mas as outras pessoas vão me tratar com normalidade.

34. Vinculação com algum partido/comando criminoso: (X)Não () Sim, qual?

35. Teve algum relacionamento homossexual dentro da UP? (X)Não () Sim

ANEXO F11

QUESTIONÁRIO PARA AS MULHERES ENCARCERADAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEMININO DE TRÊS LAGOAS
--

PRESA 11	
Data da Prisão: 19/11/2010	Data da Entrada: 20/11/2010
Endereço: Bairro: Jardim Europa Cidade: Agudos/SP	
Data de Nascimento: 09/12/1968	Advogado Particular: () Defensoria Pública: (X)
Naturalidade: Terra Boa/PR	Nacionalidade: Brasileira
Estado Civil: Viúva	
Cor da pele: Negra	
Religião: Evangélica.	
Profissão: Cozinheira	
Grau de instrução: Ensino fundamental incompleto	
Sentenciada em: não informado	
Motivo da prisão: Tráfico de drogas (art. 33, Lei 11.343/2006)	Pena imposta: Prisão Preventiva

1. Filhos: () Não (X) Sim, quantos? 03 filho

2. Dependentes: 01.

3. Procedência: (X) Nacional, Cidade Agudos, UF: SP
() Estrangeira:

4. Estado Civil dos pais:

() solteiros () casados () divorciados (X) viúvos () outros: _____

5. Com quem residia antes de ser presa?

() pais () esposo/companheiro () filhos (X) outros: mãe e irmão.

6. Dentro da UP participa de cultos religiosos?

() não (X) sim, qual? Todos.

7. Exercia alguma atividade laboral antes da prisão?

() não (X) sim (X) formal () informal

8. Ocupação funcional anterior a prática do delito? Cozinheira.

Faixa salarial:

- 0-1 salário mínimo 1-2 salários mínimos 2-3 salários mínimos
 3-4 salários mínimos 4-5 salários mínimos + de 5 salários mínimos

9. Local do último emprego: Restaurante em Agudos/SP.

10. Primário Reincidente, em qual delito?

11. Se reincidente:

a) Qual a reação/reciprocidade que encontrou quando terminou de cumprir sua pena?

- Vizinhos: Prejudicado.

- Bairro: Prejudicado.

- Cidade: Prejudicado..

11.1. Qual a sua percepção após a saída da UP?

Prejudicado.

12. Residência: própria alugada cedida

13. Endereço:

Urbano Rural

Tempo de Residência: uns 6 anos.

14. Afinidade com o lugar que morava: Sim Não.

Motivo: familiar nascimento amizades
 financeiro pacífico proximidade do trabalho

15. Depois que cumprir a pena você gostaria de voltar para a sua residência?

Quero voltar para minha casa em Agudos para cuidar da minha mãe e do irmão, ele tem esquizofrenia.

16. Relacionamento com os vizinhos: Ótimo Bom Ruim

17. Bairro que cometeu o delito é o mesmo que residia?

Sim Não. Local: Três Lagoas/MS

18. Motivos que levou a prática do delito?

Financeiros Culturais Familiares Drogas Amizades
 Outros, quais: _____.

19. Quanto tempo praticava este e/ou outro delito?

até 5 anos 5 a 10 anos 10 a 15 anos + de 15 anos

20. Já cometeu algum delito no bairro que reside?

Sim. Justifique:

(X) Não. Justifique: Porque fui educada com muito amor, que não cometeria delitos, dessa vez foi para conseguir dinheiro para comprar o remédio de meu irmão que está doente.

21. Motivos para escolha do local para cometer o delito. Quais facilidades que o local para a prática do delito?

No bairro Novo Ipanema em Três Lagoas muitas pessoas vendem drogas.

22. Quanto tempo praticava o delito antes de ser presa?

É a primeira vez.

23. Qual o relacionamento com a vítima?

() Familiar () Social (X) Comercial
(X) Conhecia (X) Não conhecia () Nenhum relacionamento

24. Situação do relacionamento após o encarceramento:

a) Familiar:

Ascendentes: (X) Ótimo () Bom () Ruim
Colaterais: (X) Ótimo () Bom () Ruim
Cônjuge/companheiro () Ótimo (X) Bom () Ruim
Descendentes (X) Ótimo () Bom () Ruim

b) Religioso: (X) Ótimo () Bom () Ruim

c) Social (amigos): (X) Ótimo () Bom () Ruim

25. Realizou trabalhos e/ou estudos durante o cumprimento da pena?

() Não (X) Sim, (X) trabalho () estudo
Finalidade: (X) Remição (X) Financeiro () Aperfeiçoamento profissional
() Ocupação do tempo () Outros. Quais:

26. Consumia bebidas alcoólicas?

() Não (X) Sim. Quanto tempo: Desde dos 16 anos de idade.
Qual a frequência do consumo? () Diário () Semanal (X) Eventual

27. Era usuária de drogas?

(X) Não () Sim. Quanto tempo:
Qual a frequência do consumo? () Diário () Semanal () Eventual

28. Você já foi contratada para transportar drogas?

(X) Não () Sim, quantas vezes?

29. Onde foi buscar a droga? Prejudicado.

30. Qual o relacionamento com o fornecedor?

() Familiar () Social (X) Comercial () Outro:

Anterior a prática do delito: () Ótimo () Bom (X) Ruim

Posterior a prática do delito: () Ótimo () Bom (X) Ruim

31. Tem inimizades dentro da UP:

Antes do encarceramento: Não Sim, motivo:

Depois do encarceramento: Não Sim, motivo:

32. Tem inimizades exterior do sistema prisional:

Antes do encarceramento: Não Sim, motivo

Depois do encarceramento: Não Sim, motivo:

33. Quais são suas expectativas após o cumprimento da pena?

Família: Minha família vai me tratar como antes e vou sair para cuidar da minha mãe.

Emprego: Depois que eu sair daqui vai ser difícil conseguir um emprego registrado, mas já trabalhei na roça, na colheita de cana e laranja.

Estudo: Tenho vontade de voltar a estudar.

Comunidade: A gente não espera muito não, o importante é estar com a família, ter um emprego. As pessoas olham com maus olhos, pois depois que foi presa, fica taxada como ex-presa, ex-trafficante.

34. Vinculação com algum partido/comando criminoso: Não Sim, qual?

35. Teve algum relacionamento homossexual dentro da UP? Não Sim

ANEXO F12

QUESTIONÁRIO PARA AS MULHERES ENCARCERADAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEMININO DE TRÊS LAGOAS
--

PRESA 12	
Data da Prisão: 14/10/2010	Data da Entrada: 18/10/2010
Endereço: Bairro: Nossa Senhora Aparecida Cidade: Ribas do Rio Pardo/MS	
Data de Nascimento: 23/07/1988	Advogado Particular: () Defensoria Pública: (X)
Naturalidade: São Romão/MG	Nacionalidade: Brasileira
Estado Civil: Solteira	
Cor da pele: Negra	
Religião: Católica	
Profissão: Costureira	
Grau de instrução: Ensino fundamental incompleto	
Sentenciada em: não informado	
Motivo da prisão: Tráfico de drogas Art. 33 da Lei 11.343/2006	Pena imposta: Prisão Preventiva

1. Filhos: () Não (X) Sim, quantos? 02 filhos

2. Dependentes: 02

3. Procedência: (X) Nacional, Cidade: Ribas do Rio Pardo, UF: MS
() Estrangeira:

4. Estado Civil dos pais:

() solteiros (X) casados () divorciados () viúvos () outros: _____

5. Com quem residia antes de ser presa?

(X) pais () esposo/companheiro () filhos () outros: _____

6. Dentro da UP participa de cultos religiosos?

() não (X) sim, qual? Todos.

7. Exercia alguma atividade laboral antes da prisão?

() não (X) sim () formal (X) informal

8. Ocupação funcional anterior a prática do delito? Empregada doméstica.

Faixa salarial:

(X) 0-1 salário mínimo () 1-2 salários mínimos () 2-3 salários mínimos
() 3-4 salários mínimos () 4-5 salários mínimos () + de 5 salários mínimos

9. Local do último emprego: Nas casas em Ribas do Rio Pardo/MS.

10. (X) Primário () Reincidente, em qual delito?

11. Se reincidente:

a) Qual a reação/reciprocidade que encontrou quando terminou de cumprir sua pena?

- Vizinhos: Prejudicado.

- Bairro: Prejudicado.

- Cidade: Prejudicado.

11.1. Qual a sua percepção após a saída da UP?

Prejudicado.

12. Residência: (X) própria () alugada () cedida

13. Endereço:

(X) Urbano () Rural

Tempo de Residência: Uns 12 anos.

14. Afinidade com o lugar que morava:

(X) Sim () Não

Motivo: () familiar () nascimento (X) amizades
 () financeiro () pacífico () proximidade do trabalho

15. Depois que cumprir a pena você gostaria de voltar para a sua residência?

Sim, porque quero criar meus filhos que ainda são pequenos.

16. Relacionamento com os vizinhos: (X) Ótimo () Bom () Ruim

17. Bairro que cometeu o delito é o mesmo que residia?

(X) Sim () Não. Local:

18. Motivos que levou a prática do delito?

() Financeiros () Culturais () Familiares (X) Drogas () Amizades

(X) Outros, quais: fui fazer um favor.

19. Quanto tempo praticava este e/ou outro delito?

(X) até 5 anos () 5 a 10 anos () 10 a 15 anos () + de 15 anos

20. Já cometeu algum delito no bairro que reside?

() Sim. Justifique:

(X) Não. Justifique: Tem muitos motivos para não cometer um crime no bairro.

21. Motivos para escolha do local para cometer o delito. Quais facilidades que o local para a prática do delito?

O comprador da droga mora no meu bairro e fui fazer um favor e entregar a droga e pegar o dinheiro.

22. Quanto tempo praticava o delito antes de ser presa?

Foi a primeira vez.

23. Qual o relacionamento com a vítima?

() Familiar () Social () Comercial
() Conhecia (X) Não conhecia () Nenhum relacionamento

24. Situação do relacionamento após o encarceramento:

a) Familiar:

Ascendentes: (X) Ótimo () Bom () Ruim
Colaterais: () Ótimo (X) Bom () Ruim
Cônjuge/companheiro () Ótimo () Bom () Ruim, Não tenho.
Descendentes () Ótimo (X) Bom () Ruim

b) Religioso: (X) Ótimo () Bom () Ruim

c) Social (amigos): () Ótimo () Bom (X) Ruim

25. Realizou trabalhos e/ou estudos durante o cumprimento da pena?

() Não (X) Sim, (X) trabalho () estudo

Finalidade: (X) Remição (X) Financeiro () Aperfeiçoamento profissional
() Ocupação do tempo () Outros. Quais:

26. Consumia bebidas alcoólicas?

() Não (X) Sim. Quanto tempo: Desde dos 18 anos de idade.

Qual a frequência do consumo? () Diário () Semanal (X) Eventual

27. Era usuária de drogas?

(X) Não () Sim. Quanto tempo:

Qual a frequência do consumo? () Diário () Semanal () Eventual

28. Você já foi contratada para transportar drogas?

() Não (X) Sim, quantas vezes? 1 vez.

29. Onde foi buscar a droga? No mesmo bairro em Ribas do Rio Pardo/MS.

30. Qual o relacionamento com o fornecedor? Prejudicado.

(X) Familiar () Social () Comercial () Outro:

Anterior a prática do delito: () Ótimo (X) Bom () Ruim

Posterior a prática do delito: () Ótimo (X) Bom () Ruim

31. Tem inimizades dentro da UP:

Antes do encarceramento: Não Sim, motivo:

Depois do encarceramento: Não Sim, motivo:

32. Tem inimizades exterior do sistema prisional:

Antes do encarceramento: Não Sim, motivo:

Depois do encarceramento: Não Sim, motivo:

33. Quais são suas expectativas após o cumprimento da pena?

Família: Eles vão me tratar normalmente, porque recebo visitas da minha mãe e ela me trata como se nada tivesse acontecido, só dá uns conselhos.

Emprego: Pretendo trabalhar para nunca mais cometer crimes, isto que eu fiz, me arrependo muito.

Estudo: Vou estudar.

Comunidade: Sempre tem um pouco de preconceito, gente que faz piadinha, em relação ao emprego é um pouco difícil.

34. Vinculação com algum partido/comando criminoso: Não Sim, qual?

35. Teve algum relacionamento homossexual dentro da UP? Não Sim